Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CDPA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2008
Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Governo aponta "vista grossa" de fiscais na extração de madeira – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2008 9
III Conferência Nacional do Meio Ambiente debate mudanças do clima – Sítio Eletrônico do MMA – 02/05/2008 9
Etanol do Brasil não é o alvo, diz líder do PV alemão - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 02/05/2008 12
Campanha do Greenpeace no YouTube faz Unilever ceder - Aaron O. Patrick – Valor Econômico – Especial - 02/05/2008 15
Campeãs de derrubada de matas fogem de cadastro – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008 17
Clinton diz que Brasil tem responsabilidade e honra de preservar a Amazônia – Daniel Bergmasco – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008 18
O desafio do meio ambiente – Merival Pereira – O Globo – 03/05/2008 18
O Brasil e a questão ambiental – Merival Pereira – O Globo – 04/05/2008 20
Novo pacto climático é viável, diz ONU – Folha de São Paulo – Ciência – 05/05/2008 .. 22
Secretário participa de webconferência do Territórios – Sítio Eletrônico do MDA – 05/05/2008 22
Piauí assina acordo de cooperação do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 05/05/2008 23
Protocolo de Kyoto e a tributação dos créditos de carbono - Marcio Mattos de Oliveira e Gilberto de Castro Moreira Junior – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 05/05/2008 25
Ministra admite dificuldade em fiscalizar desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008 26
Territórios vão ajudar na produção de alimentos – Sítio Eletrônico do MDA – 06/05/2008 27
Ministro Patrus Ananias participa da abertura da Conferência Nacional de Meio Ambiente – Sítio Eletrônico do MDS – 06/05/2008 28
Marina Silva abre III Conferência Nacional do Meio Ambiente, em Brasília – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 06/05/2008 29
Terra Indígena Taunay-Ipegue discute Agenda 21 Local – Grace Perpetuo – Sitio Eletrônico do MMA – 06/05/2008 30
MST participa de entrega de carta em defesa das florestas – Sítio Eletrônico do MST – 06/05/2008 30
"Floresta Zero é estatuto do desmatamento", afirma Chinaglia – Sítio Eletrônico do MST – 06/05/2008 31
ONGs pedem veto a projeto que reduz proteção florestal – Folha de São Paulo – Ciência – 07/05/2008 32
Governo federal lança plano para desenvolvimento sustentável da Amazônia – Sítio Eletrônico do MDS – 07/05/2008 32
Serviço Florestal retoma processo de concessão florestal no Jamari – Sítio Eletrônico do MMA – 07/05/2008 33
MMA assina acordo com a FAO para apoiar descentralização da gestão florestal – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 07/05/2008 34

Marina Silva defende modelo sustentável na aplicação de recursos públicos – Lúcia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 07/05/2008 35
CNA: Código Florestal Brasileiro é inaplicável – CNA - 08/05/2008 36
Combate à poluição ajuda a secar a Amazônia – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 08/05/2008 37
Consumidores brasileiros e indianos lideram "índice verde" – Folha de São Paulo – Ciência – 08/05/2008 39
MDA assina pacto do Territórios da Cidadania na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 08/05/2008 39
Governo federal lança Plano Amazônia Sustentável – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 08/05/2008 41
Secretária do MMA defende crescimento do Brasil com matriz energética limpa – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 08/05/2008 45
Lula decide criar mais postos militares na Amazônia – Valor Econômico – Brasil - 08/05/2008 46
Lula lança plano com projetos já em execução – O Globo – O País – 09/05/2008 47
Cassel apresenta Territórios da Cidadania no Chile – Sítio Eletrônico do MDA – 09/05/2008 48
Territórios da Cidadania é implementado na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 09/05/2008 49
MDS investirá R$ 54 milhões para construção de novas cisternas no Semi-Árido – Sítio Eletrônico do MDS – 09/05/2008 50
Plano para Amazônia prevê crédito para reflorestamento – Valor Econômico – Brasil - 09/05/2008 51
Brasil atrasa plano contra aquecimento – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 10/05/2008 52
Municípios terão crédito contra desmate – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 10/05/2008 53
III CNMA aprova mais de 650 propostas com destaque para educação ambiental – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 11/05/2008 55
Poluição "do bem" – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 11/05/2008 56
Reunião acirra nova batalha ecológica entre ricos e pobres - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 12/05/2008 57
'**Biodiversidade é um assunto cada vez mais tratado como commodity' –** Valor econômico – Internacional - 12/05/2008 59
Marina Silva pede demissão do Ministério do Meio Ambiente - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 13/05/2008 60
Ibama multa carvoarias de MS em R$ 4,7 milhões – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008 62
Lula diz que destinará R$ 1,5 bilhão à Amazônia – O Globo – O País – 13/05/2008 62
Territórios é referência para a América Latina – Sítio Eletrônico do MDA – 13/05/2008 63
Posição do MST sobre o pedido de demissão de Marina Silva – Sítio Eletrônico do MST – 13/05/2008 64
Marina, que transversalidade queremos? - Gilson Caroni Filho – Carta Maior – 14/05/2008 66

Organizações denunciam descumprimento de normas no Brasil – Sítio Eletrônico da CPT – 14/05/2008.....68
Comissões investigam ação de milícias no Paraná – Sítio Eletrônico da CPT – 14/05/2008.....68
Para Greenpeace, o meio ambiente perde seu anjo da guarda – Sítio Eletrônico da CPT – 14/05/2008.....68
Muda o clima nos EUA – Folha de São Paulo – Opinião – 14/05/2008 69
Sem apoio de Lula, Marina anuncia saída do governo – Marta Salomon e Vera Cruz - Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008 70
Bancada ruralista festeja saída de Marina do cargo – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008.....71
Ministra acumulou derrotas sempre que contrariou os interesses do Planalto – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008.....73
ONGs vêem prejuízo à imagem do governo – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008 74
Planalto avalia que a saída foi "espetacularizada" por Marina – Leticia Sander e Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008 76
Marina sofreu bombardeio desde o 1º mandato de Lula – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008 77
Marina cansa da guerra e sai - Chico de Gois, Luiza Damé e Gerson Camarotti – O Globo – O País – 14/05/2008 79
Para ambientalistas, saída de Marina é um retrocesso – O Globo – O País – 14/05/2008 82
Já ruralistas gostaram da decisão da ministra – o Globo – O País – 14/05/2008.....83
Discurso e prática –O Globo – Opinião – 14/05/2008 84
Territórios da Cidadania realiza sexta webconferência – Sítio Eletrônico do MDA – 14/05/2008.....85
Para onde vai a política ambiental do governo? - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 15/05/2008.....85
Marina entre os vendavais - Flávio Aguiar – Carta Maior – 15/05/2008.....87
Ambiente civilizado – Folha de São Paulo – Opinião – 15/05/2008 89
A praia de Minc é outra – Eliane Cantanhede - Folha de São Paulo – Opinião – 15/05/2008.....90
Inpe prevê desmatamento maior em 2008 – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008 91
Minc licenciou obras em tempo recorde – Italo Nogueira e Sergio Torres – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008 92
Vida na Terra responde a clima quente – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 15/05/2008.....93
Taxa de CO2 é a maior em 800 mil anos – Folha de São Paulo – Ciência – 15/05/2008.94
Política ambiental não muda – Luiza Damé e Chico de Góis - O Globo – O País – 15/05/2008.....95
Minc era o plano B de Lula para ocupar o ministério - Gerson Camarotti e Adriana Vasconcelos – O Globo – O País – 15/05/2008 97
Cabral reforça o lulismo – Merval Pereira - O Globo – 15/05/2008.....98
Ambientalistas reagem a troca com descrença - Soraya Aggege – O Globo – O País – 15/05/2008.....100

A pressão do agronegócio por trás da renúncia – O Globo – O País – 15/05/2008.....100
SC instala Comitê de Articulação do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 15/05/2008.....101
Pernambuco instala Comitê do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 15/05/2008.....102
Carlos Minc aceita comandar Pasta do Meio Ambiente - Cristiano Romero e Raymundo Costa – Valor Econômico – Política - 15/05/2008.....103
Desmatamento será maior desafio de Minc - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Política - 15/05/2008.....104
Derrubada só pára se for compensada - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 15/05/2008.....105
Licenciamento ambiental dominará agenda de Minc - Daniel Rittner – Valor econômico – Política - 15/05/2008.....106

Segunda Quinzena

Marina da glória – Melchiades Filho – Folha de São Paulo – Opinião – 16/05/2008.....108
Obras do PAC esbarram em conservação da Amazônia – Eduardo Geraque e Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo - Brasil – 17/05/2008.....109
Apoio crucial - O Globo – Opinião – 17/05/2008.....111
Perdendo o pescoço - Zuenir Ventura – O Globo – Opinião – 17/05/2008.....112
Para Planalto, Minc foi arrogante e falou demais – Gerson Camarotti e Chico de Gois- O Globo – O País – 17/05/2008.....113
Crédito verde é 1º teste da política ambiental pós-Marina – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2008.....115
Para Maggi, com restrições, "pára tudo" – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2008.....116
Ex-ministra é contra alterar regra de licenças – Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2008.....117
Marina, crédito e descrédito – Marcelo Leite - Folha de São Paulo – Ciência – 18/05/2008.....118
Metas do Meio Ambiente são desafio para Minc - Alan Gripp e Cristiane Jungblut – O Globo – O País – 18/05/2008.....120
Governos cobram pela água dos rios – O Globo – Capa – 18/05/2008.....121
Água escassa e cara - Gustavo Paul – O Globo – Economia – 18/05/2008.....121
Carlos Minc: idéias novas e velhos adversários - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 20/05/2008.....123
Projeto que altera Código Florestal deve ser discutido com novo ministro – CNA - 20/05/2008.....125
Minc recebe aval para criar Guarda Nacional Ambiental – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008.....126
"Não vou virar vidraça", afirma novo ministro – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008.....127
Stephanes defende revisão em limites da região amazônica – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008.....128

MT volta a contestar dados do Inpe sobre desmatamento – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008 128
Calor torna furacões mais fortes e raros – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008 . 129
Minc propõe imposto verde - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 20/05/2008 130
Dores da mudança – Merval Pereira – O Globo – O País – 20/05/2008..... 131
Maggi insiste contra medida do BC que condiciona crédito a licença - Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 20/05/2008 132
Inpe refaz contas e contesta governador - Soraya Aggege – O Globo – O País – 20/05/2008..... 134
Territórios da Cidadania destina R$ 232,5 mi para SE – Sítio Eletrônico do MDA – 20/05/2008..... 135
MT instala Comitê de Articulação do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 20/05/2008..... 136
Desmatamento cresceu em torno da BR-364 - Yan Boechat – Valor Econômico – Especial - 20/05/2008 137
Ibama faz apreensão de grãos de região embargada na Amazônia – Valor Econômico – Agronegócio - 20/05/2008..... 140
Novo ministro não quer interferência para montar equipe – Maurício Thuswohl - Agência Carta Maior – 21/05/2008 141
Mato Grosso se nega a ceder PMs para proteger Amazônia – O Globo – Capa – 21/05/2008..... 143
Central de Comercialização é o começo do 'Territórios' em SE – Sítio Eletrônico do MDA – 21/05/2008..... 144
Ministros e Maggi investem contra Minc – Valor Econômico – Opinião – Editorial - 21/05/2008..... 145
Minc diz que devastação cresceu e põe culpa em MT – Sergio Torres – Folha de São Paulo – Brasil – 22/05/2008 146
Minc: desmatamento aumentou - Tulio Brandão e Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 22/05/2008 148
Mais indústrias na floresta - Evandro Éboli – O Globo – O País – 22/05/2008 149
MG assina Acordo do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 23/05/2008..... 150
Não há agricultura sem devastação, diz governador de MT – Rodrigos Vargas - Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008 151
Inpe contesta declarações de ministro – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008 152
Satélite japonês vê mais desmatamento em Mato Grosso do que sistema do Inpe – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008 153
Ambientalistas pedem retração econômica – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/05/2008..... 154
'Há um espírito de aprovação prévia no Ibama' - Soraya Aggege – Entrevista com Marcelo Furtado – O Globo – O País – 25/05/2008..... 156
Minc diz que vai mudar Lei de Crimes Ambientais - Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – O País – 25/05/2008 158
Pena maior também para desmatamento – O Globo – O País – 25/05/2008..... 158
Vale do Javari agoniza com malária e hepatite – Demétrio Weber - O Globo – O País – 25/05/2008..... 159

Remédios da floresta - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 25/05/2008 161
Um pedaço de floresta por US$ 70 - Fernando Duarte – O Globo – O País – 26/05/2008 165
Carlos Minc toma posse como ministro do Meio Ambiente nesta terça-feira – Sítio Eletrônico do MMA – 26/05/2008 166
MMA realiza oficina para integrar políticas sobre água, florestas e solos – Sítio Eletrônico do MMA – 26/05/2008 166
Projeto de lei fere a Convenção da Biodiversidade – Sítio eletrônico do MST – 26/05/2008 167
Estados da Amazônia buscam pauta comum - Mauro Zanatta e Caio Junqueira – Valor Econômico – Especial - 26/05/2008 169
No AM, discurso virou 'patrimônio político' - Bettina Barros – Valor Econômico – Especial - 26/05/2008 171
Presidente critica cobrança externa sobre a Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 27/05/2008 172
Mangabeira diz ser "um ignorante" em relação à região amazônica – Iuri Dantas e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 27/05/2008 173
Amazônia: briga adia dados sobre devastação – O Globo – Capa – 27/05/2008 175
Lula: 'O mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono' - Maiá Menezes – O Globo – O País – 27/05/2008 179
Terras com estrangeiros: sem controle - Luiza Damé – O Globo – O País – 27/05/2008 180
Cidades pobres vão perder com ICMS Verde - Dimmi Amora – O Globo – Rio – 27/05/2008 180
Carlos Minc assume o Ministério do Meio Ambiente - Suelene Gusmão e Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 27/05/2008 181
Ministro Patrus Ananias destaca potencial do Territórios da Cidadania – Paola Amorim - Sítio Eletrônico do MDS – 27/05/2008 184
Mangabeira quer incentivo fiscal para indústria sustentável na Amazônia - Daniel Rittner e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 27/05/2008 185
Teste amazônico – Folha de São Paulo – Opinião – 28/05/2008 186
Fracasso na floresta – Folha de São Paulo – Opinião – 28/05/2008 187
Goiabada de mangaba – Mechiades Filho – Folha de São Paulo – Opinião – 28/05/2008 188
'Os inimigos dela serão meus inimigos' - Leila Suwwan – O Globo – O País – 28/05/2008 191
Especialista confirma desmatamento - Roberta Jansen – O Globo – O País – 28/05/2008 191
País só mantém 7,3% da Mata Atlântica - Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil - 28/05/2008 194
Governo anuncia recursos internacionais para proteger Amazônia - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 29/05/2008 195
Operações fiscalizam extração ilegal de madeira – Sítio Eletrônico da CPT – 29/05/2008 197
Ambientalistas internacionais vêem Minc com desconfiança – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008 197

Alemanha promete 500 milhões de euros para salvar florestas – Valor Econômico – Internacional - 29/05/2008.....198
Crédito seletivo - João Carlos de Oliveira – Valor Econômico – Suplemento - 29/05/2008 199
Mercado lança novos fundos ambientais - João Carlos de Oliveira – Valor Econômico – Suplementos - 29/05/2008.....201
Governo afrouxa regra de "crédito verde" – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 30/05/2008 202
Para Minc, "não haverá credito para desmatar" – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008.....204
Amazônia: redução da área protegida – O Globo – CAPA – 30/05/2008.....204
Fogo contra o crédito verde - Bernardo Mello Franco e Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 30/05/2008 205
Minc propõe controle de fornecedores - Graça Magalhães-Ruether – O Globo – O País – 30/05/2008.....206
Minc defende agenda positiva para sustentabilidade da Amazônia – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 30/05/2008.....207
Ministro anuncia R$ 1 bi para reflorestar áreas desmatadas – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 31/05/2008 209
Maggi quer crédito restrito só em área nova – Folha de São Paulo – Brasil – 31/05/2008 210
País não pode chorar, afirma membro da ONU – Folha de São Paulo – Brasil – 31/05/2008.....210
Amazônia: de quem é? – Paulo Nogueira Batista Jr. – O Globo – Opinião – 31/05/2008 211
Fazendeiro desmatador terá R$ 1 bi – O Globo – Capa – 31/05/2008 212
Desmatadores vão receber R$ 1 bi do governo – O Globo – O País – 31/05/2008 212
Lula não aceita 'palpites' do exterior - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 31/05/2008.....213

Governo aponta "vista grossa" de fiscais na extração de madeira – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2008

A Procuradoria Geral de Rondônia entregou em Brasília documentos e um vídeo que indicam, segundo o governo estadual, que órgãos de fiscalização "fariam vista grossa" em relação à extração ilegal de madeira nas terras Sete de Setembro enquanto os índios suruí não recebessem investimentos.

As gravações, diz o governo, foram feitas em 19 de agosto e 1º de setembro de 2005 em reuniões da comunidade suruí com a Procuradoria da República em Rondônia, o Ibama e a Funai.

"Queremos que a União apure se houve conivência dos órgãos federais com a extração de madeira", afirma o procurador-geral do Estado, que esteve em Brasília para entregar o material a órgãos.

O procurador da República Reginaldo Trindade confirmou presença na reunião e negou que tenha sido conivente. O vídeo apresenta o líder Almir Suruí defendendo a paralisação da extração, mas, segundo as gravações, ele foi derrotado pela maioria. Almir não foi localizado. A Funai diz ter tomado providências para conter a extração. O Ibama não falou.

III Conferência Nacional do Meio Ambiente debate mudanças do clima – Sítio Eletrônico do MMA – 02/05/2008

O Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente e de 44 entidades representativas da sociedade civil, realiza um debate inédito sobre mudanças do clima. De 7 a 10 de maio, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, será realizada a III Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA). É a primeira vez que um país realiza um processo participativo com todos os setores da sociedade para discutir o tema, que é destaque no cenário internacional

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, farão a abertura oficial da Conferência às 19h do dia 7. A III CNMA reunirá cerca de duas mil pessoas, entre delegados de todos os estados e convidados de 40 países. Na avaliação da ministra Marina Silva, "o ministério deu mais um passo importante na construção da cidadania brasileira ao combinar o processo da Conferência Nacional do Meio Ambiente com o enfrentamento das mudanças globais do clima". As propostas aprovadas durante a Conferência serão entregues ao Comitê Interministerial de Mudança do Clima e ajudarão na formulação da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

De acordo com Marina, o Brasil "no contexto internacional é um país especial. De um lado, sua matriz energética é das mais avançadas pela forte participação de 44% das fontes renováveis no suprimento de eletricidade e combustíveis líquidos. Quase 90% da

eletricidade consumida é produzida em hidroelétricas, e quase metade do combustível dos automóveis é etanol da cana de açúcar. O Programa Nacional do Biodiesel, iniciado no governo do presidente Lula, também reproduz o sucesso do etanol, tendo já consolidado a meta de 2% de óleos vegetais no diesel automotivo".

Sobre o desmatamento, a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa no País, a ministra destaca a redução de quase 60% nas taxas anuais de desmatamento da Amazônia, resultado de uma forte ação governamental nos últimos quatro anos. Tais medidas não reduziram a geração de riquezas e os benefícios na região, mas preservaram um capital físico em recursos florestais, genéticos, culturais e humanos .O que certamente beneficiará as futuras gerações de brasileiros.

Processo participativo - A Conferência Nacional é precedida por conferências locais (municipais, regionais, estaduais e do Distrito Federal), que garantem que o debate chegue a um número maior de pessoas. Concluída em abril, essa etapa mobilizou mais de 100 mil pessoas. Foram 751 conferências, sendo 566 municipais, 153 regionais, 26 estaduais e uma distrital, além de cinco seminários regionais/distritais. Nesses fóruns, foram eleitos mais de mil delegados que participarão da plenária nacional, que respeitam os seguintes critérios: da sociedade civil, 50% ? sendo 5% de comunidades tradicionais e 5% de povos indígenas; do setor empresarial, 30%; e do setor governamental, 20%.

A III CNMA recebeu mais de 5.000 mil propostas das Conferências Estaduais que envolvem áreas como aquecimento global, exploração predatória dos ativos florestais, preservação da biodiversidade agropecuária, energia, resíduos, indústria, transporte, saúde, recursos hídricos, assentamentos humanos, ecossistemas naturais, desenvolvimento tecnológico, entre outros. As proposições são sistematizadas, isto é, agrupadas por semelhança de conteúdo, para facilitar os debates na plenária nacional.

Prestação de Contas: O Ministério do Meio Ambiente (MMA) acaba de realizar um balanço sobre o cumprimento das deliberações da II Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), realizada em 2005. Mais de 300, de competência do ministério, ou seja, mais de 85% das decisões da plenária foram cumpridas ou estão em implementação. Entre as ações, projetos para a revitalização do Rio São Francisco e a ampliação do sistema de vigilância do desmatamento para outros biomas, além do Amazônico, em elaboração pelo MMA.O trabalho de levantamento das ações para disponibilização do público envolveu toda a pasta e o resultado pode ser acompanhado no site da Conferência (www.mma.gov.br/conferencianacional). As deliberações estão divididas por temas: Biodiversidade e Florestas, Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, Águas e Recursos Hídricos, Elementos de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável e Fortalecimento do Sisnama e Controle Social. A partir do tema é possível selecionar o subtema e a competência.

A Conferência é um processo dinâmico e contínuo. O sistema de consulta às deliberações será alimentado e atualizado, com encaminhamentos pertinentes. Assim, a sociedade poderá se apropriar dessas informações, fortalecendo o papel fundamental da Conferência na formulação de políticas públicas para o meio ambiente e como instrumento de participação e controle social.

Confira algumas ações implementadas:

- Implantação do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais em mais de 10 estados, com assinatura de convênios com 12 estados, envolvendo repasse de recursos da ordem de quatro milhões de reais, capacitando seis mil gestores em 160 municípios.
- Fortalecimento do Fundo Nacional de Meio Ambiente:Assinatura de 401 novos convênios e 61 Memorandos de Entendimento com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, resultando em investimentos da ordem de mais de 114 milhões de reais em projetos.
- Medidas adotadas para o controle de desmatamento da Amazônia: Realização de 17 grandes operações conjuntas entre Ibama e Polícia Federal que resultaram na prisão de 650 pessoas; desconstituição de cerca de 1.500 empresas; apreensão de cerca de um milhão de m^3 de madeira em toras. Essas ações contribuíram para a queda de 20% do desmatamento em relação a 2005-2006. A criação de um Grupo de Trabalho, para a responsabilização ambiental, que trabalhará inicialmente com os 150 maiores casos de desmatamentos de 2007, visando a responsabilizar criminal, administrativa e civilmente em curto prazo, também faz parte da intensificação do Plano de Combate ao Desmatamento.
- Lançamento do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), articulado em mais de mil instituições agrupadas em 150 Coletivos Educadores no território brasileiro.
- O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), entre 2004 e 2005, implantou 11 Pólos Pioneiros que envolveram 5.500 famílias de produtores rurais.
- Criação e implantação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, que hoje congrega cerca de 200 processos de 14 estados para troca de experiências e incentivo a novas agendas. Sua dinâmica envolve encontros estaduais, regionais e nacional.
- Execução, no rio São Francisco, do Programa de Revitalização de Bacias. Um balanço revela que estão em curso obras de esgotamento sanitário em 164 municípios, 147 projetos de controle de processos erosivos em 28 sub-bacias e a instalação de 546 estações de monitoramento de água. Para a recuperação de áreas degradadas, foram produzidas 60 mil mudas de plantas nativas somente neste ano e 500 produtores capacitados para proteção, manejo e recuperação florestal.
- Apoio à criação e ao fortalecimento da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais. A Rede foi criada em 2006 a partir da parceria MMA e Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS). Para sua construção, foram realizados encontros em todas as regiões e um encontro nacional, em Brasília, que reuniu representantes de 67 processos de agendas 21 Locais e 153 participantes de todas as regiões do Brasil. Para a sua implementação, foram realizados dois encontros regionais e 14 estaduais. Atualmente, a Rede congrega cerca de 200 processos para troca de experiências e incentivo a novas agendas.

Etanol do Brasil não é o alvo, diz líder do PV alemão - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 02/05/2008

O alemão Reinhard Bütikofer ficou impressionado com a visão de São Paulo desde o terraço do Edifício Itália, no centro da cidade. "Pelo pouco que vi, São Paulo é limpa e bem mais verde do que imaginava", diz o presidente do Partido Verde alemão, o Bündnis 90/Die Grünen, o maior e mais poderoso do mundo. Bütikofer veio para o 2º Global Greens, um megacongresso que reúne no Memorial da América Latina, até domingo, 500 militantes e ativistas políticos verdes de 81 países. Na agenda dos debates, mudanças climáticas e biodiversidade.

Filósofo, historiador e especialista em China, Bütikofer, de 55 anos, chegou a São Paulo na terça-feira à noite, em meio a chuva e congestionamento. Pareceu se inspirar: "4% dos chineses são donos de carros. Na Europa são 60%, nos EUA, 80%, e aqui em São Paulo me falaram que são 50%", começou. "Seria um pesadelo se os chineses copiassem nosso estilo de vida."

Ele aterrissou em dias de polêmica sobre a produção de biocombustíveis e o preço dos alimentos no mundo. "Até onde vejo, o Brasil não é o foco da discussão na Europa. O etanol brasileiro está no lado positivo do debate."

O foco, resumiu, estaria na produção de óleo de palma na Indonésia (que a Alemanha importa em grande quantidade) à custa de florestas, na baixa eficiência energética do etanol de milho dos EUA, na dúvida de quanto e como os biocombustíveis efetivamente ajudam o ambiente e na pressão sobre a indústria automobilística para que produza carros menos poluentes. No topo, a interface entre biocombustíveis e alimentos.

"Acho que esta questão, na Europa, é menos uma resistência do movimento ambientalista do que uma resistência de círculos industrializados que acreditam que substituindo gasolina por biocombustíveis podem evitar investimentos tecnológicos na produção de motores mais eficientes ou automóveis mais sustentáveis."

Valor: *Como o senhor virou um especialista em China?*

Reinhard Bütikofer: Não é assim, não sou um especialista... Há 30 anos, entrei em uma livraria em Londres e vi aqueles livros da editora Penguin para aprender frases em outras línguas. Havia um de chinês e outro de suaíli. Fiquei em dúvida, mas acabei escolhendo o de chinês. Depois, na universidade, estudei chinês antigo. Gosto de línguas. Fui para a China várias vezes.

Valor: *Em termos ambientais, quando se pensa em China e Índia, a conta que se faz é que um bilhão de pessoas no mundo desenvolvido consome muito e cinco bilhões quase não consomem. Se este pessoal quiser ter carro, comer carne, viajar, como vai ser? O sr. acha que os superconsumidores estão dispostos a consumir menos para que chineses e indianos consumam mais?*

Bütikofer: Seria um pesadelo se os chineses copiassem o nosso estilo de vida e eles sabem disso. Claro que é legítimo que queiram melhorar a vida que têm. Mas começaram a perceber que, nos últimos 20 anos, causaram muitos danos ao seu ambiente. Estão minando seu próprio desenvolvimento e tirando o chão sob seus pés, literalmente, ao poluírem o solo e a água em níveis terríveis. Eles começam a falar em como melhorar isso e acho que temos que ajudá-los a desenhar um novo modelo de desenvolvimento. Já há experiências muito interessantes na China.

Valor: *A que o sr. se refere?*

Bütikofer: Em grandes cidades na província de Sichuan, por exemplo, as motos não queimam gasolina. Em Nova Déli é parecido.

Valor: *E andam como?*

Bütikofer: Não sei qual é a tecnologia. Mas não andam com gasolina, usam muito gás. Há esforços em melhorar ambientalmente. É uma questão de ter tecnologia, de planejar um novo padrão de vida e de motivar - e liberar - pessoas a pensarem em termos de inovações ambientais. É preciso transformar o que herdamos. É o que os chineses chamam de "environmental civilization".

Valor: *Que conceito é esse?*

Bütikofer: Ainda é mais um slogan do que um conceito. Eu o escutei pela primeira vez na China em 2007. É uma meta que tem a ver com a redução de CO2, com ter menos impactos industriais negativos, com obter uma agricultura que dependa menos da exploração de recursos naturais. Neste momento, a "civilização ambiental" chinesa é um objetivo que eles vislumbram e que tem mais a ver com uma necessidade do que com uma solução.

Valor: *Voltando ao consumo: o sr. acha que os consumidores europeus e americanos estão dispostos a uma redução vigorosa?*

Bütikofer: Depende do que se quer dizer por redução de consumo. Não há uma conexão necessária entre determinado nível de riqueza material, por um lado, e a emissão de gases estufa, por exemplo. Pode-se ser mais eficiente no uso da energia, na tecnologia, na reciclagem e manter o padrão de vida em alto nível. Agora, se pegarmos o CO2 como medida, é óbvio que nós somos superconsumidores. A Alemanha emite, per capita, 10 toneladas de CO2 por ano. Isso não é tão ruim quanto os EUA, mas é quase cinco vezes a média da Índia. Claramente temos que cortar.

Valor: *A maior economia da Europa pode fazer isso sem quebrar?*

Bütikofer: Acho que sim. Podemos até impulsionar a nossa economia desenvolvendo a estratégia da inovação ambiental, algo que combine redução de emissão de gases estufa, por exemplo, com progresso econômico. Temos sido bem-sucedidos com as energias renováveis. Na Alemanha, nos últimos anos, fomos capazes de produzir 250 mil novos empregos impulsionando este setor, uma indústria forte, competitiva e inovadora. Não há necessariamente uma oposição entre progresso econômico e responsabilidade ambiental. É importante ter os mecanismos de mercado certos e a regulamentação adequada, não é uma solução fácil. Mas há exemplos positivos que podem ser inspiradores.

Valor: *Uma discussão frequente no Brasil é como desenvolver sem desmatar. Isso é possível e realista?*

Bütikofer: Os países em desenvolvimento que querem criar um futuro positivo para si não podem copiar o nosso modelo industrializado de desenvolvimento, que produziu grandes custos ambientais e sociais. É possível evitar os erros que fizemos e conseguir um modelo de desenvolvimento melhor. O Brasil já mostrou sua habilidade em criar seu próprio caminho. Há muitos anos as autoridades brasileiras optaram pelo etanol de cana e não fizeram isso copiando da Europa. O desafio é encontrar o equilíbrio entre soluções domésticas sem se isolar e enxergando a experiência estrangeira.

Valor: *As usinas de álcool em São Paulo não paravam de receber parlamentares estrangeiros, inclusive verdes, que queriam saber como o Brasil faz etanol. Agora parece que não há tanto glamour nestas visitas. O que aconteceu?*

Bütikofer: Muitas coisas aconteceram juntas e mudaram o humor geral sobre os biocombustíveis.

Valor: *Que coisas?*

Bütikofer: Até onde vejo, o Brasil não é o foco da discussão na Europa. Grupos ambientalistas têm criticado há muito a produção de óleo de palma na Indonésia, que é importado em volumes crescentes pela Alemanha e vem sendo produzido em áreas onde a floresta está vindo ao chão. O impacto na emissão de gases do efeito estufa é muito negativo.

Também há debates comparando os graus de eficiência dos diferentes biocombustíveis. Aí o etanol brasileiro feito de cana-de-açúcar está do lado positivo. Mas a eficiência do etanol de milho dos EUA é muito baixa.

E há ainda a discussão sobre se os biocombustíveis realmente ajudam o ambiente ou se são apenas uma nova estratégia de desenhar novos subsídios para fazendeiros nos EUA e na Europa. Outro ponto seria que os carros antigos não estão tecnicamente preparados para consumir a mistura de álcool e de gasolina.

Valor: *Esta foi uma das razões alegadas pelo governo alemão no recente recuo na decisão de adotar logo a mistura álcool-gasolina no país. Mas existem muitos carros velhos na Alemanha?*

Bütikofer: Sim, mas menos que em outros países. Acho que a média de idade dos carros nas ruas das cidades alemãs é 8 anos.

Valor: *Na Europa, então, o debate sobre os biocombustíveis ainda está aberto?*

Bütikofer: É uma questão em andamento. Há uma discussão importante dirigida aos fabricantes de carros europeus - questiona-se se as empresas não deveriam fazer mais esforços para ficar mais eficientes. Há todo tipo de argumentação, e no topo de tudo, o aumento no preço dos alimentos no mundo. A política agrícola européia vem sendo alvo de críticas dos Verdes há tempos porque os subsídios existentes acabam deprimindo a agricultura em países pobres. Fica mais barato importar produtos europeus do que criar seu próprio mercado. E, de repente, aparece um artigo agrícola específico que é aceito pelo mercado europeu, que é o biocombustível, e depois o Banco Mundial e o FMI começam a nos dizer que podemos estar no limite de produzir uma profunda crise de alimentos em vários países.

Não acho que esta é uma discussão de um lado só. Na nossa visão, a crítica se dirige aos subsídios agrícolas europeus, ao setor automobilístico e à importação de produtos como o óleo de palma da Indonésia que usam o termo "bio" quando na verdade não o são.

Valor: *O PV alemão está dividido neste assunto?*

Bütikofer: Não diria isso, mas alguns de nós são mais otimistas do que outros.

Valor: *E entre as ONGs?*

Bütikofer: Os grupos ambientalistas ainda são muito críticos. Há solicitações para que o padrão determinado pela União Européia de ter 10% de biocombustíveis na gasolina em 2020 caia. Alguns dizem que seria ok importar biocombustíveis de fontes sustentáveis e ambientalmente responsáveis, mas outros falam que, na prática, este padrão seria difícil de desenhar e implementar. Eu acredito que esta discussão é menos uma resistência do movimento ambientalista e mais uma resistência de círculos industrializados que acreditam que substituindo gasolina por biocombustíveis podem evitar investimentos tecnológicos na produção de motores mais eficientes ou automóveis mais sustentáveis. Agora a pressão está sobre a indústria, para que não fuja à responsabilidade.

Valor: *Nestas questões ambientais, no que o sr. é otimista? O que enxerga como uma boa aposta?*

Bütikofer: A racionalidade econômica dominante em muitos países, inclusive o nosso, foi estruturada contra a sustentabilidade. Em muitos casos é uma coisa ou outra. Se não conseguirmos mudar esta moldura, não sou muito otimista. Mas estamos tentando construir o que chamamos de "economia verde de mercado", uma economia que usa os mecanismos de mercado, mas com uma estrutura que se relaciona com interesses sociais e de responsabilidade ambiental. Entram aí o sistema europeu do mercado de emissões de carbono, eco-taxas e outros mecanismos que direcionem o desenvolvimento econômico para outro rumo. Acho que uma das falhas mais importantes das discussões internacionais de clima e de biodiversidade está no contexto da divisão de responsabilidades.

Valor: *O que o sr. quer dizer?*

Bütikofer: Quando se fala em fardos, ninguém nunca quer nenhum. Acho que teríamos que falar de divisão de esforços e de oportunidades, porque é disso que se trata, no final. E esta é uma responsabilidade dos países mais industrializados. Eles têm que comprovar a tese de que podem haver avanços competitivos, economicamente viáveis e sustentáveis, com estilos de vida e modos de produção que possam ser copiados pelos outros. Se os países ricos não se moverem nesta direção, quem se moverá?

Campanha do Greenpeace no YouTube faz Unilever ceder - Aaron O. Patrick – Valor Econômico – Especial - 02/05/2008

A Unilever fez da Dove uma marca bilionária com propagandas que promovem a auto-estima das mulheres. Mas, nas últimas semanas, o grupo ambientalista Greenpeace divulgou paródias dos anúncios, com acusações de que a empresa está destruindo as florestas tropicais da Indonésia com sua fome de óleo de palma, ingrediente essencial na fabricação de sabonete e margarina.

O Greenpeace comemorou ontem uma vitória importante, quando a gigante dos alimentos e produtos de limpeza voltou atrás e anunciou que apenas comprará óleo de palma de fornecedores que comprovarem que não destruíram florestas.

A rapidez da campanha marca um momento crucial para os grupos de ativistas. A propaganda do Greenpeace está no YouTube.com há apenas uma semana e já foi assistida 250.000 vezes. Da mesma maneira que as maiores empresas do mundo, como a Unilever, têm usado a internet para divulgar suas propagandas, ativistas passaram a usar o meio para disseminar suas mensagens de modo rápido e barato. Procure "Dove" no YouTube e a propaganda do Greenpeace é a primeira a aparecer nos resultados da busca.

Durante uma conferência em Londres sobre mudanças no clima, Patrick Cescau, diretor-presidente da Unilever, pediu uma moratória no desmatamento da Indonésia pelos produtores de óleo de palma, uma das exigências mais importantes do Greenpeace. Antes, a Unilever argumentava que a moratória prejudicaria a oferta mundial de óleo de palma.

Um porta-voz da Unilever disse que os protestos do Greenpeace "tiveram alguma influência, mas muito pouca" na decisão da empresa em relação ao óleo de palma. Ele disse que a nova política estava nos planos desde novembro.

Mas o Greenpeace tomou para si o crédito. Ele atacou os sabonetes e cremes da Dove porque "todo mundo já ouviu falar dessa marca", disse o diretor-executivo do grupo, John Sauven. "É a face mais pública da empresa".

A imagem do Dove como uma marca sensível e inclusiva também colaborou com a estratégia do Greenpeace. Numa campanha que atraiu a atenção do mundo e rendeu prêmios, a Unilever reposicionou a Dove desde 2004 como uma marca que valoriza a individualidade das mulheres e rejeita o estereótipo da mulher perfeita. O Greenpeace se inspirou na campanha Pela Real Beleza, criada pela agência Ogilvy & Mather, da WPP Group.

Os panfletos do Greenpeace mostram fotos de orangotangos ao lado de duas opções: "gorgeous or gone?", algo como "belo ou extinto?". Uma das propagandas da Ogilvy mostrava uma fotografia de uma mulher mais velha ao lado de duas opções: "enrugada ou encantadora?"

A equipe do Greenpeace refez um vídeo da Dove chamado Evolução, pelo qual a Ogilvy ganhou o prêmio mais importante do festival anual da propaganda em Cannes, na França. Ele mostra como a indústria da moda pode alterar a imagem de uma modelo para torná-la mais atraente. A propaganda do Greenpeace exibe uma série de imagens de desmatamento, orangotangos morrendo e produtos da Dove nas prateleiras de supermercados. "Fale com a Dove antes que seja tarde demais", diz a legenda do vídeo.

Grandes empresas são alvo freqüente de ecologistas e outros ativistas que defendem mudanças em suas operações ou na de seus fornecedores. A WWF, uma ONG ecológica de abrangência mundial, divulgou propagandas no jornal britânico "Financial Times" em que denunciava gigantes como a Royal Dutch Shell.

O porta-voz da WWF, David Cowdrey, afirmou ontem que o Greenpeace merece um pouco de crédito pela decisão da Unilever. "Tenho certeza que ajudou, mas não acho que tenha sido o principal fator", disse ele.

"As ONGs e grupos de ambientalistas estão muito espertos hoje em dia", diz Hugh Hough, presidente da Green Team USA, uma agência de publicidade especializada em marketing ecológico.

A Unilever, uma das maiores consumidoras de óleo de palma do mundo, informou que implantará gradualmente durante os próximos sete anos a sua nova política para os fornecedores.

O óleo de palma, também conhecido no Brasil como óleo de dendê, é produzido principalmente na Indonésia e na Malásia. A alta do óleo contribuiu para o desmatamento, especialmente na Indonésia, para dar espaço às plantações de palmeiras.

Ao custo de 50.000 libras (cerca de US$ 100.000), a campanha do Greenpeace saiu no jornal "London Times", em panfletos distribuídos em Londres e na página do Greenpeace no YouTube.

A Unilever demonstrou astúcia ao responder à pressão do Greenpeace, porque o grupo tem muita experiência e credibilidade quando se trata de questões ecológicas, diz Marie Ridgley, diretora da Added Value, uma consultoria de marcas da WPP. A Unilever "não pode fingir que é perfeita e ninguém espera que seja", diz ela.

Campeãs de derrubada de matas fogem de cadastro – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008

Só 20% das 15 mil fazendas seguiram ordem do governo

Nos 36 municípios da Amazônia que mais desmataram no final de 2007, apenas 20% da propriedades rurais com áreas superiores a quatro módulos fiscais (entre 60 e 80 hectares, dependendo do município) fizeram o recadastramento exigido pelo governo federal.

O recadastramento das propriedades rurais dos 36 municípios foi uma das principais medidas anunciadas em janeiro pelo governo federal para tentar conter o desmatamento na região amazônica. Na época, foi registrado um aumento na derrubada de matas nos últimos cinco meses de 2007.

Segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), das 15,4 mil propriedades rurais que necessitavam fazer o recadastramento, apenas 3.080 o fizeram. Os 36 municípios da lista de maiores desmatamentos -19 localizados em Mato Grosso, 12 no Pará, quatro em Rondônia e um no Amazonas- foram responsáveis por 50% das derrubadas de árvores registradas na Amazônia recentemente.

O objetivo do governo, com o recadastramento, é monitorar os desmatamentos, cruzando os dados atualizados das propriedades com as imagens de destruição da floresta captadas por satélites. Dessa forma, pretende identificar os responsáveis pelas áreas desmatadas.

As 12.320 propriedades que deixaram de fazer o recadastramento tiveram o CCIR (Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais) suspensos. Com isso, os proprietários das áreas estão impedidos de vender suas terras e obter créditos em bancos.

Para Carlos Xavier, presidente da Faepa (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará), o alto custo do recadastramento -que exige a apresentação de certidões legais e plantas com a localização geográfica dos imóveis rurais- foi o principal motivo para o baixo percentual de adesão. "O cadastro têm um custo muito alto. O proprietário tem que obter certidões atualizadas nos cartórios de imóveis, tirar certidões nos órgão fundiários e tem que georreferenciar as áreas."

Para Xavier, a obrigatoriedade é uma tentativa de "engessar o desenvolvimento da região". Segundo ele, a federação deve entrar com uma ação contra a suspensão dos CCIRs. O Sindicato Rural de Redenção, Pau D'Arco e Cumaru do Norte entrou com uma ação na Justiça pedindo a suspensão da obrigatoriedade do recadastramento. O município de Cumaru do Norte é um dos 36 da lista. "Recomendamos aos proprietários que tivessem projetos ou que estivessem comercializando as áreas que fizessem o recadastramento. Aqueles que não estivessem com estes problemas, [a orientação] foi que esperassem a decisão do juiz", disse Rosângela Hanemann, presidente do sindicato.

Clinton diz que Brasil tem responsabilidade e honra de preservar a Amazônia – Daniel Bergmasco – Folha de São Paulo – Brasil – 03/05/2008

Presidente dos Estados Unidos entre 1993 e 2001, Bill Clinton declarou ontem em palestra em Nova York que a floresta amazônica dá ao Brasil, ao mesmo tempo, a "mais dura" responsabilidade sobre o futuro climático do planeta e o "privilégio" de poder assumir o desafio de preservá-la. Diante da platéia de empresários, políticos e artistas brasileiros, Clinton disse: "Desejo que estivesse aqui ouvindo, e não falando. Porque não há país no mundo que faça mais esforços para encontrar um caminho para desenvolvimento sustentável para salvar o mundo do aquecimento global do que o Brasil (...) Sinto que vocês têm um grande problema [desmatamento], mas têm também uma sorte grande de ter a Amazônia. É uma honra ter a responsabilidade de preservá-la." A palestra foi parte do 2º Fórum de Desenvolvimento Sustentável, organizado pela ONG Anubra (Associação das Nações Unidas Brasil), do empresário Mário Garnero, da Brasilinvest. O ex-presidente americano mencionou o fato do álcool de cana-de-açúcar, cuja produção predomina no Brasil, ser mais eficiente que o de milho, comum nos EUA. Contudo, disse ele, é preciso zelar para que a plantação do produto não gere desmatamento. Em discurso anterior, no mesmo fórum, Paula Dobriansky, Secretária-Adjunta de Estado para Democracia e Relações Globais, cobrou os países emergentes sobre a redução de emissão de gás carbônico. "Não adianta nada só os Estados Unidos cortarem", afirmou ela.

O desafio do meio ambiente – Merival Pereira – O Globo – 03/05/2008

Complementando as análises dos cenários possíveis para o futuro do país, abrangendo os próximos sete anos (2008-2014), a empresa de consultoria Macroplan, do economista Cláudio Porto, especializada em estudos prospectivos, fez um trabalho sobre a influência dos problemas do meio ambiente na economia mundial, e as repercussões no Brasil. Os cenários que a empresa montou para o futuro do país, comentados aqui nas colunas dos dias 12 e 13 de abril, seguem duas tendências principais: o mais provável de acontecer é um “Crescimento inercial”, sem avanços nas reformas estruturais.

O cenário mais pessimista, intitulado “Baleia encalhada”, prevê o surgimento de um projeto neopopulista no país em resposta às dificuldades econômicas produzidas pela crise financeira nos Estados Unidos.

O cenário mais otimista, “Salto para o Futuro”, aconteceria com a formação de uma coalizão majoritária reformista, nas eleições presidenciais de 2010 ou pelas pressões da crise. A Macroplan fez uma análise de como a questão ambiental vai afetar nos próximos anos esses cenários e o Brasil, Índia e China, três dos quatro países que formam o BRIC, que a consultoria Goldman Sachs aponta como futuros líderes da economia mundial dentro de 30 a 40 anos.

Para a Macroplan, “o aumento das pressões antrópicas e conseqüente degradação ambiental na China, Índia e no Brasil” são gargalos ao crescimento sustentável desses três países, embora se apresentem com distintos graus de intensidade e urgência.

Nos casos da China e da Índia,“ os problemas ambientais e as deseconomias geradas” estão se tornando cada vez mais agudos. A Macroplan considera como “certa ou

quase certa" no horizonte de 2008-2014 a desaceleração do crescimento econômico desses dois países por conta de restrições ou limites ambientais, mesmo sem considerar os impactos das mudanças climáticas.

Usando projeções da Goldman Sachs, o estudo da Macroplan diz que é muito provável que esta desaceleração ocorra ao longo dos próximos anos, com a redução do crescimento em 3% anuais na China e em torno de 2% anuais na Índia, em decorrência "não apenas de pressões inflacionárias e turbulências sociais, mas também, e em maior prazo, por conta de restrições ambientais".

Já o Brasil encara uma situação ambiental menos desfavorável do que China e Índia a médio prazo, "embora enfrente sérios problemas de desmatamento, especialmente na Amazônia (com repercussões negativas na imagem e em negócios do país) e de assoreamento de cursos d'água (53% dos municípios do país em 2002, segundo pesquisa do IBGE), poluição da água (38% dos municípios, segundo a mesma fonte), alteração da paisagem (35%), contaminação do solo (33%) e poluição do ar (22%)".

Também a Goldman Sachs, num trabalho intitulado "Além dos BRICs", ressalta a necessidade de a questão ambiental tornar-se prioridade para esses países, apesar das dificuldades de equilibrar o desenvolvimento com a proteção ambiental.

Segundo o estudo, urbanização, industrialização e agricultura intensiva significam que as pressões no meio ambiente continuarão atuando nas próximas décadas nesses países.

Com relação à urbanização, embora Brasil e Rússia já estejam tão urbanizados ou mais que os países do G-6, Índia e China vão enfrentar esse desafio nos próximos 25 anos. Por volta de 2030, a urbanização da China crescerá cerca de 50%, e cerca de 40% na Índia. A poluição do ar é uma conseqüência inevitável do crescimento desses países, diz o estudo, já que eles estão passando pela fase mais intensa de uso de energia.

A China deve superar os Estados Unidos como maior emissora de dióxido de carvão em menos de dez anos. Com as emissões de CO2 crescendo 4% ao ano, as emissões chinesas serão 1/3 maiores que as dos Estados Unidos em 2030, mesmo a economia chinesa não ultrapassando a americana.

As emissões de CO2 da Índia poderão ser quase o dobro das do Japão em 2030.

Uma maneira de satisfazer a crescente demanda por energia dos BRICs seria reduzir a dependência dos combustíveis tradicionais, melhorando a eficiência e mudando para combustíveis alternativos.

O consumo de eletricidade produzida por hidroelétricas e outras fontes renováveis de energia deve mais que dobrar nos BRICs por volta de 2030, chegando a 1/3 do consumo total mundial.

O problema é que projetos de hidroelétricas trazem inúmeros impactos ambientais. O Brasil, segundo o estudo da Goldman Sachs, aumentará seu consumo de energias alternativas como o etanol, hidroelétrica e mesmo solar, mas tem limitações de investimentos. A agricultura também terá parte importante na degradação do meio ambiente nesses países, com o uso intensivo de água.

O estudo ressalta que os países do BRIC terão papel fundamental nos esforços para enfrentar as mudanças climáticas, já que nos próximos 25 anos os países em desenvolvimento serão responsáveis por nada menos que 75% das emissões de gases de efeito estufa, com a China sendo responsável por 1/3.

Os BRICs são particularmente vulneráveis aos efeitos do aquecimento global, lembra o estudo da Goldman Sachs, destacando que grandes cidades como Shangai, Mumbai, São Petersburgo e Rio de Janeiro são à beira-mar.

O aumento do nível do mar pode afetar significativamente as atividades econômicas nas cidades costeiras, onde vive perto de 25% da população dos BRICs, ou 600 milhões de pessoas.

Apesar das dificuldades, há sinais positivos, destaca o estudo: a cobertura florestal tem crescido na China e Índia desde o início dos anos 1990, e o Brasil é o líder destacado do uso de combustíveis renováveis.(Continua amanhã)

O Brasil e a questão ambiental – Merival Pereira – O Globo – 04/05/2008

Os cenários para o futuro da economia brasileira nos próximos sete anos — os três últimos do segundo governo Lula e os quatro do próximo presidente a ser eleito em 2010 — serão fortemente impactados pelas questões do meio ambiente, mas o Brasil será menos afetado do que Índia e China, que compõem juntamente com a Rússia o grupo BRIC que, segundo a consultoria Goldman Sachs, serão os países protagonistas da economia mundial dentro de 30 anos. Os cenários brasileiros foram feitos pela consultoria de estudos prospectivos Macroplan, segundo a qual os três países serão afetados pelas mudanças climáticas, mas a expectativa dominante é que isso só ocorrerá de forma mais intensa dentro de um prazo mais longo que o do horizonte dos cenários econômicos, de 2008-2014.

O que deve ocorrer, neste período, diz o estudo, é uma forte pressão dos países desenvolvidos signatários do protocolo de Kyoto e também dos Estados Unidos, até como condição para que avance no controle de suas emissões, para que após 2012, países em desenvolvimento, especialmente China, Índia e Brasil assumam maiores responsabilidades em limitar a expansão de suas respectivas emissões.

Com relação ao Brasil, a Macroplan considera que em um horizonte de longo prazo, "se não ocorrerem avanços tecnológicos significativos, a atual matriz de produção agrícola brasileira será negativamente afetada pelas mudanças climáticas, especialmente o café, a soja e o arroz, como indicam as estimativas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas".

No entanto, segundo o estudo da Macroplan, as evidências disponíveis levam a crer que, pelo menos no caso do Brasil, até 2014 os impactos das mudanças climáticas serão pouco significativos. O estudo elenca como as questões ambientais mais urgentes a contenção do desflorestamento e soluções eficazes e de ampla escala para a destinação de resíduos urbanos — lixo e esgotos sanitários, o que pressupõe mudanças e melhorias substanciais na gestão e na regulação ambiental.

"O aumento das pressões antrópicas e conseqüente degradação ambiental é um dos gargalos ao crescimento sustentável do Brasil", afirma o estudo da Macroplan. Atividades econômicas em larga escala, e falta de regulação e fiscalização adequadas, têm aumentado drasticamente a taxa de desmatamento florestal no Brasil.

Além disso, há pressões crescentes sobre os recursos hídricos e a perda de biodiversidade, cuja degradação não parece estar sendo suficientemente contida.

Os efeitos das questões ambientais nos cenários de desenvolvimento brasileiro foram analisados pela Macroplan.

O cenário mais otimista, a que deram o nome de "Salto para o futuro", seria vivido num ambiente internacional onde as mudanças climáticas são vistas como um problema comum e urgente, havendo em conseqüência um engajamento internacional maior no

controle de emissões, inclusive com o compromisso dos Estados Unidos de controlar suas emissões de gases de efeito estufa, num acordo pós-Kyoto.

Os países emergentes como os BRIC teriam que assumir também seus compromissos.

No Brasil ocorreria um choque de gestão e regulação ambiental com forte parceria público-privada.

Uma crescente agilidade do licenciamento ambiental e da atuação do setor público, reduziria os conflitos.

Uma gestão ambiental inovadora, com fomento intensivo à "economia verde", seria adotada, com o uso intensivo de tecnologias modernas para gestão ambiental; redução progressiva do desflorestamento; início de um processo de recuperação da mata nativa e uso sustentável de floresta plantada.

Haveria uma multiplicação de iniciativas de conservação e uso rentável da biodiversidade; maior sustentabilidade no uso dos recursos naturais e desenvolvimento de oportunidades de negócio ligadas à "economia verde".

O cenário mais provável, no entanto, segundo a Macroplan é o de "Crescimento inercial", onde mesmo o mundo considerando as mudanças climáticas problema "comum e urgente", e as pressões internacionais aumentando, o Brasil faria apenas pequenos avanços nessa agenda ambiental.

A resposta às crises ambientais seria a intensificação cíclica da fiscalização e das ações repressivas. Haveria uma "melhoria moderada" nos processos de licenciamento ambiental.

Uma forte ênfase na atuação do Estado geraria uma "relação dual" com o setor privado, ora de cooperação, ora conflituosa. Essa dualidade provocaria a intensificação dos conflitos em torno da exploração de recursos florestais.

As pressões provocariam a redução da taxa de crescimento das emissões de gases de efeito estufa, visando adequação a acordos internacionais, e dinamização da produção de biocombustíveis no país, para mercado interno e exportação.

Haveria "esforços pontuais" para adaptação preventiva de áreas potencialmente vulneráveis às mudanças climáticas. O panorama seria, segundo a Macroplan, de "continuidade de elevada pressão antrópica e de um modelo econômico com reduzida sustentabilidade ambiental".

Na coluna de ontem, uma frase truncada ficou sem sentido.

Onde se lê que a China será o país maior emissor de "dióxido de carvão", o certo seria "o maior emissor de dióxido de carbono, devido ao uso intensivo de carvão como fonte de energia".

Novo pacto climático é viável, diz ONU – Folha de São Paulo – Ciência – 05/05/2008

O mundo poderá fechar um significativo pacto de combate às mudanças climáticas, disse ontem Rajendra Pachauri, presidente do Painel do Clima da ONU (Organização das Nações Unidas).

O otimismo do dirigente, explicitado em um evento na cidade de Madri, Espanha, é por causa do tom atual das negociações que estão sendo travadas entre os países desenvolvidos, os que mais poluem a atmosfera do planeta.

"Se esse momento continuar, nós teremos um acordo que não será apenas um mero conjunto de compromissos", disse ontem Pachauri.

A grande missão da ONU é conseguir costurar um acordo com metas de emissões de dióxido de carbono até 2009. O pacto precisaria entrar em vigor até 2015 e obter resultados concretos até 2050.

Pachauri também voltou a provocar os Estados Unidos, que não assinaram o Protocolo de Kyoto. "Acredito que será muito difícil para qualquer país ficar de fora de um novo pacto", afirmou.

Secretário participa de webconferência do Territórios – Sítio Eletrônico do MDA – 05/05/2008

Na próxima quarta-feira (7), o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci, participa a partir de Brasília (DF) de webconferência - realizada em computadores por chats, vídeo e voz através da internet - sobre o programa Territórios da Cidadania, das 14 às 18 horas.

O objetivo é debater com os membros do colegiado territorial, delegados de Desenvolvimento Agrário, agentes de desenvolvimento, dirigentes municipais e estaduais, lideranças sociais e organizações que atuam nos territórios o texto-base elaborado pela SAF/MDA sobre a implementação das políticas da Secretaria para a agricultura familiar.

O texto esta em debate tem a finalidade de servir como uma forma de contribuir com os atores sociais dos territórios, a implementação das políticas da SAF como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Biodiesel, Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), entre outros, suas interações e mecanismos de acesso. Além disso, o documento aponta a necessidade de se buscar arranjos institucionais criativos e responsáveis que consigam articular os mecanismos de organização, produção, beneficiamento, armazenagem e comercialização.

O Biodiesel irá apoiar, financiar e orientar a organização da base produtiva de oleaginosas, atuará na disponibilização de insumos e de tecnologias aos agricultores familiares participantes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Os Programas Especiais apoiarão a diversificação econômica da agricultura familiar, em especial das áreas cultivadas com tabaco, a recuperação das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba, a prevenção da influenza aviária, a oferta de sementes de variedades apropriadas e o fortalecimento e expansão das iniciativas em uso, manejo e resgate de sementes locais, tradicionais ou crioulas da agricultura familiar, entre outras ações.

Territórios - Os Territórios da Cidadania foram definidos pelo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e reduzido dinamismo econômico. Também são lugares com concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e beneficiários do Bolsa Família. A estratégia de enfrentamento à pobreza é baseada no desenvolvimento regional. As 135 ações do Programa envolvem 19 ministérios. Ao todo, em 2008, o Territórios da Cidadania deve destinar R$ 11,3 bilhões.

Mais informações sobre esta ação do Governo Federal podem ser obtidas no portal: www.territoriosdacidadania.gov.br.

Piauí assina acordo de cooperação do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 05/05/2008

"O programa Territórios da Cidadania irá cuidar da população mais pobre deste País, garantindo políticas de reparação". A afirmação foi feita nesta segunda-feira (5), em Teresina (PI), pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a assinatura do Acordo de Cooperação Federativa para a efetivação dos quatro territórios da cidadania no estado. Ao todo, o Piauí irá receber R$ 705 milhões.

Assinaram o pacto o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, o governador do Piauí, Wellington Dias, e os prefeitos dos municípios de Paulistana e Palmeirais, Luiz Coelho e Marcos Almeida, respectivamente. O presidente Lula destacou os recursos que serão aplicados em cada um dos territórios piauienses: Carnaubais com R$ 80,9 milhões; Entre Rios, R$ 325,2 milhões; Serra da Capivara, R$ 89,7 milhões; Vale do Guaribas, R$ 208,4 milhões.

"Vamos dar condições para que as pessoas possam produzir porque o Brasil precisa de mais alimentos", destacou Lula."Nós temos terra para produzir, tecnologia, água, sol". Para o presidente, é preciso investir em políticas como a de preço mínimo para os produtos dos agricultores, o que garante segurança no campo.

Políticas públicas - Para o ministro Guilherme Cassel, o Territórios da Cidadania trará ações importantes para o desenvolvimento do País. Ele ressaltou que os recursos destinados ao Piauí serão utilizados integralmente em 2008. "Estamos levando aos lugares

mais pobres um conjunto de políticas públicas que irão revolucionar o meio rural brasileiro", disse o ministro.

Estavam presentes no evento os ministros Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Márcio Fortes, das Cidades; José Gomes Temporão, da Saúde; Tarso Genro, da Justiça; e Celso Amorim, de Relações Exteriores. Também participaram da cerimônia o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira, o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado, Evandro Miranda, e o delegado regional do MDA, Adalberto Pereira.

Investimento no Piauí - Nesta primeira etapa, o programa beneficiará 60 territórios rurais em todo o País. Ao todo, são 135 ações de 19 ministérios para o desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais, que beneficiarão mais de dois milhões de famílias em 958 municípios. O investimento para 2008 é de R$ 11,3 bilhões em todo o País.

O Território Carnaubais tem 49 ações previstas. Entre as principais, a população local terá o Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiando 398 famílias (com um recurso estimado em R$ 8,7 milhões); o Programa Luz Para Todos fará 579 ligações de energia (recurso de R$ 4,1 milhões); e crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para 8.683 famílias (com R$ 11 milhões).

Já o Território Entre Rios contará com 55 ações previstas. Lá, a população terá a ampliação do acesso aos medicamentos essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil, com a implantação de 22 farmácias (recursos da ordem de R$ 1,2 milhão). Também serão efetuadas 1.211 ligações do Programa Luz Para Todos, com um investimento de R$ 8,5 milhões, por exemplo.

Cinqüenta e sete ações estão previstas no Território Serra da Capivara. Entre elas, destacam-se a construção de 605 cisternas e o beneficiamento de 930 famílias por meio do Projeto Dom Helder Camara. Já no Vale do Guaribas serão desenvolvidas 62 ações. Entre elas, estão o Programa Bolsa Família, que chegará a 44.894 novas unidades familiares, e o Programa Cisternas, que prevê a construção de 1.120 cisternas na região.

Mais informações sobre o Territórios da Cidadania podem ser obtidas no portal: www.territoriosdacidadania.gov.br

Protocolo de Kyoto e a tributação dos créditos de carbono - Marcio Mattos de Oliveira e Gilberto de Castro Moreira Junior – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 05/05/2008

A tributação sobre as operações de comercialização dos certificados de emissões reduzidas (CERs), popularmente conhecidos como créditos de carbono, já começa a levantar uma série de questionamentos no Brasil, tanto por parte do fisco quanto pelos detentores destes títulos. A princípio, a primeira constatação importante é de que este assunto se insere em um contexto da posição do Brasil como signatário de um instrumento internacional - o Protocolo de Kyoto - com princípios e diretrizes específicas que, dentro do melhor entendimento das regras de direito internacional, devem ser observadas.

Em sentido oposto, a Secretaria da Receita Federal da 9ª Região Fiscal, dentro de uma análise eminentemente técnica, no Processo de Consulta nº 59, de 2008, decidiu que as operações de alienação dos certificados de emissões reduzidas estão sujeitas à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e isentas de PIS e Cofins. Malgrado a decisão produzir efeitos somente para o contribuinte que formulou o questionamento, não se pode desconsiderar que já existem fortes indícios da posição a ser adotada pelo fisco.

Ao analisarmos a questão, observamos que a principal função dos certificados de emissões reduzidas é a de financiar ou compensar, no todo ou em parte, os projetos de redução de emissão de gases do efeito estufa dos países em desenvolvimento e signatários do Protocolo de Kyoto, por meio da implementação tecnológica da sua produção, visando ao equilíbrio das emissões em nível mundial. Esses projetos podem ser os mais diversos, tais como a construção de fontes geradoras de energia limpa, o seqüestro de carbono por meio do reflorestamento, a captação de gás metano na criação de suínos, a implementação tecnológica de um parque industrial ou quaisquer outros mecanismos que, efetivamente, evitem ou reduzam a emissão destes gases. A receita gerada com os certificados de emissões reduzidas é um fator determinante para a viabilização do projeto, financiando boa parte do seu custo que, dentro do espírito do protocolo, representa uma verdadeira parceria entre os agentes públicos e privados na busca da redução de emissões dos gases poluentes.

É importante salientar que dentre os princípios e diretrizes do Protocolo de Kyoto estão o compromisso dos países desenvolvidos em prover recursos para a implementação dos projetos de redução de emissões nos países em desenvolvimento, a promoção e o financiamento para o acesso a tecnologias ambientalmente seguras, um ambiente propício no setor privado visando à transferência de tecnologia e, por fim, a divisão adequada do ônus de implementação destes projetos entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Qualquer oneração sobre os créditos viola as diretrizes e princípios do protocolo, que foi recepcionado no Brasil

---

Ao analisarmos o artigo 5º, parágrafo 2º da Constituição Federal, em conjunto com o artigo 98 do Código Tributário Nacional (CTN), verificamos a prevalência dos tratados e convenções internacionais sobre a legislação tributária, o que também foi ratificado em diversos acórdãos do Supremo Tribunal Federal (STF). Quer nos parecer, em uma primeira análise, que haveria a necessidade de promulgação de leis específicas visando à concessão de isenção tributária a estes títulos. Não caberia ao fisco neste momento um juízo de valor

acerca da questão, tanto em razão do seu caráter supranacional, quanto pela inexistência de uma norma explícita prevendo esta isenção no tratado.

Por outro lado, sob o ponto de vista do direito internacional, qualquer oneração sobre os créditos, como no caso da cobrança do IRPJ, viola as diretrizes e princípios do protocolo, cujo inteiro teor foi recepcionado no Brasil. Quaisquer cobranças representariam um forte elemento inibidor à consecução de projetos de redução de emissões, assim como tornariam o protocolo um instrumento inócuo, pois diminuiria a entrada de recursos dos países desenvolvidos, dificultariam o acesso a processos de produção ambientalmente seguros dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável e, ainda, criariam um clima de incerteza no mercado, prejudicando novos investimentos.

É importante lembrar, no entanto, que, do ponto de vista técnico-jurídico, o entendimento da Receita Federal é pertinente, já que não cabe a ela observar os princípios e diretrizes gerais do Protocolo de Kyoto, mas tão-somente as normas de caráter específico, o que parece não ser o caso dos princípios esculpidos no documento.

Ao legislador cabe a função de aplicar o protocolo de fato, procurando aprovar, o quanto antes, leis que legitimem a concessão de isenção tributária nas operações com os certificados de emissões reduzidas e, assim, facilitar o compromisso brasileiro de redução (ou pelo menos o equilíbrio) das emissões de gases do efeito estufa gerados.

Felizmente, já existe no Congresso Nacional um movimento que visa a regulamentar o assunto. Três projetos de lei de autoria dos deputados Eduardo Gomes (PSDB-TO) e Zequinha Marinho (PMDB-PA) - os Projetos de Lei nº 493, 494 e 1.657, de 2007 - visam isentar estas operações do PIS e da Cofins, do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O mais importante é que os aspectos sócio-ambientais que envolvem o tema fazem parte da atual agenda mundial e, com certeza, podem ser determinantes para o desenvolvimento tecnológico sustentável do nosso parque industrial e da contribuição do Brasil no processo de redução de emissões mundial.

Marcio Mattos de Oliveira e Gilberto de Castro Moreira Junior são advogados e, respectivamente, responsável pela área ambiental, de infra-estrutura e energia e tributarista do escritório Pompeu. Longo, Kignel, Cippulo Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Ministra admite dificuldade em fiscalizar desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) admitiu ontem que o governo federal terá problemas neste ano para conter o avanço do desmatamento na região amazônica. Segundo ela, as eleições municipais estão entre os agravantes ao trabalho de fiscalização.

"É um período difícil, com a estiagem que se prolongou. Período em que tivemos elevação de preços de algumas commodities agrícolas e, ao mesmo tempo, um período eleitoral, em que a ação de fiscalizar e combater fica sem reflexo nos espaços locais", disse a ministra, conforme a Agência Brasil.

Segundo ela, o governo terá de "ter mais agilidade e capacidade de resposta" para segurar o avanço das motosserras neste ano.

Marina usou o exemplo de aperto do governo aos 36 municípios da Amazônia Legal que mais desmataram nos últimos anos como um sinal de que o desmatamento pode ser controlado.

Durante abertura do 1º Seminário Nacional de Combate à Desertificação, em Brasília, Marina defendeu a produção de biocombustíveis.

Territórios vão ajudar na produção de alimentos – Sítio Eletrônico do MDA – 06/05/2008

Às margens do Igarapé Cachoeirinha, em Manaus (AM), onde centenas de palafitas têm sido transformadas em casas de alvenaria com recursos do Governo Federal, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, exaltou nesta terça-feira (6) a importância do Territórios da Cidadania para ajudar os agricultores na produção de mais alimentos.

O presidente participou da cerimônia em que ocorreu a assinatura do Acordo de Cooperação Federativa do Territórios da Cidadania – o documento formaliza o envolvimento do governo nos âmbitos federal, estadual e municipal para a execução dessa ação. Este ano, no País, R$ 11,3 bilhões estão sendo destinados ao Territórios.

"Agora inventaram: vai faltar comida no mundo porque o Brasil está produzindo biocombustível. Isso é afirmação de quem não tem competência para competir com o Brasil", advertiu o presidente. "Por isso, anunciamos aqui o Territórios da Cidadania: para ajudar os agricultores e a produção de alimentos".

Na solenidade, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o governador do Amazonas, Eduardo Braga, e os prefeitos Frank Bi Garcia (de Parintins, representando os municípios do Território do Baixo Amazonas) e Raimundo Nonato Lopes (de Iranduba, representando os municípios do Território do Entorno de Manaus) assinaram o Acordo de Cooperação Federativa. No Amazonas, além desses dois territórios, há o do Alto Rio Negro.

Participaram da cerimônia, que ainda envolveu a assinatura de ordens de serviço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, os ministros das Cidades, Márcio Fortes, dos Transportes, Alfredo Nascimento, e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, o secretário do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, além de parlamentares.

Ao abrir o evento, o ministro Guilherme Cassel enfatizou que os recursos do Territórios da Cidadania deverão ser utilizados especialmente na infra-estrutura das comunidades de agricultores familiares e assentamentos, assim como na assistência técnica. Para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Amazonas, por exemplo, serão R$ 2,1 milhões. Por intermédio do PAA, agricultores familiares têm a garantia de venda dos alimentos produzidos - eles são adquiridos para o fornecimento a creches, hospitais e entidades beneficentes, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

"O que dá impulso agora a todos esses programas é o Territórios da Cidadania. Somando tudo, são R$ 561 milhões para utilizar aqui no Amazonas. Este é o melhor caminho para combater a pobreza rural de uma vez por todas", destacou Cassel.

Obras de infra-estrutura - A visita da comitiva presidencial a Manaus iniciou de manhã na área onde será construída a ponte sobre o Rio Negro. Ainda houve a inauguração do Reservatório de Água 23, no bairro Cidade Nova, antes da chegada ao Igarapé Cachoeirinha. As obras do PAC Saneamento e Habitação no Amazonas totalizam R$ 884 milhões. Incluída a obra da ponte, o investimento do Governo Federal chega a R$ 1,2 bilhão. Segundo o governador Eduardo Braga, viviam no Igarapé Cachoeirinha 1,8 mil famílias que, com a chuva, enfrentavam condições precárias de sobrevivência.

A ministra-chefe da Casa Civil exaltou a retirada de palafitas das áreas de risco em Manaus. "Vocês não acham estranho um estado cercado de água por todos os lados, com o maior reservatório de água doce do mundo, que não tivesse água potável para a sua população?", indagou Dilma Rousseff. "Todos os brasileiros precisam ter as mesmas condições de vida. E isto vale para um estado com a força do Amazonas", complementou.

Ministro Patrus Ananias participa da abertura da Conferência Nacional de Meio Ambiente – Sítio Eletrônico do MDS – 06/05/2008

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, participa, nesta quarta-feira (07/05), da abertura oficial da III Conferência Nacional do Meio Ambiente, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Neste ano, a Conferência debaterá as mudanças climáticas e apresentará propostas para uma política e um Plano Nacional sobre mudança do clima, reunindo cerca de 2.000 pessoas, entre delegados de todos os Estados e convidados de 40 países.

A preparação para o encontro mobilizou mais de 100 mil pessoas, que participaram de 751 conferências municipais, regionais, estaduais e no Distrito Federal. Nestes fóruns, foram eleitos mais de mil delegados, que agora estarão presentes na plenária nacional na seguinte proporção: 50% representam a sociedade civil, 5% representam comunidades tradicionais, 5% povos indígenas, 30% setor empresarial e 20% setor governamental.

SERVIÇO

Abertura da III Conferência Nacional do Meio Ambiente – Participação do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias

Data: Dia 07 de maio (quarta-feira)

Horário: 19h **Local:** Centro de Convenções Ulisses Guimarães – Brasília

Informações para a imprensa *(61) 3433-1244*

Marina Silva abre III Conferência Nacional do Meio Ambiente, em Brasília – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 06/05/2008

A III Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), que será aberta nesta quarta-feira, às 19h, pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, tem o compromisso de discutir com a sociedade o problema mais preocupante da agenda ambiental no momento: as mudanças climáticas. Cerca de duas mil pessoas, entre delegados de todos os estados e convidados de 40 países, são esperadas para debater o tema. O encontro será realizado entre os dias 7 e 10.

As propostas aprovadas durante a Conferência serão entregues ao Comitê Interministerial de Mudança do Clima e ajudarão na formulação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que estabelecerá as ações estratégicas que o País deverá adotar para mitigação e adaptação a esse fenômeno. O Plano é um dos principais instrumentos para implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, a ser enviada ao Congresso Nacional ainda neste semestre. "A Conferência será particularmente importante para mostrar a diferença entre a construção de um plano federal e a construção de um plano nacional", destaca a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Thelma Krug. "Sem a Conferência, seria muito difícil ter esse nível de abrangência de discussão e disseminação de um tema tão complexo", acrescenta.

A plenária nacional foi precedida de 751 conferências locais (municipais, regionais, estaduais e o Distrito Federal), com a mobilização de mais de 100 mil pessoas. As discussões tiveram como base um texto com informações científicas sobre as mudanças do clima. Foram recebidas mais de cinco mil propostas das Conferências Estaduais, que envolvem áreas como aquecimento global, exploração predatória dos ativos florestais, preservação da biodiversidade agropecuária, energia, resíduos, indústria, transporte, saúde, recursos hídricos, assentamentos humanos, ecossistemas naturais, desenvolvimento tecnológico, entre outros.

Na primeira edição da CNMA, em 2003, cerca de 65 mil pessoas participaram das conferências municipais, regionais e estaduais. Durante a conferência nacional foram debatidas 4.151 propostas e aprovadas 659 deliberações. Em 2005, na II CNMA, a participação foi elevada para 86 mil pessoas, com a aprovação de 881 deliberações. As propostas são votadas de acordo com os seguintes critérios de delegados: 50% da sociedade civil, sendo 5% de comunidades tradicionais e 5% de povos indígenas; 30% do setor empresarial e 20% do setor governamental.

Terra Indígena Taunay-Ipegue discute Agenda 21 Local – Grace Perpetuo – Sitio Eletrônico do MMA – 06/05/2008

A convite do conselheiro indígena da etnia terena junto à Reserva da Biosfera do Pantanal, a Coordenação da Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente promoveu nos dias 3 e 4 de maio, no município de Aquidauana (MS), uma oficina de formação para implementação de Agenda 21 Local na Terra Indígena Taunay-Ipegue, de 6448 hectares. Com apoio do Programa Agenda 21 da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, a oficina foi realizada na Aldeia Terena Água Branca. Esta é a primeira iniciativa de Agenda 21 Local em Terra Indígena que está sendo apoiada pelo Programa Agenda 21.

Além da possibilidade de implantação de processo de Agenda 21 Local na Terra Indígena em questão, foram abordados, nas línguas portuguesa e terena, temas como formas sustentáveis de utilização do território, agricultura e aldeias sustentáveis, tecnologias alternativas, gestão ambiental e territorial, geração de renda e planejamento participativo. Decidiu-se que serão realizadas novas reuniões, a começar pela Aldeia Imbirussu, com data prevista para o fim de maio. O objetivo dos encontros será envolver representações legítimas dos mais de 5 mil indígenas daquele território no processo de implantação da Agenda 21 Local na Terra Indígena - Construindo um Projeto de Futuro.

A oficina foi conduzida por técnicos do MMA (Agenda 21 e Programa Pantanal) e lideranças e caciques indígenas das aldeias Água Branca, Imbirussu, Bananal e Ipegue, com apoio logístico da Superintendência do Ibama/MS, representantes da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (Ministério do Desenvolvimento Agrário) no estado, da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul) e de três conselheiros da Reserva da Biosfera do Pantanal.

MST participa de entrega de carta em defesa das florestas – Sítio Eletrônico do MST – 06/05/2008

Nesta terça-feira (06/05), integrantes do MST e da Via Campesina entregaram, junto a outras entidades da sociedade civil (entre elas, o Greenpeace e o FBOMS - Fórum Brasileiros de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), carta aberta em defesa da Amazônia em audiências que aconteceram no Congresso Nacional - às 10h30, com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e às 11h30, com o Presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. Os representantes das entidades se mostram preocupados com a edição de medidas provisórias e projetos de lei que ameaçam as florestas e a biodiversidade brasileiras.

Os signatários da carta exigem a rejeição do Projeto de Lei 6.424/05, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), conhecido como 'Floresta Zero' - que pretende reduzir a área de reserva legal florestal da Amazônia para viabilizar o plantio de palmáceas e eucaliptos, entre outras espécies - e da Medida Provisória 422/08, conhecida como “PAG (Plano de Aceleração da Grilagem)”, que possibilita a legalização da grilagem na

Amazônia. A Medida dispensa licitação para aquisição das terras públicas os detentores de imóveis com até 1.500 hectares (enquanto a Constituição previa apenas 50 hectares e a lei de licitações estabelecia, até então, em no máximo 500 hectares).

As entidades também pedem a rejeição da PEC 49/2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, PTB/RS, que busca reduzir a faixa de fronteira nacional de 150 para 50 km (permitindo assim a aquisição de terras brasileiras por empresas estrangeiras na faixa de fronteira), e dos Decretos Legislativos 44/2007 e 326/2007, que pretendem sustar os efeitos do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para titulação das terras quilombolas.

"Floresta Zero é estatuto do desmatamento", afirma Chinaglia – Sítio Eletrônico do MST – 06/05/2008

Em audiência realizada na manhã desta terça-feira (06/05), o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, comprometeu-se com integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), da Via Campesina e de entidades ambientalistas a abrir, dentro da Câmara, um diálogo amplo sobre a defesa da Floresta Amazônia.

Durante a audiência, os representantes das entidades entregaram uma carta aberta exigindo a rejeição de medidas provisórias e projetos de lei que ameaçam as florestas e a biodiversidade brasileiras. Chinaglia classificou o Projeto de Lei (PL) 6.424/05, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) - conhecido como 'Floresta Zero', por pretender reduzir a área de reserva legal florestal da Amazônia para viabilizar o plantio de palmáceas e eucaliptos, entre outras espécies - como um “verdadeiro Estatuto do desmatamento”.

Além do PL 6.424/05, as entidades pedem a rejeição da Medida Provisória 422/08, conhecida como “PAG (Plano de Aceleração da Grilagem)”, que possibilita a legalização da grilagem na Amazônia, da PEC 49/2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, PTB/RS - que busca reduzir a faixa de fronteira nacional de 150 para 50 km (permitindo assim a aquisição de terras brasileiras por empresas estrangeiras na faixa de fronteira) - e dos Decretos Legislativos 44/2007 e 326/2007, que pretendem sustar os efeitos do Decreto que regulamenta o procedimento para titulação das terras quilombolas.

Após a audiência na Câmara, a comissão foi recebida pelo Presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, a quem também foi entregue a carta - que já conta com mais de 200 assinaturas.

“Esperamos que os parlamentares tomem conhecimento da questão de forma mais aprofundada, e percebam que nesse momento, em que o mundo inteiro observa os passos que o Brasil dá em relação aos agrocombustíveis, a aprovação de um projeto como esse é uma clara demonstração de falta de compromisso com a biodiversidade e com as populações rurais”, afirma Luiz Gomes, integrante do MST .

ONGs pedem veto a projeto que reduz proteção florestal – Folha de São Paulo – Ciência – 07/05/2008

Representantes de ONGs ambientalistas entregaram ontem ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), uma carta aberta que solicita a rejeição de projetos de lei e medidas provisórias que podem prejudicar as florestas.

O principal alvo da carta, divulgada pelo Greenpeace, é o projeto de lei 6.424/05, apelidado de "Floresta Zero" por ambientalistas, que pretende permitir que até 30% da reposição florestal nas áreas de reserva legal da Amazônia possa ser feita com espécies exóticas.

Estava marcada para hoje, na comissão de meio ambiente da Câmara, a votação do parecer do deputado Jorge Khoury (DEM-BA), que é favorável ao projeto. O próprio congressista, entretanto, afirmou que a votação não deve ocorrer agora.

"Deve ser tirada da pauta." De acordo com ele, o motivo não é a entrega da carta, mas a realização de uma audiência pública amanhã. "Depois da audiência, quando ouviremos todas as demandas da sociedade, vamos tentar retomar o relatório", afirmou. Segundo João Alfredo Telles Melo, consultor de políticas públicas do Greenpeace, a carta tem até agora 323 assinaturas. "Estamos apenas começando a campanha. Faremos ainda muitas mobilizações", disse.

A carta critica também a medida provisória 422/08, apelidada de "PAG (Plano de Aceleração da Grilagem)" no texto. Para ambientalistas, a medida possibilita a legalização da grilagem na Amazônia porque dispensa os detentores de imóveis com até 1.500 hectares de licitação para adquirir terras públicas.

A Constituição prevê um limite de 50 hectares, e a lei de licitações estabelece um de no máximo 500 hectares.

Governo federal lança plano para desenvolvimento sustentável da Amazônia – Sítio Eletrônico do MDS – 07/05/2008

Promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais. Esse é um dos compromissos que será assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, governadores e representantes da sociedade civil, por meio de uma carta a ser assinada durante o lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS), nesta quinta-feira (08/05), em Brasília (DF).

A solenidade de lançamento do PAS será aberta pelo presidente Lula e contará com a presença dos ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; do Meio Ambiente, Marina Silva; e da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. No evento, marcado para as 11h30, no Palácio do Planalto, o Presidente assinará, ainda, um

compromisso pela Amazônia com os governadores dos nove Estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. **Raquel Flores*

SERVIÇO

Cerimônia de Lançamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (PAS) – Participação do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

Data: 08 de maio de 2008 (quinta-feira)
Horário: 11h30
Local: Palácio do Planalto - Salão Nobre - 2º andar

Serviço Florestal retoma processo de concessão florestal no Jamari – Sítio Eletrônico do MMA – 07/05/2008

O Supremo Tribunal Federal suspendeu nesta quarta-feira (7), a liminar da desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que suspendia o processo de concessão Florestal da Flona Jamari, em Rondônia. Com a medida será possível retomar o processo que estava na fase de habilitação. Para o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo, "essa decisão é oportuna e importante para a promoção do manejo sustentável, neste momento crítico de combate ao desmatamento da Amazônia", afirma.

Histórico - Duas empresas, das oito participantes, já foram desabilitadas. A documentação apresentada por elas, na fase inicial, foi julgada inconsistente pelo Serviço Florestal. Elas tiveram prazo para apresentar recursos, mas não se interessaram.

Primeira Licitação - O Serviço Florestal Brasileiro abriu, no dia 14 de novembro, o primeiro edital de licitação para concessões florestais para manejo sustentável do Brasil. A área beneficiada foi a Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

Durante os 45 dias que o edital ficou aberto, o Serviço Florestal recebeu dezenove propostas de catorze empresas dos estados de Rondônia, São Paulo, Bahia e Pará. As propostas foram abertas, em sessão pública, no dia 9 de janeiro, da qual participaram representantes das empresas, do setor público, imprensa e observadores.

Segundo o edital, a escolha dos vencedores deve seguir critérios de preço e critérios socioambientais, tendo esses últimos peso maior do que o critério preço.

Os critérios ambientais são divididos em quatro temas: maior benefício social, menor impacto ambiental, maior eficiência e maior agregação de valor local. Eles servirão para eliminar, classificar ou bonificar as propostas.

Cada unidade de manejo florestal terá um vencedor, que assinará um contrato de 40 anos não-renováveis. O concessionário deverá conservar a área e poderá explorar com técnicas de manejo sustentável produtos florestais como madeira, óleos, sementes, resinas, etc., além de oferecer serviços como ecoturismo e esporte de aventura.

Os recursos arrecadados com a concessão devem ser empregados na fiscalização, monitoramento e controle das áreas licitadas. Uma parcela de até 30% do montante será, segundo previsto na lei, destinada ao Serviço Florestal, 70%, será destinado ao Instituto Chico Mendes - o gestor da unidade -, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, ao estado de Rondônia e aos municípios onde se localizam as áreas manejadas. Esses recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em ações de conservação e uso sustentável das florestas. **Fonte: Serviço Florestal Brasileiro*

MMA assina acordo com a FAO para apoiar descentralização da gestão florestal – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 07/05/2008

Os estados brasileiros vão contar com recursos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para elaborar seus planos estaduais de florestas. Serão repassados US$ 300 mil, em três anos, por meio do Programa Facility. O acordo foi assinado nesta quarta-feira (7) entre a FAO e o Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente, durante reunião sobre o mecanismo, na sede do Ibama, em Brasília.

Os recursos serão destinados, principalmente, para capacitação e formação de redes de comunicação, segundo informa a secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Brito. Ela explica que o principal objetivo do acordo é apoiar a implementação do Programa Nacional de Florestas, no que se refere à descentralização da gestão florestal brasileira, cuja competência passou a ser dos estados a partir da promulgação da Lei 11.284/06, de Gestão de Florestas Públicas. "Como o nome do programa traduz, a idéia é facilitar os processos nacionais de implantação da gestão florestal, da fauna silvestre e das áreas protegidas", acrescenta. O Programa Facility é financiado por meio de fundos creditados à FAO por múltiplos doadores. No total, 57 países e quatro organizações regionais participam da iniciativa.

Os recursos do programa somam-se a um conjunto de esforços que vem sendo capitaneado pelo Departamento de Florestas do MMA, no sentido de qualificar o processo de descentralização, para que este ocorra de forma coordenada e integrada, permitindo promover demandas comuns aos diversos estados, ao mesmo tempo em que atenda às especificidades de cada um.

Representantes dos estados do Norte e do Nordeste participam da reunião, que prossegue até quinta-feira, sobre o mecanismo. No encontro está sendo discutido o papel do Programa Nacional de Florestas no contexto da gestão florestal compartilhada e atual estrutura da gestão florestal dos estados para atender às demandas do setor, entre outros temas.

O acordo foi assinado entre o coordenador do Programa na FAO, Jerker Thunberg, e o diretor de Florestas, Fernando Scárdua, com a presença da secretária da SBF, Maria Cecília, da Chefe do Serviço de Instituições e Política Florestal da FAO, Eva Müller, e do representante da FAO no Brasil, José Tubino.

Marina Silva defende modelo sustentável na aplicação de recursos públicos – Lúcia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 07/05/2008

A ministra Marina Silva destacou nesta quarta-feira (7), em pronunciamento no XXXV Seminário Internacional de Orçamento Público, em Brasília, o papel das pessoas envolvidas nas tomadas de decisão sobre a aplicação dos recursos públicos na efetiva implementação dos novos paradigmas de desenvolvimento. Falando sobre o tema Desenvolvimento Sustentável e Mudanças Climáticas: cenários e efeitos econômicos, sociais e políticos, a ministra disse que o mundo já está vivendo sob o efeito do aquecimento global, mas já há conhecimentos técnico-científicos e acordos internacionais altamente relevantes para enfrentá-lo. O que falta é o compromisso ético de implementá-los.

"É fundamental que passemos dos acordos para as ações concretas", disse a ministra para uma platéia de cerca de duzentos técnicos de orçamento da América Latina. "Boa parte das respostas técnicas já temos. Nosso grande desafio é promover o equilíbrio entre o avanço técnico e o compromisso ético de colocar nosso conhecimento e tecnologia para favorecer processos civilizatórios que vão desde combater as mazelas sociais, que são inaceitáveis, a enfrentar os problemas climáticos que podem comprometer efetivamente a possibilidade de vida na Terra".

A resposta para o enfrentamento desses problemas, segundo Marina Silva, só será possível com a mudança dos paradigmas de desenvolvimento e da adoção de modelos sustentáveis em suas várias dimensões: econômica, social, ambiental, cultural, política e ética. Foi para esse amplo conceito de desenvolvimento sustentável, o qual muitas vezes exige grandes investimentos no presente para evitar perdas futuras ainda mais volumosas, que Marina Silva alertou os participantes do seminário:

"Quando vamos aprovar os orçamentos dos nossos países verificamos se os projetos e ações que estão sendo financiados com recursos públicos incorporam os critérios de

sustentabilidade ou continuam nos velhos paradigmas?. Será que os investimentos necessários, que muitas vezes parecem volumosos, são de fato difíceis e pesados ou vão evitar prejuízos ainda maiores?"

Marina Silva também fez um relato dos esforços que o Brasil tem feito, e os resultados já alcançados, na redução da emissão de gases de efeito estufa, especialmente por meio da adoção de matriz energética limpa e do combate ao desmatamento. Ela defendeu o modelo de produção sustentável dos biocombustíveis, que nos últimos 25 anos reduziram em 600 milhões de toneladas a emissão de CO2 no País.

"Nós queremos que os biocombustíveis no Brasil sejam de fato uma contribuição para os aspectos de mitigação e adaptação. E para isso é preciso que a equação feche na idéia do desenvolvimento sustentável. É preciso que se produza sem comprometer a segurança alimentar e ambiental. É uma grande oportunidade para que possamos contribuir com o aspecto de mitigação mas também para a geração de riquezas, de desenvolvimento econômico e social, em forte sinergia com as metas do milênio", disse.

CNA: Código Florestal Brasileiro é inaplicável – CNA - 08/05/2008

Pelas dificuldades impostas aos produtores rurais para preservação dos índices de Reserva Legal (RL) e de Áreas de Preservação Permanente (APP), o Código Florestal Brasileiro hoje é inaplicável e precisa ser reformado. A avaliação é do presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuero Doca Veronez. “Hoje é praticamente impossível restaurar áreas de reserva como está na legislação. Custa caro e o produtor não está capitalizado para isso. Está desconectado da realidade brasileira, cuja agricultura cresceu”, justificou Veronez, durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

O representante da CNA defendeu a criação de instrumentos de remuneração aos produtores rurais que preservem tanto as áreas de RL quanto as APPs. “Não há quem não defenda este mecanismo. Hoje é a única alternativa para acabar com o desmatamento”, enfatizou. Para ele, uma opção seria criar um fundo para premiar quem preserve as florestas nativas. Citando a Amazônia como exemplo, Veronez disse que a atividade florestal não é viável economicamente enquanto não houver renda para os produtores rurais. Segundo ele, o extrativismo rende cerca de R$ 350 por hectare. “A pressão para preservar é grande e temos de criar instrumentos econômicos que viabilizem a preservação. O produtor quer conservar a floresta, mas precisa se desenvolver”.

Pela atual legislação, 80% de qualquer propriedade rural localizada na Amazônia têm de ser conservados com a vegetação nativa. No cerrado este percentual é de 35%, enquanto nas outras regiões o índice é de 20%. Quanto às APPs, Veronez informou que, em estados como Minas Gerais, 25% do café está nestas áreas, assim como boa parte do cultivo

de arroz e maçãs no Sul do País. Em relação ao custo de manutenção destas áreas, o representante da CNA explicou que em São Paulo o gasto a ser desembolsado pelo produtor é alto, podendo chegar a R$ 11 mil por hectare.

Reposição de áreas florestais – Sobre o Projeto de Lei 6424/05, objeto de discussão da audiência pública de hoje, Veronez defendeu um aperfeiçoamento da matéria. O projeto de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) tramita na Comissão de Meio Ambiente da Câmara e permite a reposição de áreas florestais, em reservas legais, com palmeiras que podem ser exploradas economicamente, como o açaí e o babaçu.

Na avaliação de Veronez, o texto traz ganhos como estímulo à conservação ao ampliar mecanismos de compensação, valorização dos ativos ambientais e diminuição da pressão por novos desmatamentos, além do fortalecimento da economia florestal, recuperação de áreas degradadas e a não alteração dos índices de reserva legal. Por outro lado, ressaltou, pode-se trabalhar para computar APPs na RL.

Combate à poluição ajuda a secar a Amazônia – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 08/05/2008

Aquecimento global e redução do enxofre no ar causaram estiagem recorde de 2005 - Estudo feito por britânicos e brasileiros é o primeiro a confirmar a parcela de culpa do homem nesse fenômeno, cuja freqüência deve crescer

Crianças carregam peixes no leito seco de lago na comunidade de Nova Canaã, município de Caapiranga, Amazonas, em 2005

O aquecimento global foi mesmo o responsável pela seca recorde que assolou a Amazônia em 2005. Mas ele não agiu sozinho, e sim com a ajuda de um comparsa insuspeito: o combate à chuva ácida nos Estados Unidos e na Europa nos últimos 30 anos.

Um estudo publicado por britânicos e brasileiros mostrou que a redução na quantidade de partículas (aerossóis) de enxofre no ar no hemisfério Norte, resultado de leis contra a poluição, acabou se somando às emissões de dióxido de carbono para produzir o clima anormal no oceano Atlântico que provocou a estiagem -uma das piores do último século.

Embora outros trabalhos anteriores já tivessem relacionado essa seca às temperaturas altas no Atlântico Norte, a nova pesquisa, publicada hoje na revista "Nature", é a primeira a apontar culpados e estimar a responsabilidade humana.

A previsão dos cientistas é que, com o sucesso cada vez maior das políticas de combate à poluição por enxofre, grandes secas na Amazônia serão mais freqüentes. E a humanidade terá de se esforçar mais para reduzir a carga de CO2 na atmosfera se não quiser ver a floresta entrar em colapso até 2100.

Há boas razões para não querer isso, além da preservação da biodiversidade e da qualidade de vida dos brasileiros: a maior floresta tropical do mundo detém 10% do carbono armazenado nos ecossistemas terrestres. Se lançado na atmosfera, esse carbono ajudará a esquentar ainda mais o globo.

"A limpeza do ar no hemisfério Norte é completamente justificada no sentido de salvaguardar a saúde humana e reduzir a chuva ácida, mas ela aumenta a urgência com que nós devemos também lidar com as emissões globais de gases-estufa", disse à Folha o climatologista Peter Cox, do Met Office (serviço meteorológico britânico). Ele é o autor principal do estudo, que teve participação de José Marengo e Carlos Nobre, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Proteção acidental - Observações de Marengo e seus colegas já haviam mostrado que a seca de 2005 era anormal por não ter relação com o El Niño, o aquecimento cíclico do Pacífico, que é considerado o grande motor das estiagens na Amazônia e no Nordeste.

Na verdade, a origem daquela seca tinha sido o calor no Atlântico Norte, também responsabilizado pela temporada de furacões que gerou o Katrina.

Marengo e Nobre também mostraram que, quando o Atlântico Norte tropical está mais quente e o Atlântico Sul tropical está mais frio, ocorrem secas na Amazônia porque os ventos do mar para o continente ficam enfraquecidos e o transporte de umidade para a floresta diminui. Em 2005, essa diferença de temperatura foi de 4,2C. "Em anos normais ela não chega a 2C", diz Marengo. Eles chegaram a sugerir que isso pode ficar mais freqüente no futuro, no planeta mais quente.

"Essa conexão agora foi comprovada", afirmou.

Cox e seus colegas usaram um modelo climático computacional para simular as condições de chuva na floresta no futuro e no passado, levando em conta só o aquecimento global. O modelo não reproduziu bem as condições do passado, dando a entender que faltava alguma peça no quebra-cabeça.

Quando o efeito dos aerossóis foi incluído nas simulações, a coincidência foi total. "Foi surpreendente que o modelo passou a reproduzir a variabilidade das diferenças de temperatura entre o Atlântico Norte e o Sul", disse Cox.

Ao refletirem a radiação solar de volta para o espaço, os aerossóis de enxofre têm ajudado a manter o Atlântico Norte tropical mais frio. "Assim, eles protegeram a Amazônia de alguns impactos da mudança climática", afirmou Cox. "À medida que esses aerossóis declinam, podemos também esperar um declínio nessa proteção acidental."

Consumidores brasileiros e indianos lideram "índice verde" – Folha de São Paulo – Ciência – 08/05/2008

Brasileiros e indianos estão no topo de uma lista de consumidores que mais respeitam o ambiente. Eles marcaram 60 pontos no Greendex -"índice verde" elaborado pela National Geographic Society. Os norte-americanos, lanterninhas, ficaram com 44,9 pontos.

O estudo analisou o comportamento de mil consumidores em 14 países e levou em conta informações sobre habitação, energia, bens de consumo e transporte (**www.nationalgeographic.com/greendex**).

O Brasil obteve boa posição porque, em média, as casas são pequenas e não têm aquecimento. Os EUA tiveram baixa pontuação em transporte -apenas 5% usam transporte público-, moradia e compra de bens.

MDA assina pacto do Territórios da Cidadania na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 08/05/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, assina nesta sexta-feira (9), em Salvador (BA), o Acordo de Cooperação Federativa do programa Territórios da Cidadania. O pacto federativo será firmado entre a União, o estado e os municípios que fazem parte dos quatro territórios baianos atendidos nesta primeira etapa da ação governamental. O Territórios da Cidadania irá destinar à Bahia recursos da ordem de R$ 1 bilhão. O Acordo de Cooperação Federativa do Territórios da Cidadania formaliza a participação dos governos Federal, Estadual e municipais na ação. A assinatura ocorre durante evento do Ato Estadual de Início de Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que deve contar com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O Territórios da Cidadania é uma ação do Governo Federal que irá levar um conjunto de ações integradas de 19 ministérios para as regiões com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. “É um esforço do Governo Federal para reverter a lógica que existia neste país: as regiões mais pobres não recebiam as verbas que eram previstas”, reforça o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

O Programa foi lançado nacionalmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 25 de fevereiro. Ao todo, são 135 ações para o desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais, que beneficiará mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, de pescadores e de comunidades tradicionais em 958 municípios. O investimento para 2008 é de R$ 11,3 bilhões.

Principais ações em cada território:

TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA:
Serão 57 ações, com R$ 181.365.948,79 em recursos
Ações de destaque:
- Programa Nacional de Crédito Fundiário – serão 745 famílias beneficiadas – com R$ 16.390.000,00 em investimento
- Programa Bolsa Família - 47.174 famílias beneficiadas – recursos de R$ 46.146.780,00
- Crédito Pronaf - 13.473 contratos firmados - R$ 34.874.571,00
- Garantia-Safra - 23.025 agricultores segurados - R$ 2.532.733,68
- Assistência Técnica aos Agricultores Familiares - 14.245 agricultores familiares assistidos - R$ 4.179.114,77

TERRITÓRIO DO SISAL:
Serão 61 ações, com R$ 238.460.950,25 em recursos
Ações de destaque:
- Programa Nacional de Crédito Fundiário - 366 famílias beneficiadas - R$ 8.052.000,00
- Programa Bolsa Família - 82.768 famílias - R$ 81.849.288,00
- Crédito Pronaf - 13.614 contratos firmados - R$ 30.088.282,00
- Garantia-Safra - 37.533 agricultores segurados - R$ 4.128.594,95
- Assistência Técnica aos Agricultores Familiares - 22.881 agricultores familiares assistidos - R$ 6.712.595,46

TERRITÓRIO SUL:
O Território terá 60 ações com R$ 362.268.530,72 em recursos
Ações de destaque:
- Programa Nacional de Crédito Fundiário - 628 famílias beneficiadas - R$ 13.816.000,00
- Programa Bolsa Família - 101.793 famílias - R$ 91.771.536,00
- Crédito Pronaf - 9.482 firmados - R$ 22.163.840,00
- Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - 2.513 famílias - R$ 3.767.236,54
- PAC/Urbanização de Favelas - 1.341 famílias atendidas - R$ 17.426.532,00
- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em Áreas Indígenas - 4.646 indígenas atendidos - R$ 100.002,19

TERRITÓRIO VELHO CHICO:
Serão 77 ações com R$ 220.043.757,40 em recursos
Ações de destaque:
- Programa Nacional de Crédito Fundiário - 628 famílias beneficiadas - R$ 13.816.000,00
- Programa Bolsa Família - 48.058 famílias - R$ 48.186.516,00
- Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - 5.342 famílias - R$ 12.303.210,87
- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais - 924 projetos apoiados - R$ 231.040,00
- Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba -Esgotamento Sanitário - 8.600 famílias beneficiadas - R$ 15.567.713,61
- Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba -Água para Todos - 21.155

famílias beneficiadas - R$ 6.292.427,82

Outras informações sobre o programa Territórios da Cidadania podem ser conseguidas na internet, no site: www.territoriosdacidadania.gov.br

Governo federal lança Plano Amazônia Sustentável – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 08/05/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, nesta quinta-feira (8), no Palácio do Planalto, o Plano Amazônia Sustentável (PAS). Uma política inovadora de desenvolvimento regional baseada no uso sustentável dos recursos naturais com estratégias voltadas para a geração de emprego e renda e redução das desigualdades sociais. Na solenidade, o presidente também assinou decreto criando ***três novas unidades de conservação no bioma Amazônia*** e foi anunciada a Operação Arco Verde que complementa o PAS e, entre outras ações, cria linha de crédito para recuperação da área de reserva legal com espécies nativas.

A cerimônia teve a presença das ministras Marina Silva, do Meio Ambiente, e Dilma Rousseff, da Casa Civil; do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; além dos governadores dos estados da Amazônia Legal, com exceção do de Roraima, e autoridades do Legislativo, do Judiciário, representantes de movimentos sociais, da academia e do setor empresarial.

Em seu discurso, Lula lembrou a importância de se valorizar os conhecimentos tradicionais e de se produzir cuidando do meio ambiente. "Essa é uma vantagem competitiva para os que querem vender seus produtos", disse. O PAS terá o ministro Mangabeira Unger como coordenador do Conselho Gestor, informou o presidente.

Para a ministra, o PAS marca o início de uma nova narrativa para a economia na Amazônia. "Nós não queremos propaganda da Amazônia. Nós queremos uma nova narrativa. As pessoas hão de preferir nossos produtos porque a nossa madeira é sustentável, o grão que produzimos é sustentável, a carne que produzimos e o padrão civilizatório que nós temos para a Amazônia são sustentáveis. Por isso é que nós vamos ser os preferidos", acredita Marina Silva.

Operação Arco Verde - Tem por objetivo atender demandas sociais emergenciais nos municípios da região sob intenso controle ambiental, além de promover a transição das atividades agropecuárias e florestais para a legalidade e sustentabilidade, com foco nos 36 municípios considerados críticos na Amazônia, segundo decreto presidencial de dezembro de 2007.

Entre as ações previstas na Operação, destaca-se a criação de uma linha de crédito com enfoque na recuperação ambiental de imóveis rurais, com condições especiais de crédito para recuperação da área de reserva legal com espécies nativas. A linha terá prazo

de carência de até 12 anos, e prazo total de pagamento de até 20 anos. A taxa de juros passa para 4% para projetos florestais (reflorestamento e manejo) no âmbito dos fundos constitucionais. Outra novidade, que será válida para todo o País, é a permissão de se utilizar a floresta como garantia de crédito.

A ministra explicou que o PAS vem sendo implementado com um conjunto de medidas já em curso e outras ações serão aprofundadas pela Operação Arco Verde. A operação está dividida em quatro grandes ações: as emergenciais, as de fomento às atividades sustentáveis, as de ordenamento fundiário e territorial e as de governança ambiental. Entre as ações emergenciais estão o atendimento agilizado do seguro-desemprego, a oferta de cestas de alimentos para 40 mil famílias e a contratação e capacitação de cerca de 2.500 agentes de defesa ambiental para prevenção e combate a incêndios florestais.

Nas ações de fomento, haverá apoio à comercialização de produtos do extrativismo com a inclusão desses produtos na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do governo federal, permitindo a equalização dos preços dos produtos extrativistas e a realização de leilões específicos para o seu escoamento.

Também está entre as principais medidas da operação a difusão de tecnologias para o aumento da produção de alimentos por meio do incremento da produtividade em áreas abertas. Com essa medida o governo espera implantar 36 Unidades de Referência Tecnológica, treinar mais de 4 mil profissionais de assistência técnica e atender, numa fase inicial, 100 mil produtores rurais. Outro ponto definido nas ações de fomento é o desenvolvimento de estudos sobre indicadores de monitoramento e políticas públicas associadas aos desmatamentos na região.

Em relação ao ordenamento territorial e fundiário, a operação Arco Verde estabelece como uma de suas prioridades o georreferenciamento da ocupação nos 36 municípios prioritários, em parceria com estados e municípios, para viabilizar o mapeamento das propriedades e posses rurais e criar condições para a confecção do Cadastro Ambiental Rural, que será necessário para o produtor receber acesso ao crédito, fomento e assistência técnica. A operação também prevê apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Local e Zoneamento Ambiental, além de ações de educação ambiental nos 36 municípios prioritários.

Na linha da governança ambiental, está prevista a inclusão dos órgãos estaduais de meio ambiente no Programa Nacional de Apoio à Modernização da gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal, além da liberação de uma linha de crédito do BNDES para investimentos em melhorias do processo de licenciamento, gestão territorial, elaboração e implementação do zoneamento.

No evento, a ministra Marina Silva assinou ainda um Protocolo de Intenções com os governadores dos estados de Rondônia, Ivo Cassol; do Amazonas, Eduardo Braga; e do Pará, Ana Júlia Carepa, para elaboração e implementação do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas.

Outro documento foi assinado pelo presidente Lula, em conjunto com governadores de oito estados amazônicos, onde foram estabelecidos 16 compromissos pela Amazônia. São eles:

1. Promover o desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais;

2. Ampliar a presença democrática do Estado, com integração das ações dos três níveis de governo, da sociedade civil e dos setores empresariais;

3. Fortalecer os fóruns de diálogo intergovernamentais e esferas de governos estaduais para contribuir para uma maior integração regional, criando o Fórum dos Governadores da Amazônia Legal;

4. Garantir a soberania nacional, a integridade territorial e os interesses nacionais;

5. Fortalecer a integração do Brasil com os países sul-americanos amazônicos, fortalecendo a OTCA e o Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul;

6. Combater o desmatamento ilegal, garantir a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e mitigar as mudanças climáticas;

7. Promover a recuperação das áreas já desmatadas, com aumento da produtividade e recuperação florestal;

8. Implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico e acelerar a regularização fundiária;

9. Assegurar os direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e promover a eqüidade social, considerando gênero, geração, raça, classe social e etnia;

10. Aprimorar e ampliar o crédito e o apoio para atividades e cadeias produtivas sustentáveis;

11. Incentivar e apoiar a pesquisa científica e a inovação tecnológica;

12. Reestruturar, ampliar e modernizar o sistema multimodal de transportes, o sistema de comunicação e a estrutura de abastecimento;

13. Promover a utilização sustentável das potencialidades energéticas e a expansão da infra-estrutura de transmissão e distribuição com ênfase em energias alternativas limpas e garantindo o acesso das populações locais;

14. Assegurar que as obras de infra-estrutura provoquem impactos socioambientais mínimos e promovam a melhoria das condições de governabilidade e da qualidade de vida das populações humanas nas respectivas áreas de influência;

15. Melhorar a qualidade e ampliar o acesso aos serviços públicos nas áreas urbanas e rurais;

16. Garantir políticas públicas de suporte ao desenvolvimento rural com enfoque nas dimensões da sustentabilidade econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial.

Histórico do PAS - A proposta do PAS surgiu em 9 de maio de 2003, em Rio Branco (AC), em reunião do presidente Lula com os governadores dos estados da Região Norte, quando foi aprovado o documento Amazônia Sustentável. Em 2007 foram realizadas consultas públicas nas capitais dos nove estados da Amazônia Legal: Cuiabá (MT), Belém (PA), Macapá (AP), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Palmas (TO), São Luís (MA), Manaus (AM), Rio Branco (AC). Cerca de 3 mil pessoas participaram representando organizações de empresários, de movimentos sociais, universidades, governos municipais e estaduais, além de técnicos do governo federal. Também em 2007, o Plano foi debatido em seminários preparatórios e no I Simpósio Amazônia e Desenvolvimento Nacional, coordenado pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados com a participação de 2 mil representantes de diversas organizações.

Ao longo do processo de construção e pactuação em torno do PAS, suas diretrizes estratégicas já nortearam a implementação e execução de políticas públicas na região. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente e instituições vinculadas, pode-se mencionar, dentre os principais desdobramentos do PAS: i) ações contidas no Plano BR-163 Sustentável, com destaque para a criação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163; ii) as operações conjuntas, entre o Ibama, a Polícia Federal e o Exército, de combate aos desmatamentos ilegais e à grilagem de terras públicas na Amazônia, desenvolvidas no âmbito do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal PPCDAM, iii) a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó; iv) inúmeras ações que integram o recém-lançado programa Territórios da Cidadania.

Secretária do MMA defende crescimento do Brasil com matriz energética limpa – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 08/05/2008

A secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Thelma Krug, afirmou nesta quinta-feira (8) que o atual ritmo de crescimento do Brasil já está impondo ao País um novo desafio: manter sua matriz energética limpa do ponto de vista do clima, como é hoje. "Como crescer de forma sustentável? A questão está posta e não deve sair da agenda nos próximos anos", disse, durante a III Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), em Brasília. O evento é promovido pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA.

Atualmente, quase metade (45,1%) da energia consumida no País é gerada por fontes renováveis, como biocombustíveis e energia hidrelétrica. Esse número coloca o Brasil em primeiro lugar entre os países que mais utilizam fontes renováveis em todo o mundo, as chamadas fontes limpas. Mas dados preliminares do Balanço Energético Nacional de 2007, divulgados hoje (8) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), indicam que a demanda do país por energia já está crescendo mais que o Produto Interno Bruto (PIB). Em 2007, foi de 5,9%, 0,5 ponto percentual acima do crescimento do PIB.

Atualmente, a emissão de CO2 proveniente da queima de combustíveis fósseis para gerar energia não é a principal preocupação do Brasil, tendo em vista que 75% das emissões nacionais são provenientes do desmatamento. Mas com o crescimento do País, segundo a secretária, o Brasil precisa urgentemente unir o combate à derrubada da floresta com as melhores soluções de eficiência energética.

Thelma aproveitou a III CNMA, que reúne cerca de 2 mil pessoas, para transpor para uma linguagem acessível os difíceis termos técnicos ligados às mudanças do clima. Em uma apresentação didática, explicou aos participantes o que está em jogo nas negociações internacionais, como a segunda fase do Protocolo de Quito. Ela informou, por exemplo, que as emissões per capita de C02/ano são de 1,76 toneladas no Brasil, contra 19,73 toneladas nos Estados Unidos e 9,52 toneladas no Japão. "Não é possível que tenhamos as mesmas obrigações no protocolo. Aqui no Brasil não se trata de ter três geladeiras, e sim de ter luz para todos", disse.

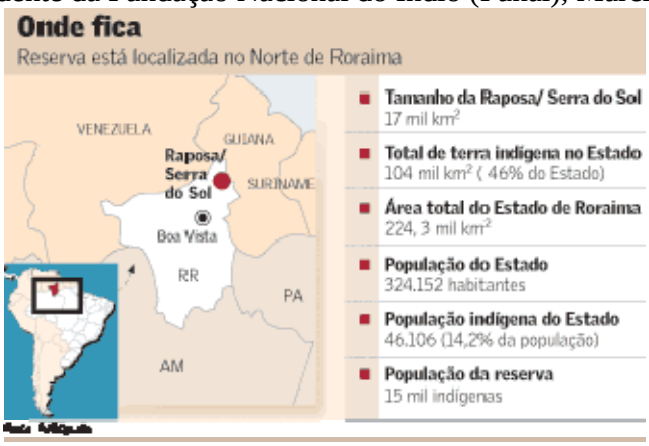
As mudanças climáticas são o principal tema da III CNMA, que termina no sábado. As contribuições do debate serão consolidadas em um documento a ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e deverão ajudar a compor o Plano Nacional de Mudanças do Clima. Entre as propostas que já surgiram nos estados estão, por exemplo, a criação de sistemas de alerta precoce conjugando a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade e o incentivo à construção de barragens, reservatórios e adutoras contra eventos extremos, como enchentes, secas e erosão.

Lula decide criar mais postos militares na Amazônia – Valor Econômico – Brasil - 08/05/2008

Após o acirramento dos conflitos na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu ontem que o governo federal vai aumentar o número de postos militares nas áreas fronteiriças da Amazônia. A orientação do presidente foi transmitida aos ministros Tarso Genro (Justiça) e Nelson Jobim (Defesa), que deverão definir os números e os detalhes do texto do decreto a ser editado.

O ministro da Justiça negou que a decisão tenha sido provocada pela pressão das Forças Armadas, especialmente do Exército, após as críticas do comandante militar na Amazônia, general Augusto Heleno, que condenou a política indigenista do governo federal.

"Eu e o ministro Jobim vamos trabalhar para apresentar ao presidente Lula um decreto para a instalação de mais postos militares na Amazônia. Vamos constituir um programa de aumento desses postos", afirmou Tarso, depois de se reunir com Lula, Jobim e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, no Palácio do Planalto.



No inicio da tarde de ontem, os índios deixaram a fazenda Depósito, na reserva Raposa/Serra do Sol, que havia sido ocupada na madrugada de segunda-feira. Uma funcionária da fazenda confirmou que os índios deixaram a área por volta das 13h30 e montaram novas tendas do outro lado da cerca.

O índio macuxi Dionito Souza, coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), disse que os índios decidiram deixar o local até que o STF julgue as ações sobre a demarcação de terra da reserva. Segundo o CIR, os índios decidiram deixar a fazenda após reunião com representantes do Ministério da Justiça. A reserva é alvo de disputa entre índios e agricultores que cultivam arroz na região.

Após a decisão dos índios de desocupar a fazenda Depósito, na reserva Raposa/Serra do Sol, Tarso Genro negou que tenha ocorrido nos últimos dias um agravamento dos conflitos na região. Segundo ele, a tendência é de "distensão".

Otimista, o ministro disse que está convencido que após o julgamento das ações envolvendo a Raposa/Serra do Sol , será possível encerrar o impasse na região. "Vamos seguir a orientação do Supremo. Esta é uma posição de Estado", disse Genro.

O ministro-relator das 33 ações que tratam do assunto, Carlos Ayres Britto, do STF , disse ontem que concluirá seu voto até o fim da semana. Segundo ele, o esforço será para que o tema seja julgado pelo Supremo ainda este mês. Britto ressaltou que até a decisão do

mérito, a liminar - que dá aos arrozeiros direito de ficar no local e determina que os indígenas não podem invadir as áreas em que vivem os produtores rurais - deve ser respeitada.

Para o ministro do Supremo, a Polícia Federal) e a Força Nacional de Segurança (FNS) atuaram corretamente na região, pois têm a atribuição de defender áreas federais.

"Toda atividade da Polícia Federal será pautada por dois parâmetros: a polícia não pode desalojar quem está região nem pode permitir que haja uma invasão da terra deles, porque, do contrário, os arrozeiros ficarão cercados na própria casa, convivendo com o inimigo", disse o ministro. "No mais, todo o cuidado e responsabilidade são do governo federal e das forças de segurança."

Lula lança plano com projetos já em execução – O Globo – O País – 09/05/2008

BRASÍLIA. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado ontem pelo presidente Lula, reúne ações e projetos já em execução, inclusive do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além de obras de infraestrutura previstas no PAC, o plano inclui a chamada Operação Arco Verde, que destina R$ 1 bilhão para financiamento de projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas na Amazônia.

O financiamento terá juros de 4% ao ano, prazo de pagamento de 20 anos e até 12 anos de carência.

Os recursos virão do Orçamento Geral da União e dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

A Operação Arco Verde reúne ações emergenciais, de ordenamento fundiário e territorial, ambientais e de fomento às atividades sustentáveis.

— O PAS é um programa que vem sendo implementado por um conjunto de medidas que já estão em curso e outras que serão aprofundadas — disse a ministra Marina Silva.

Estão previstas políticas de garantia de preço mínimo e realização de leilões para escoamento dos produtos extrativistas.

Somente para compra de produtos extrativistas no Acre estão previstos R$ 84 milhões, neste ano. Entre as medidas emergenciais, está a aceleração da liberação de seguro-desemprego para os demitidos nos municípios atingidos pela Operação Arco de Fogo, contra madeireiros na Amazônia. Há a previsão de distribuição de cestas básicas para 40 mil famílias.

A solenidade, no Palácio do Planalto, reuniu sete governadores e um vice-governador da Amazônia Legal — Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins, Amapá, Mato Grosso e Maranhão.

Faltou o representante de Roraima. O plano reúne 13 ministérios e outros dez órgãos do governo federal, incluindo o Banco do Brasil.

— Não estamos sendo o primeiro nem o último governo que tenta fazer alguma coisa pela Amazônia — disse Lula

Cassel apresenta Territórios da Cidadania no Chile – Sítio Eletrônico do MDA – 09/05/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participa nesta segunda-feira (12), em Santiago, no Chile, do Encontro Latino-Americano de Intendentes, Governadores e Prefeitos para o Desenvolvimento Rural. O ministro apresentará o programa Territórios da Cidadania no painel Dinâmicas Territoriais Rurais. O Encontro, organizado pelo Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp), pela Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Administrativo do Ministério do Interior do Chile e pelo Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) para a América Latina e Caribe, prossegue até terça-feira (13).

O foco do Encontro será a crise dos preços de alimentos. Para Guilherme Cassel, a solução de longo prazo para garantir a segurança alimentar e a estabilização dos preços internos passa por um conjunto de medidas estruturais. "É necessário garantir uma oferta suficiente de alimentos e isto se faz fortalecendo ainda mais a agricultura familiar", afirma.

O assessor internacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Celso Carvalho, lembra que a FAO prevê que a crise não se resolverá com medidas emergenciais. "Eles acreditam que é necessário que a estratégia passe pelo desenvolvimento territorial. Por isso é que a experiência do Brasil com o Territórios da Cidadania será apresentada no encontro", explica.

O ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos, participará do Encontro. Também foram convidados os governadores da Bahia, Jaques Wagner; de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; do Pará, Ana Júlia Carepa; e do Piauí, Wellington Dias.

Territórios da Cidadania - O programa Territórios da Cidadania trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada região com a participação da sociedade. Em 2008, com investimentos de R$ 11,3 bilhões, serão atendidos 60 territórios em todo Brasil, com 135 ações coordenada de 19 Ministérios nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e infra-estrutura.

Serviço:
Encuentro Latinoamericano de Intendentes, Gobernadores y Prefectos para el Desarrollo Rural
Local: Santiago, Chile, 12 e 13 de maio/2008
12/5 - manhã: instalações da Cepal
tarde: instalações do Escritório Regional da FAO para América Latina e Caribe
Horário: das 9h às 18h
13/5 - visitas a instituições

Territórios da Cidadania é implementado na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 09/05/2008

Após realizar 43 plenárias, os quatro Territórios da Cidadania na Bahia assinaram, nesta sexta-feira (9) o pacto de implementação do Programa com os governos federal e estadual. A cerimonia de assinatura do Acordo de Cooperação Federativa, realizada em Salvador, contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

No evento, o ministro Guilherme Cassel destacou que o objetivo central do Territórios da Cidadania é superar a pobreza no meio rural. "O programa tem como princípio fundamental destinar recursos aos locais que mais precisam e fazer chegar ações de 19 ministérios nas regiões mais pobres do País", frisou.

Cassel salientou que a Bahia é um estado pioneiro na tradição territorial. Ele citou os recursos que cada território irá dispor e enfatizou que o investimento de R$ 1 bilhão para a Bahia será totalmente executado em 2008. "Com isso, vamos construir um novo Brasil e um novo meio rural - mais justo e solidário - a partir do Territórios da Cidadania", ressaltou.

Pacto federativo - O pacto federativo foi assinado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, pelo governador da Bahia, Jacques Wagner, e pelos prefeitos de Nova Redenção, Ivan Alves Soares (pelo Território Chapada Diamantina), de Cansanção, Arivaldo de Souza Pereira (pelo Território do Sisal), de Buerarema, Orlando de Oliveira Filho (pelo Território Sul) e de Malhada, Anselmo Alves Boasorte (pelo Território Velho Chico).

Também participaram do evento a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, os ministros Tarso Genro (Justiça), Márcio Fortes (Cidades), Geddel Vieira Lima (Integração Nacional), Edson Santos (Seppir) e Alfredo Nascimento (Transportes), o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto de Oliveira, o delegado federal do MDA, Lourival Gusmão, parlamentares e representantes dos territórios.

Ações territoriais - Os Territórios da Cidadania baianos realizaram 43 plenárias, nas quais definiram prioridades nas mais diversas áreas. O Território Chapada Diamantina, que terá R$ 181,3 milhões em investimentos, irá realizar 57 ações. Entre elas estão o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que irá beneficiar 745 novas famílias, e o crédito do Pronaf, que deve fechar 13,4 mil novos contratos. No Território do Sisal, 61 ações previstas receberão recursos da ordem R$ 238,4 milhões. O Programa Bolsa Família chegará a quase 83 mil novas famílias e a assistência técnica do MDA alcançará a 22,8 mil novas famílias de agricultores familiares.

Entre as 60 ações previstas no Território Sul, que receberá R$ 362,2 milhões, estão a concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas para 2.513 famílias e recursos de R$ 17,4 milhões provenientes do PAC/Urbanização de Favelas. O Território Velho Chico terá 77 ações, com R$ 220 milhões, e irá garantir esgotamento sanitário a 8,6 mil famílias e levará o programa Água para Todos a 21.155 famílias.

MDS investirá R$ 54 milhões para construção de novas cisternas no Semi-Árido – Sítio Eletrônico do MDS – 09/05/2008

A população da região do Semi-Árido brasileiro que sofre com a falta de água pode ser beneficiada mais uma vez pelo Programa de Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Os municípios da região podem participar de edital público que visa à construção de cisternas de placas para captação de água da chuva. O documento foi publicado na edição desta sexta-feira (09/05) do Diário Oficial e também está disponível na página do Ministério na internet – www.mds.gov.br MDS dispõe, para este ano, de R$ 54 milhões para financiar despesas com materiais para construção e mão-de-obra. Somente para este edital são R$ 10 milhões. As demais despesas de custeio e capital deverão ser de responsabilidade da Prefeitura proponente, a título de contrapartida.

O público-alvo é formado por famílias de baixa renda que não disponham de fonte de água, ou meio suficientemente adequado para armazená-la, a fim de suprir suas necessidades básicas, e que estejam enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, do governo federal, ainda que não tenham sido beneficiadas pelo Programa até o momento.

A relação dos municípios que estão aptos a participar está listada no Anexo I do edital. São cidades que atendem a critérios pré-estabelecidos e que estão na região do Semi-Árido oficial brasileiro, definido pelo Ministério da Integração Nacional. Poderão ser beneficiadas cidades localizadas nos seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

Os municípios interessados devem encaminhar os documentos exigidos, pelos Correios, até o dia 30 de maio para o seguinte endereço: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) – Departamento de Gestão Integrada da Política (DGIP) – Esplanada dos Ministérios, bloco C, sala 421 – CEP 70046-900 – Brasília/DF.

As Prefeituras que cumprirem as exigências de habilitação serão submetidas aos critérios técnicos classificatórios, como Índice de Aridez e de Desenvolvimento Humano Municipal, experiência do município candidato na gestão de convênios e no desenvolvimento da política local de Segurança Alimentar, caracterização da população beneficiária, Índice de Gestão Descentralizada, atendimento do Programa Bolsa Família e risco de insegurança alimentar e nutricional da população.

Somente com este edital, o Ministério pretende atender a 30 municípios apoiando a construção de mais de seis mil cisternas de placas que beneficiarão aproximadamente 33 mil pessoas. Com estas obras, será possível armazenar cerca de 96 milhões de litros de água potável por ano.

A seleção será divulgada no Diário Oficial da União e disponibilizada na página da internet do MDS no dia **20 de junho**. Mais informações podem ser obtidas pelo endereço eletrônico: cisternas@mds.gov.br ou pelo telefone: (61) 3433-1180 / 3433-1181 / 3433-1182.

Programa Cisternas – A cisterna é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva e representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural do Semi-Árido brasileiro. Elas são destinadas à população rural de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, que chegam a durar oito meses do ano. Neste período, o acesso à água normalmente ocorre por meio de barreiros, açudes e poços que ficam a

grandes distâncias e possuem água de baixa ou baixíssima qualidade, provocando várias doenças e enfermidades nas populações que se vêem obrigadas a consumir água proveniente dessas fontes.

O Programa, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é executado por meio de parceria com governos estaduais, municipais e sociedade organizada.

As cisternas de placas de cimento são construídas com a utilização de mão-de-obra local e grande mobilização comunitária. As famílias beneficiárias participam de capacitação em gerenciamento de recursos hídricos, onde são repassadas as técnicas de utilização e manutenção da cisterna e métodos de uso racional da água, além de noções básicas de cidadania. Uma cisterna de 16 mil litros permite que uma família de cinco pessoas tenha água para beber, cozinhar e escovar os dentes durante o período de seca. **Adriana Scorza*

Plano para Amazônia prevê crédito para reflorestamento – Valor Econômico – Brasil - 09/05/2008

O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado ontem pelo governo federal, prevê, entre outras medidas, a criação de linha de crédito especial para o reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o crédito deve ultrapassar R$ 1 bilhão. Os recursos, segundo a ministra, virão do Orçamento do governo federal e dos fundos constitucionais. O PAS também pretende sistematizar os programas já existentes para a região.

"O PAS é um programa que vem sendo implementado com um conjunto de medidas já em curso, e outras que foram apresentadas agora e que ainda serão aprofundadas", explicou a ministra, durante solenidade em Brasília. As ações de apoio às práticas produtivas e medidas emergenciais, segundo Marina, também fazem parte do pacote proposto pelo governo federal para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

O plano inclui medidas estruturantes, como a recuperação de áreas e o uso e manejo dos recursos florestais, além de programa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de expansão de conhecimento e assistência técnica. Essas medidas, segundo a ministra, se estendem por toda a região, enquanto outras, de caráter emergencial, terão foco em municípios prioritários, onde há problemas de "tensionamentos sociais", como na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

Durante o lançamento do PAS, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que os brasileiros, ao falarem no exterior sobre a Amazônia, estão sempre "jogando na defesa" e respondendo perguntas sobre desmatamento e queimadas. Agora, segundo o presidente, o plano vai contribuir para mudar essa realidade. "Quando a gente for debater a Amazônia, nós não ficaremos esperando perguntas. Nós que iremos dizer a eles [estrangeiros] o que estamos fazendo na Amazônia", afirmou.

O índio Gecinaldo Sateré-Maué, representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que participou da cerimônia, disse que somente por meio de investimentos será possível salvar a Amazônia brasileira. Segundo ele, um

programa voltado exclusivamente para a região não deve sustentar-se no "desenvolvimento predatório, que impera na Amazônia, mas no desenvolvimento sustentável".

O governador do Amazonas, Eduardo Braga, disse que "não basta ter políticas de prevenção e controle, mas também alternativas para homens e mulheres da Amazônia se sustentarem". Braga classificou o PAS como "inovador" por prever mais acesso a políticas públicas para os habitantes da região.

Brasil atrasa plano contra aquecimento – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 10/05/2008

Estratégia de combate à mudança climática prometida pelo presidente Lula sairá no fim do ano, seis meses após o previsto - Segundo secretária, prazo para conclusão do plano foi exíguo; Inpe já recebeu verba para instalar rede de pesquisa sobre o assunto

O Plano Nacional de Mudanças Climáticas, aguardado para meados deste ano, só deve ser concluído em novembro. A afirmação é da secretária nacional de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug. O atraso contraria determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O decreto 6.263, de novembro de 2007, estabeleceu que a versão preliminar do plano deveria estar pronta até o último dia 30, o que não ocorreu.

O plano vem sendo prometido desde setembro de 2007, quando Lula anunciou nas Nações Unidas que o país o adotaria. Porém, de concreto até agora só se sabe que ele terá quatro eixos: adaptação, mitigação, pesquisa e desenvolvimento e divulgação e capacitação. Uma de suas maiores novidades, a idéia de usar dinheiro do Fundo de Compensação do Petróleo em ações de mitigação e pesquisa, está em discussão no Executivo, mas também não tem data para ser enviada ao Congresso. Krug diz que a mudança na lei não deve ocorrer antes da conclusão do plano.

Segundo ela, para que o plano seja de fato nacional -e não federal, fruto de decisões apenas dos ministérios- é necessário abrir espaço para a participação regional, de Estados e municípios. Com isso, o processo é mais demorado.

"Um plano federal você pode construir através dos ministérios. E é claro que vai ter essa visão no plano. Mas, para torná-lo nacional, é preciso trazer essas regionalidades", diz ela.

Recuo - O consultor ambiental Fabio Feldman, secretário do Fórum de Mudanças Climáticas de São Paulo, considera o atraso "grave e preocupante". "É um recuo lamentável. Está-se descumprindo o decreto do presidente. Quando for concluído o plano, restará pouco tempo do governo Lula", afirma. Ele diz ainda que o Brasil já deveria ter que ter uma diretriz clara sobre mudança do clima. "Em Bali, a China nos surpreendeu ao dizer que iria reduzir emissões e que elas seriam quantificadas, para permitir a verificação."

Além da China, o México também já tem desde maio do ano passado uma estratégia nacional de mudanças climáticas pronta e disponível na internet (**www.semarnat.gob.mx**). O plano mexicano estabelece o potencial de corte de emissões de gases de efeito estuda em cada setor da economia.

Para Marcelo Furtado, do Greenpeace, o Brasil está entre os cinco maiores emissores de CO2 do planeta e, apesar de ser também vítima, pode ser considerado um "vilão", devido ao desmatamento da Amazônia e à sua política energética.

"Ela [Krug] está mostrando pouca ambição. O Brasil tem de ser ambicioso para reduzir emissões, mostrar as áreas vulneráveis e atender os afetados", diz. Ele cita a desertificação do semi-árido e a seca na Amazônia como problemas causados pela mudança climática.

Prazo exíguo - Krug afirma que o prazo dado para a elaboração do plano foi exíguo. Quando assumiu o cargo, em 2007, tinha a expectativa de que o plano fosse construído em dois ou três anos. Segundo a secretária, entretanto, "houve muita pressão" para acelerar o processo. "Eu espero que, quando esse plano for apresentado, as pessoas tenham idéia de que o tempo que nos foi dado é extremamente pequeno", diz.

Ruy de Góes, diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, afirma que, enquanto o plano nacional é elaborado, o governo não está parado. "O processo de construção de um plano nunca é rápido, estamos sendo cuidadosos para ter um plano bem construído. Isso não significa imobilismo."

O maior avanço até agora foi a criação da Rede-Clima (Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais), liderada pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para gerar e disseminar conhecimento e tecnologia sobre mudanças do clima. O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, afirmou que já foram repassados recursos ao Inpe para equipar seu novo centro de ciências terrestres, que sediará a rede.

A próxima ação, diz Góes, será "questionar os ministérios" sobre ações que já podem ser aprofundadas -como os programas de biocombustíveis e troca de geladeiras.

Municípios terão crédito contra desmate – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 10/05/2008

BNDES promete reservar R$ 500 milhões para os órgãos ambientais das regiões mais devastadas da Amazônia Legal - Famílias que perderam emprego em áreas com o desmate proibido receberão cestas básicas; produtos de extrativismo terão subsídio

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) disponibilizará R$ 500 milhões em crédito para os órgãos ambientais dos 36 municípios

que mais desmataram na Amazônia Legal nos últimos tempos. O objetivo é que as cidades se tornem mais eficientes no combate ao desmatamento ilegal e consigam se aparelhar melhor para fazer fiscalização e licenciamento. O recurso também pode ser usado para capacitar funcionários.

A medida integra a operação Arco Verde e foi anunciada anteontem pelo governo, no lançamento do PAS (Plano Amazônia Sustentável).

Há diversas ações prometidas para os 36 municípios, nos quais foram suspensas as autorizações para desmate. Com a suspensão e o aumento da fiscalização, várias pessoas ficaram sem fonte de renda.

Algumas das medidas são chamadas de emergenciais, como a entrega de cestas básicas para 40 mil famílias e a um sistema mais ágil para concessão do seguro-desemprego. Entre as ações consideradas "estruturantes" está o apoio à comercialização de produtos do extrativismo (como castanha-do-pará, óleos e frutas), com a inclusão desses produtos na PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) do governo federal. Além disso, a Embrapa deve implantar 36 unidades-modelo nos municípios e atender demandas de pelo menos 100 mil produtores rurais. As ações custarão cerca de R$ 300 milhões até 2010.

Na opinião de pelo menos uma ONG, porém, financiar a contragosto nada resolve. "O fortalecimento institucional está muito vinculado, em geral, à vontade política. Então, fortalecer quem quer desmatar nem sempre é estratégico", diz Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra-Amazônia Brasileira. Ele diz que se preocupa com o fato de as ações focarem apenas os 36 municípios. Segundo ele, as medidas podem empurrar o desmatamento para as áreas vizinhas.

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, reconhece que a Amazônia é "muito mais do que isso", mas defende centralizar as ações em municípios "críticos". "Embora a gente reconheça que o desafio é muito maior, vai precisar de muito mais recurso que isso, entendemos que vamos dar um passo muito consistente agora para trabalhar no que a gente quer mesmo, que é virar o jogo. Queremos acabar com o desmatamento não com ações da polícia, mas pela mudança do paradigma econômico."

O principal anúncio do governo no lançamento do PAS foi a redução pela metade dos juros para quem quiser extrair madeira de forma sustentável ou recuperar com mata nativa áreas desmatadas. Também foram criadas três unidades de conservação na Amazônia.

Para Smeraldi, as medidas "confirmam que não há plano". "Elas repropõem a idéia do pacote para Amazônia que junta tudo: Bolsa-Família, unidade de conservação, penhor...", diz.

Na opinião de Adalberto Veríssimo, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), "o PAS está na direção certa e quase todas as medidas são positivas, mas ainda é iniciativa tímida perto do desafio da Amazônia".

Para ele, é positivo ampliar o acesso ao crédito para o manejo florestal (que não desmata), mas o valor ainda é insuficiente para que se deixe de derrubar a floresta. A linha de crédito deve ter R$ 1 bilhão. "O desmatamento é uma indústria bilionária." Segundo Veríssimo, o maior desafio do governo será resolver os problemas fundiários da região. **(AFRA BALAZINA)**

III CNMA aprova mais de 650 propostas com destaque para educação ambiental – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 11/05/2008

Terminou na madrugada deste domingo (11/05) a terceira edição da Conferência Nacional do Meio Ambiente, em Brasília, que teve as mudanças climáticas como tema central. O evento reuniu mais de 1.200 delegados de todo o país, que aprovaram cerca de 650 propostas na plenária final após quase cinco dias de debates. Na avaliação do secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Hamilton Pereira, responsável pela coordenação de todo o processo da CNMA, um dos destaques ficou por conta da inclusão da educação ambiental em uma parte significativa das propostas finais.

"O conjunto das políticas propostas para a área da educação ambiental chama a atenção porque revela a percepção dos setores que se mobilizaram para a conferência da necessidade de mudança do comportamento, de mudança no padrão de produção e consumo. Mostra que a sociedade brasileira recolheu esse tema, agendou, pautou e está trabalhando numa perspectiva que aponta para as gerações futuras", disse.

Para ele, a conferência ficou acima da expectativa. "Estamos coroando um processo que foi altamente amplo. Nós alcançamos todos os estados da federação e a qualidade do que vimos aqui é muito reveladora da profundidade desse processo", acredita.

Durante a conferência nacional 16 grupos de trabalho discutiram propostas de mitigação e adaptação às mudanças do clima em áreas como saúde, recursos hídricos, florestas, transporte, agropecuária, indústria, entre outras. O texto-base, formulado a partir das propostas colhidas nas mais de 700 conferências municipais e estaduais, com a participação de cerca de 100 mil pessoas, contava com mais de cinco mil proposições.

O último dia da conferência teve debates acalorados em torno de temas polêmicos como a transposição do Rio São Francisco e a construção de rodovias na Amazônia. Para a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Thelma Krug, outros pontos aprovados na plenária também são polêmicos como o uso de plantas exóticas no reflorestamento. Para ela ainda há um preconceito em relação ao uso das exóticas apesar de elas fazerem parte de alguns biomas. "Muitas coisas poderão ser aproveitadas no plano (de mudanças climáticas) e outras terão que ser reavaliadas. Ainda não é possível definir um percentual do que será aproveitado, mas vamos trabalhar nisso", afirmou.

Segundo Hamilton Pereira, as resoluções serão consolidadas pelo Ministério do Meio Ambiente e encaminhadas ao presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva para auxiliar na elaboração do Plano e da Política Nacional de Mudanças do Clima. "Faremos com que esse material, vindo da sociedade, chegue às mãos do presidente Lula para que o governo consulte as outras áreas aqui mencionadas e venha a incorporar essas propostas no projeto de lei que será encaminhado ao Congresso Nacional", explicou.

Poluição "do bem" – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 11/05/2008

No Brasil, não falta quem defenda o direito de desmatar e expulsar índios de suas terras em nome da soberania e do desenvolvimento. No governo federal, muitos fazem coro envergonhado com essa gente, dizendo não aceitar palpite de quem já devastou as próprias florestas. Deveriam se juntar num movimento revanchista para exigir que europeus e americanos parem de combater a poluição, porque isso pode destruir a "nossa" Amazônia. Seria uma conclusão ética e ecologicamente débil (mais uma), mas não de todo ilógica, de estudo publicado quinta-feira no periódico "Nature".

Foi notícia por toda parte: a seca de 2005 na Amazônia ocidental teve como causa mais provável um aumento da diferença de temperatura em setores do oceano Atlântico acima e abaixo da linha do Equador. Esse padrão anormal teria desviado chuvas da floresta, anomalia que pode se tornar ainda mais freqüente ao longo deste século. É o que dizem simulações de computador do Centro Hadley de estudos meteorológicos. O artigo veio assinado por sete estudiosos do Reino Unido e dois do Brasil (José Marengo e Carlos Nobre).

O paradoxo do estudo está na origem do aquecimento anormal do Atlântico do lado de lá do Equador: diminuição da poluição no hemisfério Norte. Como assim? Todo mundo sabe que a poluição atmosférica -gases emitidos na queima de combustíveis fósseis como petróleo e carvão- causa aquecimento, não resfriamento, e que ela está aumentando, não caindo.

Como tudo em matéria de mudanças climáticas, é sempre mais complicado do que parece. Para começo de conversa, há poluição e poluição. Queimar combustíveis fósseis produz, entre várias coisas, partículas de enxofre que refletem luz solar. Chamadas de aerossóis, fazem "sombra" sobre a superfície do globo, diminuindo a energia disponível para esquentá-la.

Em tempo de efeito estufa, essa poluição "do bem" representa um desconto de cerca de 30% no aquecimento global (em lugar de 2,3 watts por metro quadrado, energia bastante para acender uma lanterna, sobra para aquecer a atmosfera 1,6 watt por metro quadrado). É o que os especialistas chamam de "feedback negativo", pois contrabalança a tendência geral. Ocorre que o enxofre é também um poluente sério, fonte da chuva ácida.

Países industrializados lutam para diminuir sua emissão e com isso evitar a destruição das poucas florestas remanescentes no hemisfério Norte. Só os Estados Unidos, em duas décadas, reduziram em 40% o enxofre. Com cada vez menos "sombra", o Atlântico Norte fica mais exposto ao aquecimento global. As águas esquentam e alteram os padrões de circulação na vizinhança do Equador. Chove menos na Amazônia, os rios secam. O que era para ser uma poluição "do bem" pode resultar numa catástrofe.

Esse estudo na "Nature" deve servir de chamado à razão para quem defende megaprojetos de geoengenharia, como lançar enormes quantidades de enxofre na atmosfera para combater o aquecimento global. Apesar de contar com defensores respeitáveis, como o

Nobel Paul Crutzen, seria uma temeridade extrapolar em escala planetária a húbris tecnocientífica e sua obsessão com o controle da natureza.

A maior fonte mundial de gases do efeito estufa e de aerossóis, hoje, é a China, que inaugura a cada semana uma termelétrica a carvão com altos teores de enxofre. Se conseguir diminuir a emissão de aerossóis, contribuirá de modo ainda mais explosivo para o aquecimento global. Se correr, o dragão pega...

MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Brasil, Paisagens Naturais - Espaço, Sociedade e Biodiversidade nos Grandes Biomas Brasileiros" (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (cienciaemdia.folha.blog.uol.com.br). E-mail: cienciaemdia.folha@uol.com.br

Reunião acirra nova batalha ecológica entre ricos e pobres - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 12/05/2008

Há bem pouco não se sabia direito o que era crédito de carbono. Hoje a noção é corrente, carbono é commodity, e o crédito, moeda internacional. No final do mês, em Bonn, na Alemanha, deve surgir no cenário mundial um novo dispositivo com este peso. A sigla ABS encerra uma discussão que irá influir no manejo da diversidade brasileira: quem vai ter acesso, por exemplo, aos recursos da Amazônia, e como irá repartir os ganhos do que criar a partir de sementes da floresta ou do conhecimento indígena. Este debate complexo é uma nova briga a opor países ricos e pobres.

Nesta trincheira há duas siglas, CDB e ABS, que não têm nada a ver com mercado financeiro ou freios de carro. CDB é a sigla em português da Convenção sobre Diversidade Biológica, o principal marco internacional sobre biodiversidade. ABS se refere a Access and Benefit Sharing, literalmente acesso e repartição de benefícios, algo que desejam todos que têm interesses em florestas e mares, mas que ninguém sabe ao certo como fazer. Trata-se de um conjunto de regras que os países que assinaram a Convenção têm discutido nos últimos anos. A idéia é aparar as arestas para que algo comece a sair do forno.

O assunto é tão fundamental para o manejo da Amazônia quanto polêmico. Os países desenvolvidos, com forte indústria farmacêutica, de cosméticos e biotecnologia, brigam pelo acesso aos recursos naturais, intuindo que ali há muito o que descobrir, pesquisar e lucrar. Não é um chute no escuro - fala-se que hoje 75% dos princípios ativos dos remédios já têm origem na biodiversidade. Do outro lado, é nos países pobres que costumam estar os recursos naturais do mundo, mas sem pesquisa ou tecnologia tímida. Esta turma, evidentemente, está interessada na segunda metade da sigla, a que fala na repartição dos ganhos.

De 19 a 30 de maio, em Bonn, cinco mil pessoas vão discutir os avanços da Convenção no encontro dos 190 países que assinam a CDB - Estados Unidos e Somália não fazem parte do clube. Os EUA pelos motivos de sempre e por alguns particulares - a discussão de ABS, por exemplo, bate de frente com a proteção de patentes. A CoP-9, na Alemanha, será um mega encontro de diplomatas, ministros, cientistas e ambientalistas, nos moldes da conferência do Clima em Bali, em dezembro. As Convenções do Clima e da

Biodiversidade são gêmeas, ambas surgiram na ECO-92, no Rio. A do Clima ganhou fama com a urgência ao combate ao efeito estufa, abriga o Protocolo de Kyoto e tem recursos do mercado de carbono. A da Biodiversidade opera com uma agenda vasta que alcança mares e florestas, aves e bactérias, biocombustíveis e transgênicos - mas continua sendo a prima pobre.

"A discussão sempre foi quem vai pagar a conta", resume Pedro Leitão, secretário-geral do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, o Funbio. Criado em 1995 como braço financeiro da CDB no Brasil, o fundo tem por missão aportar recursos para a conservação da biodiversidade. Qual o tamanho desta conta, ninguém sabe ao certo. Alguns números apontam para US$ 60 bilhões ao ano para preservar a vida na terra e no mar. À época da ECO-92 previu-se o fortalecimento de um mecanismo financeiro, o GEF, para que a Convenção tivesse recursos que colocassem em prática o que se debatia em plenário. A intenção dos países ricos era, em 10 anos, lançar US$ 77 bilhões no GEF. Seria assim que os pobres preservariam e se desenvolveriam de forma sustentável.

Não funcionou. O esquema voluntário dos países industrializados ficou na vontade. O GEF financiou 1800 projetos em 140 países, mas só recebeu 10% da ambição inicial, US$ 7,7 bilhões. "O compromisso financeiro ficou nas palavras", diz Leitão. "A novidade agora é a CDB vir a ser custeada por recursos privados", aposta. "O dinheiro público está diminuindo e há uma fonte importante aparecendo no cenário, mas é privada."

O Brasil vai a Bonn sob pressão pela tendência em elevação do desmatamento na Amazônia e a polêmica em torno dos biocombustíveis. Mas vai pronto ao contra-ataque. O País é o responsável pela criação de 40% das áreas protegidas terrestres criadas em todo o mundo nos últimos cinco anos. Muitos, é verdade, são ainda parques de papel, mas sua criação já afasta grileiros e especuladores. O Arpa, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia, quer proteger pelo menos 50 milhões de hectares na região, criando um mosaico de unidades de conservação e de uso sustentável. Serão US$ 400 milhões na região até 2012, no programa do Ministério do Meio Ambiente, com apoio do GEF, do Banco Mundial, do KfW (o banco de cooperação alemão) e o WWF-Brasil. É um sinal positivo do esforço que o país tem feito para reduzir as atuais taxas de perda de biodiversidade - que todos os países concordaram em conter vigorosamente até 2010. Evidentemente isso não tem sido conseguido, nem pelo Brasil, nem por ninguém.

"Vai ser muito difícil alcançar as metas", reconhece Bráulio Dias, diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade do MMA. "Todos os fatores que contribuem para a perda estão se ampliando - a população mundial cresce, o consumo aumenta, tem as mudanças climáticas, a globalização facilita a introdução de espécies exóticas invasoras. As previsões dos cientistas não são otimistas."

Preservar, aqui, não é só poupar da extinção bichinhos fofinhos. A tendência da agricultura moderna é usar poucas variedades e concentrar-se nas mais produtivas. Um efeito disto é que se perde a diversidade genética das espécies. Os parentes silvestres, que estão na natureza, podem ter respostas fundamentais para novas situações climáticas, ambientes mais áridos e salinos, por exemplo. "Há uma crise de arroz no mundo, parte do problema é a ferrugem que está destruindo plantações na Ásia", cita Dias, do MMA. "A solução para isso é desenvolver variedades resistentes. Mas isso só pode ser feito se ainda existir algo que tenha um gene para resistir à doença."

Esta é a base da discussão do ABS. O que está sendo negociado é um regime internacional que defina o acesso e a repartição dos benefícios, e os problemas já começam aí. EUA, Canadá e Austrália estão entre os que brecam o processo porque não querem regra

nenhuma para isso. Defendem que bastam leis nacionais e o acesso aos recursos naturais se garante com bons contratos. "Mas a fiscalização disso é impossível e o custo de questionar a execução de um contrato fora do país é muito cara", aponta Cristina Azevedo, gerente de projeto do Departamento do Patrimônio Genético, da Secretaria de Biodiversidade do MMA.

Excluindo o coro de quem está contra tudo, a grande questão em torno do ABS é a de se conseguir um tratado vinculante. Ou seja, uma lei internacional obrigatória que valha para quem assinou a CDB. É o que o Brasil defende, na liderança do bloco de 17 países mega diversos que detém 80% da biodiversidade do planeta, integram os três continentes e inclui China e Índia, México e Costa Rica, Quênia e Madagascar, Indonésia e Filipinas. "Acho que a discussão vai avançar em Bonn, mas o texto não está terminado e provavelmente não será definido se será um regime vinculante ou não", diz o alemão Martin Kaiser, consultor político para biodiversidade e florestas do Greenpeace Internacional. Ele lembra que os países industrializados têm sido reticentes em relação a uma lei obrigatória - e a União Européia vacila. "Do nosso ponto de vista, um Protocolo seria a solução. Mas isso só deve ser resolvido em 2010, no Japão", continua. A ONG tem pressionado o governo alemão para que se aumentem os fundos públicos para a conservação da biodiversidade. "Nossa exigência é começar com **?** 2 bilhões por ano para desbloquear esta Convenção", prossegue Kaiser.

Os negociadores brasileiros colocam fichas em um mapa do caminho, a exemplo de Báli. "Esperamos da CoP-9 um resultado sólido que estabeleça um road map para a negociação de ABS de maneira a que possamos adotar um regime internacional até 2010", diz Fernando Coimbra, chefe da divisão de meio ambiente do Itamaraty. "Bonn tem que ser um marco para a superação deste impasse histórico", faz coro Denise Hamú, secretária-geral do WWF-Brasil.

"É preciso ter normas claras e justas que defendam os interesses nacionais, as populações locais e estimulem a pesquisa", defende Dias, do MMA. "A ausência destas regras é o pior cenário de todos. O setor privado e a Academia correm o risco de serem acusados de biopirataria e deixam de investir. E quem tem os recursos naturais não recebe nada." Por trás dos embates em Bonn está a lógica de dar valor à floresta para que ela fique em pé.

'**Biodiversidade é um assunto cada vez mais tratado como commodity**' **–** Valor econômico – Internacional - 12/05/2008

"A CDB é uma carta de boas intenções. Já acreditei muito neste debate, hoje acho que é mais do mesmo." A cética é a bióloga Nurit Bensusan, coordenadora do núcleo de gestão do conhecimento do Instituto Internacional de Educação do Brasil, mas que até recentemente acompanhava a discussão mundial de acesso aos recursos naturais e repartição de benefícios trabalhando em ONGs como WWF e ISA. "Biodiversidade é um assunto cada vez mais tratado como commodity. É como se este item, para decolar, tenha que forçosamente entrar na lógica do mercado, da Organização Mundial do Comércio, a OMC."

Nurit dá pistas da complexidade do tema. "Repartir benefícios é o tópico mais inovador da Convenção", continua, "mas a dúvida que persiste até hoje é repartir o quê com

quem". Ela ilustra com algumas situações. Um povo indígena brasileiro sabe como usar certa planta para aliviar dor de estômago. Uma empresa farmacêutica alemã paga por este conhecimento e começa a desenvolver um remédio. "Acontece que aquele povo já estava dividido em vários outros diferentes, o conhecimento daquela planta também era do caboclo que vive ao lado e índios bolivianos e venezuelanos também sabem como usá-la. Como vão se repartir os benefícios?", exemplifica.

Na análise da bióloga, a CDB falhou em ser genérica demais. No início da discussão de ABS, há uma década, se imaginou que, um lado daria o acesso aos recursos genéticos e o outro, a transferência de tecnologia. "Na época se acreditou que estes dois pontos caminhariam juntos. Mas isto nunca rolou e nem nunca vai rolar, porque tecnologia está em mãos privadas."

Reinhard Bütikofer, presidente do Partido Verde alemão, confessa expectativas "muito baixas" em relação aos possíveis avanços da conferência de Bonn. "Em 2002, a União Européia concordou com a meta de, em 2010, ou seja daqui a dois anos, conseguir controlar e parar completamente a perda de espécies na Europa. Isso é uma bela fantasia. A realidade é que ainda estamos perdendo muitas espécies, e biodiversidade, infelizmente, não ficou no topo da agenda de prioridades de ninguém nos últimos anos", diz. "Minhas modestas expectativas para a conferência são de tornar possível colocar a biodiversidade tão em foco quanto conseguimos com a mudança climática. Há uma relação intrínseca entre estes dois temas." **(DC)**

Marina Silva pede demissão do Ministério do Meio Ambiente - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 13/05/2008

Após cinco anos e meio à frente do Ministério do Meio Ambiente e diversas batalhas políticas travadas dentro do governo, Marina Silva envia carta ao presidente Lula comunicando seu pedido de demissão “em caráter irrevogável”. O secretário do Ambiente do RJ, Carlos Minc, foi convidado para seu lugar.

RIO DE JANEIRO - A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu demissão do cargo nesta terça-feira (13). Para o seu lugar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou o secretário estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc, ex-deputado petista com longa trajetória de militância ecológica. Marina, que estava à frente do Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde o primeiro dia do governo Lula e é uma das figuras políticas brasileiras com maior prestígio no cenário internacional, voltará a ocupar sua cadeira no Senado. Ela retomará o lugar de Sibá Machado (PT-AC), que voltará à suplência após cumprir o mandato de senador por cinco anos e meio.

Na carta enviada a Lula no começo da tarde, Marina afirmou o caráter “pessoal e irrevogável” do pedido e explicou os motivos de sua saída: “Essa difícil decisão, presidente, decorre das dificuldades que tenho enfrentado há algum tempo para dar prosseguimento à agenda ambiental federal (...) Vossa excelência é testemunha das crescentes resistências encontradas por nossa equipe junto a setores importantes do governo e da sociedade. Ao mesmo tempo, de outros setores tivemos parceria e solidariedade. Em

muitos momentos, só conseguimos avançar devido ao seu acolhimento direto e pessoal. No entanto, as difíceis tarefas que o governo ainda tem pela frente sinalizam que é necessária a reconstrução da sustentação política para a agenda ambiental", disse.

Protagonista de diversas batalhas políticas dentro do governo, nas quais acumulou vitórias e derrotas, a ex-ministra decidiu deixar o cargo, segundo fontes de Brasília, após o lançamento do Programa Amazônia Sustentável (PAS) pelo governo na última quinta-feira (8), mas esperou pelo término da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, que se encerrou no sábado, para comunicar sua decisão ao presidente Lula.

A insatisfação de Marina Silva teria chegado ao limite durante a apresentação do PAS, após a então ministra saber que, numa decisão de última hora, as metas do programa que haviam sido acertadas entre o MMA e a Casa Civil, com o aval de Lula, não seriam anunciadas. Outro fator teria sido a decisão de Lula de confiar a coordenação do PAS ao ministro Mangabeira Unger, da Secretaria Especial de Ações de Longo Prazo. A indicação de Mangabeira, segundo pessoas próximas à Marina, teria sido, nas palavras da ministra, "um gesto de desprestígio ao trabalho realizado no MMA". Nas horas que se seguiram ao pedido de demissão de Marina, nem ela nem o presidente da República se manifestaram oficialmente. Segundo o blog de Ricardo Noblat, após sair de um encontro com Lula, o ex-governador do Acre Jorge Vianna (que chegou a ser cotado para o ministério), contou que o presidente "lamentou muito" a saída de Marina e disse ter "perdido uma grande ministra".

Pressão interna - Nos últimos meses, Marina Silva vinha sofrendo grande pressão interna no governo em conseqüência dos embates políticos acerca de temas como o controle do desmatamento da Amazônia ou a liberação comercial dos transgênicos. No primeiro caso, as ações de combate à destruição da floresta que o MMA, através do Ibama, procura implementar em parceria com a Polícia Federal, como a atual Operação Arco de Fogo, sempre sofreram a oposição de setores ruralistas ligados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No caso dos transgênicos, a oposição à Marina se concentrava nos setores ligados à indústria da biotecnologia que integram o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

O início das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) também teria contribuído para desgastar Marina dentro do governo. A polêmica sobre a concessão das licenças ambientais para projetos de grande impacto como, por exemplo, a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, colocou a ex-ministra em rota de colisão com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e com o próprio presidente Lula.

Além de Marina, também pediram demissão o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, e o presidente do Ibama, Bazileu Margarido. Por intermédio de sua assessoria, Carlos Minc confirmou sua ida para o MMA. Até o início da noite, diversas organizações do movimento socioambientalista, como o MST, o Greenpeace, o Instituto Sociambiental (ISA) e o Fórum Brasileiro de ONGs pelo Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS), entre outras, divulgaram notas lamentando a saída de Marina.

Ibama multa carvoarias de MS em R$ 4,7 milhões – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2008

Em operação para combater a exploração ilegal de lenha e carvão na região do Pantanal, o Ibama de Corumbá (540 km de Campo Grande) aplicou até o momento 13 multas, que somam R$ 4,7 milhões, a carvoarias do Estado. Entre as ações previstas para os próximos meses na Operação Ouro Negro, estão auditorias em propriedades rurais, carvoarias, escritórios de compra e venda de carvão e indústrias siderúrgicas. Segundo Ricardo Pinheiro Lima, chefe do escritório regional do Ibama no município, a ação fiscalizou na semana passada seis carvoarias em Corumbá, Miranda e Aquidauana. Todas são fornecedoras, segundo o Ibama, das quatro siderúrgicas em operação em Mato Grosso do Sul -MMX, Simasul e as duas unidades da Vetorial.

As propriedades apresentaram irregularidades como a falta de licença ambiental e a prática de desmatamentos acima do limite autorizado. Elas tiveram o registro suspenso. Segundo o Ibama, dos 10 milhões de metros cúbicos de carvão transportados no Brasil em 2007, 44% tiveram origem em Mato Grosso do Sul. "As atividades de extração de lenha e posterior produção de carvão poderiam estar impactando uma área de mais de 200 mil hectares anuais nesse Estado", diz nota do órgão. Lima disse que a operação foi até o momento concentrada na região do Pantanal em razão da fragilidade do bioma. Outras cidades serão fiscalizadas.

Agressão - Em Mato Grosso, no município de Alta Floresta (830 km de Cuiabá), dois agentes da Força Nacional de Segurança que participam da Operação Arco de Fogo são suspeitos de agressão contra dois moradores da cidade -um deles tem 16 anos. A confusão ocorreu na saída de uma festa. A Polícia Civil abriu inquérito para apurar o caso.

Lula diz que destinará R$ 1,5 bilhão à Amazônia – O Globo – O País – 13/05/2008

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado na semana passada, prevê a destinação de R$ 1 bilhão para financiamento de projetos de recuperação de áreas degradadas, e mais R$ 500 milhões para melhoria do processo de licenciamento ambiental, gestão territorial e zoneamento.

Lula destacou a Operação Arco Verde, que destinará recursos para ações emergenciais de fomento às atividades sustentáveis, de ordenamento territorial e de meio ambiente.

— O PAS vai ser uma revolução no tratamento que o governo dará para o desenvolvimento da Amazônia — disse, no programa “Café com o presidente”. Segundo Lula, desde 2003 a preocupação do governo é combinar o desenvolvimento da Amazônia com a conservação ambiental e da biodiversidade. Lula disse que o principal problema é o desmatamento ilegal, mas o governo está implementando “uma forte estratégia de combate a esse tipo de crime”.

— O desafio agora é manter o controle sobre as atividades ilegais e criar alternativas concretas para que as atividades econômicas na Amazônia se tornem ambiental e socialmente sustentáveis — disse.

Territórios é referência para a América Latina – Sítio Eletrônico do MDA – 13/05/2008

O Programa Territórios da Cidadania, uma ação do governo brasileiro, foi destacado como exemplo a ser seguido pela América Latina no Encontro Latinoamericano de Governadores, Intendentes e Prefeitos realizado nesta segunda-feira (12) em Santiago, no Chile. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, expôs as diretrizes e objetivos do programa e, ao final do evento, as autoridades presentes aprovaram a criação de uma Rede Latinoamericana de Cooperação, para sistematizar o diálogo horizontal dos governos em torno do desenvolvimento territorial rural.

O Brasil é referência para os dez países que participaram do encontro. O exemplo brasileiro foi o ponto de partida para a criação da rede latino-americana para fomentar o desenvolvimento territorial rural, aprovada por unanimidade ao final do encontro. "O Territórios da Cidadania tem como objetivo central superar a pobreza no Brasil a partir da experiência de territórios. Ele leva de forma conjunta as políticas públicas, fazendo com que o Estado trabalhe de uma maneira coordenada para impulsionar o desenvolvimento dessas comunidades, construindo assim uma nova cultura no setor público de coordenação política", explicou o ministro Guilherme Cassel.

Cassel destacou que um dos principais objetivos do programa é superar as condições de pobreza que ainda persistem em algumas regiões brasileiras. "Buscamos garantir o acesso aos direitos e às políticas públicas de infra-estrutura e desenvolvimento econômico nos lugares mais pobres, onde vivem e trabalham homens e mulheres que por diversas razões foram condenados a invisibilidade por muitos anos", salientou o ministro.

Nova Rede - Com a participação de mais de 20 autoridades da região, provenientes de dez países, o Encontro de Governadores, Intendentes e Prefeitos para o Desenvolvimento Rural, foi organizado pelo Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (Rimisp), a Agência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e a Subsecretaría de Desarrollo Regional (Subdere) do Chile. O encontro, segundo seus organizadores, é um primeiro esforço para levar a um nível político de governos locais a discussão sobre as novas ferramentas de desenvolvimento territorial que estão aplicando os países, para enfrentar o crescimento com igualdade e os efeitos das crises internacionais, como a dos alimentos.

O ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos, que realizou a exposição principal do encontro, disse que é necessário criar um novo pacto para América Latina, considerando a negativa evolução da pobreza rural: "Necessitamos um pacto que assegure que contaremos com os alimentos necessários para sustentar a saída da pobreza de 883 milhões de pessoas, levando em consideração a desigualdade da distribuição do ingresso rural em nossa região, onde não basta o mercado para corrigir os desequilíbrios sociais e onde precisamos de

políticas públicas inteligentes e fortes que ajudem a levar as oportunidades e os benefícios de maneira mais ampla aos cidadãos", disse.

O diretor regional de FAO, José Graziano da Silva, destacou que a alta no preço dos alimentos obriga a duplicar os esforços. "A comida é um direito fundamental, mas que tem estado ausente na vida de 800 milhões de pessoas", disse

Territórios da Cidadania - O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais do Governo Federal realizada em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade. Lançado nacionalmente pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em fevereiro, o programa irá levar um conjunto de ações integradas de 19 ministérios para regiões com baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH). As ações irão beneficiar mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, de pescadores e de comunidades tradicionais em 958 municípios. O investimento para 2008 é de R$ 11,3 bilhões.**Com informações de Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (Rimisp)*

Posição do MST sobre o pedido de demissão de Marina Silva – Sítio Eletrônico do MST – 13/05/2008

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, entregou na manhã desta terça-feira (13/05) uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na qual pede o seu desligamento do cargo, em caráter irrevogável.

Na nossa avaliação, o governo Lula está em dívida com o povo brasileiro, com os movimentos sociais e ambientalistas em relação à sua política ambiental, especialmente com o apoio ao modelo do agronegócio. Abaixo, elencamos nove pontos sobre o tema nos último período:

1- Foram aprovadas variedades de milho transgênico, que vão trazer enormes prejuízos para toda a agricultura familiar e camponesa. O milho tem uma fertilização aberta, com o pólen viajando a distâncias grandes, o que representa um risco de contaminação de um enorme estoque de sementes crioulas, com base genética ancestral dos povos indígenas.

2- Foram liberadas uma série de obras dentro do chamado PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), especialmente de usinas hidrelétricas, sem levar em consideração os impactos ambientais e sociais, como planos para o re-assentamento das famílias atingidas por barragens.

3- A aprovação da MP-422 legaliza a grilagem de terras na Amazônia em propriedades controladas de forma irregular até 1.500 hectares, quando a Constituição Federal determinada apenas até 100 hectares.

4- O projeto de transposição do Rio São Francisco desconsidera as precauções com a preservação e ignora os impactos ambientais no leito do rio e nos canais.

5- As empresas de papel e celulose implementam projetos para a expansão da monocultura do eucalipto em imensas áreas, desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, desrespeitando a legislação brasileira com a instalação de desertos verdes.

6- A expansão da monocultura da cana-de-açúcar, para a produção e exportação do etanol, trará enormes prejuízos para o meio ambiente, em especial no estado de São Paulo e na região do Cerrado no centro-oeste do país.

7- Não há uma posição clara do governo contra o projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que reduz a área de floresta mínima por imóvel para 50% na região da Amazônia, sendo chamado pelos movimentos sociais de "Floresta Zero".

8- O governo não se empenhou na fiscalização para garantir a aplicação da lei que determina que todos os alimentos transgênicos sejam rotulados com um símbolo para identificação e uma advertência. Com isso, poucas empresas cumprem a determinação legal.

9- As linhas da política para as florestas brasileiras não são claras e, com isso, diversos setores têm duvidas sobre sua eficácia, avaliando que algumas iniciativas podem contribuir para a desnacionalização e privatização de um patrimônio do povo brasileiro e da Nação.

O MST avalia que a ministra do Meio Ambiente Marina Silva tinha posições pessoais contrárias a determinadas definições do governo. Não cabe ao Movimento julgar pessoas, mas analisar com profundidade as medidas tomadas nos últimos seis anos. Nesse sentido, o governo Lula está em dívida com o povo brasileiro em relação à sua política ambiental.

DIREÇÃO NACIONAL DO MST

Leia também a declaração do MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens):

Sobre o pedido de demissão da ministra Marina Silva

O MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) considera que a saída da ministra Marina Silva da pasta de Meio Ambiente é uma perda para os movimentos sociais, ambientalistas e para todo o povo brasileiro. Avaliamos que a ministra tinha posições contrárias à algumas ações do governo prejudiciais à soberania da Amazônia, à agricultura camponesa, aos atingidos por barragens e ao meio ambiente. No entanto, é um bom momento para repensar a política ambiental do governo.

Citamos como exemplo dessa política prejudicial, a liberação das obras das usinas de Santo Antonio e Jirau e de tantas outras hidrelétricas previstas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), atropelando as licenças ambientais dessas obras; a liberação do comércio de produtos transgênicos, prejudicando a agricultura camponesa; a legalização

da grilagem de terras na Amazônia; a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar, prejudicando o meio ambiente e fazendo vista grossa para o trabalho escravo praticado nessas usinas.

Independente de quem vá ocupar o comando do ministério, o MAB exige do governo federal uma nova política para o setor, que não sirva aos interesses econômicos das grandes empresas transnacionais produtoras de soja e milho transgênicos, produtoras e consumidoras de energia elétrica, das construtoras de grandes obras e dos grileiros de terra. Exigimos uma política de meio ambiente que se preocupe com a nossa soberania, com os nossos povos e com a nossa natureza. Água e energia não são mercadorias!

Coordenação Nacional do MAB

Marina, que transversalidade queremos? - Gilson Caroni Filho – Carta Maior – 14/05/2008

A alegria dos representantes do agronegócio indica um dos principais significados da saída de Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente. É o caso de repensar se queremos a hegemonia ou pretendemos deitar eternamente no berço esplêndido de um “Estado de Compromisso".

Duas características marcaram a passagem de Marina Silva pelo governo Lula: o espírito missionário e a lealdade pessoal ao presidente. Com a têmpera de quem superou cinco malárias, duas hepatites e uma leishmaniose, a herdeira política de Chico Mendes travou, nem sempre com sucesso, vários "empates" durante sua gestão no Ministério do Meio Ambiente. Perdeu, sem dúvida, mas jamais recuou.

Conseqüência de disputas no interior da própria máquina governamental, a agenda da "Senadora da Floresta” foi a grande perdedora em um governo que, mais uma vez repetimos, acumula êxitos atestados tanto na diversificação do parque industrial quanto no comportamento dos indicadores econômicos e sociais.

O aumento de poder da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), cujos pareceres sobre pesquisa e comercialização passaram a ter caráter vinculativo, foi a maior derrota da ministra que um dia acreditou ser possível - através da prática de ações transversais para a construção de sustentabilidade - “interferir nos projetos de desenvolvimento, das rodovias aos leilões de petróleo."

Há algum tempo, alertamos, em artigo aqui publicado, que "é hora de a própria esquerda se livrar do imaginário herdado do padrão fordista e incorporar a luta pela preservação natural ao seu horizonte político. Fora disso, a palavra progressista torna-se um vocábulo vazio. Um atributo discutível para quem luta no campo democrático-popular".

Sem contar que corremos o risco de cair no “crescimentismo”, doença infantil de um keynesianismo canhestro.

O meio ambiente, como destacou o ambientalista Fran Araujo, deve ser um fator de primeira ordem na tomada de decisão sobre políticas de desenvolvimento econômico. Imaginá-lo como algo que deve ser protegido depois que impactos adversos tenham ocorrido é confundir bagres com índios, caboclos e pescadores dentro de um imaginário produtivista que peca pela pouca inteligência.

No primeiro pronunciamento do presidente após a demissão da ministra, Lula afirmou termos “criado no Brasil uma palavra mágica chamada transversalidade, para que não houvesse política de ministro. Isso significa colocar todos os atores envolvidos naquela matéria em torno de uma mesa para que a decisão se transforme em políticas de Estado e políticas de governo. Para mim a questão ambiental tem que ser tratada com mesmo carinho que a gente trata a política social. A companheira Marina que o diga. Não há separação da política de desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental. Então a companheira Marina se foi e a política dela continua."

Talvez a questão seja mais complexa do que imagina o presidente. Transversalidade, quando a comunidade internacional financia projetos para contrapartidas de responsabilidade sócio-ambiental, não é uma “palavrinha mágica". E a companheira Marina se foi porque a política dela não conseguiu se viabilizar ante as pressões do agronegócio, o velho latifúndio remodelado semântica e politicamente.

Se um momento histórico pode ser avaliado pela reação dos atores diretamente envolvidos, convém observar quem festeja a saída da ministra. Uma rápida leitura da *Folha de S. Paulo* não deixa margem para dúvidas: "Sem demagogia, eu tenho admiração pela história e a vida da ministra. Só que ela tem um componente ideológico fortíssimo que atrapalha o Brasil a crescer"(Kátia Abreu, senadora do DEM e vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura). "Ronaldo Caiado (DEM-GO), um dos líderes da bancada ruralista na Câmara, lembrou que Marina dificultou os avanços na área tecnológica. "Os problemas que ela criou o próprio governo é que tem de explicar.”

"A saída dela pode fazer com que o bom senso seja retomado nas questões ambientais. Havia uma carga ideológica muito forte, um preconceito contra o agronegócio." "Ela atrasou muito o Brasil com a irracionalidade no trato de questões como os transgênicos.” (Onyx Lorenzoni (DEM-RS), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara). A alegria desses personagens dá a exata dimensão da tragédia. É o caso de repensar se queremos a hegemonia ou pretendemos deitar eternamente no berço esplêndido de um “Estado de Compromisso". Marina deixou o governo com a mesma dignidade em que nele atuou. Sai do cargo com a certeza de que a aposta no governo Lula ainda é a melhor alternativa. Novos empates a esperam no Senado e deles, mais uma vez, ela não fugirá.

**Gilson Caroni Filho é professor de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), no Rio de Janeiro, e colaborador do Jornal do Brasil e Observatório da Imprensa.*

Organizações denunciam descumprimento de normas no Brasil – Sítio Eletrônico da CPT – 14/05/2008

Organizações brasileiras ligadas ao meio ambiente e a pequenos agricultores enviaram, no dia 14 de maio, uma denúncia contra o governo federal devido ao descumprimento do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. A denúncia será divulgada durante a reunião do Protocolo, chamada de MOP 4, que acontece na Alemanha. Segundo as organizações, o Brasil não realizou estudos sobre os impactos resultantes da cultura do milho transgênico e também não adotou medidas para proteger o meio ambiente e a saúde humana. De acordo com a denúncia, o governo federal desconsiderou recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) no que diz respeito à liberação do plantio de milho transgênico no país. As organizações podem que o Comitê de Cumprimento do Protocolo analise as denúncias e notifique o Brasil sobre as irregularidades cometidas.

Comissões investigam ação de milícias no Paraná – Sítio Eletrônico da CPT – 14/05/2008

As Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Câmara dos Deputados iniciaram, no dia 14 de maio, uma diligência nos municípios paranaenses de Cascavel e Ortigueiras. O objetivo é apurar denúncias sobre a ação no Estado de milícias armadas ilegais contra trabalhadores rurais. As acusações foram coletadas em audiências públicas realizadas nas duas comissões. As milícias armadas paranaenses recentemente foram responsáveis pela morte de Valmir Mota de Oliveira, assassinado no ano passado durante manifestação no acampamento do campo de experimento da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR), e Eli Dallemore, assassinado por dois homens encapuzados em frente a sua esposa e três filhos no assentamento Libertação Camponesa, município de Ortigueiras (PR), em março deste ano. Os deputados devem visitar o acampamento Terra Livre, no município de Cascavel e se reunir com a direção da Syngenta e autoridades locais, na Câmara de Vereadores do Município. Em Ortigueiras, eles devem se reunir com a sociedade civil e autoridades no auditório da Secretaria de Educação da cidade. Segundo dados da CPT, em 2007, 1.188 famílias sofreram algum tipo de violência – física ou moral – por parte de grupos armados à serviço de latifundiários ou grandes empresas. Um aumento de 35% se comparado com o ano de 2006.

Para Greenpeace, o meio ambiente perde seu anjo da guarda – Sítio Eletrônico da CPT – 14/05/2008

Segundo o Greenpeace o pedido de demissão da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, feito no dia 13 de maio, representa um perigo para a questão ambiental. Para a organização, “o meio ambiente, a questão da Amazônia, perdeu seu anjo da guarda, a única voz no governo que ainda defendia a prudência, o juízo, em relação às questões

ambientais". Tanto Marina Silva quanto o Greenpeace estão insatisfeitos com a entrega da coordenação do comitê gestor do Plano Amazônia Sustentável ao ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Eles consideram que o ministro não tem tradição na luta pela defesa do meio ambiente. Segundo o Greenpeace, o pedido de demissão de Marina é a prova de que a questão ambiental não faz parte das preocupações do governo Lula. "Sabíamos da dificuldade que ela vinha enfrentando, remando contra a maré diariamente ao tentar mostrar que a questão ambiental não é uma pedra no sapato no caminho do desenvolvimento".

Muda o clima nos EUA – Folha de São Paulo – Opinião – 14/05/2008

QUALQUER que seja o candidato democrata ou o próximo presidente eleito nos Estados Unidos, a política americana sobre aquecimento global vai mudar, talvez até radicalmente. A era George W. Bush de negação acabou, a julgar por um surpreendente discurso do candidato republicano John McCain.

"Não permitirei que oito longos anos se passem sem uma ação séria acerca de desafios sérios", disse McCain em Oregon. "Fomos alertados por cientistas do mundo todo, sérios e com credibilidade, de que o tempo é curto e os perigos são grandes." Esta não é a primeira vez que McCain ultrapassa Bush acerca da gravidade da mudança climática. A novidade reside em ele ter explicitado metas de um plano para reduzir a contribuição de seu país para o agravamento do efeito estufa. A queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) pela economia americana emite mais de um quinto dos compostos de carbono gerados por atividade humana que retêm calor na atmosfera.

McCain propõe que as emissões americanas sejam reduzidas em 60% até o ano 2050, tomando por base os níveis de 1990. Tendo em vista que elas já progrediram pelo menos 16% desde então, parece uma meta ambiciosa -e decerto a anos-luz de Bush, que se opunha a qualquer compromisso. O plano McCain empalidece, contudo, diante do corte de 80% proposto por ambos os pretendentes democratas, Barack Obama e Hillary Clinton.

É remota, porém, a perspectiva de alteração na política de proteção ao álcool de milho produzido nos EUA. Todos os pré-candidatos admitem rever as metas de Bush para substituir petróleo por álcool (neste ano seriam 34 bilhões de litros) a fim de diminuir a pressão sobre os preços de alimentos. Mas ficam por aí.

Bem melhor para o livre comércio e o clima do planeta seria eliminar a tarifa de 14 centavos de dólar sobre o litro de álcool de cana brasileiro, cinco vezes mais eficiente que o de milho para reduzir a emissão de compostos de carbono. Mas aí já seria esperar demais da racionalidade dos políticos norte-americanos.

Sem apoio de Lula, Marina anuncia saída do governo – Marta Salomon e Vera Cruz - Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008

Depois de cinco anos, quatro meses, 12 dias e uma coleção de disputas no cargo, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) deixou o governo ontem. Ao mesmo tempo em que um portador levava carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marina relatava à equipe o caráter "irrevogável" de seu afastamento. Sem apoio do presidente, ela já não via condições de permanecer no cargo.

Embora já esperasse pela reação da ministra, cuja gestão já não o satisfazia, Lula reagiu com irritação ao formato da saída: Marina nem sequer pediu demissão, apenas comunicou sua decisão de deixar o comando do Meio Ambiente.

A decisão de Marina foi amadurecida desde a manhã de quinta-feira passada. Pouco antes da cerimônia pública do lançamento do PAS (Plano Amazônia Sustentável), no Planalto, a ministra participou de reunião com Lula e governadores da Amazônia. Naquele momento, foi informada por Lula que a coordenação do Conselho Gestor do plano ficaria com o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), que não participara da elaboração do plano, gestado desde 2003.

Mais do que surpreendida, a ministra viu no gesto sinal claro de que já não contava com o apoio de Lula para levar adiante medidas duras de combate ao desmatamento na Amazônia. Após três anos de queda no ritmo das motosserras, a devastação da floresta voltou a crescer no final de 2007.

Até momentos antes da reunião com Lula, Marina acreditava que coordenaria as ações do PAS. Viu um sinal disso num detalhe: o arranjo das autoridades nas cadeiras próximas ao presidente no tablado no salão nobre do Planalto -não havia assento para Unger entre os protagonistas da cerimônia.

A expectativa da ministra frustrou-se momentos antes da solenidade. Em relatos econômicos que fez dos motivos que a levaram a pedir demissão, Marina contou que a reunião foi "muito dura" e não deu a ela condições de permanecer no governo. Depois de perceber que pressões contrárias à sua permanência eram maiores do que o apoio que esperava receber de Lula, Marina chegou a dizer a um interlocutor: "Uma mãe não abandona seu filho".

A frase é um contraponto ao discurso feito por Lula na cerimônia. Mesmo depois de escantear Marina, o presidente chamou a ministra de "mãe do PAS". O epíteto já não lhe cabia, julgou a ministra, num paralelo a uma de suas principais antagonistas no governo, Dilma Rousseff (Casa Civil), apontada por Lula como a "mãe do PAC".

Os termos duros da carta de demissão foram divulgados pelo Planalto. O texto atribui a demissão a dificuldades enfrentadas na condução da agenda ambiental: "V. Exa. é testemunha das crescentes resistências encontradas por nossa equipe junto a setores importantes do governo e da sociedade".

A ministra passou o dia em seu apartamento. Com mais dois anos e meio de mandato para cumprir no Senado, pensa em tirar férias antes de voltar à vaga hoje ocupada pelo suplente Sibá Machado (PT-AC).

Seus principais assessores se dispõem a ficar só por um período de transição. Entre eles estão João Paulo Capobianco (secretário-executivo do ministério e presidente do Instituto Chico Mendes) e Bazileu Margarido Alves, presidente do Ibama. Thelma Krug, secretária de Mudanças Climáticas, estava ontem na Finlândia.

Não foi a primeira vez que Marina pediu demissão. No início do segundo mandato de Lula, sob pressão para apressar a concessão de licenças para obras do PAC, ela pôs o cargo à disposição. Na ocasião, julgou ter tido reiterado o apoio do chefe e conduziu a revisão do projeto de hidrelétricas do rio Madeira (RO) para liberação da licença ao empreendimento.

Na grande polêmica anterior, que tratou da liberação de lavouras transgênicas de soja, a partir de sementes contrabandeadas da Argentina, a ministra assimilou a derrota, embora a área ambiental do governo resista à liberação de organismos geneticamente modificados. Foi na execução da política de combate ao desmatamento que ela viu inviabilizada sua permanência. Em janeiro, Marina associou o aumento do ritmo do desmatamento ao avanço de pastos e plantações de soja, estimulados pelo aumento do preço de commodities. Atraiu críticas dos governadores Blairo Maggi (MS) e Ivo Cassol (RO) e do ministro Reinhold Stephanes (Agricultura).

Parte do PT tenta emplacar o ex-governador do Acre Jorge Viana, que deve conversar hoje com o presidente Lula. Antes, o petista Carlos Minc, do Rio, havia sido sondado.

Bancada ruralista festeja saída de Marina do cargo – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008

Parlamentares criticam "atitude ideológica" e "preconceito" contra agronegócio - Para sindicatos, a petista vinha prejudicando imagem do país no exterior; Marina recebe elogio, no entanto, do ministro da Agricultura

Adversários de Marina Silva em questões como o uso de transgênicos e pecuária extensiva, integrantes da bancada ruralista no Congresso criticaram a atuação da ministra no Meio Ambiente. Mas ela também recebeu elogios no Senado de governistas e da oposição.

Vice-presidente da CNA (Confederação Nacional de Agricultura) e produtora agrícola, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) reconheceu a importância política de Marina, mas criticou sua atitude ideológica frente à pasta.

"Sem demagogia, eu tenho admiração pela história e a vida da ministra. Só que ela tem um componente ideológico fortíssimo que atrapalha o Brasil a crescer", afirmou ela. "Quando se exagera no protecionismo você incentiva o crime. Quanto mais punitivo, mais você empurra a pessoa para o crime."

Ronaldo Caiado (DEM-GO), um dos líderes da bancada ruralista na Câmara, lembrou que Marina dificultou os avanços na área tecnológica. "Os problemas que ela criou o próprio governo é que tem de explicar."

Caiado, contudo, disse que preferiria "não crucificá-la". "Afinal, ela não tomou as decisões sozinha. Sempre teve o apoio do presidente", disse. "Até tenho muito respeito por ela. É uma das poucas pessoas no governo que têm posição."

O presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), afirmou que a gestão da ministra representou um atraso para o país e que ela demorou para deixar o cargo. "A saída dela pode fazer com que o bom senso seja retomado nas questões ambientais. Havia uma carga ideológica muito forte, um preconceito contra o agronegócio." "Ela atrasou muito o Brasil com a irracionalidade no trato de questões como os transgênicos."

Para o deputado Marcos Montes (DEM-MG), Marina "tem uma atitude extremamente pontuada na defesa do meio ambiente, mas desconectada do processo produtivo do mundo inteiro". "Acho que ela exagerou nas medidas que tomou. A saída foi muito boa, Lula marcou mais um gol."

Elogios - No Senado, porém, integrantes da oposição e do governo lamentaram a saída da ministra. "É uma perda muito grande. O governo precisa escolher muito bem quem vai substituí-la para não colocar em jogo a soberania da Amazônia", disse o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

"É lamentável, porque ela é uma voz muito forte nos fóruns internacionais", disse o líder do PSB, Renato Casagrande (ES).

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), afirmou que ela será recebida de "braços abertos", mas disse "estar chateada" com a saída de Sibá Machado (PT), suplente de Marina no Senado.

"A senadora é hoje patrimônio da história do Acre e sai de cabeça erguida", disse o senador petista Tião Viana (AC).

Segundo a assessoria do Ministério da Agricultura, o ministro Reinhold Stephanes "lamentou" a decisão de Marina. "Stephanes fez questão de destacar o bom relacionamento

mantido entre ambos e reconheceu o papel significativo de Marina Silva na defesa das causas ambientais do país."

Produtores - O presidente da Famato (que representa agricultores e pecuaristas de MT), Rui Ottoni Prado, disse esperar que "seja indicado alguém com capacidade de discutir questão ambiental e desenvolvimento econômico de forma integrada".

O presidente da Associação dos Produtores de Soja de MT, Gláuber Silveira, chamou a saída de "providencial". "Ela vinha prejudicando a imagem do Brasil no exterior, ao divulgar dados errados sobre o desmatamento." O presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte, José Eduardo Pinto, disse que a notícia traz "esperança". O governador Blairo Maggi (PR-MT), que defendeu o desmatamento legalizado para enfrentar a crise global de alimentos, não quis se pronunciar. **(ADRIANO CEOLIN, ANDREZA MATAIS E RODRIGO VARGAS)**

Ministra acumulou derrotas sempre que contrariou os interesses do Planalto – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008

Nos cinco anos que passou à frente do Meio Ambiente, Marina Silva acumulou derrotas sempre que o setor ambiental bateu de frente com interesses estratégicos do governo.

Perdeu a briga dos transgênicos para o agronegócio. Perdeu a briga do licenciamento de obras de infra-estrutura para Dilma Rousseff e as empreiteiras (na ocasião, Lula chegou a decidir demiti-la, como viria a confessar). Agora, novas pressões desses setores ameaçam anular seu maior legado: uma política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. A primeira grande derrota de Marina aconteceu em seu primeiro ano como ministra. No final de 2003, o Planalto liberou, por medida provisória, a comercialização de soja transgênica. A liberação era de interesse do setor agrícola e uma bandeira do então ministro Roberto Rodrigues (Agricultura).

Outra pancada viria em 2005, quando o Congresso aprovou a Lei de Biossegurança, dando competência à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para liberar transgênicos. A ministra queria que a liberação fosse decidida por um conjunto de ministérios e apontou "cassação de competência" do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Não adiantou: o Brasil é hoje território livre para os transgênicos.

Se perdia de um lado, Marina começava a ganhar de outro: na contenção do desmatamento na Amazônia. Em 2003, ao amargar uma taxa de desmatamento de 25 mil km2, Marina articulou a criação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento. O pacote incluía a criação do Deter, um sistema de monitoramento em tempo real, e uma série de políticas de desenvolvimento sustentável, como a determinação de aproveitar 650 mil km2 de área degradada na Amazônia para intensificar a produção agropecuária sem desmatar mais nada. O plano, lançado em 2004, deveria envolver 13 ministérios, sob a coordenação da Casa Civil. Mas Marina agiu sozinha.

Em 2005, ano da morte da freira Dorothy Stang, a devastação explodiu e alcançou o recorde de 27,3 mil km2. Marina pôs a tropa na rua e, com o auxílio da PF e aproveitando a mobilização do Exército no Pará, iniciou uma série de operações de fiscalização e criou um conjunto de unidades de conservação em áreas de conflito rural, como a Terra do Meio. Essa política, aliada a uma feliz coincidência na conjuntura econômica -a queda dos preços das commodities- fez o desmatamento cair pelos três anos seguintes. Foi uma vitória circunstancial. O plano contra o desmatamento permaneceu fragilizado no seu cerne -a chamada "transversalidade" da política ambiental. E, se com José Dirceu à frente da Casa Civil ele padecia de falta de coordenação, com a entrada de Dilma ele ganhou uma inimiga.

Dilma mandou excluir do plano todas as ações que interferiam no desígnio do Planalto de criar grandes obras de infra-estrutura na Amazônia. E fez Marina atropelar a lei ambiental para forçar o Ibama a conceder licenças para as bilionárias usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira. Fiel a Lula até o último momento, Marina entendeu o recado: o PAC é maior que o Meio Ambiente. Com o PAC não se mexe.

Neste ano, a ministra bateu de frente com o chefe outra vez, ao classificar de "preocupante" a retomada acelerada do desmatamento -que Lula chamou de "tumorzinho" ao questionar os dados do Inpe, atiçado por Blairo Maggi e pelo novo inimigo de Marina, Reinhold Stephanes (Agricultura).

Surpreendentemente, Lula pareceu ceder aos argumentos da ministra ao embargar o desmate em 36 municípios e ao exigir critérios ambientais no financiamento agrícola, mas lhe impôs outra derrota ao entregar o PAS (Plano Amazônia Sustentável) à coordenação de Mangabeira Unger.

Sem Marina para esmurrar a ponta da faca, e em ano de eleição, o desmatamento deve explodir em 2008 e abre-se de vez a temporada de caça na Amazônia. De caça, de pesca, de represamento de rios, de pavimentação de estradas e de abate de árvores. Muitas árvores.

ONGs vêem prejuízo à imagem do governo – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008

Ambientalistas receberam com preocupação a notícia da demissão de Marina Silva e apontaram que o governo Lula fica com sua imagem doméstica e internacional arranhada. "Agora o rei está nu, a roupa verde do presidente foi levada", diz Frank Guggenheim, diretor do Greenpeace. "Trata-se de uma clara demonstração de que a área ambiental não tem espaço no atual governo", afirma Denise Hamú, secretária-geral do WWF. "Não bastassem as implicações dessa decisão, o pedido de demissão de Marina Silva terá uma repercussão muito negativa para o Brasil no exterior", afirmou. O primeiro mal-estar internacional tem data para acontecer: na próxima segunda-feira começa na Alemanha a reunião da Conferência da Diversidade Biológica das Nações Unidas, na qual o Brasil apresentaria resultados de suas políticas contra o desmatamento. A presidente do evento é Marina. As ONGs, que tinham em Marina sua maior interlocutora, são unânimes em

apontar o desgaste progressivo entre a ministra e outros setores do governo como razão para a saída. Segundo Guggenheim, Marina "nunca conseguiu implementar a sua visão de que o ambiente era uma questão de todos os ministérios". "Fato é que o ambiente na visão deste governo é um entrave ao progresso, uma pedra no caminho." "A ministra tentou mostrar para os seus colegas de ministério que, para o Brasil ser moderno, ele precisava integrar a dimensão ambiental ao seu desenvolvimento. Mas os seus colegas, que pensam o desenvolvimento somente em uma dimensão (econômica), não foram capazes de aproveitar os conselhos dela", disse José Maria Cardoso da Silva, da Conservação Internacional. "Perdem o governo Lula e o Brasil."

Fim da ambigüidade - Para Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, a saída de Marina põe fim à "ambigüidade" entre o discurso do governo Lula, preocupado com a questão ambiental, e suas práticas. "Não é que ela fosse um obstáculo a nada", disse Smeraldi à Folha. "A rigor, Marina fez tudo que lhe foi solicitado. Foi de lealdade incondicional ao governo, inclusive para passar por cima da lei quando necessário. E tinha uma credibilidade ambiental inigualável", afirmou.

Smeraldi atribui a saída da ministra ao "acúmulo progressivo de passivos em seu currículo", mas principalmente à frustração com a falta de ressonância que a política de "transversalidade" da ministra encontrou no resto da Esplanada.

O próprio PAS (Plano Amazônia Sustentável) tem exemplos disso: primeiro, dá ênfase quase exclusiva a obras do PAC. "As únicas unidades de conservação que foram anunciadas foram justamente três que permitiriam [asfaltar] a BR-319, uma típica decisão de PAC", diz Smeraldi. "O Meio Ambiente tinha preparada a criação de unidades de conservação no Pará que poderiam atrapalhar a construção de mais reservatórios para [a hidrelétrica de] Belo Monte", e elas não saíram.

A antropóloga Mary Allegretti, que foi secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente durante parte do governo FHC e deixou o posto em 2003, avalia que Marina deveria ter saído antes do ministério, quando seu desgaste era menor.

Segundo Allegretti, todas as vezes que Lula se manifestou sobre Amazônia foi para desqualificar o que Marina estava fazendo. "Na minha visão, o erro da gestão da Marina foi dar peso excessivo à fiscalização e dar pouco incentivo ao desenvolvimento sustentável. Isso coloca os segmentos produtivos da Amazônia contra o Meio Ambiente." **(AFRA BALAZINA e EDUARDO GERAQUE)**

Planalto avalia que a saída foi "espetacularizada" por Marina – Leticia Sander e Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou contrariado com a forma escolhida pela ministra Marina Silva para anunciar seu desligamento da pasta. Para o Planalto, Marina espetacularizou a própria saída ao divulgá-la para a imprensa antes de discutir o assunto internamente. O governo teme desgaste de sua imagem no exterior com o episódio, pois a ministra era uma espécie de símbolo internacional na área ambiental.

Às 19h30 de ontem, a Presidência divulgou a carta de demissão enviada pela ministra e confirmou que Lula, após ler o conteúdo, tinha aceitado o pedido. Em relação ao substituto, o Planalto negou que um convite já tivesse sido feito.

O presidente chegou a falar com o governador Sérgio Cabral (PMDB) sobre a possibilidade de chamar o secretário de Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc, para o ministério. Mas, segundo assessores, tratou-se de uma sondagem, não de um convite formal.

A carta com o pedido de demissão da ministra chegou ao chefe-de-gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, às 13h15 de ontem. Lula estava no Itamaraty, numa recepção ao chanceler austríaco, Alfred Gusenbauer. Enquanto esperava o chanceler, foi ríspido com assessores, mas o Planalto diz que àquela altura ele ainda não sabia das intenções da subordinada.
O ministro José Múcio (Relações Institucionais) tentou entrar em contato com Marina ao longo da tarde. Não conseguiu e, a partir daquele momento, a saída da ministra passou a ser dada como irreversível.

Lula comentou com auxiliares que já não agüentava os seguidos pedidos de demissão da subordinada. Disse que a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) sempre se queixava da pasta da colega, argumentando que todos os projetos para obras são considerados negativos pelo Meio Ambiente, sem análise detalhada.

Um ministro disse que a forma da demissão foi pensada para causar dano político ao governo. Hoje, a chanceler alemã, Angela Merkel, irá encontrar Lula em Brasília. Há previsão de assinatura de convênios, alguns na área ambiental.

Marina também pediu demissão a dois dias da exibição de um programa especial preparado pela BBC, rede britânica de rádio e TV. O programa discute o desmatamento e se chama "Dilema na Amazônia".

Rispidez presidencial - A ministra pediu seu desligamento cinco dias depois do lançamento do PAS (Plano Amazônia Sustentável), que teve evento no Palácio do Planalto. Na solenidade, ela foi chamada por Lula de "mãe do PAS", mas, no mesmo discurso, o presidente anunciou que o coordenador das anunciadas estratégias para a Amazônia não seria Marina, mas sim o ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. A ministra, segundo assessores, não gostou.

Marina Silva demonstrou distanciamento em relação ao governo em outro episódio recente. Enquanto o presidente Lula subia o tom para defender os biocombustíveis contra críticas externas e internas, a ministra não fez esforço para manifestar apoio à política governamental. A ONU, parte dos movimentos sociais e alguns países (como Venezuela e Cuba) apontam o etanol como uma das causas principais da recente inflação alimentar. Lula chegou a classificar como "distorção absurda" a vinculação entre a crise mundial de alimentos e a produção de biocombustíveis.

Marina sofreu bombardeio desde o 1º mandato de Lula – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2008

Ministra fez várias concessões e teve de aceitar derrotas seguidas em 5 anos e 5 meses de governo, mas sai no instante em que desmatamento volta a aumentar

AO FINAL do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, já estava claro para quem quisesse ver que seu governo não merecia Marina Silva. A voz ao mesmo tempo frágil e firme da ex-doméstica que chegou a senadora permanecia solitária na Esplanada. Era a única a defender que o desenvolvimento econômico não pode ser obtido a qualquer preço, porque não seria de fato desenvolvimento.

Lula repetiu a estratégia Fernando Collor com José Lutzenberger. Pôs Marina Silva na vitrine do MMA (Ministério do Meio Ambiente) para neutralizar pressões internacionais contra o país pela destruição da Amazônia. Funcionou por algum tempo. Tempo demais.

Era fácil deixar a ministra falando sozinha sobre "transversalidade". Soava como (e era de fato) uma abstração insistir na necessidade de injetar a questão ambiental em todas as esferas de decisão e planejamento do governo. O desenvolvimentismo lulista seguiu em frente.

Foram muitas as batalhas perdidas. Primeiro, perante o Ministério da Ciência e Tecnologia, a dos transgênicos. Depois de anos de omissão do governo FHC quanto ao plantio de soja geneticamente modificada contrabandeada da Argentina, Lula capitulou diante do agronegócio e do lobby dos biotecnólogos, permitindo a comercialização do grão ilegal.

Em seguida vieram várias concessões, fracassos e derrotas do MMA: explosão do desmatamento (que chegou a 27 mil km2 em 2004, segunda maior marca de todos os tempos); licenciamento ambiental da transposição do São Francisco e das grandes hidrelétricas na Amazônia; a decisão de construir Angra 3 e outras quatro usinas nucleares.

Apesar disso, Marina Silva continuava como um conveniente bode expiatório. A certa altura, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) parecia ser o maior entrave ao desenvolvimento nacional. Pior que a taxa de

juros mais alta do planeta, a julgar pelo bombardeio dos jornalistas de negócios e dos ministérios interessados em camuflar a própria inoperância.

Mãe do PAC, mãe do PAS- MME (Ministério de Minas e Energia), onde começou a ser gestada a mãe do PAC e também o embrião de um apagão, capitaneava o canhoneio. Entre um mandato e outro, a artilharia quase derrubou Marina Silva. Havia até candidato preferido do MME, segundo se especulava na época: Jerson Kelman, diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). A proverbial raposa no galinheiro.

Marina Silva resistiu e ficou para um segundo mandato. Disse na época que o fez a pedido do próprio Lula. Afinal, o desmatamento na Amazônia vinha caindo, tendência que se confirmou ao longo do primeiro ano do segundo mandato. As cifras traumatizantes despencaram quase 60% em três anos. A ministra continuava bem na fita, pelo roteiro de Lula.

Aí começaram a surgir os primeiros sinais de que o desmatamento na Amazônia voltava a crescer. Era inevitável, diante da alta retomada no preço de commodities agrícolas, como soja, carne bovina e algodão. Enquanto isso, o frenesi dos biocombustíveis tomava conta do Palácio do Planalto.

Só os incautos acreditam que a expansão da produção será obtida apenas com aumento da produtividade e ocupação de áreas degradadas de pastagem. O empreendedor rural se dirige para onde encontrar a melhor combinação de terra e mão-de-obra baratas, solos férteis, topografia favorável e infra-estrutura logística. Soja e cana não desmatam a Amazônia, mas a pecuária, sim -e como.

Diante do trator pilotado pelo Ministério da Agricultura e teleguiado da Casa Civil, o espaço de manobra de Marina Silva se restringiu ainda mais. Nem ela fala mais em transversalidade, embora não deixe de apontar os riscos do excessos de entusiasmo com a expansão do agronegócio.

Os sensores de satélites, capazes de discernir florestas de verdade das áreas em processo de degradação, não se enganam a respeito. O desmatamento está em alta. É indiferente para eles que Lula, Dilma Rousseff e Marina Silva tenham lançado há poucos dias o enésimo programa desenvolvimentista, mais uma compilação de ações anteriormente providenciadas, e o batizem como PAS (Plano Amazônia Sustentável).

Lula tentou fazer blague na cerimônia, afagando a "mãe do PAS". Ao mesmo tempo, designou o ministro Roberto Mangabeira Unger (aquele do aqueduto ligando a Amazônia ao Nordeste) para coordená-lo.

O presidente ainda jactou-se de estar "criando uma nova China aqui". A infeliz frase presidencial -mais uma, apenas- não deve ter sido a causa do pedido de demissão da ministra. Mas nunca esteve nos planos de Marina Silva ajudar a armar a segunda maior bomba-relógio ambiental do planeta.

Desautorizada por Lula, Marina deixa ministério – O Globo – CAPA – 14/05/2008

Presidente teria convidado Minc mas também cogita Jorge Viana Em decisão que surpreendeu o Palácio do Planalto, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, demitiu-se ontem. O presidente Lula ficou irritado ao saber da notícia pela televisão, antes de receber a carta em que ela comunicava sua demissão em caráter irrevogável, por "dificuldades em dar prosseguimento à agenda ambiental federal". A gota d'água foi a decisão de Lula de transferir o comando do Plano da Amazônia Sustentável para o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Marina, que já havia enfrentado outras crises graves, sentiu-se desautorizada.

O secretário do Ambiente do Estado do Rio, Carlos Minc, foi convidado, segundo o governador Sérgio Cabral, mas o Planalto analisa ainda o nome do ex-governador do Acre Jorge Viana. A queda de Marina foi lamentada por ONGs ambientalistas.

Páginas 3 a 5 e editorial "Discurso e prática"

Marina cansa da guerra e sai - Chico de Gois, Luiza Damé e Gerson Camarotti – O Globo – O País – 14/05/2008

Depois de cinco anos e cinco meses à frente do Ministério do Meio Ambiente colecionando derrotas em embates internos no governo, a ministra Marina Silva pediu ontem demissão "em caráter pessoal e irrevogável". Marina informou sua decisão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por carta. A correspondência chegou no fim da tarde ao Palácio do Planalto, depois de Lula ficar sabendo do pedido de exoneração pela TV e pela internet, o que o deixou irritado. Na carta, Marina, que teve o cargo esvaziado e perdeu poder até para o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), fala do motivo de sua decisão: "Decorre de dificuldades que tenho enfrentado há algum tempo para dar prosseguimento à agenda ambiental federal". O governador do Rio, Sérgio Cabral, informou que o secretário do Ambiente do estado, Carlos Minc, será o substituto de Marina, como informou Ancelmo Gois em seu blog no Globo Online.

Oficialmente, o Planalto não confirmou.

O secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, e o presidente do Ibama, Bazileu Margarido, também puseram o cargo à disposição. Mas ainda não está certo se deixarão seus cargos.

Na carta, Marina não diz as dificuldades que enfrentava. Num desabafo para um auxiliar, ela avaliou que sua permanência no governo tinha chegado ao limite. Disse que a gota d'água foi a decisão de Lula de repassar o comando do Plano da Amazônia Sustentável (PAS) para o ministro Mangabeira Unger.

Na avaliação de Marina, foi a segunda vez, este ano, que o presidente a desautorizou publicamente. Ela entendeu esse gesto como um recado.

— O Ministério do Meio Ambiente cuidou da criação e da gestão desse plano. Como, de uma hora para outra, a execução passa aos cuidados de outra pasta? Para mim, é um recado claro — disse Marina ao auxiliar.

Decisão surpreende Palácio do Planalto - A decisão de Marina surpreendeu o Palácio do Planalto. Nem mesmo aliados mais próximos da ministra esperavam esse gesto.

O presidente sempre avaliou que Marina causava problemas internos ao governo. Mas achava importante mantê-la, por ser uma espécie de símbolo do seu governo.

Em alguns momentos de conflito, Lula chegou a cogitar a substituição de Marina pelo ex-governador Jorge Viana (PT-AC). Chegou a sondá-lo, logo depois da reeleição, quando Marina deu sinais de que não ficaria no governo.

Viana demonstrou que teria dificuldade em substituir uma ministra de seu grupo político. Lula entendeu.O nome de Minc foi cogitado pela primeira vez em fevereiro. Num almoço com Cabral, no Palácio das Laranjeiras, Lula confidenciou que enfrentava problemas com Marina. Mas ressaltou que achava muito difícil substituíla.Foi então que Cabral sugeriu Minc.

Segundo relatos, Lula considerou uma ótima idéia, mas evitou aprofundar a discussão. Pouco antes, em 30 de janeiro, o presidente Lula já havia desautorizado a ministra sobre as causas do aumento do desmatamento na Amazônia. Na ocasião, Lula deixou claro que não considerava alarmantes os dados divulgado pelo Inpe.

Na carta de demissão, além de agradecer a Lula pela oportunidade e de enumerar ações de sua gestão, Marina apelou à testemunha do próprio presidente para afirmar que encontrou resistências no governo e na sociedade.

“Durante essa trajetória, V. Excia é testemunha das crescentes resistências encontradas por nossa equipe junto a setores importantes do governo e da sociedade”, escreveu. “Em muitos momentos, só conseguimos avançar devido ao seu acolhimento direto e pessoal. No entanto, as difíceis tarefas que o governo ainda tem pela frente sinalizam que é necessária a reconstrução da sustentação política para a agenda ambiental.”

Marina enfrentou embates no governo.

O mais notório deu-se com a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, por dificuldades no licenciamento ambiental para a hidrelétrica do Rio Madeira. Na semana passada, na solenidade de lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS), Marina chegou a externar mágoa com a forma como era tratada no governo.

— Fui considerada a ministra dos bagres — discursou, em referência a uma frase do próprio Lula, no ano passado, que criticava a demora no licenciamento ambiental para as usinas. Na ocasião, Lula disse: — Agora não pode (dar a licença ambiental) por causa do bagre, jogaram o bagre no colo do presidente.

Sem dar explicações sobre os motivos de sua saída, Marina limitou-se a avisar, apenas minutos antes da formalização de seu ato, alguns amigos acreanos. Entre eles o seu suplente, o senador Sibá Machado (PT-AC), que deixará o Senado depois de exercer mais de cinco anos do mandato da ex-ministra.

— A ministra me avisou, mas não explicou os motivos de sua decisão.

Conversamos rapidamente. Ela quis me avisar antes de entregar a carta de demissão — confirmou Sibá.

O senador Tião Viana (PT-AC) recebeu uma ligação da ex-ministra pouco antes dela anunciar sua decisão:

— Fiquei sabendo há pouco tempo.

A ministra me disse: “Chegou o meu momento”.

Uma derrota atrás da outra

BRASÍLIA. Primeiro nome anunciado para o Ministério de Lula, em dezembro de 2002, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, passou boa parte dos últimos cinco anos e cinco meses na corda bamba. Da liberação de transgênicos às críticas de Lula pela demora na autorização de obras do PAC, Marina colecionou brigas e derrotas no governo. No fim do primeiro mandato, vivia o auge do desgaste quando sinalizou que o cargo era menos importante do que a preservação ambiental: — Uma coisa é certa: eu perco o pescoço, mas não perco o juízo — disse Marina ao GLOBO, em dezembro de 2006.

Já no início do primeiro mandato, a ministra teve que engolir a sucessiva edição de medidas provisórias autorizando o plantio de soja transgênica no Rio Grande do Sul. Era a voz dos ruralistas falando mais alto.

Depois viu o governo apoiar, no Congresso, mudanças no projeto da Lei de Biossegurança que tiravam poderes do Ibama na fiscalização de transgênicos.

Em novembro de 2004, ela negou que tivesse pedido para sair: — De jeito nenhum. Nunca ameacei entregar o cargo ou pedi para sair. Ministro não ameaça presidente. E quando o ministro acha que não dá mais, vai lá e entrega a carta de demissão em caráter irrevogável — afirmou.

De um lado, Marina entrava em choque com o Ministério da Agricultura, na época comandado por Roberto Rodrigues. Do outro, com a então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. O conflito acirrouse quando Dilma ascendeu à Casa Civil e assumiu a coordenação do PAC. Os entraves no Ibama para a liberação de hidrelétricas no Rio Madeira irritaram Lula.

Uma sucessão de desgastes levou Marina a cair, depois de vários enfrentamentos com o Planalto.

Desde 30 de janeiro, Lula havia desautorizado a ministra sobre as causas do aumento do desmatamento na Amazônia, e deixado claro que não considerava alarmantes os dados do Inpe. Ali teria começado o problema.

Na avaliação no Palácio do Planalto, ela foi precipitada ao divulgar os números do Inpe que apontavam aumento do desmatamento na Amazônia. A maior preocupação era com a repercussão internacional.

Lula não quer o carimbo de que não cuida do meio ambiente. Ao ser confirmada no Ministério por Lula em 2002, Marina declarou: — A política ambiental do país precisa viver um novo momento.

Sair daquela fase do não pode fazer para a fase de como fazer da forma correta. E é por isso que no programa de Lula ele trabalha a idéia de criarmos instrumentos econômicos para viabilizar o desenvolvimento sustentado.

Quatro anos depois, em entrevista ao GLOBO, ela foi indagada se ficava chateada ao saber que seu nome era cotado para deixar o governo na reforma ministerial.

— Eu ficaria chateada se, ao final desses quatro anos, se falasse em desenvolvimento no país sem falar na questão do meio ambiente. Eu me preocupo com o desenvolvimento econômico, mas não concordo que seja preciso derrubar a floresta para produzir grãos.

Para ambientalistas, saída de Marina é um retrocesso – O Globo – O País – 14/05/2008

RIO, SÃO PAULO e BRASÍLIA. A queda da ministra Marina Silva foi recebida com pesar por representantes de entidades ambientalistas, como o Greenpeace e a Conservação Internacional, e por políticos. Para eles, a notícia representa um retrocesso para o Brasil na área ambiental e demonstra que o presidente Lula não soube administrar as crescentes tensões entre o Ministério do Meio Ambiente e os outros setores do governo.

— Se você fizer uma análise da política ambiental do governo Lula, vai ver que a queda da ministra Marina Silva foi a crônica de uma morte anunciada — diz Marcelo Furtado, diretor do Greenpeace. — Da liberação dos transgênicos à construção de mais usinas nucleares, foram várias as sinalizações mostrando que a agenda ambiental não era uma prioridade e estava sendo considerada pelo governo como uma pedra no seu sapato. De acordo com a secretáriageral da WWF-Brasil, Denise Hamú, a queda da ministra começou no ano passado, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, devido à prioridade absoluta concedida às obras de infra-estrutura.

— Naquele momento a área ambiental foi carimbada como problemática, como obstáculo ao crescimento — disse.

"O rei vai ficar nu"

Para Roberto Smeraldi, diretor ONG Amigos da Terra, a saída de Marina irá revelar a verdadeira importância que o governo dá ao ambientalismo.

— Marina era um selo verde.

Deu brilho ao governo, especialmente diante da comunidade internacional. Agora o real valor dado pelo governo à área ambiental sera mais transparente.

O rei vai ficar nu.

Em nota, o Instituto Socioambiental prestou homenagem à "incansável batalha" da ex-seringueira. "Durante os quase seis anos à frente do ministério, Marina Silva tentou introduzir a sustentabilidade de forma transversal no governo. Sua saída é certamente uma grande perda para o governo", diz a nota.

Ao sair do Planalto, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), lamentou: — É uma perda para o governo e para o país. Ela é um símbolo da resistência, da persistência e da luta ambiental, é uma referência importante inclusive fora do Brasil.

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) Marina estava na contramão dos projetos do governo, principalmente do PAC.

— Lula só não a demitia para evitar o desgaste natural desse gesto. Ela incomodava muita gente poderosa. A sua saída é uma vitória para as grandes corporações, para os madeireiros, os grileiros, os latifundiários, que fazem pressão para ampliar áreas de plantio, e todos aqueles que não se preocupam com a floresta nem seus povos — disse José Batista Afonso, da coordenação nacional da CPT.

O Conselho Indigenista Missionário disse que está apreensivo com a saída de Marina e temeroso de retrocessos em questões ambientais e indígenas: — Com Marina, a possibilidade de intermediação pelos povos era muito maior— disse Saulo Feitosa, secretário-adjunto do Cimi.

Já o Movimento dos Sem Terra (MST) divulgou nota dizendo que "o governo Lula está em dívida com os movimentos sociais e ambientalistas" com seu apoio ao agronegócio. O documento relaciona nove pontos que demonstrariam a opção do governo contra os movimentos, desde a liberação do milho transgênico até a falta de posicionamento do governo diante do projeto de lei do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o chamado Floresta

Zero, que reduz a área de floresta mínima de 80% para 50% na Amazônia.

O governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), lamentou o pedido de demissão da ministra e afirmou que o governo perde uma boa colaboradora.

— Ela merece todo o respeito do presidente Lula. É uma figura ímpar — disse Jaques.

A líder da bancada do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), admitiu ter ficado surpresa. Da tribuna, contou que telefonou para o ministro das Relações Institucionais, José Múcio, para saber os motivos da saída de Marina e ele teria dito que o governo tentaria reverter o pedido da ministra.

Ideli não disfarçou a tristeza com a perda de um aliado estratégico na bancada, Sibá Machado, suplente da ex-ministra.

— Se a ministra mantiver sua decisão, a receberemos aqui de braços abertos. Mas tenho de registrar que ficaremos muito tristes com a perda de um grande companheiro, Sibá Machado.

Com a volta de Marina ao Senado, Sibá Machado (PT-AC) deverá seguir para Rio Branco, onde planeja retomar seu mestrado em geografia e economia. Ele descartou a possibilidade de disputar as eleições deste ano.

— Meu futuro a Deus pertence.

Vou retomar minhas atividades e procurar um emprego.

Já ruralistas gostaram da decisão da ministra – o Globo – O País – 14/05/2008

SÃO PAULO. A saída da ministra Marina Silva foi comemorada ontem por ruralistas que a viam como entrave ao setor produtivo.

Eles dizem que a política adotada por ela tinha viés ideológico e sem compromisso com a modernização do setor. Os ruralistas a responsabilizam por prejudicar o avanço de áreas de lavoura, o que, segundo eles, teria dificultado a produção de alimentos.

— Enquanto o mundo passa por dificuldades para produzir alimentos, o Brasil, mesmo com uma área imensa, trata a questão agrícola de forma radical e com viés ideológico ultrapassado — disse o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia.

A ação da ministra contra madeireiros ilegais também incomodava os ruralistas. — Ela tinha dificuldade de diferenciar quem era madeireiro ilegal e produtor rural. Ela não poderia prender produtores rurais por problemas ambientais, não poderia ter tratamento repressivo.

Tinha que ter diálogo e zoneamento para (os agricultores) saberem onde pode e onde não pode — disse Nabhan.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva, não poupou Marina: — A ministra conduzia a pasta com muita ideologia, e a modernização do setor agrícola não condizia com tantos embargos provocados pelo ministério do Meio Ambiente.

Discurso e prática –O Globo – Opinião – 14/05/2008

A senadora Marina Silva foi o primeiro nome anunciado pelo presidente Lula para o Ministério, em 2002. Estava dado, assim, um recado: a complexa questão do meio ambiente seria tratada com seriedade pelo governo, pois a escolhida gozava de grande prestígio no país e no exterior.

Mas uma coisa é discursar no Senado, com o apoio de movimentos ambientalistas. Outra, sentar na cadeira de ministro e administrar os múltiplos interesses em jogo, num país que precisa preservar os recursos naturais, mas sem deixar de explorá-los, e crescer economicamente.

Logo surgiram problemas com grupos radicais incrustados no seu Ministério, que se constituíram em obstáculo a projetos essenciais de geração de energia, entre outros. E começaram os embates dentro do governo, o principal com Dilma Rousseff, desde quando esta era ministra da Energia e depois da Casa Civil. O problema inicial foram as licenças ambientais para uma das principais obras do PAC — as usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, cuja liberação exigiu a intervenção do presidente Lula.

Marina não teria digerido a decisão de Lula de encarregar Mangabeira Unger, da Secretaria Especial das Ações a Longo Prazo, de formular uma política para a Amazônia, o que resultou na decisão de entregarlhe a gestão do Plano da Amazônia Sustentável (PAS). Marina ousou, ainda, criticar abertamente os biocombustíveis, tema freqüente nos discursos presidenciais. Antes, entrara em rota de colisão também com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, ao culpar o agronegócio pela expansão do desmatamento da Amazônia entre agosto e dezembro de 2007, ocasião em que deixou transparecer algum ranço ideológico. Os dados sobre a destruição foram uma grande derrota política para a ministra, por sugerir que sua gestão não tinha de fato conseguido conter a ocupação irracional da Amazônia.

A trajetória de Marina fascina.

Ex-seringueira, alfabetizou-se no Mobral, fez supletivo, aos 26 anos formou-se em História. Símbolo da luta pela ecologia, fundou a CUT no Acre, ao lado de Chico Mendes. Ela se despede do governo sem arranhar a imagem de dignidade. O desfecho de sua gestão, porém, evidencia a distância entre o discurso fora do poder e a ação administrativa e política como ministra. Um caso típico da insuficiência das boas intenções.

Territórios da Cidadania realiza sexta webconferência – Sítio Eletrônico do MDA – 14/05/2008

O programa Territórios da Cidadania realiza nesta quinta-feira (15), entre 14h e 15h, webconferência sobre educação e cultura. Esta é a sexta edição das conferências via internet e a iniciativa contará com a presença de um representante do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenadora do Programa de Biblioteca Rural Arca das Letras, Cleide Soares.

Eles explicarão programas relativos à educação rural, à construção de escolas rurais e, no caso do Arcas das Letras, à instalação de bibliotecas rurais nos Territórios da Cidadania. A iniciativa tem como objetivo detalhar para consultores e membros dos colegiados territoriais as estratégias de execução de políticas públicas do Governo Federal.

Como participar - Para participar da webconferência é necessário um computador com acesso a internet e acessar o portal do Territórios da Cidadania (www.territoriosdacidadania.gov.br). Na página haverá um link para a teleconferência. Quem possuir microfone pode participar com perguntas via áudio ou por escrito.

O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais do Governo Federal realizada em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade. Em 2008, o programa beneficiará 60 territórios em todo o País. Ao todo, são 135 ações de 19 ministérios, que beneficiarão mais de dois milhões de famílias em 958 municípios, com investimento de R$ 11,3 bilhões em todo.

O programa Arca das Letras é uma iniciativa da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) para capacitar agentes de leituras e levar bibliotecas com cerca de 200 livros para comunidades rurais em todo o País.

Para onde vai a política ambiental do governo? - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 15/05/2008

A declaração do presidente Lula garantindo a continuidade da política ambiental pode parecer tranquilizadora, mas não esclarece uma questão crucial: Qual política ambiental vai continuar? Qual é, afinal de contas, a política ambiental deste governo?

“Obviamente que a política ambiental do governo federal não muda, porque a política não é política de ministro, a política é de Estado”. Feita aos jornalistas no dia seguinte ao pedido de demissão da ministra Marina Silva, a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode parecer tranqüilizadora, mas não esclarece uma questão crucial: Qual política ambiental vai continuar? Qual é, afinal de contas, a política ambiental deste governo?

É aquela política construída ao longo dos cinco anos e meio em que Marina esteve à frente do MMA, e que inclui a realização de três conferências nacionais, a elaboração das leis de biossegurança e de gestão de florestas e a contribuição para que o Brasil assumisse um papel de vanguarda internacional nas discussões sobre o combate ao aquecimento global e a conservação da biodiversidade? Ou será aquela política que, bancada por ruralistas e empresários do setor de biotecnologia e presente em ministérios como o da Agricultura (MAPA) e o da Ciência e Tecnologia (MCT), vem ganhando força no último ano e meio e se traduziu na liberação precipitada do milho transgênico, e no projeto de lei, já aprovado pela Câmara, que reduz a área de reserva legal na Amazônia?

Como se consolidará, após a saída de Marina, o perfil ambiental do governo Lula? Como continuará o processo de transversalidade entre os diversos setores do governo que a ex-ministra pregava já no dia de sua posse e que tanto se esforçou para implementar? O setor mais acentuadamente desenvolvimentista, que é tão forte no governo e trata as questões ambientais como secundárias e um entrave ao "progresso do país", deixará sobreviver a agenda ambiental trabalhada pelo MMA nesses últimos anos?

Essas e outras questões somente serão respondidas com o tempo, mas o certo é que a saída de Marina Silva do governo deixa a todos os que atuam na área ambiental apreensivos, como já demonstrou a repercussão internacional causada pela notícia de seu pedido de demissão. Como esperança de que os esforços positivos no ministério sejam mantidos, resta o fato de que o escolhido para substituir Marina, Carlos Minc, também é uma pessoa cuja trajetória política indica um verdadeiro comprometimento com as causas ambientais. Na falta de Marina, o ex-deputado, que ocupava a secretaria estadual do Ambiente no Rio de Janeiro, é de fato um dos nomes mais qualificados do país para ocupar o posto de ministro do Meio Ambiente.

Em um ano e meio como secretário no Rio, Minc adotou um pragmatismo que lhe valeu muitas críticas de antigos aliados, mas sua gestão se notabilizou pela rapidez e eficiência na concessão de licenças ambientais para projetos de grande porte, como o Arco Rodoviário ou o Complexo Petroquímico de Itaboraí (Comperj), entre outros. O lado militante cultivado quando deputado também foi mantido, e o secretário participou de demolições de casas irregulares e da destruição de pistas de pousos clandestinas, entre outras ações de forte apelo midiático. O estilo pragmático de Minc agradou em cheio ao governador Sérgio Cabral Filho e foi alvo de inúmeros elogios públicos do presidente Lula.

Biografias em jogo - Primeira opção de Lula para substituir Marina, o ex-governador do Acre, Jorge Viana, recusou o convite alegando, entre outras coisas, que não poderia "mexer na política" desenvolvida pela amiga e aliada. Essa é uma informação inquietante. Será que o Planalto pretende dar uma nova postura ao MMA, transformando-o de "pedra no sapato" em mera linha auxiliar das políticas desenvolvidas em outros ministérios? Se a resposta for afirmativa, o que se espera de Carlos Minc é que tenha força para resistir às inúmeras pressões internas que sofrerá no governo. Que seja um ministro sólido para evitar que o surto desenvolvimentista trazido pela execução do PAC e pelo projeto de expansão da produção de etanol não rasgue uma das melhores legislações ambientais do planeta.

Que a saída de Marina, lamentada por todo o movimento socioambientalista brasileiro, sirva ao menos para que o governo torne clara sua política ambiental. Não a que está no papel ou no florido terreno das boas intenções, mas a que se dá na prática das decisões governamentais. Pelo que se vê nos últimos tempos, a coisa anda feia. O MCT, por intermédio da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), deixa o Brasil de portas abertas para a produção e comercialização de transgênicos que estão sendo banidos da Europa (caso do milho bt desenvolvido pela Syngenta). A expansão da cana-de-açúcar para a produção de etanol empurra a pecuária para a Amazônia, e os ruralistas ainda tentam aprovar a lei que reduz a área de reserva legal na floresta e permite o plantio de espécies exóticas.

No cenário internacional, a demissão de Marina coincidiu com o início do Quarto Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-4) em Bonn (Alemanha), onde o governo brasileiro acaba de ser denunciado por organizações do Brasil e do exterior por descumprir a legislação internacional sobre biossegurança ao permitir plantios ilegais de transgênicos em seu território. No que se refere às mudanças climáticas, o Brasil, com a retomada do aumento no ritmo do desmatamento da Amazônia, também já ensaia passar de mocinho a vilão.

Enfim, a idéia de que o governo Lula não dá a devida importância ao meio ambiente vem crescendo em todo o mundo, e o pedido de demissão de um ícone político internacional como Marina Silva só serviu para fortalecer tal percepção. Reverter essa expectativa é o pepino que agora repousa sobre o colo do experimentado Carlos Minc. Que o novo ministro tenha sucesso em fazer o governo trilhar o bom caminho. Que não caia na armadilha de negligenciar o meio ambiente para ceder às pressões de alguns setores que só pensam em seus próprios lucros. Mesmo derrotada dentro do governo, Marina fortaleceu sua biografia enquanto foi ministra e até mesmo na hora de sua demissão. Agora, é a biografia de Minc que está em jogo.

Marina entre os vendavais - Flávio Aguiar – Carta Maior – 15/05/2008

Na imprensa internacional, a demissão de Marina, associada à notícia da absolvição em segundo julgamento, de um dos acusados pela morte da missionária Dorothy Staing, com todas as evidências em contrário, não fizeram nenhum bem ao Brasil.

Pela ordem, as grandes catástrofes que assolam os noticiários pelo vasto mundo são:

1) O ciclone em Myanmar (teimosamente chamado por muitos de Burma). O ciclone rende tanto o sensacionalismo que esse tipo de notícia traz (são mais de uma centena de milhar de mortos) quanto contínuos ataques e contínuas denúncias contra a junta militar naquele país, que, além de ser de uma truculência feroz, não faz parte da lista de favoritos do Ocidente político e jornalístico.

2) O terremoto na China. A angústia em relação aos desaparecidos, as cenas de resgate e buscas são o forte deste noticiário, menos diretamente politizado do que o anterior. Revela também uma certa perplexidade diante do que está acontecendo no gigante da Ásia. Tudo na China, hoje em dia, aparece como gigantesco: os números, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento da miséria, o desenvolvimento de uma nova classe nouveau-riche, a agressividade do neo-imperialismo chinês, a "invasão" econômica do mundo e da África em particular. O terremoto vai nessa linha: um desastre humanamente devastador e numericamente espantoso.

3) O naufrágio lento, seguro e gradual da candidatura de Hillary Clinton à indicação democrata nos Estados Unidos. A ascensão de Barack Obama provoca espanto em alguns, perplexidade em outros, alegria em muitos (inclusive neste escriba), desprezo e até ódio em tantos outros. Barack Obama é visto como tendo algo de "latino" em sua forma de fazer política: carismático, ousado, com palavras de ordem que os conservadores gostam de chamar de "populistas". Mas nada se iguala à perplexidade provocada pelas sucessivas derrotas de Hillary Clinton nas primárias democratas e sua carência em conquistar apoios importantes. Para o jornalismo médio mundial, Hillary Clinton significava um investimento seguro. Podiam colocar jornalistas, câmeras, etc. na sua cola que o dividendo de retorno era garantido nas bolsas dos noticiários mundiais. Vejam só: na pesquisa feita por www.lalistawip.net sobre citações de políticos na rede, se Bush está em primeiro lugar, o segundo pertence a Obama. Hillary vem num modesto terceiro posto. (Nesta mesma lista Chávez aparece em nono e Lula em décimo quarto, entre 100 nomes pesquisados, inclusive os já falecidos Saddam Hussein e Benazir Bhutto).

Pois bem, entre estas catástrofes maiores se esgueirou, também em tom de catástrofe, a notícia da demissão da ministra Marina da Silva do Ministério do Meio Ambiente brasileiro. O fato da demissão ter se dado em meio à visita da chanceler Ângela Merkel, da Alemanha e do primeiro ministro Zapatero, da Espanha, só lhe emprestou maior relevo.

De um modo geral, a demissão é descrita como uma catástrofe para a Amazônia, ecoando grupos ecologistas que, na Alemanha, fizeram manifestações de protesto em frente ao Ministério do Meio Ambiente alemão na cidade de Bonn, que ainda é sua sede, e que em breve irá sediar uma série de encontros da ONU sobre biodiversidade, mudanças climáticas e temas conexos, a partir da segunda-feira, 19 de maio.

O tom do jornal *El País*, de Madrid, foi sintomático. De um lado, destaca a notícia da visita de Zapatero, a primeira desde sua indicação como ministro, e tece loas ao Brasil e ao presidente brasileiro. A visita de Zapatero é descrita como de grande importância, ressalta-se também o anúncio de investimentos, de um plano especial conjunto para o desenvolvimento do Haiti, os laços de amizade etc.etc etc. De outro, a manchete: "Lula dá as costas à ministra defensora da Amazônia".

Ao contrário de outros jornais europeus, que enfatizaram os conflitos da ministra sainte com o Ministério da Agricultura e seu desgosto com a nomeação do Ministro Secretário para Assuntos Estratégicos Mangabeira Unger para dirigir o plano de desenvolvimento e preservação para a Amazônia, *El País* enfatizou o conflito com a

ministra-chefe da Casa Civil Dilma Roussef em torno do PAC como causa do pedido de demissão.

De qualquer modo, num cenário em que, em geral, as menções ao Brasil são elogiosas na imprensa internacional, à exceção da revista norte-americana *Variety*, que agora desancou o filme "Blindness"("Cegueira") de Fernando Meirelles, escolhido para abrir o Festival de Cannes, a demissão de Marina, associada à notícia da absolvição em segundo julgamento, de um dos acusados pela morte da missionária Dorothy Staing, com todas as evidências em contrário, não fizeram nenhum bem ao Brasil. A Amazônia é preocupação mundial e, embora de quando em quando isso envolva planos soturnos de contestar a soberania brasileira, essa condição deve ser levada constantemente em conta pela nossa diplomacia.

Ambiente civilizado – Folha de São Paulo – Opinião – 15/05/2008

Mesmo sem Marina Silva no ministério, Lula terá de provar que governo pode compatibilizar ecologia e crescimento econômico

A DEMISSÃO de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente (MMA) representa uma perda para o governo federal. Até os seus muitos adversários, dentro e fora da administração, reconhecem-lhe a firmeza na defesa do patrimônio natural do país e o prestígio internacional que angariou. Os conflitos que marcaram sua gestão, no entanto, mais cedo ou mais tarde conduziriam a um impasse.

Não foram poucos os avanços obtidos por Marina Silva. A militante acreana volta ao Senado com um rol apreciável de realizações: 240 mil km2 de novas unidades de conservação federais, redução de 60% nas taxas de desmatamento ao longo de três anos, criação do Serviço Florestal Brasileiro para promover a silvicultura de baixo impacto nas florestas nacionais -para citar três das medidas estruturantes com que enfrentou o desafio do desmatamento.

No outro prato da balança pesam os vários contenciosos que não pôde ou não soube resolver. A divisão do famigerado Ibama em dois institutos, um para cuidar de licenciamento ambiental, outro da biodiversidade, parece ter criado mais problemas do que resolveu, por exemplo.

O MMA indispôs-se desde cedo com a pasta da Ciência e Tecnologia, por inflexibilidade nas querelas sobre transgênicos e acesso a recursos genéticos, alienando aquele que poderia ser um aliado decisivo na Esplanada. Fustigada sem cessar pelos interesses do agronegócio e do setor hidrelétrico, Marina Silva não teve habilidade nem agilidade para desfazer-se da pecha de inimiga do desenvolvimento. Condição insustentável, num governo cuja peça central de propaganda é o Programa de Aceleração do Crescimento.

Tal será o desafio posto para o novo ministro, Carlos Minc (PT-RJ): fazer cumprir a legislação ambiental com apuro técnico e eficiência administrativa, sem obstrucionismo militante nem pressa encomendada. Já não é fácil alcançar isso no plano de uma secretaria estadual, como a que comandava no Rio de Janeiro. No plano federal, crescem de maneira exponencial os interesses e demandas em jogo, como os que terá de enfrentar para desentalar medidas espinhosas de ordenação, como a regularização fundiária e o zoneamento ecológico-econômico na Amazônia.

De todo modo, Minc recebe uma trilha mais larga para percorrer. Não tanto pela notoriedade dos sucessos e insucessos da antecessora, mas porque a agenda ambiental, uma tendência planetária, se tornou obrigatória para qualquer governo, como valor de civilização e imperativo de racionalidade econômica de longo prazo.

A praia de Minc é outra – Eliane Cantanhede - Folha de São Paulo – Opinião – 15/05/2008

BRASÍLIA - Sai a cabocla Marina Silva, herdeira de Chico Mendes, criada descalça na Amazônia, só alfabetizada na adolescência, contaminada por malária e por mercúrio. Entra Carlos Minc, o ambientalista do Leblon e de Ipanema. Digamos que a Amazônia não é exatamente a praia dele.

Os dois são do PT e respeitados por ambientalistas de diferentes cores, mas os contrastes podem, em vez de diminuir, aumentar as reações e a perplexidade diante da queda de Marina, principalmente fora do país. Acrescente-se que Minc tem fama de ser rápido na concessão de licenças ambientais. Para alguns, um grande mérito. Para outros, um risco.

Lula preferia o ex-governador Jorge Viana por uma questão mais política do que ambiental. Ele também é do PT do Acre e cresceu sob o simbologismo de Chico Mendes, o que ajudaria a neutralizar as reações externas. E, internamente (no governo, diga-se), seria um alívio para Dilma (Casa Civil), Stephanes (Agricultura) e outros mais. Marina é considerada "purista", Viana já passou por um governo e uma prefeitura e é mais "realista" -ou seja, mais flexível no embate entre ambiente e desenvolvimento. Mas, desta vez, a decantada habilidade de encantador de serpentes não funcionou, e Lula não convenceu Viana a aceitar a cadeira de Marina. Aliás, nem se esforçou muito, porque o ex-governador já chegou ao Planalto disposto a agradecer muito e a declinar do convite.

Com Viana fora, Lula agora tem de convencer gregos e troianos, não só acreanos, de que a prioridade de Minc, dele próprio e do Brasil é a Amazônia -que é o que interessa ao mundo. Tem, também, de tirar o PAS (Plano Amazônia Sustentável) de Mangabeira Unger e devolver ao Meio Ambiente, de onde nunca deveria ter saído. Para isso, Lula precisa admitir que errou. Ou que o seu "problema" não era só o endereço do ministério; tinha cara e nome: Marina Silva.

Inpe prevê desmatamento maior em 2008 – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008

Encarregado de monitorar o ritmo de desmatamento na Amazônia, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) avalia que haverá um aumento na devastação da floresta em 2008, depois de três anos consecutivos de queda na ação das motosserras.

O número oficial será conhecido no segundo semestre e deverá superar os 11.200 km2 registrados entre agosto de 2006 e julho de 2007, prevê o diretor do instituto, Gilberto Câmara, com base na tendência registrada desde agosto. Ao divulgar o alerta de aumento do desmatamento, em janeiro, a ex-ministra Marina Silva anunciou a meta de conter a área devastada entre agosto de 2007 e julho de 2008 aos mesmos 11.200 km2 de floresta, equivalentes a sete vezes e meia a área da cidade de São Paulo.

A três meses do final do prazo de coleta de dados para o novo indicador oficial do desmatamento, o Inpe avalia que a meta dificilmente será atingida. A avaliação é feita com base nas indicações do Deter, sistema de detecção do desmatamento em tempo real. Por esse sistema, os dados são apurados mais rapidamente, mas são considerados menos precisos que o Prodes. Os registros feitos por satélite em abril serão divulgados até a semana que vem. Como em março, o volume de nuvens na Amazônia prejudicou as imagens.

Pesquisa nos dados do Inpe até março já mostravam dificuldade para o cumprimento da meta desta ano antes mesmo de a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) deixar o governo. A preocupação de ambientalistas é que o afastamento de Marina represente um relaxamento no plano de combate ao desmatamento.

Entre o início de agosto de 2007 e o final de março deste ano, o Deter registrou 4.732 km2 de desmatamento, uma área equivalente a três vezes a cidade de São Paulo. Entre agosto de 2006 e julho de 2007, foram registrados 4.974 km2 menos de florestas. Quando faltavam quatro meses para o fechamento do período de aferição, a diferença entre os dois períodos era de apenas 242 km2, segundo dados do Deter. Com a indicação de áreas menores de desmatamento, é considerado provável que o Prodes meça o dobro da área detectada pelo Deter.

Marina Silva atribuiu a queda do desmatamento entre 2004 e 2007 à ação dos fiscais do Ibama e à criação de 24 milhões de hectares de áreas de conservação federais. Para a ex-ministra, 2008 representaria o "teste de fogo" para a política de combate ao desmatamento por causa, sobretudo, do aumento do preço de commodities como carne e soja.

Minc licenciou obras em tempo recorde – Italo Nogueira e Sergio Torres – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008

Nos quase 17 meses sob a administração de Carlos Minc, a Secretaria do Ambiente do Rio licenciou em tempo recorde obras de grande impacto ambiental e de interesse direto do governo federal. Entre elas, o Comperj (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro), que a Petrobras planeja construir na proximidade dos manguezais de Guapimirim, única área preservada da baía de Guanabara.

Parte da estrutura que permitiu a agilidade na emissão de licenças foi financiada por empresários. Por meio da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), a secretaria garantiu R$ 22 milhões para contratar funcionários temporários, comprar material e reformar sua sede.

A nova estrutura e metodologia acelerou a emissão de licenças. Segundo a secretaria, foram emitidas 2.068 licenças desde fevereiro de 2007 até ontem. Foi aproximadamente, segundo o órgão, a mesma quantidade emitida nos três anos anteriores (2004 a 2006).

A licença ambiental para o Comperj ficou pronta em março, seis meses após a Petrobras entregar os Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) do empreendimento avaliado em US$ 8,4 bilhões. Quando entregou a licença à Petrobras, Minc disse que "a população pode ficar tranqüila porque o empreendimento não vai trazer reflexos ambientais".

A avaliação da associação civil sem fins lucrativos Instituto Baía de Guanabara difere da do novo ministro. Para a presidente da entidade, a engenheira química Dora Negreiros, a escolha do local onde ficará o Comperj (Itaboraí, a 45 km do Rio) é equivocada. "Houve uma decisão política e econômica. O próprio presidente da República pousou de helicóptero e disse: "É aqui". Isso antes de licenças e estudos ambientais. Tenho medo da desordem urbana que poderá ocorrer na região."

A Firjan firmou convênio com a secretaria em fevereiro do ano passado para reformar a sede da secretaria e órgãos vinculados, realizar estudos de gestão, comprar carros e computadores e contratar 147 técnicos temporários para apoiar na emissão de licenças.

Para o diretor-geral da Firjan, Augusto Franco, o financiamento foi feito "de forma transparente". "As empresas estão contribuindo porque um órgão ambiental sucateado é tudo o que elas não querem."

Também no caso do Arco Metropolitano, rodovia de 146 km entre o Comperj e o porto de Itaguaí (cidade a 75 km do Rio), a licença da Secretaria do Ambiente veio rapidamente. O trajeto cruzava a Floresta Nacional Mário Xavier (Seropédica, Baixada Fluminense).

Por causa de sua atuação no caso, Minc recebeu na segunda elogios públicos do presidente Lula durante o lançamento da pedra fundamental da obra. Minc é formado em geografia, tem mestrado em Planejamento Urbano na Universidade de Lisboa e doutorado em Economia do Desenvolvimento na Universidade de Paris 1 (Sorbonne). Escreveu cinco livros, sobre temas relacionados à ecologia e política. Em 1989, recebeu o Prêmio Global 500, concedido pela ONU aos ativistas que se destacam mundialmente nas lutas em defesa do meio ambiente.

Vida na Terra responde a clima quente – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 15/05/2008

Enquanto ursos-polares famintos se canibalizam, o período de migração de pássaros se altera e as geleiras derretem em primaveras precoces. Pela primeira vez, um estudo de larga escala estabelece relação de causa e efeito entre o aquecimento global, provocado pelo homem, e esse tipo de modificação em plantas, animais, ecossistemas e oceanos de diferentes partes do mundo.

A pesquisa é divulgada hoje na revista científica "Nature". O trabalho reúne um conjunto de aproximadamente 30 mil dados sobre variações biológicas e físicas que, depois, foram combinados a informações de um banco de dados de mudança de temperatura. Os dados coletados vão de 1970 até 2004.

Todos os continentes têm casos apontados no estudo. Europa e América do Norte, porém, são os que possuem mais destaques no trabalho, já que existe um maior número de pesquisas sobre ecologia nesses territórios.

Sobre a América do Norte, sabe-se que 89 espécies de plantas têm florescido mais cedo em Washington e que ursos-polares no sul do mar de Beaufort, além de estarem em declínio, têm se tornado canibais. Já na Europa, o estudo indica que tem havido mudanças na floração e no desenvolvimento da folhagem em plantas e também alterações nas fases de crescimento de animais em 19 países.

Método - A pesquisa foi liderada por Cynthia Rosenzweig, do Instituto Goddard de Pesquisa Espacial, da Nasa, e teve a participação de outros dez pesquisadores. Em cerca de 90% dos casos analisados, as tendências são consistentes com os efeitos previsíveis do aquecimento climático, afirmam os cientistas.

Os resultados reforçam as posições do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas). O painel concluiu em 2007 que o aquecimento é "inequívoco" e que a contribuição humana para o aumento da temperatura é "muito provável".

"Essas generalizadas e significantes mudanças têm ocorrido com apenas 0,6C de aumento na temperatura. É, então, uma grande causa de preocupação se olharmos para o

aumento esperado de 2C a 6C nos próximos cem anos", diz Rosenzweig, pesquisadora que integra o IPCC.

Questionado pela Folha se o estudo irá convencer os céticos do clima, o co-autor Piotr Tryjanowski, do Departamento de Ecologia Comportamental da Universidade Adam Mickiewicz (Polônia), ironiza os descrentes. Diz que eles duvidam "às vezes até do movimento da Terra em torno do Sol".

Anton Imeson -ligado ao 3D-Environmental Change, da Holanda, e também co-autor do trabalho- afirma que as regiões áridas e as com gelo são as mais atingidas em terra. "As partes que mais sofrem efeitos no mundo, em minha opinião, são África e Ásia Central", diz.

Brasil - A América do Sul quase não aparece no estudo. São citados o derretimento dos campos de gelo na Patagônia, a perda de geleiras no Peru e em Chacaltaya, na Bolívia. O Brasil não é citado. Mas os pesquisadores dão, mesmo assim, um recado para ajudar a evitar problemas com o aquecimento.

"O Brasil precisa se preocupar com a seca", afirma Imeson. "Parar de cortar a Amazônia é a melhor solução", opina Tryjanowski. E Rosenzweig sugere que o país incentive a interação dos cientistas com os povos indígenas, a fim de determinar as mudanças ocorridas no sistema mata como resultado das alterações climáticas".

Taxa de CO2 é a maior em 800 mil anos – Folha de São Paulo – Ciência – 15/05/2008

Os gases de efeito estufa dióxido de carbono (CO2) e metano (CH4) atingiram os níveis mais altos na atmosfera dos últimos 800 mil anos. É o que mostra um estudo do Epica (Projeto Europeu para Testemunhos de Gelo na Antártida) que analisou bolhas de ar presas no gelo a 3.400 metros abaixo da superfície.

A última pesquisa desse tipo analisou gelo com 650 mil anos. Segundo Thomas Stocker, da Universidade de Berna (Suíça), autor do estudo, pode-se afirmar com certeza que as concentrações de CO2 e CH4 são 28% e 124% mais altas, respectivamente, do que em qualquer período nos últimos 800 mil anos.

"Mais uma vez, as evidências e os resultados apontam que a atual elevação da temperatura média da Terra é resultado dos altos valores desses gases e que estes, pela escala de tempo, são de origem antrópica [ligado à presença humana]", diz o geógrafo Francisco Eliseu Aquino, do Núcleo de Pesquisas Antárticas e Climáticas da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Ele ressalta que os testemunhos de gelo têm importante papel como arquivo da história do clima terrestre.

Segundo Stocker, a pesquisa pode servir como ponto de referência para modelos de simulação do ciclo do carbono e ajudar a complementar as pesquisas que investigam as mudanças climáticas globais e o comportamento da concentração do CO2 na atmosfera. **(AB) ***Com Reuters.

Minc aceita cargo e ONGs atacam política ambiental – O Globo – Capa – 15/05/2008

Viana recusou Meio Ambiente; Lula diz que diretrizes do setor não mudam O presidente Lula anunciou Carlos Minc, secretário do Ambiente do Rio, para substituir Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente.

O ex-governador do Acre Jorge Viana foi convidado, mas recusou. Minc foi confirmado depois de um mal-entendido — o governo do Rio anunciou a indicação antes da confirmação do Planalto. Lula avisou que a política ambiental não muda. Para ambientalistas, isso significa o rompimento, por parte do governo, com a agenda do desenvolvimento sustentável — que era defendida por Marina e provocou sua queda. Jornais do mundo inteiro noticiaram a saída de Marina, que constrangeu o governo menos pelos motivos e mais pela ocasião: ontem, Lula recebeu a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, para discutir a área ambiental.

Questionado sobre a preservação da Amazônia, o presidente disse que a floresta é "de fato e de direito de responsabilidade da soberania nacional". **Páginas 3 a 9 e Míriam Leitão**

Política ambiental não muda – Luiza Damé e Chico de Góis - O Globo – O País – 15/05/2008

Depois de convidar o ex-governador do Acre Jorge Viana para o lugar de Marina Silva e ouvir um "não" como resposta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou ontem o nome do novo ministro do Meio Ambiente: será o secretário do Ambiente do Rio, Carlos Minc (PT). O convite foi feito por telefone, depois que Viana disse ao presidente que não poderia substituir a companheira de grupo político no Acre, principalmente depois que Marina anunciou sua saída dizendo-se com "dificuldades para dar prosseguimento à agenda ambiental federal".

Antes mesmo de falar com Minc, o presidente disse que os rumos não vão mudar com a saída de Marina.

Segundo ele, a política ambiental não é da ministra, mas do governo.

— Obviamente que a política ambiental não muda, porque a política não é política de ministro, a política é de Estado. Vamos continuar tendo o mesmo cuidado que sempre tivemos — disse, acrescentando que o governo continuará tratando as questões ambientais "com o mesmo carinho".

Lula recebeu Viana de manhã.

— Jorge Viana tinha me dito que estava com projetos. Ele é presidente do conselho da Helibrás, e estamos discutindo a possibilidade de fabricar helicópteros no Brasil. Ele está cuidando disso. Não pode largar isso no meio do caminho — disse Lula.

Anteontem, o governo do Rio anunciou a indicação de Minc para o ministério, mas a nomeação não foi confirmada pelo Palácio do Planalto, que ainda aguardava a resposta de Viana.

Ontem, depois de um almoço com a chanceler alemã, Angela Merkel, no Itamaraty, o próprio presidente confirmou que Minc seria o ministro e lamentou a saída de Marina. A petista deixou o cargo depois de perder o comando do Programa Amazônia Sustentável (PAS), lançado semana passada, para o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

— Vou ligar para o companheiro Minc, porque pedi a uma pessoa minha que conversasse com ele. Ele estava em um avião, na hora em que tomei a decisão. Portanto, vou agora ao meu gabinete ligar para ele, na expectativa de que venha contribuir com o seu conhecimento para dar seqüência às políticas que estamos já implementando há algum tempo — disse Lula.

Sobre Marina: 'Filha que sai de casa'

O presidente falou com Minc por volta das 15h45m, quando fez o convite, que foi prontamente aceito. Os dois vão se reunir na próxima segundafeira, no Planalto, para acertar, entre outros pontos, a data da posse.

Lula disse não ter mágoa de Marina e negou que os dois tenham tido divergências, embora ele tenha cobrado agilidade do Ministério do Meio Ambiente na liberação das usinas hidrelétricas do Rio Madeira. Também negou o esvaziamento do ministério. Segundo ele, as propostas de Marina para foram implementadas, como a criação do Instituto Chico Mendes e a contratação de servidores para o Ibama.

— Não existe possibilidade de ter divergência entre o presidente e ministros — disse Lula. — Não teve embate.

Acabamos de fazer uma mudança no ministério proposta pela Marina.

Mas, obviamente sempre haverá divergências (entre ministérios). Por isso, não tem proposta de ministro. A proposta é do governo federal, e tem de ser assumida por todo o governo.

O presidente lamentou a saída de Marina, mas se disse "feliz e triste com o episódio". Lula comparou a demissão de sua auxiliar como um pai que ouve do filho a decisão de que ele irá se mudar de casa: — Não sei se vocês já tiveram um filho que um dia comunica: tô saindo.

E você fica num misto de sofrimento e alegria porque a pessoa, quando toma a decisão, pensa que vai fazer o melhor para sua vida. Me senti assim.

Lula disse ter carinho enorme por Marina, com quem tem uma relação política de mais de 30 anos, quase o tempo de casado com dona Marisa

Minc era o plano B de Lula para ocupar o ministério - Gerson Camarotti e Adriana Vasconcelos – O Globo – O País – 15/05/2008

BRASÍLIA. O ex-governador do Acre Jorge Viana sempre foi a primeira opção do presidente Lula para substituir Marina Silva. Mas Lula já cogitava que o petista do Acre poderia recusar o convite. Por conta disso, engatilhou o plano B: o secretário de Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc. Mas foi surpreendido com o vazamento da notícia de que já teria sondado o nome de dele.

Segundo fontes do Planalto, Lula conversou com o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), sobre a saída da ministra. Só que Cabral se adiantou e divulgou o nome sem que o Planalto tivesse decidido por Minc.

Contrariado, Lula manteve o seu plano original de tentar o que ele mesmo não considerava provável: convencer Viana a aceitar o cargo. Após a reeleição, em 2006, Lula chegou a convidar o ex-governador para o mesmo cargo, depois que percebeu sinais de que a Marina não ficaria no governo.

Na ocasião, Viana recusou a proposta e Lula recompôs com Marina.

Ontem, o ex-governador usou o mesmo argumento com Lula. Numa conversa franca, Viana explicou que não poderia substituir Marina num momento em que se fazem críticas à política ambiental do governo. Embora a ex-ministra não pretenda se transformar em adversária do governo, estaria bastante magoada.

Aliado e amigo de Marina Silva, Viana teria dificuldades para assumir seu lugar e não defender pelo menos parte das posições assumidas por ela, que resistiu enquanto pôde às pressões da Casa Civil pela aceleração da liberação de licenças ambientais para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

— Se Jorge Viana aceitasse o convite, seria uma deselegância com a Marina. Ele ficou preocupado com o desgaste político no Acre. Afinal, Marina tem um respeito enorme e um grande reconhecimento dos acreanos.

O Jorge tem sensibilidade política e entendeu que seria muito delicado substituir Marina — disse a deputada acreana Perpétua Almeida (PCdoB).

Na conversa, Viana falou de questões pessoais, mas que não considerava essenciais. Com a eleição praticamente certa para o Senado em 2010, ele assumiu a presidência do Conselho da Helibrás, fabricante de helicópteros, e a vaga de conselheiro da Aracruz Celulose, com boa renda mensal.

Em relação à saída de Marina, Viana ponderou que a decisão de repassar o Plano da Amazônia Sustentável (PAS) ao ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, criou um grande problema para ela. Chegou a falar da preocupação dos ambientalistas com a gestão desse plano por Mangabeira, já que ele não conhece as particularidades da região amazônica.

Diante da negativa de Viana, Lula colocou em prática a efetivação do nome de Minc. Voltou a conversar com Cabral. Segundo um auxiliar direto, ele praticamente não tinha esperanças em relação a Viana. Mas queria fazer uma última tentativa.

A indicação de Minc foi recebida com reservas no Congresso. O presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), e a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), eram dois que mostravam preferência por Viana.

Para Garibaldi, o ex-governador daria mais sustentação política ao governo. A petista admitiu que um representante da Amazônia ajudaria a reduzir o impacto negativo da saída de Marina: — Seu nome amenizaria o impacto negativo de três episódios que tiveram

impacto ruim no cenário internacional: a saída de Marina, a absolvição dos mandantes do assassinato da irmã Dorothy e os conflitos na reserva indígena Raposa Serra do Sol.

— Alguém da Amazônia falaria com mais autoridade sobre a região — disse o senador Tião Viana (PT-AC).

Cabral reforça o lulismo – Merval Pereira - O Globo – 15/05/2008

As idas e vindas para a substituição de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente têm como subtexto a luta de poder dentro do petismo com vistas à sucessão de 2010 e um recado explícito para quem, como o governador do Rio, Sérgio Cabral, acha que tem suficiente prestígio político com Lula para se apresentar como candidato a vice-presidente em uma chapa encabeçada pela chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. O novo ministro, Carlos Minc, só foi confirmado porque não vingou a manobra da cúpula palaciana de colocar no cargo o ex-governador do Acre Jorge Viana. Havia uma boa argumentação política por trás da verdadeira motivação, que era impedir o fortalecimento do governador Sérgio Cabral.

A nomeação do ex-governador do Acre, do mesmo grupo político da ex-ministra Marina Silva, reduziria o impacto simbólico de sua saída do governo. Hoje envolvido com a iniciativa privada, Viana recusou pela segunda vez fazer parte de um Ministério para o qual parecia ser nomeação certa em 2006, quando deixou o governo do Acre e não disputou a vaga de senador para dar a vez ao seu irmão Tião Viana.

Deixado de fora do Ministério do segundo governo Lula por inexplicáveis razões, Jorge Viana acabou gostando da iniciativa privada, para onde foi levado pelo governador de Minas, Aécio Neves, que, empenhado em uma aproximação com uma ala moderna do petismo, indicou-o para presidir a Helibrás, uma empresa privada com investimento francês, mas que tem o governo de Minas como acionista importante.

Viana também faz parte do conselho da Aracruz Celulose, e se diz bastante satisfeito em estar do outro lado do balcão.

Disse-me ele que não era o seu caso deixar a política pela empresa privada, mas que gostaria de permanecer por um bom tempo nessa situação para entender melhor a iniciativa privada, uma maneira de aprimorar sua atuação como homem público mais adiante — ele pretende se candidatar a senador pelo Acre em 2010.

Uma das boas trocas de idéias que vem tendo é com o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, e dessa experiência certamente sairá mais informado sobre o agronegócio e poderá adicionar esses conhecimentos à sua militância ecológica.

De qualquer maneira, seja por mágoa ou por cálculo político, ou até mesmo pela boa remuneração que está recebendo, Jorge Viana recusouse a integrar o governo, retirando do grupo palaciano petista o argumento oficial com que quase conseguiu evitar a nomeação do petista Carlos Minc.

Como se vê, é uma disputa de grupos petistas dentro do governo, e com um "intruso" no meio, o governador do Rio, atual xodó do presidente Lula, que é do PMDB. Sérgio Cabral já tinha dado um sinal de entender os interesses petistas ao fazer o surpreendente movimento de aceitar indicar o vice-prefeito para uma chapa encabeçada pelo deputado estadual petista Alessandro Molon.

Mas seu crescente prestígio junto a Lula, do qual se utiliza para se impor dentro do PMDB como uma liderança emergente, também incomoda a cúpula do PT, que ainda não aceitou a ministra Dilma como a virtual candidata à sucessão, quanto mais um peemedebista que se oferece como vice numa chapa que não é a dos sonhos da cúpula do partido.

O apoio de Sérgio Cabral a Dilma, que se fortalece com a nomeação de Carlos Minc, companheiro de luta armada da ministra, o coloca em confronto direto com a cúpula petista, que quer ter o processo sucessório sob seu controle. O caso do dossiê, que está longe de se encerrar, pode também atrapalhar os planos da ministra.

Cabral não se incomoda de parecer submisso ao presidente da República, desde que essa submissão, que ele se esforça para caracterizar como uma relação pessoal forte, traga resultados concretos para o Estado do Rio.

A base da candidatura de Molon à prefeitura do Rio é garantir a boa relação das três esferas de governo, sob alegação de que a cidade e o Estado do Rio sempre foram discriminados pelo governo federal por desentendimentos políticos.

Já seus adversários o classificam, e aos demais candidatos da base governista, de "lulodependentes", e o prefeito Cesar Maia procura pespegar nessa relação especial com o governo federal um rótulo de subserviência que não se coaduna com a altivez do Estado do Rio.

Além de Molon, disputam o palanque do presidente Lula a candidata Jandira Feghali, do PCdoB, e o bispo Crivella, do PRB, que por enquanto parece ter a preferência, pelo menos pelos gestos públicos.

O candidato do PSOL, deputado federal Chico Alencar, anuncia que será questionado na Justiça Eleitoral, como uso indevido da máquina pública na campanha, o projeto da reforma de casas no Morro da Providência, com recursos públicos e apoio militar do Exército.

"Propaga esse seu 'cimento social' no melhor estilo clientelista", acusa.

Chico Alencar, que quando era do PT fazia dobradinha com Molon, agora questiona o mote da campanha de seu adversário petista: "Molon se diz o candidato da 'boa relação' com Cabral e Lula. Como se outros não pudessem, pela honrosa e importante função de governar o Rio, com mandatos dados pelo voto popular, ter essa possibilidade, sem mesquinharias".

Chico Alencar garante que o pragmático Lula "não ousará colocar obstáculos em projetos de interesse público, até porque está experimentado em lidar com figuras como Jader, Maluf, Severino e que tais, e sabe que conosco será até mais agradável.

E mais barato".

O fracasso da tentativa de nomear Jorge Viana para o cargo reforçou o "lulismo" dentro do governo, e o principal representante desse movimento é o governador do Rio, Sérgio Cabral, cujo projeto político se fortalece dentro da máquina governamental e, por conseguinte, na máquina peemedebista.

Ambientalistas reagem a troca com descrença - Soraya Aggege – O Globo – O País – 15/05/2008

SÃO PAULO. O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, deverá ser recebido pelas ONGs ambientais sob um clima de frustração e descrença no governo federal. Várias entidades avaliaram ontem que Minc tem um perfil adequado para o cargo, mas frisaram que a saída de Marina Silva simbolizou um rompimento do governo com a agenda para o desenvolvimento sustentável. Alguns avaliaram que o presidente Lula e a ministra Dilma Rousseff querem apenas um "carimbador" que viabilize as obras do PAC.

— Nossa relação com o Minc é ótima, até porque ele marchou conosco em vários momentos e é muito fácil dialogar com ele. Mas nós sabemos exatamente o que significará sentarse naquela cadeira, seja quem for. O problema não é nome nem perfil, é a opção do governo — disse o diretor de campanhas do Greenpeace, Marcelo Furtado, após frisar que o futuro ministro será cobrado da mesma forma que Marina foi.

O MST, a Rede Social de Justiça e a Amigos da Terra/ Amazônia Brasileira fizeram avaliações semelhantes. — A troca de nomes não leva a qualquer melhoria. O perfil, o nome não era problema no meio ambiente, mas sim a postura do governo, que precisa mudar. Com todo o nome e o perfil que sempre teve, Marina não conseguiu que houvesse priorização do meio ambiente em nada. Por que Minc ou qualquer outro ambientalista conseguiria?— avalia Mário Menezes, diretor da Amigos da Terra.

No entanto, segundo Menezes, a mudança deve acontecer a partir dos próprios movimentos sociais. Ele frisa que Minc não será recebido com animosidade, mas a saída de Marina fará com que muitos grupos voltem a se mobilizar: — Marina encarnava em si os movimentos, que com isso acabaram perdendo seu poder de mobilização. Minc não tem o mesmo carisma, apesar de toda a experiência e o jogo de cintura.

Talvez, com isso, a pressão dos movimentos aumente.

Já a WWF-Brasil se disse otimista com a mudança: — O nome foi muito bem escolhido. Minc tem todas as credenciais, é uma pessoa de diálogo, que interage também com os setores produtivos.

Nós esperamos uma continuidade na política do Ministério — disse a secretária-geral da WWF-Brasil, Denise Hamu.

O secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e diretor da Cop pe/UFRJ Luiz Pinguelli Rosa disse acreditar que Minc adotará uma "política de continuidade", principalmente em relação ao desmatamento da Amazônia.

A pressão do agronegócio por trás da renúncia – O Globo – O País – 15/05/2008

RIO e CUIABÁ (MT). Os ambientalistas não têm dúvida de que, muito mais do que desavenças com o ministro Mangabeira Unger, Marina Silva foi derrubada pelo lado mais beligerante do agronegócio. Na sexta-feira, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, em encontro com o presidente Lula, denunciou que os números de desmatamento da Amazônia tinham margem de erro de 14% e, com base nisso, estavam sendo tomadas medidas contra os agricultores, o que teria um imenso impacto no preço dos alimentos.

— Você está preocupado com a inflação de alimentos? Pois vai ver o que acontecerá se não forem suspensas as medidas tomadas pela ministra Marina... Esses municípios são o celeiro do Brasil e, semcréditonão plantarão e os preços dos alimentos explodirão — teria dito Maggi a Lula.

Lula, irritado, ficou do lado de Maggi, mesmo após Marina reafirmar que a margem de erro dos dados de desmatamento do Inpe era de apenas 5%.

— Lula já escolheu seu lado nessa luta — diz um dos diretores do Greenpeace.

Maggi disse ontem esperar do futuro ministro Minc que dê mais agilidade aos trâmites de projetos na área ambiental: — As coisas precisam ser decididas mais rápido. Se pode, pode. Se não, define logo.

SC instala Comitê de Articulação do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 15/05/2008

O Comitê de Articulação Estadual do Programa Territórios da Cidadania foi instalado nesta quinta-feira (17) em Santa Catarina. A solenidade, realizada na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri), contou com a presença do ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, Altemir Gregolin, e dos secretários de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), Humberto Oliveira, e de Agricultura de Santa Catarina, Antônio Ceron. Durante o encontro também foi assinado o Acordo de Cooperação Federativa.

O Comitê, que reúne representantes dos governos Federal, Estadual e prefeituras, tem como principal função dar suporte à implantação das ações previstas para o Território da Cidadania Meio Oeste Constestado (Chapecozinho/SC). O seu funcionamento é formalizado pelo Acordo de Cooperação Federativa.

Para os representantes de órgãos públicos federais e estaduais, prefeitos dos municípios que compõem o Território do Meio Oeste Contestado e representantes da sociedade civil organizada, o ministro Altemir Gregolin destacou que a criação do Territórios da Cidadania rompe com o modelo tradicional de centralização política sem a participação dos municípios. Ele destacou que o programa coloca os municípios "como sujeitos do processo de desenvolvimento" ao participarem da formulação de políticas estruturantes para a região, gerando oportunidades e renda para a população que mais necessita.

Humberto Oliveira salientou a importância da integração dos ministérios na implementação de políticas públicas e disse que o MDA busca ampliar o número de participantes do Territórios da Cidadania, aumentando conseqüentemente o número de ações.

O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável do Governo Federal realizada em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade. Em Santa Catarina, as ações de 19 ministérios e órgãos do

Governo Federal vão beneficiam os 29 municípios que formam o Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado, onde estão previstos, este ano, investimentos federais de R$ 108 milhões. O Território possui o maior número de projetos de assentamento (PAs) da reforma agrária em Santa Catarina. Nos 51 PAs estão instaladas mais de 2,2 mil famílias. No território também existem quatro terras indígenas.

Pernambuco instala Comitê do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 15/05/2008

O Comitê de Articulação Estadual do Territórios da Cidadania será instalado nesta sexta-feira (16) em Pernambuco. Durante o encontro, que será realizado a partir das 15h30, no Centro de Convenções do município de Caetés (PE), também será assinado o Termo de Cooperação Federativa.

O Comitê, que reúne representantes dos governos Federal, Estadual e de prefeituras dos três Territórios da Cidadania de Pernambuco (Sertão do Pajeú, Agreste Meridional e Mata Sul), tem como função dar suporte à implantação das ações previstas pelo programa no Estado. O Acordo de Cooperação formaliza o seu seu funcionamento.

O encontro em Caetés contará com a presença do Ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, e do governador Eduardo Campos, do secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, prefeitos, líderes de cooperativas, federações e sindicatos dos trabalhadores rurais e organizações sociais. Após a Assinatura do Termo de Cooperação, haverá uma reunião com prefeitos dos municípios beneficiados pelo programa. Às 17h30 será realizada a primeira reunião do Comitê de Articulação.

Atuação conjunta - O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável do Governo Federal realizada em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade. Em Pernambuco, as ações de 19 ministérios e órgãos do Governo Federal vão beneficiar 55 municípios que integram os Territórios da Cidadania do Agreste Meridional, do Sertão do Pajeú e da Mata Sul, onde estão previstos, este ano, investimentos federais de R$ 578,5 milhões.

O vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), Doriel Barros, destaca a atuação integrada do programa. “Era necessário superar o entrave causado pela desarticulação das políticas públicas, que, isoladamente, não estavam dando conta dos problemas regionais”, explica. “É um novo modelo de desenvolvimento, onde o Estado tem que investir recursos e as pessoas podem participar das discussões das ações dos programas e acompanhar os resultados”, reforça Márcia Rodrigues, da comunidade quilombola Angico, situada no município de Bom Conselho, no território do Agreste Meridional.

Carlos Minc aceita comandar Pasta do Meio Ambiente - Cristiano Romero e Raymundo Costa – Valor Econômico – Política - 15/05/2008

Convidado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o secretário do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc (PT), substituirá Marina Silva no comando do Ministério do Meio Ambiente. Minc era, desde a demissão de Marina, na terça-feira, a primeira opção de Lula, mas, por pouco, não foi descartado. Na noite daquele dia, o presidente foi convencido por petistas de dentro e de fora do governo a convidar o ex-governador do Acre Jorge Viana (PT).

Tão logo Marina Silva pediu demissão do cargo, Lula decidiu nomear Minc, um dos fundadores do Partido Verde (PV) no Brasil e hoje filiado ao PT. Na tarde de terça-feira, o presidente telefonou para o atual chefe de Minc, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), e perguntou se ele poderia liberar o atual secretário de Ambiente. Entusiasmado com a perspectiva de seu Estado ganhar mais um ministério, ampliando sua presença no governo federal, Cabral cometeu uma gafe - deu entrevistas dizendo que Minc seria o novo ministro.

Como Lula ainda não havia feito o convite a Minc, um grupo de petistas se mobilizou para tentar convencer o presidente a desistir do secretário fluminense e a convidar Jorge Viana, hoje um bem-sucedido executivo no setor privado. O presidente concordou, então, em fazer da nomeação de Minc seu plano B.

Mesmo sem acreditar numa resposta positiva de Viana, o presidente Lula o chamou para uma conversa na manhã de ontem. No encontro, antes mesmo de esboçar um convite, o presidente quis saber do ex-governador como ele estava se sentindo na iniciativa privada. Viana respondeu que estava "muito feliz" com os "desafios" que está vivendo - ele preside o conselho de administração da Helibrás, uma fabricante franco-brasileira de helicópteros, e assessora o conselho de administração da Aracruz Celulose.

Percebendo, durante a conversa, que Viana não estava animado com a perspectiva de substituir Marina Silva, sua aliada política no Acre, Lula nem sequer formulou o convite ao ex-governador. "Não havia entusiasmo de nenhum dos dois lados", contou um auxiliar do presidente. Quando o grupo de petistas procurou Lula sugerindo o nome de de Jorge Viana, o presidente desconfiou que ele não aceitaria o convite. Deixou a conversa correr, mas sem conseqüência. "Se você acha que está bem onde está, tem que ficar onde está", comentou o presidente, segundo relato de assessores.

Lançada na conta do PT, a ofensiva pró-Jorge Viana foi mais uma ofensiva de ministros e assessores petistas de Lula, todos eles com assento no Palácio do Planalto. O secretário-geral Luiz Dulci, o chefe de gabinete Gilberto Carvalho e o assessor especial para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, defenderam a nomeação do ex-governador do Acre. A ministra Dilma Roussef (Casa Civil) ficou com o grupo, mas não exibiu o mesmo entusiasmo dos colegas. Já o ministro da Justiça, Tarso Genro, defendeu a escolha de Minc.

O argumento do grupo em favor de Viana não era anti-Minc, mas o aumento da influência do governador Sérgio Cabral na Esplanada dos Ministérios. Cabral riu do raciocínio. O ministro José Gomes Temporão, da Saúde, embora esteja na sua cota de indicações, foi assumido pelo governador do Rio a pedido do presidente. É uma indicação, portanto, de Lula.

Especificamente no PT, os congressistas do Acre, terra tanto da ex-ministra Marina Silva como de Jorge Viana, é que pressionaram para manter o ministério com o Estado. Na

cúpula do PT o que se informa é que, se dependesse do partido, nem Minc nem Viana substituiriam Marina. Minc é um egresso do PV, enquanto Viana nunca contou com o apoio da seção mais poderosa da sigla - São Paulo. A direção petista avalia que Lula e o governo perderam muito com a saída de Marina, que deixou um espaço que dificilmente será preenchido, interna e externamente, por carlos Minc.

Cotado várias vezes para ocupar um cargo no primeiro escalão do governo Lula, Viana chegou a ser convidado pelo presidente para substituir Marina na virada do primeiro para o segundo mandato. Na ocasião, Viana declinou da oferta, alegando que ficaria constrangido em tomar o posto que pertencia à Marina. Na verdade, segundo sustentam assessores de Lula, Viana não aceitou porque esperava ser convidado para assumir um cargo mais importante - a Chefia da Casa Civil ou o comando da articulação política.

Fracassada a sondagem ao ex-governador do Acre, o presidente retomou seu Plano A. Exatamente às 3h45 da tarde de ontem, telefonou para Carlos Minc, que estava em Paris, e formalizou o convite, aceito imediatamente. Ficou acertado que, na segunda-feira, o futuro ministro irá a Brasília para conversar com Lula. Antes de aceitar o cargo, Minc verificou com Sérgio Cabral onde estava pisando. O novo ministro é um entusiasta do programa de biocombustíveis, a menina dos olhos de Lula.

Desmatamento será maior desafio de Minc - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Política - 15/05/2008

Carlos Minc, o próximo ministro do Meio Ambiente do governo Lula, já assume o cargo deixado por Marina Silva com o ritmo do desmatamento bem desperto e com sua autoridade quanto ao enfrentamento deste problema questionada pelas ONGs. Minc não é muito conhecido, mas sua indicação não suscita críticas a priori. Esta é o ponto: não se trata de uma questão pessoal.

"Não tem milagreiro na área ambiental, quero despersonalizar esta questão", diz Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, o Imazon, sediado em Belém. "Nem Marina Silva, com grande currículo atrás de si e enorme expectativa, conseguiu dar conta do grande desafio que é conter este desmatamento constante."

O chamado "ano fiscal do desmatamento" termina em dois meses, em 30 de julho, e a previsão é sinistra. Junho e julho são meses de pico no desmate e o acumulado de agosto de 2007 a março de 2008 está em curva ascendente. Comparado a igual período do ano anterior, segundo o Imazon, no Pará o índice mostra um aumento de 76%. É de pelo menos 20% na região. O desmatamento divulgado no ano passado foi de 11 mil km2. As projeções de agora apontam para 13 mil a 14 mil km2 no melhor dos casos, supondo que a situação fique sob controle nos quatro meses em que falta computar os dados. "O ministro do Meio Ambiente no Brasil é medido por este indicador", diz Veríssimo. "Ele pode fazer tudo direito, mas se não conseguir reduzir esta taxa, é como se não tivesse passado no Vestibular", continua. "E o ministro que entra agora já está com o paciente na UTI", prossegue.

O PIB da Amazônia, calcula, gira em torno a R$ 200 bilhões, sendo que entre R$ 50 bilhões a R$ 70 bilhões se relacionam a atividades que desmatam a floresta. O Plano

Amazônia Sustentável, lançado há poucos dias, pretende investir R$ 1 bilhão em quatro anos na região. "É pífio. Não tem solução para o desmatamento se não tiver solução econômica. Tem que ser um plano ousado, volumoso, de longo prazo. Se não valorizar a floresta, não tem polícia que segure as árvores."

A preocupação dos ambientalistas que trabalham na Amazônia é que a condução do combate ao desmatamento imaginado por Marina Silva estava no caminho correto. Ela tinha respeito e credibilidade, e mesmo assim, o desafio continua aí. "A ministra Marina sempre deu um verniz verde a um governo que não é verde e que agora mostra sua cara cada vez mais desenvolvimentista", analisa Paulo Adario, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace. "A cara do governo Lula é da década de 70. Marina dava ao governo um ar de modernidade, de século 21. Mas com a sua saída, ela tira este aval e deixa um vazio", prossegue Adario. "Conheço o Minc e ele tem uma história bonita no movimento ambientalista. Mas qualquer um que entrar neste cenário assume numa situação muito difícil."

Minc terá que convencer a opinião pública nacional e internacional que é capaz de repor a tal tinta verde. E assume em um momento ruim do calendário amazônico, com a Operação Arco de Fogo na mata, e fazendo pressão. "O time está na floresta, acéfalo, num momento crucial. Não é bom", continua Adario.

Adriana Ramos, coordenadora da iniciativa amazônica do Instituto Sócio-Ambiental, o ISA, interpreta a carta de demissão de Marina Silva como um mau presságio. "Dá pra entender que ela saiu porque não vislumbrava possibilidades políticas para concretizar sua política ambiental - o que, para quem concordava com ela, como nós, é preocupante. Em que bases irá assumir o próximo ministro?", pergunta. "Minc é um bom nome. Mas a questão é que as limitações para a política ambiental brasileira estão fora do MMA" , avalia. Na sua opinião, o caminho do combate ao desmatamento, com restrição de crédito para áreas embargadas e em situação de ilegalidade, não pode recuar. "A chegada de um novo ministro não pode significar um retrocesso nesta orientação."

Paulo Moutinho, do Ipam, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, coloca sua expectativa: "Não sei qual a intimidade de Minc com os problemas amazônicos, que são o calcanhar de Aquiles das questões ambientais brasileiras, mas não vejo problema. É alguém qualificado. Precisa ver o que o governo pretende." O problema pode ser outro, lembra Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira: "Ninguém conhece o Minc fora do Rio, nem no Brasil. Neste sentido, ele não vai atender a exigência de selo-verde que Marina representava para Lula."

Derrubada só pára se for compensada - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 15/05/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou ontem, em audiência no Senado, que o desmatamento da Amazônia não será represado até que seja instituído o pagamento pela manutenção da floresta em pé. "Algumas árvores vão continuar a ser derrubadas até que se dê uma compensação financeira", afirmou. "Como fazer para não derrubar nenhuma árvore, eu não sei, e nem é minha função".

A Câmara deve votar, em plenário, um projeto de lei do deputado Homero Pereira (PR-MT) que estabelece a "servidão florestal", figura jurídica que garantiria remuneração financeira, por 15 anos ou mais, a produtores rurais pelos serviços florestais. Seria criada a Cota de Reserva Ambiental (CRA), um título que negociado em bolsa de valores. Com isso, o produtor teria crédito rural a juros menores, limites de financiamento maiores, redução de Imposto de Renda, inclusive de ganhos de capital, ou isenção do IR por cessão onerosa.

Em resposta às considerações de senadores sobre a política ambiental, na ressaca da demissão da ex-ministra Marina Silva, Stephanes também expressou preocupação com o avanço da pecuária na região do bioma amazônico. "Temos avanço da grande pecuária e isso não pode acontecer porque ela não traz benefícios, não emprega ninguém", atacou. Na reunião, o ministro questionou o uso do conceito de Amazônia Legal para preservação da região. "Não posso me colocar a favor do conceito de Amazônia Legal. É uma questão de usos e costumes, que passou a incluir até áreas de Cerrado", afirmou.

O ministro também disse ontem que suas divergências com a ex-ministra Marina Silva eram "técnicas" e que nunca tiveram "impacto nas relações pessoais", mas criticou a portaria do Ministério do Meio Ambiente que incluiu municípios da Amazônia Legal na lista de áreas embargadas de explorações florestais. "Essa portaria, que colocou (na lista) até Diamantino e regiões consolidadas perto de Cuiabá, isso cria problemas porque não é uma área de bioma amazônico. Tem Sadia lá, tem indústrias consolidadas", disse.

Stephanes também afirmou, para desagrado de alguns senadores ruralistas, que o zoneamento ecológico-econômico para a cana-de-açúcar, em preparação pelo ministério, desestimulará o plantio da matéria-prima do polêmico etanol no bioma amazônico. "Há uma tendência de governo de decidir que não se plante (cana) no bioma amazônico sob o ponto de vista agronômico. Isso será uma decisão de governo e terá que ser cumprida", afirmou. Em seguida, ressalvou: "Mas é muito melhor plantar cana numa área de pastagens degradadas". Stephanes defendeu o aumento do plantio da cana nessas áreas. "A expansão da cana tem ocorrido 60% a 70% em áreas de pastagens. Isso é muito bom porque não compete com a produção de alimentos", disse.

Ao falar dos avanços da tecnologia nacional, o ministro fez blague com os competidores do Brasil na produção de etanol. "Teremos uma cana dessa grossura produzindo, enquanto outros países terão umas espiguinhas assim de milho", afirmou, em clara referência aos Estados Unidos, que dividem com o Brasil a liderança mundial nessa produção.

Licenciamento ambiental dominará agenda de Minc - Daniel Rittner – Valor econômico – Política - 15/05/2008

Uma agenda com problemas e impasses que se arrastam há anos aguarda o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, nas relações com a indústria e com empresários ligados à infra-estrutura. Essa agenda tem progredido muito lentamente, na avaliação de representantes do setor produtivo, e é grande a expectativa de maior agilidade com a chegada de Minc, principalmente no que se refere ao ritmo de concessão de licenças ambientais.

Para o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, é preciso "dotar de previsibilidade, em termos de prazos e de custos, o sistema de licenciamento ambiental". Ele ressalta que houve uma "limpeza de passivo" na gestão de Marina Silva à frente do ministério, com licenças a rodovias e usinas hidrelétricas importantes, como Estreito (MA) e o complexo do Madeira. Em 2005, inaugurou-se um projeto-piloto de informatização do processo de licenciamento no Ibama, mas Godoy considera o trabalho "inconcluso", restrito a apenas alguns empreendimentos. A Abdib defende a introdução de prazos para cada etapa e a implantação de sistemas totalmente eletrônicos.

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Camillo Penna, cobra rapidez na definição da metodologia e dos limites da taxa de compensação ambiental - cobrada de todos os empreendimentos com "significativo" impacto ao meio ambiente e cujas receitas são destinadas às unidades de conservação. Uma lei de 2000 estabeleceu um mínimo de 0,5% para a cobrança da taxa - percentual que incide sobre o valor total do empreendimento e é objeto de críticas da indústria -, mas não fixou nenhum limite. No mês passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o piso inconstitucional. Projetos de lei tramitam no Congresso para definir um valor máximo para a taxa. Desde o início de 2006 o Ministério do Meio Ambiente acertou com outras áreas do governo uma metodologia para chegar a valores máximos e mínimos, mas uma portaria do Ibama, necessária para validar as novas regras, jamais saiu.

Camillo Penna afirma que, nos próximos quatro anos, a indústria de mineração planeja investir US$ 34 bilhões. "Se a taxa de compensação ambiental for de 1%, pagaremos US$ 340 milhões. Isso sangra a capacidade de investimentos", protesta o executivo. "É inexplicável que um assunto tão importante, que traz tanta segurança aos investidores, ainda não tenha tido definição."

Outro problema a resolver, acrescenta Camillo Penna, é a tumultuada relação entre o Meio Ambiente e Minas e Energia. Segundo ele, novas unidades de conservação ambiental têm sido demarcadas em áreas de grande e recém-descoberto potencial geológico. Penna diz ter "esperança" de melhor interlocução com o novo ministério, pois a equipe anterior tinha integrantes "eivados de preconceito".

Embora conste da agenda legislativa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), parou na Câmara dos Deputados a tramitação do projeto de lei que define as competências dos governos federal, estaduais e municipais no licenciamento ambiental. Era uma iniciativa para brecar a "judicialização" dos projetos, com liminares e intervenções que atrasam a concessão de licenças.

Marina, apague a luz – Folha de São Paulo – Opinião – 17/05/2008

LIMA - A saída da ministra Marina Silva acaba sendo o ponto final, ou ao menos semifinal, no modo PT de governar. Marina era o último nome simbólico do partido que ainda estava no governo e ainda exercia influência -não muita, é verdade- naqueles pontos dos quais era símbolo (no caso, o ambiente).

Veja-se, por exemplo, o exemplo de Aloizio Mercadante. Era o símbolo da política econômica que o PT adotaria se chegasse ao poder, durante as diferentes campanhas eleitorais do partido. Uma vez eleito Lula, sumiu, ao menos como símbolo dessa área. Não teve a menor influência na direção tomada pelo governo a partir do reinado de Antonio Palocci.

Tanto que chegou a me dizer, em um almoço anos atrás no Itamaraty, que se sentia "emparedado".

Não podia criticar a política econômica, ainda que discordasse de alguns aspectos, para não soar como desleal.

O fato é que a política econômica é, a rigor, de Henrique Meirelles, reconhecidamente um histórico do PT mais radical. As lideranças do governo no Parlamento são de símbolos, não do PT, mas da oposição ao PT, quando o PT era PT.

Ficaram, é verdade, dois nomes petistas em funções relevantes: Fernando Haddad (Educação) e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social). Mas Haddad nunca foi símbolo. Só um militante com conhecimento específico. E Patrus nunca foi um nome nacional.

O ponto final ao modo PT de governar mereceu, aliás, um duro epitáfio, assinado por outro nome simbólico do partido e do lulismo, Frei Betto, que escreveu para a **Folha** de ontem sobre a saída da ministra Marina Silva: "Não te merece um governo que se cerca de latifundiários e cúmplices do massacre de ianomâmis".

Quem leu o livro de Betto sobre sua experiência no governo já ficara sabendo que ele escreveu outras lápides ainda mais duras.

Marina da glória **– Melchiades Filho – Folha de São Paulo – Opinião – 16/05/2008**

BRASÍLIA - Na ânsia de reverenciá-la, rebaixaram Marina Silva a um bibelô. É um tanto paternalista, talvez machista e certamente incorreta a avaliação de que ela colecionou apenas derrotas e humilhações e foi uma vítima indefesa das sabotagens de colegas de governo.

Lula administra tudo com pesos e contrapesos. Põe rivais para brigar, ouve os argumentos, empurra com a barriga e arbitra quando o consenso não surge "naturalmente". Faz assim na área econômica, na diplomacia, na coordenação política. No meio ambiente também.

Marina não se surpreendeu nem se intimidou com esse estica-e-puxa. Pelo contrário. Esticou e puxou as cordas como pôde em seu favor.

Aparelhou o Inpe, órgão ligado a outro ministério (Ciência e Tecnologia), para conseguir o monitoramento em tempo real da Amazônia. Com xiitas ou não, ampliou a fiscalização do desmatamento, que chegou a cair 60% em sua gestão. Dividiu o Ibama e criou o Instituto Chico Mendes e, com isso, não só acomodou a burocracia verde como multiplicou e reforçou a guarda de áreas de proteção ambiental.

Fomentou a indústria de liminares para frear grandes obras de infra-estrutura e, quando essa opção perdeu eficácia, enfatizou as exigências técnicas. Obrigou a Odebrecht, por exemplo, a melhorar o projeto da hidrelétrica do Madeira.

Não fosse por ela, a transposição do São Francisco teria vazão maior, como desejava o agronegócio. E, mesmo em seu maior revés, o caso dos transgênicos, deixou marca: a indústria perdeu tempo e dinheiro para legalizar algo que já era fato.

Sua renúncia é um movimento político de ataque, não de capitulação. Força Lula a embargar o sinal verde que ele havia dado às motosserras da Casa Civil.

Incensada pela comunidade internacional e agora beatificada pela opinião pública, Marina carregará o bunker para o Senado. Sabe que sempre haverá um microfone para colher seus alertas.

Obras do PAC esbarram em conservação da Amazônia **– Eduardo Geraque e Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo - Brasil – 17/05/2008**

Ao serem colocados sobre a mesa, fica claro o choque. Os planos de infra-estrutura para a Amazônia, quando totalmente implantados, vão ameaçar as áreas prioritárias para a conservação da floresta, que já estão desenhadas pelo próprio governo federal.

O alerta vem sendo dado por cientistas e ambientalistas desde o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). No ano passado, um levantamento da ONG Conservação Internacional apontou que 322 áreas de grande importância para a biodiversidade -ou seja, onde seria recomendável criar unidades de conservação- estão sob influência direta de estradas, hidrelétricas, portos ou gasodutos. Cinco estradas cortarão essas regiões sensíveis, aponta o documento.

As obras também influenciam diretamente terras indígenas e unidades de conservação já criadas. Em todas elas, há risco de aumento do desmate. Neste ano, um relatório ainda inédito do IAG, um grupo de consultores contratados pelo Ministério do Meio Ambiente para avaliar o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, fez críticas à forma como as obras de infra-estrutura vêm sendo planejadas. O documento, obtido pela **Folha**, diz: "Apesar de todas as diretrizes estabelecidas em documentos governamentais (...), a efetividade do planejamento racional de infra-estrutura na Amazônia, sobretudo de estradas e hidrelétricas, ainda não está assegurada". Segundo Carlos Nobre, pesquisador do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a ciência tem mostrado que grandes obras de infra-estrutura, em especial estradas, são vetores claros de desmatamento.

"Se o governo quer acelerar as obras, seja para a integração sul-americana, seja para a geração de energia, precisaria ter um novo paradigma de economia florestal. Só que ainda não descobrimos como tirar valor da floresta em pé", diz.

"É muito difícil prever que rumo o presidente Lula vai dar para a política ambiental [após a saída de Marina Silva]", afirma Ima Vieira, diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Xingu - A julgar pelos cortes feitos por Lula e pela Casa Civil no PAS (Plano Amazônia Sustentável), no entanto, a balança pende para o lado das obras -e não da floresta. Uma das principais unidades de conservação cuja criação foi proposta ao plano por Marina Silva, a Reserva Extrativista do Médio Xingu, no Pará, foi vetada porque poderia atrapalhar a criação de barragens adicionais da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Dilma Rousseff cuida diretamente desse projeto, considerado crucial para que o país não tenha um apagão de energia elétrica na próxima década.

Tudo indica que, depois da crise envolvendo o licenciamento das usinas do rio Madeira, Belo Monte seja a bola da vez. A região do Xingu concentra um grande número de terras indígenas, e os índios já impediram construção da usina 20 anos atrás, quando ela se chamava Cararaô.

O projeto, agora, volta a ser discutido pelos índios. Na segunda-feira, representantes de várias etnias se reúnem em Altamira para debater os possíveis impactos da megausina -e de outras- sobre suas terras.

Apoio crucial **- O Globo – Opinião – 17/05/2008**

As primeiras entrevistas e declarações de Carlos Minc como ministro convidado do Meio Ambiente — ele prefere deixar a batida final de martelo para uma conversa com o presidente Lula na segundafeira em Brasília — e sua rápida, porém produtiva, passagem pelo secretariado de Sérgio Cabral no governo do Rio de Janeiro permitem uma aposta em mudanças positivas na administração de uma das mais difíceis áreas do governo federal. Tudo a depender da capacidade que terá Minc de superar obstáculos íngremes no governo e no PT, seu partido.

A primeira armadilha a ser superada pelo deputado estadual petista, com apenas 17 meses de experiência em funções executivas, é a que tenta relacionar sua escolha ao relaxamento das normas para concessão de licenciamentos ambientais.

Sairia Marina Silva, a pedra no caminho do desenvolvimento nacional, substituída por Minc, uma espécie de adereço de mão apenas para fazer cena diante da necessidade de projetos do PAC e a agroindústria deslancharem sem amarras ambientais. Não interessa ao país essa troca, e Minc faz bem ao alertar que não servirá de "biombo verde de uma política predatória".

Ele deve, ainda, se preparar para incompreensões em torno da acertada bandeira da desburocratização, para dar velocidade à avaliação de projetos — seja para aprová-los ou rejeitá-los, sem manobras protelatórias como parece ter se tornado norma no Ibama.

Sempre haverá quem o acuse, como ocorreu no Rio de Janeiro, de ser leniente e ter passado para o "outro lado". A burocracia tanto é "mãe da corrupção" como pode servir de instrumento de veto por motivação ideológica.

Há uma zona cinzenta de confusão sobre o papel dos organismos ambientais: eles existem para sempre barrar todo e qualquer projeto de risco ou, diante de investimentos cruciais para a sociedade, agir visando a minimizar danos e oferecer alternativas de menor custo ambiental?

Realista, Minc, com a experiência de ter desburocratizado o setor no Rio de Janeiro e ajudado a aprovar em tempo recorde o Complexo Petroquímico do Rio (Coperj), projetado para Itaboraí, à beira da Baía de Guanabara, pergunta: "Como é que um governante vai dizer não para um investimento de R$ 1 bilhão?" Ou a um projetochave para o país? Obrigado a transitar numa faixa estreita entre governadores, políticos e madeireiros sem sensibilidade ambiental e ecologistas radicais ativos no PT, duas correntes com representantes no governo, Minc precisará contar com o respaldo de Lula para mudar o eixo do Ministério do Meio Ambiente, retirando-o da posição que se colocou, ou foi colocado, de um bunker verde instalado em Brasília, algumas vezes refratário à realidade.

Para começar, o presidente deve voltar atrás e deixar com o novo ministro a condução do Programa Amazônia Sustentável (PAS), assim como atender à reivindicação de Minc de permitir a participação do ministério na formulação da política industrial e outras.

Entre tentativas de cooptação, de um lado, e, de outro, de "criminalização", Minc terá de provar que, assim como as origens amazônicas de Marina Silva não a descredenciavam a tratar da questão ambiental no país como um todo, sua história está longe de impedir que maneje de forma competente e realista o tema essencial da Amazônia.

Perdendo o pescoço **- Zuenir Ventura – O Globo – Opinião – 17/05/2008**

Num país em que é comum as pessoas deixarem os cargos públicos por desvio de conduta ou suspeita de corrupção, sair sendo acusada de "purista" é um elogio.

Em cinco anos à frente de um ministério sujeito a tantas pressões e envolvendo tantos interesses, esse é o único defeito grave que se atribui a Marina Silva. E ainda assim não se lhe faz justiça. Sua adesão à causa ambiental não é motivada por sectarismo ideológico. Conhecia há 20 anos no Acre, como um ser da floresta, pertencente à espécie dos seringueiros, que sempre viveram em harmonia com a natureza.

Aprendeu com a própria experiência e com seu amigo Chico Mendes que toda aquela riqueza natural não é um santuário intocável, mas que os recursos ambientais devem ser usados com racionalidade, até para não acabarem, para serem usados sempre.

Foram essas idéias e princípios, defendidos desde o começo também por Lula e consagrados depois por organismos internacionais que os inscreveram em sua agenda planetária, que levaram Marina Silva ao Ministério do Meio Ambiente. Era um sinal para o mundo do quanto tínhamos avançado nessa questão, embora para isso tivéssemos sacrificado Chico Mendes.

Hoje, pelo menos dois indícios sinalizam para o retrocesso: a absolvição do mandante da morte da missionária Dorothy Stang e a vitória dos que acham que o meio ambiente prejudica o desenvolvimento, e não o contrário. E que Marina é um "estorvo ambiental".

Os seus adversários não escondem a satisfação com o desfecho, e querem mais. Rápidos como a serra e o fogo no mato, conseguiram outro avanço no campo do atraso. Já está em fase final de votação na Câmara dos Deputados um projeto que recua 40 anos na história de nossa política ambiental: a bancada ruralista quer ressuscitar o velho código florestal de 1965. Assim, os donos poderão desmatar 50% de suas terras, em vez dos 20% em vigor desde 2001, graças a uma medida provisória de FHC. Se com essas restrições quase 20% da floresta amazônica não existem mais, imagine-se quando liberarem a farra do boi, ou melhor, da soja. Outra acusação, e essa é debitada a Lula, é de que sua ex-ministra não seria "isenta", como se a isenção fosse uma virtude numa questão como a da preservação da Amazônia.

Uma coisa rara em todo o episódio: contrariando a praxe nesses casos, Marina sai melhor do que entrou, mais admirada.

Como disse uma vez e provou agora, "perco o pescoço, mas não perco o juízo". Carlos Minc, um político que também é fiel à sua biografia, deve pôr o seu pescoço de molho, principalmente após cutucar quem ele disse que quer "plantar soja até nos Andes" e depois de prometer que não será "biombo verde de uma política predatória".

Ele reivindica participar das discussões sobre a política industrial do país. É esperar para ver.

Para Planalto, Minc foi arrogante e falou demais **– Gerson Camarotti e Chico de Gois- O Globo – O País – 17/05/2008**

BRASÍLIA. Causou desconforto no Palácio do Planalto a primeira entrevista do novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que disse ter aceitado o convite, "em tese", depois das garantias dadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Minc chegou a dizer que, se sua passagem por Brasília der errado, ele voltará para o Rio, já que tem mandato de deputado estadual.

Na avaliação de um assessor de Lula, houve um tom arrogante nas declarações de Minc. A percepção no núcleo do governo é que Minc deveria ter sido mais cuidadoso na entrevista, dada antes mesmo da conversa pessoal com Lula, prevista para segunda-feira. Um interlocutor do presidente Lula chegou a atribuir as declarações de Minc "a seu jeito folclórico".

Ontem, no Planalto, a entrevista chegou a ser comparada com a do ex-ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral, que, em sua primeira declaração à imprensa como integrante do primeiro escalão, defendeu que o Brasil tivesse o domínio da tecnologia da bomba atômica.

Mas a estratégia do governo foi a de minimizar as declarações de Minc para evitar nova polêmica na área ambiental.

— Cada um tem seu estilo.

Ele estava em Paris e deu uma declaração diferente. Mas não muda nada — disse ontem o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro. — Fico feliz que esteja motivado.

Marina enfrentou dificuldades e foi superando-as uma a uma.

As declarações de Minc irritaram ruralistas e agradaram a ambientalistas. Para o Greenpeace, o novo ministro, ao seu estilo, tentou marcar posição e combater uma possível sensação de vitória do agronegócio com a saída de Marina.

— Ele tem o seu estilo, mas impôs condições publicamente ao presidente Lula. Ele emparedou o presidente. Se ele chegasse ao cargo sendo visto como uma alternativa do lado de lá, teria muita dificuldade de liderar o ministério, que tem como função principal defender o meio ambiente, e não devastá-lo — disse Paulo Adário, coordenador de Amazônia do Greenpeace.

"Ele ainda não é ministro para estar tão nervoso assim" Para ruralistas, Minc parece disposto à pirotecnia. Eles afirmam que o novo ministro não pode ter preconceito nem atuar de forma ideológica, acusação comum à ex-ministra. Na entrevista, Minc disse que "não abrirá as pernas para a Amazônia virar um quintal". Os ruralistas criticaram principalmente "a falta de conhecimento" do ministro.

O deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), da bancada ruralista, foi ácido com Minc: — Ele é um ecologista de Copacabana. O que se pode esperar de um sujeito que não conhece o Brasil? Na entrevista, Minc disse que Lula não o fará pagar um "Minc leão dourado" no governo e que, se sentir que as coisas não andam como esperava, voltará à Assembléia Legislativa. O presidente da Comissão de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Alvim, criticou: — Ele ainda não é ministro para estar tão nervoso assim.

Primeiro é preciso tomar posse, depois, ouvir os setores envolvidos, ter boa vontade em conhecer uma causa que não conhece a fundo — sugeriu.

Viana: é preciso estar aberto ao diálogo

Ex-governador diz que Minc precisará 'apertar o botão' e alertar sobre riscos BRASÍLIA. O ex-governador do Acre Jorge Viana (PT), que foi convidado pelo presidente Lula para ser ministro do Meio Ambiente e recusou o cargo, disse ontem que a função do futuro ministro Carlos Minc será a de “apertar o botão vermelho”, ou seja, deve alertar para os riscos ambientais. Mas advertiu que ele também terá de estar aberto ao diálogo: — Não pode ser só o “não pode, não pode”, tem que apontar sempre o “como pode”. Mas tem que ter o alerta, porque a questão ambiental não está visível.

De acordo com Viana, acender o botão vermelho é um dos papéis de qualquer ministro do Meio Ambiente: — A área ambiental é muito complexa, é onde se estabelece um certo limite para as pessoas de empresas, de governo. É fundamental que a gente tenha alguém que aperte o botão de alerta, o botão vermelho, seja a Marina, seja o Minc ou outra pessoa. Acho que o Minc e qualquer outro ministro têm que cumprir esse papel, e não ficar preso a uma agenda negativa.

O ministro do Núcleo de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, disse que o presidente Lula agiu certo ao lhe confiar a coordenação do Plano Amazônia Sustentável.

A decisão teria sido o estopim para a demissão de Marina: — Quem acha natural que o desenvolvimento da Amazônia seja assumido por um Ministério do Meio Ambiente simplesmente não entende que a Amazônia é mais do que uma floresta. O Ministério de Meio Ambiente carece dos instrumentos para lidar com todos os muitos problemas de transporte, energia, educação e indústria que são necessários para formular e implementar um programa abrangente de desenvolvimento

'Golpe para futuro do planeta'

Saída de Marina ainda repercute no exterior

O “The New York Times” continua dando destaque à saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente. O jornal registrou ontem a entrevista de Marina sobre sua saída, em que “ela reconhece que governadores da Amazônia estavam pressionando o presidente Lula a cancelar medidas que visam a conter o desmatamento”. O correspondente diz ainda que ONGs ficaram “claramente alarmadas” com a renúncia.

Segundo o “NYT”, “o retrospecto que Marina Silva estabeleceu para o Brasil deu ao país credibilidade internacional e permitiu a Lula se tornar um novo participante nas negociações globais sobre a mudança climática”.

A renúncia foi descrita pelo britânico “The Independent” como um “golpe para o futuro do planeta”. No editorial “Salvem os pulmões de nosso planeta”, publicado quinta-feira, destaca que Marina foi nomeada como o “anjo da guarda” da Amazônia, mas desde então vinha travando batalhas com fazendeiros e madeireiras.

Na Espanha, o “El País” disse que “quem ganha com Marina fora do jogo é sua rival no governo, a superministra Dilma Rousseff, braço-direito de Lula e encarregada de pôr em marcha o plano de crescimento econômico acelerado que se choca de frente com a proteção do meio ambiente”.

Crédito verde é 1º teste da política ambiental pós-Marina **– Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2008**

Novo ministro Carlos Minc assume nesta semana e, a partir de julho, agricultores terão de apresentar licenciamento para obter crédito oficial na Amazônia

O primeiro teste da política ambiental pós-Marina Silva envolve cifras bilionárias. Resolução do Banco Central só autoriza o acesso a crédito oficial na Amazônia, a partir de 1º de julho, a agricultores e pecuaristas que apresentarem licença ambiental. Em nome do agronegócio, o Ministério da Agricultura já negocia relaxar a medida, um dos pilares do plano de combate ao desmatamento.

A negociação começava em escalões técnicos do governo quando Marina decidiu sair do Ministério do Meio Ambiente, numa clara tentativa de conter pressões capitaneadas publicamente pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), também um dos maiores produtores de soja do país.

"Não podemos retroceder em relação à resolução", disse a ex-ministra, assim que sua exoneração saiu. À Folha Marina disse que, "sem dúvida", existe risco de retrocesso. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um informe das pressões em reunião no Palácio do Planalto no início do mês. Maggi defende a suspensão da exigência aos produtores, alegando que poucos dispõem de licença ambiental. O Ministério da Agricultura quer substituir a apresentação de documentos oficiais por uma declaração dos proprietários de terras, a mesma regra cobrada dos pequenos produtores.

R$ 3 bilhões - Estão em jogo cerca de R$ 3 bilhões, o volume de dinheiro repassado por ano a agricultores e pecuaristas nos municípios do bioma Amazônia (65% dos municípios da Amazônia Legal), segundo dados mais recentes do Banco Central.

"Vai parar tudo", avaliou Maggi. Tudo, no caso, seria a produção agropecuária no bioma Amazônia, que reúne cerca de 10% dos municípios brasileiros e representa quase metade do território do país.

Já há uma nova reunião marcada para a próxima quarta-feira no Planalto para debater as mudanças. O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) prefere esperar a posse do novo colega do Meio Ambiente, Carlos Minc, para se manifestar.

Nota técnica preparada pelo Meio Ambiente, a que a Folha teve acesso, relaciona a oferta de crédito rural público nos 557 municípios do bioma ao aumento do desmatamento. "A oferta crescente de crédito rural sem a adoção de mecanismos de monitoramento pelos órgãos ambientais pode induzir ao crescimento ou à manutenção de taxas elevadas de desmatamento", diz a nota.

De acordo com a análise da pasta, a resolução do Banco Central "estabelece as condições mínimas" para reduzir o risco de novos desmatamentos "fomentados pelo crédito público". Estudo do ministério cruzou dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais), que mede o desmatamento, com dados do anuário estatístico do crédito rural do Banco Central. Em Mato Grosso, Pará e Rondônia, responsáveis por 85% do desmatamento em 2007, o ritmo de abate de árvores acompanhou a evolução na oferta de crédito rural. Também foram analisados os 16 municípios do Pará e de Mato Grosso que mais desmataram a Amazônia. "Verificamos evidências ainda mais fortes de que o volume de crédito está relacionado com a intensidade dos desmatamentos", analisa o Meio Ambiente.

Lula assinou, em dezembro, decreto que já previa restrições ao crédito na Amazônia. A medida foi regulamentada através de resolução do Banco Central. O ritmo das motosserras voltou a crescer no final de 2007 na Amazônia, após três anos consecutivos de redução na área de floresta abatida, justificando a adoção da medida. O Banco Central determinou que as restrições ao crédito oficial na Amazônia já valeriam, de forma facultativa, a partir deste mês e, de forma obrigatória, a partir de julho. Procurada, a direção do Banco da Amazônia não divulgou dados sobre a concessão de crédito nos últimos meses, que poderiam afastar a hipótese de corrida aos financiamentos para escapar das restrições.

Ficaram livres da restrição os créditos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), pequenos produtores e beneficiários da reforma agrária.

Para Maggi, com restrições, "pára tudo" **– Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2008**

Protagonista das pressões contrárias a medidas de combate ao desmatamento em reunião no Palácio do Planalto, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), defendeu a suspensão das exigências de regularidade ambiental à concessão de crédito na Amazônia.

Ele alegou que os produtores da região não têm como cumprir as regras baixadas pelo Banco Central.

"Vai parar tudo", disse o governador à Folha. Ele se refere à produção agropecuária no bioma Amazônia, que reúne cerca de 10% dos municípios do país e representa quase metade do território brasileiro. Grande parte da produção poderá parar, disse, se não puder contar com acesso a financiamentos de instituições públicas.

Pouco mais de dois meses depois de contestar dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que indicaram aumento no ritmo de desmatamento na Amazônia, Blairo Maggi se voltou contra uma das principais medidas para reduzir o ritmo das motosserras.

"O cenário [com a aplicação da medida] é o pior possível", sustentou ele. O governador alegou que apenas uma pequena parcela dos produtores rurais -cerca de 20% da área total de Mato Grosso- dispõe de documentos de regularidade ambiental. Nos demais Estados da Amazônia, segundo Blairo, é ainda menor o número de produtores que dispõem dos documentos exigidos pelo Banco Central.

A responsabilidade pela emissão das certidões é dos órgãos ambientais dos Estados. "Não temos estrutura para recepcionar todas as propriedades", afirmou o governador. Embora lidere, ao lado do colega Ivo Cassol (Rondônia), o ataque às medidas adotadas para tentar frear o ritmo do desmatamento, o governador se declarou a favor da causa: "Somos cientes de que precisamos manter a política de redução do desmatamento". **(MS)**

Ex-ministra é contra alterar regra de licenças **– Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2008**

Diferentemente do futuro ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a ex-ministra Marina Silva se opõe a mudanças nas regras do licenciamento ambiental. Ela prevê grandes desafios para o "amigo" Minc.

A senadora falou à **Folha** na tarde de sexta. **(MS)**

FOLHA - Há pressão contra o combate ao desmatamento?

MARINA SILVA - Há uma pressão muito grande, principalmente para revogar a resolução do Conselho Monetário, que determina que bancos públicos e privados só financiem investimentos que estejam de acordo com a legislação ambiental.

FOLHA - Quando Blairo Maggi e Ivo Cassol (RO) atacaram as medidas de combate ao desmatamento, Lula as defendeu?

MARINA - No momento do embate, o presidente não estava presente. Blairo fez depois uma síntese do olhar dos governadores, na forma de informe, dizendo que as medidas eram muito fortes. Lula falou que era muito mais vantajoso termos uma queda de desmatamento.

FOLHA - Maggi diz que poucos produtores têm licença ambiental e que a produção na Amazônia poderá parar por falta de crédito. Como resolver isso?

MARINA - Um passo importante é recadastrar as propriedades. Cerca de 20% se recadastraram; 80% precisam apresentar plano de recuperação da reserva legal, recuperar a área de proteção permanente.

FOLHA - Há espaço para recuo em um dos pilares do plano de combate ao desmatamento?

MARINA - Há um risco de retrocesso. Mas a sociedade brasileira não quer isso. Quando caía um ministro da Fazenda, era um reboliço. Com a mudança no Meio Ambiente, a opinião pública ficou preocupada.

FOLHA - Quais foram os sinais de que Lula poderá recuar?

MARINA - Ele vinha fazendo a mediação entre os diferentes olhares. Devido ao tensionamento em vários setores, houve uma espécie de acomodação no avanço da agenda. Acho que Lula e o meu amigo Carlos Minc têm o respaldo da opinião pública para o seguinte termo: queremos que proteja a Amazônia e que o Brasil cresça e se desenvolva, mas queremos as duas coisas.

FOLHA - Minc defendeu o uso de áreas degradadas na Amazônia para o cultivo de cana-de-açúcar. Sua posição é outra, não?

MARINA - Na minha avaliação, não pode haver cultivo de cana-de-açúcar nem nas áreas já degradadas. Na Amazônia, temos cinco projetos de cana-de-açúcar, da década de 80, que devem ser senis, não pode ampliar. Senão vai inviabilizar o biocombustível no país inteiro.

FOLHA - Minc defendeu mudanças na lei de licenciamento ambiental. A sra. diz que a lei é boa. Ele está mal informado?

MARINA - Eu não sei exatamente o que o ministro Minc está falando, ainda vamos conversar. A minha tese é que a lei é muito boa, não devemos mexer nessa legislação para flexibilizar, mas garantir a estrutura necessária para o licenciamento. Não é justo dizer que a situação não está andando.

Marina, crédito e descrédito **– Marcelo Leite - Folha de São Paulo – Ciência – 18/05/2008**

Muito já se escreveu sobre a saída de Marina Silva do governo, quase sempre com ênfase nas suas derrotas. Assentada a poeira, começa a ficar claro que a ministra do Meio Ambiente caiu pelo que fez, não pelo que não quis ou não pôde fazer.

Qualquer pessoa que tenha lido um bom livro sobre a Amazônia aprendeu que na raiz dos problemas está a desordem fundiária. Aquela metade do país que os brasileiros só sabem onde fica porque está pintada de verde no mapa é o paraíso da grilagem, da ocupação ilegal de terras públicas. Quase ninguém tem título de propriedade regularizado. Em três recadastramentos rurais feitos no país (1999, 2001 e 2004), documentos de 200.000

km2 de terras foram validados. Mas o cadastro de outros 200.000 km2 de imóveis foi cancelado, a maior parte na Amazônia.

É instrutivo ler o que diz a organização não-governamental Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) no estudo "Quem é Dono da Amazônia". Isto, claro, se o leitor tolerar que uma ONG de Belém receba dólares da Fundação Gordon & Betty Moore.

"No fim de 2006 ainda estavam em trâmite ou sem informação processos referentes a 56 milhões de hectares [cada milhão de hectares equivale a 10 mil km2, meio Sergipe] e havia 20,6 milhões de hectares de casos arquivados sem a verificação da documentação estadual apresentada pelos detentores dos imóveis", diz o documento. "Mais de 40 milhões de hectares de posses permaneciam irregulares", prossegue o Imazon. "O governo federal conseguiu apenas iniciar um projeto-piloto para implantação do CNIR [Cadastro Nacional de Imóveis Rurais], incluindo somente o Maranhão dos nove Estados da Amazônia Legal." Muitas terras retomadas terminam inseridas em novas unidades de conservação (UCs) federais, como parques e florestas nacionais, nas áreas prioritárias para a biodiversidade mais ameaçadas pela frente agrícola.

As UCs criadas na era Lula abrangeram mais de 230 mil km2, quase um Estado de São Paulo. Somando as terras indígenas, um terço da Amazônia já está interditado para grileiros. Aí vem Marina Silva, em dezembro, e divulga uma lista de 36 municípios da Amazônia que mais desmatam. Em janeiro, o governo federal bloqueia autorizações para desmatamento em todos eles (cada proprietário pode derrubar, legalmente, até 20% de sua área). Concentra aí o recadastramento fundiário e embarga a comercialização de produtos das propriedades rurais irregulares.

Em fevereiro, vem o golpe mais duro. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional proíbe crédito de bancos públicos e privados nos 550 municípios da Amazônia, a partir de julho, a proprietários rurais que não documentem licença ambiental do imóvel rural, respeito à reserva legal e CCIR (Certificado de Cadastro do Imóvel Rural). Era essa a conversa dos agrogovernadores com Lula, na reunião em que o presidente humilhou a agora ex-ministra. Eles só pensam em desacreditar os dados do desmatamento, parar com essa história de "dar" terra para índio e bicho, tirar seus municípios da lista da devastação e reverter as medidas asfixiadoras.

Querem crer que, com Carlos Minc associado a Dilma Rousseff, Reinhold Stephanes e Roberto Mangabeira Unger, tudo será mais fácil. Não falta quem esteja disposto a lhes dar crédito. A dívida será paga com o bom e velho capital natural do Brasil, ou seja, desmatamento.

MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Brasil, Paisagens Naturais - Espaço, Sociedade e Biodiversidade nos Grandes Biomas Brasileiros" (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (cienciaemdia.folha.blog.uol.com.br). E-mail: cienciaemdia.folha@uol.com.br

Metas do Meio Ambiente são desafio para Minc - **Alan Gripp e Cristiane Jungblut – O Globo – O País – 18/05/2008**

BRASÍLIA. Resistência aos programas de combate ao desmatamento, pressão pela liberação acelerada de licenças ambientais e falta de recursos. Problemas dentro de casa não faltarão ao próximo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O petista ingressa num governo que, segundo o Greenpeace, só conseguiu cumprir 31% das metas traçadas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, pilar da política ambiental lançada em março de 2004, envolvendo 13 ministérios e coordenado pela Casa Civil.

Dentre as metas não alcançadas pelo governo estão a criação de unidades de conservação de importância chave no combate ao desmatamento, como a APA de São Félix do Xingu, no Pará, onde as motosserras continuam a todo vapor. Este e outros processos de conservação já foram concluídos pelo Ministério do Meio Ambiente e enviados à Casa Civil, onde andam a passos lentos. O marasmo do Palácio do Planalto foi um dos motivos que levaram a ministra Marina Silva a pedir demissão.

Dados do próprio governo mostram redução brutal na criação de áreas de preservação ano a ano. Em 2006, foram demarcados 104 mil quilômetros quadrados. No ano seguinte, essa área reduziu-se a 467 quilômetros quadrados.

Às pressões somam-se as dificuldades financeiras do governo.

Um estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostra que os recursos para as principais ações de prevenção e controle do desmatamento, entre 2004 e 2007, ficaram abaixo do esperado. De acordo com o relatório, R$ 700 milhões inicialmente previstos para o combate ao desmatamento foram realocados ou deixaram de ser aplicados. O valor representa 35% do total reservado para este fim no período.

A execução orçamentária do setor também está baixa. Este ano, até 5 de maio, apenas 11% de quase R$ 3 bilhões foram gastos. O ministro Minc chega ao Rio hoje e amanhã se reúne com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília.

Desmatamento, bomba prestes a explodir

'Só jogando muito pesado o governo conseguirá atingir patamar aceitável', diz Greenpeace

BRASÍLIA. Para ambientalistas, Carlos Minc terá inúmeros obstáculos, mas um dos principais será conter o aumento do desmatamento, que atingiu 11.200 quilômetros quadrados na última medição (entre agosto de 2006 e julho de 2007).

— De cara, a bomba que vai explodir no colo do Minc é essa.

Já estimamos que o desmatamento está muito acima este ano. Sua primeira tarefa é garantir que as operações de combate sejam feitas como planejadas.

É questão crucial. Só jogando muito pesado neste momento o governo conseguirá reduzir o desmatamento para o patamar aceitável. Se não for assim, vai explodir — diz Paulo Adário, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace.

As maiores dificuldades serão enfrentadas em Mato Grosso, Pará e Rondônia. Até agosto, o Ibama tem planejadas 220 operações em todo o país. Mas defensores da política de Marina Silva avaliam que o ano eleitoral e o aumento do valor das commodities no mercado internacional aumentam os desafios de Minc.

Outro problema é a pressão para a concessão mais veloz de licenças ambientais, um dos motivos de maior desgaste para Marina. Em 2007 foram dadas 367 licenças.

O argumento da ministra sempre foi que a qualidade das análises não poderia ser comprometida. Pessoas próximas à ex-ministra ironizaram as notícias de que Minc foi ágil nessa tarefa no Rio.

Segundo essas pessoas, o tamanho e complexidade das obras federais impedem qualquer comparação.

Politicamente, Marina pediu aos seus principais colaboradores que permanecessem em seus cargos, por enquanto, para ajudar na transição.

Governos cobram pela água dos rios – O Globo – Capa – 18/05/2008

A União e seis estados estão ampliando a cobrança pelo uso da água dos rios do país, principalmente da indústria e do agronegócio, para racionalizar os recursos naturais. No Rio, a cobrança será repassada e terá impacto de 2% na conta da Cedae. Páginas 31 e 32

Água escassa e cara **- Gustavo Paul – O Globo – Economia – 18/05/2008**

Estados começam a cobrar pelo que é usado dos rios. Indústria e consumidor pagam

BRASÍLIA

O senso comum de que o Brasil é um país no qual a água é abundante e nunca vai faltar está caindo por terra. Certos de que o insumo está cada vez mais escasso, a União e os estados estão ampliando a cobrança pelo uso dos rios brasileiros, principalmente no caso da indústria e do agronegócio, para racionalizar os recursos naturais. Hoje, cerca de 20% do PIB brasileiro, distribuídos pelo interior de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, já incluíram a água em sua planilha de custos. Para o consumidor, a tendência será arcar com parte dessa conta, ainda que de forma indireta.

Os governos de Rio, Ceará, São Paulo, Paraná, Paraíba e Minas Gerais já começaram a implantar a cobrança em seus rios estaduais. A ofensiva não visa apenas ao reforço do caixa, ela é orientada pela visão estratégica e de desenvolvimento sustentável. Nas regiões Centro-Sul e Nordeste, já há escassez desse recurso.

A maior quantidade do insumo está no Norte, onde se encontram 68% da água do país, mas apenas 7% da população.

No Sul e no Sudeste, onde se concentram a maior produção econômica e 58% dos brasileiros, estão apenas 13% dos recursos hídricos.

Para responder a esse fenômeno, à medida que a cobrança se espalha, as empresas estão buscando formas de reduzir seu consumo. Levantamento feito pela Agência

Nacional de Águas (ANA) estima que se reduziu em 20% o uso das águas das duas bacias nacionais onde já há cobrança

O mais novo passo da cobrança foi dado na quinta-feira passada, quando cerca de 150 pessoas, entre empresários, agricultores, autoridades federais, estaduais e municipais se reuniram em Paracatu (MG), para discutir detalhes da cobrança do uso das águas da Bacia do São Francisco, maior rio brasileiro, que deve começar em 2009.

Estima-se que serão arrecadados R$ 40 milhões por ano quando ela estiver plenamente implantada.

Recursos podem melhorar qualidade

Das empresas de Belo Horizonte aos produtores de frutas de Juazeiro e Petrolina, passando pelos responsáveis pela transposição das águas para o sertão nordestino, todos terão de pagar pela água que usarem e devolverem ao rio.

Será a terceira bacia brasileira a cobrar pelo uso deste recurso natural, ao lado das bacias do Paraíba do Sul (nas divisas de Minas, Rio e São Paulo) e do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), na rica região que forma o entorno de Campinas.O

Até 2003 não se pagava um centavo para retirar a água dos rios brasileiros, tampouco para devolvê-la — em pior estado — à natureza. A partir daquele ano, as empresas públicas e privadas que se abastecem do Paraíba do Sul começaram a abrir a carteira. O diagnóstico era que o Paraíba estava tão poluído que a cobrança poderia garantir recursos para melhorar sua qualidade e coibir o uso indiscriminado.

Em 2006 foi a vez da bacia do PCJ. O problema da região é outro: as concentrações industrial e populacional das últimas três décadas aumentaram de tal forma o consumo que começou a faltar água para todos. Eduardo Paschoalotti, gerente ambiental da Ripasa Celulose e Papel e vice-presidente do Comitê das Bacias PCJ, lembra que o sistema de desenvolvimento da região, que concentra cerca de 10% do PIB brasileiro, depende dos rios.

Atualmente a escassez limita a instalação de novas empresas na região.

A Ripasa, que paga R$ 350 mil por ano pela água do rio Piracicaba, está na região desde 1959 e usa o rio não só para resfriar sua planta industrial, mas também como insumo para produção de papel e celulose. Nos últimos anos, investiu em tecnologia para reduzir a quantidade de material orgânico que devolve ao rio. De 1,7 mil quilos/dia, hoje devolve apenas 400 quilos, o que permitiu economia de R$ 50 mil. Já a AmBev, maior fabricante de bebidas do país, diz que reduziu em 22% o consumo de água em cinco anos.

Maior pagador do setor industrial no PCJ — recolherá este ano R$ 827 mil para ter acesso ao rio Atibaia —, a fabricante de insumos e produtos químicos Rhodia também desenvolveu projetos para reduzir seu consumo.

Para manter os equipamentos resfriados, a empresa deixou de captar do rio o tempo todo e passou a reutilizar água por meio de um circuito fechado.

Com isso, economizou o suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 500 mil habitantes. O gerente de Meio Ambiente da Rhodia, Jorge Galgaro, lembra que o consumo inteligente está relacionado sobretudo à necessidade de ter água suficiente para garantir a produção: — A cobrança implica em custo para a empresa, mas não é predatória nem inviabiliza a produção.

Atualmente, cobra-se relativamente pouco: R$ 0,01 por metro cúbico de água bruta captada, R$ 0,02 por metro cúbico de consumo e R$ 0,10 por quilo de dejetos orgânicos devolvidos no PCJ e R$ 0,07 no Paraíba do Sul.

A ANA espera arrecadar R$ 27,4 milhões este ano de 347 usuários nas duas bacias. O valor estimado supera o de 2007, que ficou em torno de R$ 22 milhões. O dinheiro arrecadado será transferido para as agências de água das bacias de origem (como a Serla, do Rio) para investimentos em ações de recuperação dos rios, conforme decisão dos respectivos comitês. — Os valores são baixos para estimular o pagamento e ao mesmo tempo incentivar a redução do consumo — diz Patrick Thomas, gerente de cobrança da ANA.

Nem todo o processo foi tranqüilo.

Nos primeiros meses da cobrança no Paraíba do Sul, havia desconfiança sobre o destino dos recursos. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) impetrou duas ações contra a ANA, alegando incertezas quanto à aplicação do dinheiro devolvido e a falta de pagamento por alguns setores, como o de mineração. Passou a pagar boletos em juízo. Em 2004, uma lei garantiu a vinculação dos recursos, dando credibilidade ao sistema de cobrança.

NO RIO, COBRANÇA VAI SER REPASSADA, na página 32

Carlos Minc: idéias novas e velhos adversários - **Maurício Thuswohl – Carta Maior – 20/05/2008**

Na primeira reunião com o presidente Lula após ser convidado para assumir o Ministério do Meio Ambiente, Minc prometeu agilidade no trato das questões ambientais, mas apresentou propostas que desagradaram os setores ligados ao agronegócio.

RIO DE JANEIRO – O conteúdo da primeira reunião de Carlos Minc com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, revelou o perfil que deverá ter a gestão do novo ministro do Meio Ambiente. Na conversa de pouco mais de uma hora, realizada segunda-feira (19) no Palácio do Planalto, Minc prometeu imprimir em nível federal a mesma agilidade na concessão de licenças e na resolução de conflitos ambientais que marcou sua gestão como secretário do governo do Rio de Janeiro nos últimos 17 meses. Em contrapartida, o novo ministro apresentou uma série de propostas e exigências que deixaram clara sua opção política por seguir uma linha muito parecida com a trilhada por sua antecessora, o que indica que terá de enfrentar os mesmos (e fortes) adversários de Marina Silva.

Um dos pedidos de Minc ao presidente _ prontamente aceito, segundo o novo ministro _ foi o de não alterar a resolução do Banco Central que proíbe a partir de 1º de julho a concessão pelos bancos oficiais de qualquer crédito agrícola a produtores acusados de desmatamento ou em situação de irregularidade ambiental. Essa medida vem sedo combatida no Congresso Nacional pela bancada ruralista e é criticada pelos governadores e fazendeiros Blairo Maggi (Mato Grosso) e Ivo Cassol (Rondônia), mas, segundo Minc, sua manutenção é fundamental para garantir a continuidade do combate ao desmatamento da Amazônia.

Minc também pediu a Lula que liberasse os cerca de R$ 850 milhões do orçamento destinado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) que estão contingenciados para garantir a obtenção do superávit primário. Frente a essa reivindicação, que era também base de uma das principais queixas da ex-ministra Marina Silva, o presidente prometeu apenas "fazer o possível para liberar as verbas progressivamente". Ainda assim, segundo Minc, Lula assumiu um compromisso: "Não sei quando e quanto sairá, mas o presidente garantiu que o dinheiro sairá", disse o novo ministro.

Outra proposta apresentada foi a criação de um sistema nacional de incentivos fiscais aos estados que preservam o meio ambiente. Batizado por Minc como "Imposto de Renda Verde", esse sistema seria semelhante ao ICMS Verde implantado em sua gestão como secretário estadual do Ambiente no Rio de Janeiro. No estado, a lei prevê que parte da cota de 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinada aos municípios fique com as prefeituras que adotam políticas ambientais como programas de despoluição de rios e mananciais ou criação de unidades de conservação, entre outras. Segundo Minc, Lula e Dilma "adoraram a idéia".

Desmatamento zero - Carlos Minc também propôs ao presidente e à chefe da Casa Civil a implementação do projeto Desmatamento Zero, apresentado em outubro do ano passado por nove organizações do movimento socioambientalista. O projeto prevê um plano de metas anuais, incentivos sociais e pagamentos por serviços ambientais que reduza a zero o desmatamento da Amazônia até 2015, e tem custo inicial estimado em R$ 1 bilhão por ano. Os recursos para sua aplicação, segundo a proposta das ONGs encampada pelo novo ministro, viriam de fontes nacionais e internacionais.

Também aprovada pelo presidente, segundo novo ministro, foi a proposta de criação de uma Guarda Nacional Ambiental. Com o objetivo de defender as unidades de conservação brasileiras de atividades criminosas como desmatamento, caça e extração ilegal e biopirataria, essa força seria formada por policiais militares recrutados nos estados e funcionaria nos mesmos moldes da Força Nacional de Segurança (FNS). Antes de conversar com Lula e Dilma, Minc chegou a sugerir a participação das Forças Armadas nessa tarefa, mas foi demovido da idéia: "O presidente aceitou que se crie uma guarda nacional. Isso terá efeito mais imediato, pois não precisaremos mexer na Constituição".

"Ecologista de Copacabana" - A postura de Carlos Minc antes mesmo de assumir oficialmente o cargo (o que acontecerá somente no dia 27 de maio) contrariou alguns setores ligados ao agronegócio no Congresso e no governo federal. Eterno líder da bancada ruralista, o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que Lula "trocou seis por meia dúzia". Outro luminar do agronegócio, Abelardo Lupion (DEM-PR) classificou Minc como "ecologista de Copacabana" e traduziu a expectativa de seus pares com o novo ministro: "O que se pode esperar de um sujeito que não conhece o Brasil?".

Eleito inimigo-mor da Amazônia pelo movimento socioambientalista brasileiro, Blairo Maggi também já faz críticas públicas a Minc. O governador de Mato Grosso é atualmente a principal voz contrária à resolução do Banco Central que pune os proprietários agressores do meio ambiente com o fim da concessão de crédito agrícola: "O Governo de Mato Grosso não tem a mínima condição de licenciar todas as propriedades do bioma

amazônico nesse prazo. Se for mantida, essa resolução do Banco Central vai acabar com a atividade econômica de muitas cidades", disse Maggi, durante um evento realizado em Cuiabá no mesmo momento em que Minc conversava com Lula e Dilma.

Presente ao mesmo evento que Maggi, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, ainda sem saber da exigência de manutenção da medida do BC feita por Minc, seguiu a mesma linha do governador: "Antes mesmo da saída da ministra Marina, o governo já discutia a impossibilidade do cumprimento dessa medida. Alguns municípios de Mato Grosso tem apenas 4% de seu território localizado em bioma amazônico e, ainda assim, não conseguiram atender às exigências do Banco Central", disse Stephanes.

Projeto que altera Código Florestal deve ser discutido com novo ministro **– CNA - 20/05/2008**

O presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuero Doca Veronez, defendeu hoje (20/5) a discussão do Projeto de Lei 6.424/05, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e que altera alguns dispositivos do Código Florestal Brasileiro, com o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, visando buscar um consenso para atender á demanda dos produtores rurais. Segundo Veronez, a proposta, que tramita há mais de um ano na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, traz pontos importantes para o setor agropecuário. Um dos pontos trata da recomposição de 30% das áreas de Reserva Legal (RL) na Amazônia, que já tenham sido desmatadas, com espécies exóticas que possam ser aproveitadas economicamente, permitindo aos produtores conservarem 50% dos 80% do percentual de RL estabelecido para a região.

Esta proposição foi discutida hoje pelos membros da Comissão de Meio Ambiente da CNA. Para o representante da CNA, o projeto não induz a novos desmatamentos. "Falar que esta proposta incentiva novos desmatamentos é uma mentira", afirmou. Ele acrescentou que o Brasil, em termos de preservação ambiental, tem "um exemplo a dar para o mundo", pois mantém 69% da cobertura vegetal nativa conservada. Ainda de acordo com ele, estes percentuais de preservação de espécies nativas por região são de 85% na Amazônia, 90% no Pantanal, 61% do Cerrado, 27% da Mata Atlântica e 50% da caatinga. "Não podemos ser cobrados como irresponsáveis quando se fala de cuidados com legislação ambiental", disse Veronez. Na sua avaliação, as áreas que já foram desmatadas são importantes para a atividade rural na região.

Outro ponto destacado por Assuero Veronez é a compensação, para quem desmatou acima do permitidos, dos índices de Reserva Legal fora do seu estado. Ainda de acordo com ele, a atual proposição permite o cômputo de Áreas de Preservação Permanente (APP) na RL. O relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, deputado Jorge Khoury (DEM/BA), que fez uma exposição sobre a matéria aos membros da comissão, informou que pretende apresentar o relatório recomendando a aprovação do projeto no início de junho.

Minc recebe aval para criar Guarda Nacional Ambiental **– Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008**

Segundo a proposta do novo ministro, policiais vão proteger áreas de conservação - Na véspera, Minc havia dito que poria as Forças Armadas para cuidar dos parques federais, o que dependeria de mudança na Constituição

Logo depois de aceitar pessoalmente o convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o Ministério do Meio Ambiente, Carlos Minc anunciou que o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia será intensificado.

"Diante da falsa expectativa em relação à descontinuidade da política ambiental, as ações da Operação Arco de Fogo [da Polícia Federal] estão mantidas e, mais do que isso, terão de ser intensificadas", afirmou ele, à saída do gabinete do presidente. Sua posse está marcada para terça-feira que vem.

Minc adiantou que o governo não vai relaxar a exigência de os bancos oficiais liberarem financiamentos nos 557 municípios do bioma Amazônia apenas a produtores rurais que comprovem regularidade ambiental. "Não vai mudar", afirmou. "Por ora não vai mudar, é uma questão de princípio", completou em seguida, sobre a resolução do Banco Central que enfrenta forte oposição do agronegócio.

Da coleção de propostas que levou para a primeira conversa com o presidente Lula, Minc afirmou ter obtido aval para a criação de uma Guarda Nacional Ambiental, formada por policiais treinados especialmente para proteger as áreas de conservação federais. Na véspera, Minc havia proposto pôr as Forças Armadas para cuidar dos parques, o que dependeria de mudança na Constituição. "O presidente aceitou, e [nesse formato, de guarda nacional] terá efeito mais imediato", disse.

O novo ministro disse que suas idéias foram bem recebidas. "O presidente disse: "Seja criativo, Minc, a única coisa que você não pode fazer é não ter idéia"'. Mas Minc deixou o Planalto sem uma resposta clara ao pedido de liberar mais recursos para o Meio Ambiente. Segundo cálculo de Minc, cerca de R$ 900 milhões ficariam bloqueados por ano.

Visita a Marina

Antes de ir se encontrar com Lula, com quem falara duas vezes ao telefone sobre o convite, Minc foi procurar a ex-ministra Marina Silva. Após mais de duas horas de encontro com a senadora, Minc já havia reconsiderado também a proposta de mudar a legislação que trata do licenciamento ambiental, um dos pontos mais conflituosos da gestão da antecessora.

As licenças ambientais concedidas com rapidez no Rio de Janeiro -onde Minc era secretário estadual do Ambiente- e que "encheram os olhos do presidente", ponderou ontem, devem ser "rápidas e rigorosas".

Minc fez um apelo a Marina. "Espero que você não me deixe só." Depois de alertá-lo sobre os desafios no cargo -entre eles enfrentar "uma grita" contra medidas de combate ao desmatamento na Amazônia-, a ex-ministra lhe desejou boa sorte no novo cargo. "A pior coisa que poderia acontecer para Lula e o país depois da saída da Marina era ter um ministro fraco, um ministro que não se impusesse, que não tivesse recursos para trabalhar", insistiu Minc, ainda a caminho do Planalto.

Em conversa com o deputado Sarney Filho (PV-MA), presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, Minc disse que "não jogaria sua biografia fora" na passagem pelo governo. Na conversa com Lula, ele foi informado de que a coordenação do PAS (Plano Amazônia Sustentável) ficará mesmo com o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), numa decisão que desagradou Marina Silva ainda no cargo.

No entanto, Minc teve sinal verde para montar sua equipe. Ainda ontem anunciou a indicação de Isabella Teixeira para ocupar a Secretaria Executiva do Meio Ambiente, o segundo cargo na hierarquia do ministério. Isabella é subsecretária do Ambiente no Rio e acaba de concluir doutorado sobre petróleo e ambiente.

"Não vou virar vidraça", afirma novo ministro **– Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008**

"Tremei poluidores". Com essa palavra de ordem -e sem seguir o protocolo do terno e gravata-, o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, chegou a Brasília ontem para a primeira conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde que foi convidado a assumir o cargo, por telefone.

No caminho até o Planalto, defendeu uma coleção de propostas, recuou nas primeiras que havia lançado antes de chegar a Brasília, se apresentou como continuador da política ambiental conduzida pela ex-ministra Marina Silva e não deixou dúvidas sobre seu estilo: "Sou performático, continuarei performático, não vou virar vidraça, não vou me enforcar na gravata. Vocês vão me ver por aí combatendo crimes ambientais." O ministro disse que faz o gênero "insistente e persistente" e que chega a Brasília com disposição de lidar com as pressões de setores do agronegócio contrários ao combate ao desmatamento na Amazônia. "Pretendo ser o ministro do diálogo."

Entre as novas propostas que lançou, Carlos Minc prometeu criar um disque-denúncia verde e defendeu mais rigor na punição aos crimes ambientais, cuja legislação chegou a classificar de "muito frouxa".

Segundo ele, o destino de desmatadores e poluidores deve ser a prisão, "de preferência, plantando muita árvore e limpando rio". Também chamou de "frouxos" os critérios para controlar a emissão de gases de efeito estufa, propondo torná-los mais rigorosos. **(MS)**

Stephanes defende revisão em limites da região amazônica **– Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008**

O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) defendeu ontem, durante evento que lançou o programa "Território da Cidadania" em Cuiabá, que seja revista a portaria 96, do Ministério do Meio Ambiente, que estabeleceu a lista de municípios incluídos no bioma amazônico -sobre os quais incidirão novas exigências de regularidade ambiental à concessão de crédito na região.

Segundo o ministro, a portaria, publicada em março, "trouxe problemas e tem que ser mais bem analisada". "Eu já havia conversado isso com o presidente, com a ministra Marina [Silva, ex-ministra do Meio Ambiente], já havia concordância de que essa portaria teria de sofrer alguma reformulação. Precisamos saber o que ela representa, por exemplo, para produtores de regiões consolidadas de Mato Grosso."

Stephanes diz que sua pasta não incentiva o desmatamento, mas defendeu que a questão seja analisada com "racionalidade, não com preconceito". "Diamantino [300 km de Cuiabá], que foi incluída no bioma, é uma região de ocupação antiga e consolidada que, num passe de mágica, passou a integrar o bioma amazônico." Bioma é uma grande área dominada por um tipo de vegetação, como o cerrado ou a mata atlântica.

O governador Blairo Maggi (PR) pediu ao ministro apoio para enfrentar a situação. Segundo ele, os principais municípios produtores do Estado foram incluídos na lista e terão de enfrentar as restrições ao crédito previstas para 1º de julho em resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional). "Ele tem que ser o nosso porta-voz junto ao governo", disse.

Em entrevista à Folha, Maggi chegou a dizer que os produtores da região não têm como cumprir as regras de licenciamento baixadas pelo Banco Central. "Vai parar tudo", disse. "O cenário [com a aplicação da medida] é o pior possível.".

MT volta a contestar dados do Inpe sobre desmatamento **– Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008**

O governo de Mato Grosso preparou um novo relatório para contestar os números do desmatamento levantados do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), de janeiro a fevereiro deste ano.

Segundo o documento, a fiscalização em campo de 65 pontos apontados como desmatados nos dois meses constatou que apenas 17 haviam realmente sofrido aberturas recentes. Do total de pontos confirmados, diz o relatório, oito haviam ocorrido em um assentamento do Incra, cuja fiscalização é de responsabilidade do Ibama.

Os demais pontos se concentraram em oito fazendas em São Félix do Araguaia, Vila Rica, Querência e Gaúcha do Norte, que estão entre as 36 maiores desmatadoras, diz o Inpe.

Em comparação com o mesmo período de 2007, diz o governo, os desmates caíram 80% no primeiro bimestre de 2008. Em evento em Cuiabá, o governador Blairo Maggi (PR) usou uma compilação de 20 anos de dados para defender o momento como o "melhor da história" na redução das derrubadas."De 1988 a 2008, só tivemos três anos com média de desmates abaixo dos 6.000 km2 por ano, entre 1990 e 1992. Nos últimos dois anos, tivemos média abaixo de 3.000 km2. Mato Grosso deveria receber elogios pelo que vem fazendo." Nos últimos 20 anos, disse, o Estado desmatou 14% do território.

A Folha não conseguiu contato com o Inpe, que já havia dito haver "diferença conceitual" sobre desmatamento -se é apenas o corte raso, como quer Maggi, ou a degradação progressiva, como calcula o instituto. **(RODRIGO VARGAS)**

Calor torna furacões mais fortes e raros **– Folha de São Paulo – Brasil – 20/05/2008**

Furacões menos freqüentes, mas mais intensos, devem se formar no oceano Atlântico com o aquecimento global até o final deste século, aponta um estudo publicado domingo na revista "Nature Geoscience". A pesquisa contribui para acirrar um intenso debate científico sobre se os gases de efeito estufa produzidos pelo homem têm contribuído para o aumento de furacões e de ciclones tropicais na bacia do Atlântico.

Uma simulação para as décadas finais deste século, feita por pesquisadores da NOAA (agência atmosférica dos EUA), projeta uma redução de 18% nos furacões e de 27% nas tempestades.

Lula apóia Minc em corte de crédito a desmatadores – O Globo – Capa – 20/05/2008

Em seu primeiro encontro com o presidente Lula, no Palácio do Planalto, o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ter recebido a garantia de que o governo não vai rever medidas contra o desmatamento na Amazônia, entre elas a resolução do Banco Central que, a partir de 1º de julho, proibirá a concessão de créditos agrícolas a produtores que não tenham licença ambiental. Mas o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, aliado de Lula, voltou a criticar a resolução. Ele disse ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que a medida “acabará com a atividade econômica de muitas cidades”. Segundo Minc, Lula aprovou sua idéia de criar o Imposto de Renda Verde, com incentivos fiscais para estados que respeitam o meio ambiente. Páginas 3 e 4, Merval Pereira e Panorama Político

Minc propõe imposto verde **- Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 20/05/2008**

Novo ministro afirma que Lula aceitou suas condições e apoiou punição a desmatadores.

O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem, após encontro no Palácio do Planalto, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitou suas precondições para assumir o cargo, entre elas a de que não vai se dobrar às pressões para rever as regras rígidas contra o desmatamento na Amazônia, que levaram sua antecessora, Marina Silva, a pedir demissão. Lula ficou ao lado de Minc na queda-de-braço pela não-concessão de créditos agrícolas a desmatadores.

A suspensão dessa medida é uma das principais reivindicações dos governadores Blairo Maggi (Mato Grosso) e Ivo Cassol (Rondônia). Segundo Minc, Lula prometeu manter os principais pontos da política ambiental de Marina. De acordo com o ambientalista, que será empossado na próxima terçafeira, Lula afirmou também que aumentará os recursos destinados à pasta.

— Perguntei o que ele esperava de mim. Depois, disse todas as condições de trabalho mínimas para eu atender às expectativas dele e da sociedade. Não fui convidado para ser um anti-Marina ou um biombo verde para esconder a destruição da floresta — afirmou Minc.

O novo ministro disse ter ouvido do presidente a promessa de que o Conselho Monetário Nacional não reverá a norma que impediu os bancos oficiais de emprestarem dinheiro a proprietários que desmatam a Amazônia. Lula também teria acenado com a liberação progressiva de parte dos cerca de R$ 850 milhões que seriam destinados ao ministério e estão contingenciados para garantir o superávit primário.

— Isso é bom para as contas do governo e ruim para o meio-ambiente — disse.

Em seu primeiro encontro com Lula após o convite para integrar o governo — que também teve a participação da chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff — Minc apresentou uma lista de dez idéias para melhorar os mecanismos de proteção ambiental do país. Entre elas, a criação de um modelo de incentivos fiscais para os estados que respeitarem o meio ambiente, batizado por ele de Imposto de Renda Verde. O sistema seria inspirado no ICMS Verde, que Minc implantou no Rio como secretário estadual do Ambiente.

— O presidente Lula e a ministra Dilma gostaram muito da idéia — afirmou.

Minc anunciou que Isabela Teixeira, sua subsecretária no Rio, será a secretária-executiva do ministério. A posse estava marcada para amanhã, mas ele pediu para assumir dia 27, com o objetivo de garantir a presença do governador Sérgio Cabral, que está em viagem ao exterior.

"Seja criativo, não se furte, não se acanhe"

Minc também disse que o presidente o incentivou a manter o estilo polêmico, que provocou em Brasília reações atravessadas às suas primeiras entrevistas após o convite para o ministério.

Afirmou que Lula não manifestou qualquer insatisfação com a lista de exigências que ele vem desfiando desde que foi mencionado como o sucessor de Marina Silva: — O presidente me falou o seguinte: "A única coisa que você não pode fazer é não ter idéias.

Seja criativo. Não se furte, não se acanhe".

Antes de chegar ao Planalto, Minc avisou que só aceitaria o cargo com a promessa de ser um ministro forte e com recursos para implementar os principais programas da pasta.

— A pior coisa que poderia acontecer para o presidente Lula e para o país depois da saída da Marina seria ter um ministro fraco. Um ministro que não se impusesse, que não tivesse recursos para trabalhar, que não tivesse condições de participar da política tecnológica e da política industrial — argumentou.

Com o mesmo tom afirmativo usado nos últimos dias, Minc prometeu apresentar um pacote para tornar mais rígidas as leis ambientais.

— Ser ministro do diálogo não significa que não vou ser duro com o crime ambiental. Pelo contrário, vou criar uma coordenação integrada de combate aos crimes ambientais, inteligência verde, banco de dados verde. Tremei poluidores. Os criminosos ambientais vão para a prisão — prometeu.

Minc também prometeu que as ações da Polícia Federal na Operação Arco de Fogo, contra o desmatamento da Amazônia, serão intensificadas: — As operações não podem parar agora, quando a estiagem se aproxima. A causa ambiental no Brasil não pode ser descontinuada.

No entanto, Carlos Minc deixou claro que a floresta não será sua única prioridade no governo. Ele quer reproduzir, agora em escala federal, as ações contra a poluição de rios e lagoas que o notabilizaram, em suas palavras, como "o ambientalista mais xiita do Rio de Janeiro nos últimos 15 anos".

Outra proposta apresentada por Minc a Lula foi a criação de um plano para ampliar as redes de coleta de esgoto, que hoje chegam a 35% dos domicílios no país.

Dores da mudança **– Merval Pereira – O Globo – O País – 20/05/2008**

Quando anunciou a líder ambientalista Marina Silva como ministra do Meio Ambiente, em 2003, o presidente Lula tratou a escolha como uma mensagem ao mundo de que, a partir dali, a Amazônia passaria a ser tratada de maneira diferente. Lula saíra de uma campanha presidencial vitoriosa onde, durante o lançamento do programa Fome Zero, dissera com todas as letras: "O que não dá é que temos que exportar vendo as pessoas morrendo aqui dentro. Nosso povo tomou café da manhã, almoçou e jantou? Então, vamos exportar o que sobrou". Para o Lula daquele tempo, o Brasil deveria se preocupar primeiro em matar a fome dos mais pobres, para só então exportar "as sobras". Era o tempo em que ainda prevalecia no novo governo a tese de que a agricultura familiar deveria ter primazia sobre o agronegócio.

O Fome Zero desapareceu para dar lugar ao Bolsa Família; as exportações agrícolas são a base principal de nossa balança comercial, e Lula vêse hoje sendo acusado até por "companheiros" como Chávez e Fidel Castro de estar priorizando os biocombustíveis em detrimento da produção de alimentos, o que provocaria a alta do preço internacional da comida.

Com o viés desenvolvimentista acelerado pelo PAC, Lula fica nervoso com as exigências do Ibama para a concessão de licenças ambientais para a construção de

hidrelétricas na Amazônia. Os sinais trocados pelo tempo fizeram com que a saída de Marina Silva do Ministério acendesse uma luz de alerta no mundo, a ponto de a soberania brasileira sobre a Amazônia voltar a ser colocada em discussão.

Alguns dos mais importantes órgãos de imprensa internacional, desde o inglês "The Independent" até o americano "The New York Times", de maneiras distintas, discutem a responsabilidade internacional sobre essa parte do nosso território.

Há anos circula pelo território livre da internet uma notícia alarmista sobre a Amazônia: um livro didático que seria usado nas escolas dos Estados Unidos mostraria um mapa do Brasil com a Amazônia destacada como território internacional, "área sob a responsabilidade dos Estados Unidos".

O mapa estaria na página 76 de um livro intitulado "Introdução à geografia", de David Norman.

Com uma rápida busca no Google, ou no site da Amazon, a maior livraria virtual do planeta, pode-se encontrar dezenas de David Norman: cientistas, técnicos de futebol, artistas, escritores.

Mas não há nenhum autor de livro didático, e nunca ninguém conseguiu colocar a mão num exemplar desses.

Essa mesma hipótese de internacionalização da Amazônia foi levantada há anos por um estudante, durante palestra em Nova York do senador Cristovam Buarque. O jovem americano queria que ele opinasse "como humanista, e não como brasileiro".

Cristovam admitiu que, em caso de risco de degradação ambiental, a Amazônia deveria, sim, ser internacionalizada.

Mas acrescentou que, nessa mesma linha, tudo o que tem importância para a Humanidade, ou pode colocála em risco, também deveria ser internacionalizado: as reservas de petróleo, o capital financeiro, os arsenais atômicos, e sobretudo as crianças pobres de todo o mundo, "que precisam de mais cuidados que a Amazônia".

Quando era presidente da Câmara, o deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, enviou um protesto oficial ao então secretáriogeral da ONU, Kofi Annan, por causa de um livro de Pascal Boniface, seu assessor para assuntos estratégicos, chamado "A guerra do amanhã", onde, entre possíveis cenários
de guerra do século XXI, ele imagina a invasão de uma coligação

Maggi insiste contra medida do BC que condiciona crédito a licença - **Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 20/05/2008**

CUIABÁ. Um pouco antes de o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, sair do Palácio do Planalto dizendo ter ouvido do presidente Lula a garantia de que todas as medidas contra o desmatamento serão mantidas, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), aliado político de Lula, reforçou ontem a pressão contra uma das mais importantes medidas de combate à devastação da Amazônia anunciadas pelo governo este ano.

Maggi aproveitou um evento com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em Cuiabá (MT), para pedir apoio na luta contra a resolução do Banco Central

que condiciona a liberação de crédito oficial na Amazônia apenas a agricultores e pecuaristas cujas propriedades possuam licença ambiental. A norma, criada após a divulgação do aumento do desmatamento na Amazônia, em janeiro, entrará em vigor a partir do dia 1ode julho. O Mato Grosso é um dos estados com maiores aumentos na taxa de desmatamento, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A pressão de Maggi contra o chamado "crédito verde" ajudou a derrubar Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente.

— O Estado e a Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) não têm a mínima condição de licenciar todas as propriedades do bioma amazônico neste prazo. Seriam necessários dois anos para inspecionar as fazendas — disse Maggi, durante assinatura de convênios do programa Territórios da Cidadania, ao lado de Stephanes.

67 municípios atingidos em MT

Em Mato Grosso, a resolução do Banco Central atinge propriedades em 67 dos 137 municípios. Segundo dados do governo estadual, essas cidades são responsáveis por 80% da produção de alimentos do estado. O Ministério Público Federal já notificou a superintendência do Banco do Brasil em Mato Grosso sobre a restrição ao financiamento.

— A resolução vai acabar com a atividade econômica de muitas cidades — afirmou o governador, que contesta os números do Inpe sobre o desmatamento no estado.

Para Maggi, ao em vez de ser punido por causa do desmatamento, Mato Grosso deveria ser elogiado. Ele citou números dos últimos 20 anos.

Segundo Maggi, desde 1988, em apenas três anos (1990, 91 e 92), a área desmatada esteve abaixo de seis mil quilômetros quadrados por ano: — Há dois anos, nossa média (de desmatamento) está abaixo de três mil quilômetros quadrados. Estamos vivendo um momento histórico. E estamos sendo punidos.

Pelo que Reinhold Stephanes disse em seu discurso, Maggi terá um aliado na briga contra a resolução. O ministro criticou a restrição e afirmou que, mesmo antes da saída de Marina Silva do Meio Ambiente, o governo federal já discutia a impossibilidade de seu cumprimento. Stephanes citou casos de municípios de Mato Grosso que têm apenas 4% de seu território no bioma amazônico e, mesmo assim, estão enquadrados na resolução do Banco Central.

Maggi voltou a criticar o novo ministro Carlos Minc. Na semana passada, Minc havia dito que, se pudesse, o governador do Mato Grosso "plantaria soja até nos Andes".

— Fui criticado pela ex-ministra (Marina Silva) e agora vejo que o novo ministro tem preconceito com o governador de Mato Grosso.

internacional na Amazônia.

O modelo seria ação da Otan contra a Sérvia em Kosovo.

No livro, Boniface alega que, se o princípio da soberania nacional foi removido em Kosovo para salvar alguns milhares de pessoas, por que não seria removido se chegarmos à conclusão de que salvar a Amazônia é salvar a Humanidade? O secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, preocupado com a situação da Amazônia brasileira, acha que uma questão essencial no Brasil de hoje é a reconciliação entre certos segmentos da sociedade civil e as Forças Armadas: "A proteção militar eficiente para garantir a inviolabilidade das fronteiras e a segurança das populações brasileiras que nessas regiões habitam, assim como a enérgica recusa brasileira a que se utilizem na Colômbia métodos de combate às drogas e de erradicação de plantações que possam vir a afetar o ecossistema da Amazônia brasileira, devem ser prioridades do governo e da sociedade brasileiros", escreveu.

Pois o novo ministro do Meio Ambiente, o petistaverde Carlos Minc, repetiu duas posições anteriores: como Cristovam Buarque, ontem, ao ser questionado sobre a preocupação mundial com a Amazônia, disse que também considerava Paris e Nova York patrimônios da Humanidade, dando a entender que nem por isso devem ser internacionalizadas.

E, com a sugestão de fazer o Exército tomar conta das nossas reservas ecológicas, assume uma posição de repercussão imediata: garante a defesa de nossa soberania territorial e demonstra ao mundo que a disposição do governo de proteger a Amazônia é real.

A ambigüidade do Ministério do governo Lula, que tenta conciliar as tensões entre governadores da base como Blairo Maggi e Ivo Cassol e os ambientalistas, precisa agora de uma definição, e Carlos Minc parece querer dar uma sinalização ao mundo de que não transigirá com a agressão ao meio ambiente.

Sabemos que ele não combinou antes com Lula.

Vamos ver agora se Lula comprou sua postura. Ou se Minc a confirmará na prática.

Mas, se fosse para não mudar nada, por que Marina ficou sem espaço para permanecer no governo?

Inpe refaz contas e contesta governador **- Soraya Aggege – O Globo – O País – 20/05/2008**

SÃO PAULO. Provocado pelas críticas do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) refez as contas que revelaram o aumento da devastação na Amazônia. A nova análise confirmou todos os dados, afirmou ontem o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. Em oito meses, de agosto de 2007 a março deste ano, foram desmatados 4.730 km² de áreas de floresta contra 4.970 km² em 12 meses (de agosto de 2006 a julho de 2007).

Na conta estão incluídas apenas as grandes áreas de desmatamento, pois o levantamento é preliminar, feito pelos satélites sistema Deter.

— Já refizemos todas as análises e temos convicção de que os dados estão cientificamente corretos. Entendemos que haja um descontentamento político, mas não cabe ao Inpe atender a nenhum interesse além do científico.

Assim, podemos dizer que, se o governo federal quer conter o desmatamento, agiu corretamente em suas medidas — disse Gilberto Câmara.

Os dados do Inpe provocaram as medidas do governo federal antidesmatamento, como a Operação Arco de Fogo, que reúne Polícia Federal e Ibama, e a resolução do Conselho Monetário Nacional que, a partir de 1º de julho, obriga o sistema financeiro a exigir a regularidade ambiental como condição para o crédito rural.

Anualmente, o levantamento sobre desmatamento é esmiuçado para áreas menores, pelo sistema Prodes. Por esse sistema, foram desmatados 11.200 km² no último levantamento, entre agosto de 2006 e julho de 2007. Segundo Câmara, dados preliminares do Deter revelam que, após três anos consecutivos de queda, em 2008 a devastação tem crescido, e no período entre agosto de 2007 e julho de 2008 deverá ser maior que esses 11.200 km².

O sistema Deter usa imagens de satélites de resolução espacial moderada, mas produzindo relatórios quase em tempo real.

Mede apenas áreas maiores que 25 hectares, seja de cortes rasos na floresta ou degradação progressiva. Já o Prodes tem alta resolução espacial, captando a partir de 6,25 hectares os cortes rasos na floresta, mas com baixa resolução temporal. Por isso, o Prodes é feito anualmente, enquanto o Deter serve para alertar e dirigir a fiscalização, quase em tempo real.

Na contagem final, a diferença é que o Deter capta menos que a metade do que já foi desmatado.

Como o Deter já captou 4.730 km² de desmatamento entre agosto de 2007 e março deste ano, o Inpe consegue estimar o aumento real do desmatamento, que só será totalmente contabilizado ao fim de um ano.

— Há sim um crescimento do desmatamento, uma tendência de aumento — disse Câmara.

O governo de Mato Grosso enviou relatório ao Inpe, dia 25 de março, contestando as análises. O relatório aponta 662 pontos, em 51 municípios, com 854 fotos de campo, sobrepostas a imagens dos satélites. Para o governo, "89,98% dos dados do Inpe" estariam errados. O instituto analisou o relatório e concluiu que apenas 3,4% do confirmado pelos satélites não eram desmatamento, dentro da margem de erro das análises, de 4%.

— Vamos continuar contestando os dados do sistema Deter.

Só o sistema Prodes pode dizer se houve aumento do desmatamento.

Pediremos nova avaliação — disse o secretário-adjunto de Meio Ambiente de Mato Grosso, Salatiel de Araújo.

Territórios da Cidadania destina R$ 232,5 mi para SE **– Sítio Eletrônico do MDA – 20/05/2008**

A participação dos governos Federal, Estadual e municipais no Programa Territórios da Cidadania em Sergipe será efetivada nesta quarta-feira (21) com a assinatura do Acordo de Cooperação Federativa. Irão assinar o documento o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o governador do Sergipe, Marcelo Déda, e os prefeitos dos Territórios da Cidadania do Alto Sertão e Sertão Ocidental, em um evento que será realizado na Central de Comercialização da cidade de Poço Verde. Para os dois territórios, o Governo Federal irá destinar R$ 232,5 milhões.

O Território do Alto Sertão receberá 76 ações, entre elas sete mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, atendimento de 2.655 famílias com o Programa Água para Todos e construção de 315 cisternas, além 12.341 contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No total, o Território irá receber R$ 108,7 milhões em recursos.

No Território Sertão Ocidental serão desenvolvidas 54 ações. Entre elas estão o atendimento de 24 mil novas famílias com o Bolsa Família, 1.829 ligações do Programa Luz para Todos e concessão de Crédito Instalação para 739 famílias. O Governo Federal irá destinar R$ 123,7 milhões em recursos para este território.

Além dos recursos de outras esferas do Governo Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário investiu no município de Poço Verde R$ 2.655.045,00. Os recursos foram destinados à implantação do Centro de Comercialização, à reforma da Escola Agrícola, ao apoio às organizações de agricultores com veículos e equipamentos de informática, à construção de passagem para escoamento de produtos, à implantação de beneficiadora de milho e à implantação de beneficiadora de grãos.

Territórios da Cidadania - O programa Territórios da Cidadania, lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 25 de fevereiro, irá levar um conjunto de ações integradas de 19 ministérios para as regiões com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Ao todo, serão beneficiados mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, de pescadores e de comunidades tradicionais em 958 municípios. O investimento para 2008 é de R$ 11,3 bilhões. *Outras informações sobre o programa Territórios da Cidadania podem ser conseguidas na internet, no site: www.territoriosdacidadania.gov.br

MT instala Comitê de Articulação do Territórios da Cidadania **– Sítio Eletrônico do MDA – 20/05/2008**

O Comitê de Articulação Estadual do Territórios da Cidadania foi instalado nesta segunda-feira (19) em Mato Grosso. Também foi assinado o Acordo de Cooperação Federativa do programa. Na solenidade, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, representou o Governo Federal e o governador Blairo Maggi, o estado de Mato Grosso. Formado por representantes dos governos Federal, Estadual e prefeituras, o Comitê dá suporte à implantação das ações previstas para o Território da Cidadania. Em Mato Grosso, o programa atenderá dois territórios, o Baixo Araguaia e o Portal da Amazônia. O funcionamento do Comitê foi formalizado pelo Acordo de Cooperação Federativa.

O ministro Reinhold Stephanes lembrou que o Territórios da Cidadania articula ações para que o Governo possa aplicar melhor os recursos existentes, tornando mais dinâmico o desenvolvimento dos municípios. O secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), Humberto Oliveira, ressaltou a importância de a cooperação entre municípios, Estado, União ser compartilhada com a sociedade civil.

O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável do Governo Federal realizada em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade. Em Mato Grosso, as ações de 19 ministérios e órgãos do Governo Federal vão beneficiar 31 municípios que integram os Territórios da Cidadania do Baixo Araguaia e do Portal da Amazônia, onde estão previstos, este ano, investimentos federais de R$ 439,2 milhões.

Desmatamento cresceu em torno da BR-364 **- Yan Boechat – Valor Econômico – Especial - 20/05/2008**

Numa tarde quente de 6 de julho de 1960, o então presidente da República Juscelino Kubitschek escalou as pequenas escadas que levam à cabine do trator Caterpillar D8 para delírio da pequena multidão que se aglomerava em volta do veículo mais utilizado na derrubada das árvores da Amazônia brasileira. JK acenou para a população de Vilhena, a última cidade do então território de Rondônia antes da divisa com Mato Grosso, deu a partida no motor de mais de 300 cavalos, acelerou e pôs abaixo a última árvore que, teoricamente naquele momento, impedia o trânsito de veículos entre Cuiabá e Porto Velho. Oficialmente estava aberta a BR-029, sinônimo de um futuro próspero para os cerca de 50 mil moradores de uma das áreas mais isoladas do Brasil.

Durante 11 meses, mais de 6 mil homens participaram das obras, que basicamente consistiam em derrubar a mata e abrir um caminho na floresta. Os engenheiros precisaram contar com a ajuda dos índios para definir o traçado da estrada, que tinha como base a linha telegráfica instalada pelo Marechal Rondon 46 anos antes.

Passadas quase cinco décadas desde que a última árvore foi derrubada por JK, é difícil acreditar que a estrada de 700 km que separa Vilhena de Porto Velho um dia foi completamente cercada por densa floresta. Na verdade, quem dirige pela rodovia - que hoje tem o nome de BR-364 - precisa de uma dose amazônica de imaginação para crer que foi preciso usar índios como guias, porque tudo ali era um grande oceano de árvores.

De um lado e de outro da estrada há muito pouca coisa que lembre a floresta amazônica. Uma ou outra árvore de grande porte aqui e ali, alguns pedaços de troncos ainda não retirados e, bem ao longe, raras e pequenas áreas preservadas. A floresta que parecia quase intransponível há 50 anos se tornou uma imensidão de pastagens.

É fácil confundir a região com o Centro-Oeste brasileiro. Principalmente pela quantidade de fazendas que se dedicam à pecuária de corte. Ao longo da viagem entre Porto Velho e Vilhena o que mais se vê são bois. Estão em todo o canto e já somam mais de 12 milhões de cabeças no Estado. Hoje a pecuária é tão importante quanto a indústria madeireira em Rondônia. Cada atividade representa 25% do PIB estadual, de R$ 12,9 bilhões.

A espinhal dorsal do desenvolvimento econômico de Rondônia é a BR-364. Por ela passa a maior parte dos produtos que saem do Estado, como a madeira, a carne, os laticínios e, agora, a soja. Sem ela Rondônia não conseguiria ter o terceiro maior PIB da Região Norte nem a população de cerca de 1,5 milhão de pessoas, a maior parte migrantes do Sul e do Sudeste. Rondônia é o único Estado do Norte do Brasil em que a fisionomia tão característica dos índios amazônicos não é predominante entre a população.

Da mesma maneira que é o alicerce de sustentação da economia, a BR-364 é também o eixo do processo de desmatamento iniciado em 1960 e que explodiu nos anos 80, tornando Rondônia o Estado com a menor cobertura vegetal em relação à área total de toda a região amazônica. É em volta dela que estão os municípios com as maiores taxas de devastação do Estado, como o campeão Presidente Médici, que derrubou 87,5% de suas florestas, ou Jaru, que transformou em pastagens 231 mil hectares de uma área de 290 mil hectares.

As fotos de satélite de Rondônia explicitam o papel da BR-364 no rápido e agressivo processo de devastação que a floresta amazônica sofreu. Por elas é possível ver

que ao longo da rodovia não há praticamente nenhuma área representativa de floresta primária. Tudo foi ao chão para dar lugar primeiro à lavoura e depois às pastagens.

Até a década de 70, quando a então BR-029 ainda era quase uma trilha, intransponível no período de chuvas, pouco foi destruído ao longo da estrada. A coisa começou a mudar com o Plano de Integração Nacional, instituído por decreto-lei pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, em julho de 1970. Com o lema "Integrar para não Entregar", o governo militar iniciou uma ampla campanha de colonização para, enfim, habitar a vastidão amazônica brasileira. Como diziam as campanhas oficiais, "Uma terra sem homens para homens sem terra".

Pelo decreto, um raio de 100 quilômetros nas margens das rodovias federais que cortavam a Amazônia seria destinado à colonização. A cada migrante, um lote de 100 hectares. Por lei, cada um deles deveria desmatar 50% de suas terras para ter a posse oficial da área, concedida pelo Incra. Quem não colocasse a floresta abaixo era considerado um agricultor não-produtivo e perdia as terras doadas pelo governo.

O agricultor José Roberto Vrena seguiu à risca a cartilha quando chegou a Rondônia vindo de Cascavel (PR), em 1975. "Coloquei fogo em tudo, não ficou nada lá", lembra. Vrena foi além do que pedia o governo na época, desmatou todos os 100 hectares à margem da BR-364 que havia recebido do Incra. "Éramos obrigados a fazer isso, senão perdíamos a terra", diz ele. Na década de 80, com a chegada dos pecuaristas, Vrena vendeu seu lote e foi morar em Porto Velho. Arrumou emprego no setor público e lá ficou até se aposentar, há seis anos. Com as economias comprou um pequeno sítio, também na margem da rodovia. "Dessa vez não derrubei nada, quando cheguei aqui só tinham três pés de manga em toda a propriedade", diz. Apesar da fartura de pasto e escassez de árvores, Vrena batizou seu sítio de Éden Amazônico.

No início dos anos 80, quando um financiamento de US$ 20 milhões do Banco Mundial permitiu que a BR-364 enfim fosse asfaltada, milhares de agricultores como Vrena arrependeram-se de ter queimado a floresta de suas propriedades. O arrependimento não estava ligado a uma súbita onda de consciência ambiental. Tinha, na verdade, razões econômicas.

Foi mais ou menos nessa época que a indústria madeireira passou a florescer no Estado. Serrarias começaram a pipocar por todas as cidades na beira da BR-364. Com a rodovia asfaltada ficou mais barato transportar a madeira, mesmo que em toras, para o mercado consumidor do Sul e do Sudeste. Sem nenhum tipo de fiscalização e com matéria-prima abundante, em pouco tempo a indústria madeireira se tornou a força motriz da economia de Rondônia.

Três anos após a conclusão do asfaltamento da BR-364, em 1986, João Daniel Kalsing chegou a Rondônia em um caminhão com os maquinários de sua serraria. Gaúcho de Arroio do Meio, João é a terceira geração de madeireiros em sua família. O avô trabalhava com madeira na Alemanha e ensinou o ofício para o pai de Daniel, que, por sua vez, repassou ao filho. Os Kalsing vieram subindo do Rio Grande do Sul até Rondônia atrás da madeira. Quando ela escasseou no Rio Grande, foram para Santa Catarina e depois ao Mato Grosso.

"Meu irmão veio aqui em 86 ver a região e na mesma semana me ligou e disse: 'Embarca tudo e vem pra cá, aqui tem madeira que não acaba mais'", relembra. Nos anos seguintes os Kalsing fizeram e ainda fazem - "dinheiro pra porra", como gosta de dizer. Tiraram madeira de toda a região de Ariquemes. "Nunca houve fiscalização, ela só começou depois que os ongueiros se instalaram em Brasília a mando dos EUA e da Europa,

que querem impedir o crescimento do Brasil". Daniel, como a maior parte dos madeireiros, garante que agora só extrai madeira de áreas legalizadas. Ele responde a dois processos por crime ambiental.

A explosão da indústria madeireira levou a um consequente esgotamento da matéria-prima ao longo dos anos 80 e 90. Sem as árvores, as serrarias passaram a migrar para as novas fronteiras da floresta. Foram com elas as milhares de pessoas que viviam da indústria de extração e beneficiamento da madeira e não conseguiram se manter em áreas que passaram a ser dominadas pela pecuária e pela agricultura mecanizada.

Cerejeiras, pequena cidade ao sul da BR-364, perto da divisa com o Mato Grosso, é um bom exemplo dessa migração interna. Em 1987, quando a indústria da madeira era a única na região, a cidade contava com mais de 35 mil habitantes. Agora que é uma forte produtora de soja, apenas 16 mil pessoas vivem lá, de acordo com o IBGE.

Hoje, a principal fronteira florestal de Rondônia está na região de Machadinho do Oeste, no Norte de Rondônia, há menos de 100 quilômetros da divisa com o Amazonas. É de lá que sai quase metade da madeira extraída em Rondônia todos os anos. E é lá também que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), identificou o maior crescimento do desmatamento no Estado em 2007.

Apesar desses dados, os madeireiros fazem coro de que não são os culpados pela devastação. "Quem destrói a floresta é o agricultor, que queima tudo para fazer pastagem, nós só tiramos uma árvore aqui e outra ali", diz Jonas Perutti, capixaba de Colatina que chegou a Rondônia em 1991 para montar a Madeireira Litorânea. Eles não aceitam o papel de vilões. "Viramos bandidos porque não temos representação em Brasília, porque não somos organizados como os pecuaristas", diz Kalsing. "Como as ONGs precisavam achar um culpado, nos escolheram", diz.

A Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (Sedam) de Rondônia concorda com os madeireiros. Para o secretário Cleto Muniz, desde que a fiscalização saiu do controle do Ibama e foi para o Estado, há dois anos, as coisas entraram nos eixos. "Implantamos um sistema de controle quase impossível de ser burlado porque é totalmente online, se tiver alguém querendo nos enganar, nós pegamos", diz. Tanto o governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido) quanto o presidente da Assembléia Legislativa, Neodi Oliveira (PSDC), têm ligações históricas com a indústria madeireira.

O superintendente do Ibama em Rondônia, Osvaldo Pittaluga, concorda com a política ambiental do Estado. "Tivemos problemas com o antigo secretário, mas com o Cleto as coisas estão funcionando, há diálogo e o sistema de controle é muito bem estruturado", diz ele, funcionário de carreira da Sedam que está na chefia do Ibama no Estado por conta da ligação política com os partidos que apóiam o mandato do presidente Lula.

O paranaense Odir Silva, que vive de derrubar árvores e vender a madeira para as serrarias da cidade de Cujubim, acha que a coisa não é bem assim. "Se retira madeira de todo lado aqui, de reserva, de terra de agricultores, reserva indígena e até de área legalizada", diz ele, ao lado do pequeno trator que usa para derrubar as árvores. "Mas quem ganha dinheiro mesmo não sou eu ou o dono da terra onde a madeira está, quem ganha dinheiro são os madeireiros e quem vende as notas para eles."

As notas, no caso, são as guias florestais (GFs), que dão a legalidade à madeira. Para consegui-las é preciso que o madeireiro tenha área com plano de manejo aprovado pela Sedam. O plano de manejo é um mapeamento detalhado da área com todas as árvores que o madeireiro pretende extrair. Ele envia esse mapa, que é feito por engenheiros

florestais contratados por ele e sem ligação com o Estado. Se aprovado, recebe um crédito em metros cúbicos da secretaria.

As guias são emitidas pelo próprio madeireiro, de acordo com o crédito que ele tem no sistema. Ou seja, se sua área de manejo aprovada tem 100 m3 de ipê que podem ser extraídos, ele pode emitir guias florestais de 100 m3 dessa espécie. Em momento algum os 20 engenheiros florestais que a Sedam tem para fiscalizar os já aprovados 5 milhões de m3 que podem ser extraídos em Rondônia verificam "in loco" se tudo está de acordo com o plano de manejo. Quando 50% do crédito foi utilizado, o sistema bloqueia a emissão de novas guias. A liberação só ocorre depois que um fiscal vai até o local do plano de manejo e verifica se tudo foi feito de acordo com o que estava previsto no projeto aprovado.

O sistema considerado infalível pelo secretário de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia é uma piada aos olhos do procurador do Ministério Público Federal no Estado, Heitor Alves Soares. "Estão brincando de proteger o meio ambiente aqui", diz ele. Rondoniense, com 29 anos de idade, Soares é uma das poucas vozes dissonantes em Rondônia sobre a política ambiental do Estado. "A corrupção nos órgãos de fiscalização ambiental é altíssima, é ingênuo crer que esse sistema evite a retirada de madeira ilegal" diz. "Já encontramos coordenadas de áreas de manejo que ficam na Bolívia ou placas de veículos para o transporte de madeira que eram de motocicletas."

Soares sabe que a simples fiscalização não é o suficiente para barrar o desmatamento. "A madeira é um componente fortíssimo na matriz econômica daqui, enquanto não se encontrarem alternativas a essa indústria ela vai continuar entrando Amazônia a dentro, não tem jeito", afirma ele, filho de pai baiano e mãe goiana que também vieram tentar a sorte em Rondônia há mais de 30 anos em uma pequena cidade à beira BR-364.

Ibama faz apreensão de grãos de região embargada na Amazônia **– Valor Econômico – Agronegócio - 20/05/2008**

O Ibama divulgou ontem apreensão inédita de 4.740 toneladas de grãos produzidos em área embargada por desmatamento ilegal na Amazônia. A ação ocorreu em Dom Eliseu, Pará, na sexta-feira. Em nota, a instituição afirmou que identificou no fim do ano passado um desmatamento ilegal de 500 hectares na fazenda, embargando e multando o proprietário. "Vinte dias atrás, o Ibama descobriu que a mesma área georreferenciada havia se transformado em plantação de grãos. O proprietário descumpriu embargo e recebeu R$ 8 milhões em multas". Segundo o coordenador de Fiscalização da Superintendência do Ibama do Pará, Leandro Aranha, a apreensão "representa um marco no combate ao desmatamento, já que age sobre as atividades que estimulam esse crime ambiental".

A apreensão ocorre na esteira do decreto nº 6.321, de dezembro, que proíbe a comercialização de produtos advindos de área embargada por desmatamento ilegal. O Ibama informou que, após concluído o processo administrativo, pretende doar os grãos para o programa Fome Zero. O fazendeiro estima que colherá 4.740 toneladas de grãos, sendo 1.740 de soja, 2.640 de milho e 360 de arroz. Ele tem 20 dias para apresentar sua defesa e recorrer da multa.

Novo ministro não quer interferência para montar equipe **– Maurício Thuswohl - Agência Carta Maior – 21/05/2008**

Até 27 de maio, quando tomará posse oficialmente, Carlos Minc se ocupará da montagem de sua equipe. Afirmando ter recebido "carta verde" do presidente Lula, o novo ministro do Meio Ambiente deverá manter parte dos nomes que acompanhavam Marina Silva.

RIO DE JANEIRO – A posse está oficialmente marcada para o dia 27 de maio, mas o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, já começa a montar sua equipe e a mover algumas peças no comando da política ambiental do governo. Com bom trânsito entre ambientalistas de diversas correntes do PT, o ex-deputado dialoga com o partido para alterar ao mínimo a condução da política estruturada na gestão de sua antecessora, a também petista Marina Silva. Alguns nomes da atual equipe devem continuar no Ministério do Meio Ambiente (MMA) ao lado de Minc, enquanto outros acompanharão Marina em seu retorno ao Senado.

Além da ex-ministra, pediram demissão o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, e o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Bazileu Margarido. Figura destacada no movimento socioambientalista brasileiro antes de ir para o governo, Capobianco ainda não tem seu futuro definido, podendo tanto voltar para o "outro lado do balcão" quanto se tornar assessor de Marina Silva no Senado. Margarido, por sua vez, já recebeu da ex-ministra, de quem é homem de confiança, o convite para assessorá-la no Congresso.

No lugar de Capobianco, Minc já anunciou que vai colocar Isabela Teixeira, que era subsecretária estadual do Ambiente do Rio de Janeiro na gestão do agora ministro. A confirmação do nome de Isabela, considerada um excelente quadro técnico, foi, segundo uma fonte próxima a Minc, uma maneira de o novo ministro sinalizar que não pretende lotear os cargos do ministério a partir de indicações meramente políticas.

Para ocupar a presidência do Ibama, o novo ministro chamou o experimentado Roberto Messias Franco, que ocupa atualmente a Diretoria de Licenciamento do instituto. Ex-superintendente do Ibama em Minas Gerais, Franco ocupou nos anos oitenta a Secretaria Nacional de Meio Ambiente, que viria a se transformar no atual MMA, e também já foi diretor regional do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O discurso do novo presidente do Ibama está afinado com o desejo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de agilizar a concessão de licenças ambientais no país: "O licenciamento tem que ser o mais ágil possível, mas sem comprometer a qualidade do trabalho e o nível de exigência", disse. Franco, no entanto, ressaltou que não pretende "facilitar" os licenciamentos: "Vamos continuar a trabalhar com grande rigor técnico e científico que será, como diz o ministro Minc, ainda maior e mais forte. O que não for essencial, o que não beneficiar nem a sociedade nem a natureza, será descartado".

Mudanças - Ainda não se sabe se Minc vai alterar a composição e o comando das outras secretarias do MMA. A tendência é manter alguns nomes, já que uma reforma foi efetuada por Marina há apenas um ano. Quadros de peso no PT, como Hamilton Pereira (secretário de Cidadania Ambiental e Articulação Institucional) e Egon Krakhecke (secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável Rural) devem permanecer em seus postos. Segundo fontes de Brasília, outro secretário petista, Luciano Zica (Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano), teria pedido para deixar o ministério.

A situação das outras secretarias do ministério permanece indefinida, mas o certo é que Minc ainda conversará com todos os membros da atual equipe antes de definir eventuais mudanças. Segundo fontes do MMA, o novo ministro deve convidar para que permaneçam em seus postos alguns nomes de destaque como, por exemplo, o diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, Pedro Ivo Batista, que foi o principal articulador político das três Conferências Nacionais de Meio Ambiente realizadas na gestão de Marina.

Minc deve anunciar nos próximos dias um nome para a presidência do Instituto Chico Mendes, posto que também era ocupado por João Paulo Capobianco. Criado no ano passado a partir de uma divisão do Ibama, o instituto é responsável pela administração de todas as unidades de conservação do país e, para a sua chefia, Minc deve optar também por um quadro técnico. Alguns nomes estão sendo analisados, e o mais cotado é o atual presidente do Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro, André Ilha, que cumpre uma gestão elogiada à frente do órgão.

Ligação - Antes de assumir o MMA e definir a equipe que o acompanhará no ministério, Carlos Minc fez questão de deixar clara sua ligação com Marina Silva e com outros setores do movimento socioambientalista brasileiro. Admitindo "não conhecer a Amazônia em detalhes", o novo ministro afirmou que espera ter na senadora uma grande conselheira: "Sou amigo fiel e admiro a Marina. Acho que ela foi a melhor ministra do Meio Ambiente que o Brasil já teve. Partimos das mesmas idéias", disse, antes de visitar a ex-ministra, a quem presenteou com uma camisa verde comprada na França.

Outro que recebeu afagos públicos de Minc foi o ex-governador do Acre, Jorge Viana, que chegou a ser sondado por Lula para ocupar o comando do MMA. Na reunião com o presidente realizada na segunda-feira (19), Minc propôs que Viana ocupasse a coordenação do Programa Amazônia Sustentável (PAS) no lugar do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos e Ações de Longo Prazo, Mangabeira Unger. O pedido, no entanto, foi recusado por Lula, pois o presidente teria afirmado que, com isso, todos iriam pensar que a nomeação de Unger para dirigir o PAS teria servido apenas para "forçar" a demissão de Marina. Minc também já conversou com outras lideranças do movimento socioambientalista como, por exemplo, o deputado federal Sarney Filho (PV-MA), que é presidente da Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara. Em meio a tanto diálogo, no entanto, o novo ministro garante que dará a palavra final sobre a montagem de sua equipe: "Ainda não começaram as pressões de gente querendo meter alguém aqui ou ali no ministério, mas comigo isso não vai acontecer. O Lula me deu carta verde para montar minha equipe", disse.

Mato Grosso se nega a ceder PMs para proteger Amazônia **– O Globo – Capa – 21/05/2008**

'Não conte com a nossa polícia', diz governador sobre plano de Minc O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, avisou que não cederá policiais de seu estado para compor a Guarda Nacional Ambiental, se ela for mesmo criada para proteger a Floresta Amazônica, como sugeriu o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Pela proposta, a Guarda seria formada por policiais militares recrutados em diversos estados, como a Força Nacional de Segurança. "Não conte com a nossa polícia. Não tenho soldados para proteger a floresta", disse Maggi. Mato Grosso é um dos estados com mais altos índices de desmatamento, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Nomeado por Lula coordenador do Plano Amazônia Sustentável, o ministro Mangabeira Unger criticou outra proposta de Minc: o uso de militares das Forças Armadas na proteção da Amazônia. Página 3

'Não conte com nossa polícia' – Anselomo Carvalho Pinto – O Gobo – O País – 21/05/2008

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), voltou a dar ontem demonstrações de que sua relação com o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, não será das melhores. Considerado "o rei da soja no Brasil", Maggi disse ontem que, se a Guarda Nacional Ambiental for mesmo criada para proteger a Floresta Amazônica, como sugeriu o novo ministro, não deverá contar com a ajuda da polícia de Mato Grosso. Pela proposta de Minc, a Guarda Nacional seria formada por policiais militares recrutados em diversos estados, como a Força Nacional de Segurança Pública.

— Acho até que pode criar (a Guarda Nacional). Mas não conte com a nossa polícia. Já temos pouco efetivo para cuidar do povo. Não tenho soldados para proteger a floresta.

Tragam gente do Sul, de Curitiba, de Porto Alegre — disse o governador, após reunião com o coordenador do Plano Amazônia Sustentável (PAS), ministro Mangabeira Unger.

Apesar de garantir que não vai ceder PMs de seu estado, Maggi disse que, a princípio, acha boa a idéia de uma polícia ambiental na Amazônia.

— Acho interessante uma força de polícia que pode ser deslocada para atuar em determinadas áreas.

É bom para o governo federal. Mas, para os estados que precisam ceder policiais, nem tanto. Não é a primeira vez em que Maggi e Minc trocam farpas. Antes mesmo de assumir o Ministério, Minc chegou a dizer que, se deixassem, o governador "plantaria soja até nos Andes". Em nota, Maggi disse considerar as declarações "descabidas, inoportunas, extemporâneas e impróprias para um ministro de Estado". O governador faz pressão para que o governo reveja a resolução que proíbe os produtores de tomarem financiamentos oficiais se não tiverem licença ambiental.

Maggi também criticou a declaração de Minc de que conhece pouco o Brasil. Para o governador, com a declaração Minc desautoriza "a si próprio a emitir opiniões sobre uma realidade que desconhece". Maggi também já havia tido desentendimentos públicos com a ex-ministra Marina Silva.

A maior discórdia envolveu os números do desmatamento medido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) nos quatro últimos meses do ano passado. Enquanto o instituto dizia que 1.737 km² de floresta haviam sido derrubados em Mato Grosso, Maggi insistia que os dados estavam errados. Maggi chegou a reclamar pessoalmente ao presidente Lula da divulgação precipitada de números.

Durante o encontro com Mangabeira Unger, Maggi voltou a insistir que o estado não tem como cumprir as exigências de uma resolução do Banco Central que condiciona o financiamento público ao licenciamento ambiental das propriedades rurais.

Central de Comercialização é o começo do 'Territórios' em SE **– Sítio Eletrônico do MDA – 21/05/2008**

Centenas de pessoas, sob chuva em pleno Sertão sergipano, acompanharam na noite desta quarta-feira (21), em Poço Verde (SE), a inauguração da Central de Comercialização da Agricultura Familiar. A entrega da obra, custeada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ocorreu durante o evento de assinatura do Acordo de Cooperação Federativa do Programa Territórios da Cidadania.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o governador do Estado, Marcelo Déda, e os prefeitos Antônio Dória (de Poço Verde) e Verônica Santos (de Nossa Senhora Aparecida) assinaram o acordo que ratifica a adesão dos governos estadual e municipais à ação do Governo Federal. O secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira, o delegado do MDA no Estado, Adaílton Santos, e o superintendente do Incra/SE, Jorge Tadeu Correia, participaram da cerimônia, além de parlamentares e prefeitos dos dois territórios de Sergipe - Sertão Ocidental e Alto Sertão.

"O presidente Lula nos fez um pedido: que a gente atendesse primeiro quem precisa mais. E é isso o que estamos fazendo. Em Sergipe, são R$ 232,5 milhões. É dinheiro para a gente melhorar a agricultura, trazer educação, trazer saúde", ressaltou o ministro Cassel. "Neste momento, em que o mundo vive importante de crise de alimentos, é o Territórios da Cidadania e são Centrais de Comercialização como esta que vão trazer mais renda, mais trabalho e mais qualidade de vida para a agricultura familiar e a reforma agrária".

O governador Marcelo Déda enfatizou o impulso à autonomia do trabalhador rural, que passa a contar com a Central de Comercialização para o escoamento dos alimentos produzidos por 11 municípios sergipanos do Sertão. "O Territórios da Cidadania está interiorizando o desenvolvimento. O programa organizou o mapa do Brasil, valorizando as potencialidades das regiões".

Importância da comercialização - O prefeito de Poço Verde assinalou a importância da Central de Comercialização, especialmente para o Sertão Ocidental, onde se destacam a produção de feijão e milho e as cadeias da caprinocultura e do mel. "Recurso vindo do MDA não é só este aqui (da Central de Comercialização). Temos a reforma da escola agrícola, a implantação de beneficiadora de milho e de outros grãos, o centro de

piscicultura. E agora temos de abraçar o Territórios da Cidadania, que significa mais recursos ainda".

O MDA investiu R$ 1,8 milhão na Central de Comercialização. Ao todo, são R$ 2,6 milhões investidos recentemente em obras e equipamentos e no apoio à agricultura familiar em Poço Verde.

Territórios da Cidadania - O Territórios da Cidadania prevê R$ 11,3 bilhões em 2008 em todo o Brasil. São ao todo 60 territórios - 29 deles na região Nordeste do País. A ação governamental foi lançada em 25 de fevereiro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O conjunto de ações integradas de 19 ministérios incide nas regiões de menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e reduzido dinamismo econômico. A escolha dos territórios também priorizou locais com concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, famílias de pescadores, comunidades quilombolas, terras indígenas e beneficiários do Bolsa Família. Ao todo, deverão ser beneficiadas mais de dois milhões de famílias. **Mais informações sobre o Territórios da Cidadania podem ser obtidas na internet pelo portal: www.territoriosdacidadania.gov.br*

Ministros e Maggi investem contra Minc **– Valor Econômico – Opinião – Editorial - 21/05/2008**

Não houve tempo nem para Marina Silva sair definitivamente de cena. Antes mesmo da posse do novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, uma nova onda de pressões, semelhante à que abateu Marina do posto, foi dirigida ao ambientalista que desembarcou da Secretaria de Meio Ambiente do Rio em Brasília para comandar a política de meio ambiente do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nos jornais de ontem, ao lado de notícias sobre promessas vagas de Lula sobre a liberação "gradual" dos cerca de R$ 900 milhões contingenciados do MME para fazer superávit nominal, bradaram em conjunto os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão - o primeiro, contra o "crédito verde" instituído pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que libera dinheiro oficial apenas para os agricultores e pecuaristas cujas propriedades possuam licença ambiental, em áreas consideradas de bioma amazônico; o segundo, com a cobrança pública a um ministro que sequer assumiu a pasta (e quando assumir será seu colega, não seu despachante) para que libere rapidamente as licenças ambientais para a construção de hidrelétricas.

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), o aliado mais incômodo do governo quando se trata de questões ambientais, repetiu o mesmo jogo pela imprensa, feito antes contra Marina. Sua ofensiva teve grande responsabilidade sobre a decisão da ministra, de sair do governo e, ao que parece, o governador se considera com poder suficiente para nocautear Minc antes mesmo dele sentar-se oficialmente na cadeira de ministro.

São reações articuladas que têm um destino claro: tornar o Ministério do Meio Ambiente mais flexível do que foi na gestão de Marina Silva. Aceitas todas as pressões,

todavia, o presidente Lula corre o risco de ter que desmentir sua própria afirmação, de que a política para a área não mudaria com a saída de Marina porque é uma "política de governo", não de uma ministra - esta foi, pelo menos, a garantia que deu a uma comunidade internacional preocupada com o destino da Amazônia, no dia em que Marina demitiu-se e a chanceler alemã, Angela Merkel, estava em visita ao país.

Mesmo na crise aberta com a demissão de Marina, os ministros de Lula não se dispuseram a resolver as discordâncias internas como deveria ser, internamente. Elas continuam públicas e assumem tons cada vez mais imperativos.

O ministro Reinhold Stephanes e o governador Blairo Maggi manifestam sua oposição à decisão do CMN, que instituiu o crédito verde, e à definição de áreas tidas como de bioma amazônico pelo MME, por decreto, que baliza as exigências de certificado ambiental. Maggi afirma que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado não tem condições de proceder ao licenciamento das propriedades rurais inseridas por decreto na Amazônia Legal em menos de três anos e, portanto, isso inviabilizaria economicamente os pecuaristas e fazendeiros de Mato Grosso. Stephanes insistiu na revisão dos municípios inseridos no "bioma amazônico".

Marina Silva, quando ministra, foi rígida na concessão de licenças ambientais e fez intervenções severas quando o desmatamento apontou tendências de alta, depois de três anos em queda. Foi em decorrência do aumento das áreas degradadas de floresta amazônica que o Conselho Monetário Nacional tomou, como exigência sua, a chancela ambiental para concessão de crédito rural oficial em áreas de bioma amazônico. Se houve exagero nas medidas, não há fato que indique que será melhor para uma política de meio ambiente equilibrada o fortalecimento político dessas pressões articuladas. Os personagens delas quase não mudam: ministro da Agricultura, ministro das Minas e Energia, bancada ruralista e o governador de Mato Grosso. Maggi vai na linha de frente, usando todo tipo de argumento contra decisões de política ambiental. Acusou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de errar na contagem de áreas de desmatamento com base em um levantamento de sua secretaria estadual. Anteontem mesmo o Inpe refutou a "denúncia" do governador, confirmando as previsões de que 2008 será o ano da árvore abatida, depois de três anos de declínio.

Minc diz que devastação cresceu e põe culpa em MT **– Sergio Torres – Folha de São Paulo – Brasil – 22/05/2008**

O mais recente estudo do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre desmatamento na Amazônia responsabilizará o Estado de Mato Grosso por mais de 60% das ocorrências, disse Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente.

Os detalhes do estudo serão conhecidos na semana que vem, afirmou Minc, que esteve reunido no Rio com a cúpula do Inpe. Mesmo sem se aprofundar no assunto, o novo ministro usou as conclusões do instituto para criticar o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), que o atacara na véspera.

"Segunda-feira agora, o Inpe vai divulgar uma nova estatística de desmatamento de terra. (...) Vai ser um dado ruim, vai ser um dado de aumento. E, para variar, mais de 60% em qual Estado? Quem sabe? Mato Grosso", disse Minc, na entrevista concedida na Secretaria do Ambiente do Estado do Rio.

O ministro sugeriu a Blairo que passe a atacar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O governador Blairo Maggi é um homem público. Como todo homem público, tem que assumir responsabilidades. (...) Não quero impor nada a ninguém. Pelo contrário, estou chegando agora. (...) O presidente Lula disse OK [à proposta da guarda ambiental]. A partir de agora o Blairo não deve brigar comigo, deve brigar com o presidente", disse Minc, que toma posse na terça.

O novo ministro voltou a defender mais rapidez nos licenciamentos, em resposta ao futuro presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, que disse à **Folha** não ver motivos para agilizar a emissão das licenças. Segundo Minc, Messias Franco aceitou o cargo "nesses termos". O ideal, segundo ele, é que 10% do tempo dos funcionários do Ibama encarregados de licenciamento seja dedicado à análise da "burocracia", para "focar 90% no que interessa".

Para o ministro, "há dois caminhos para resolver bem a questão do agronegócio". Um é o que chama de zoneamento econômico-ecológico, que interessa "ao pessoal mais avançado do agronegócio" porque "dá uma regra clara: aqui pode, aqui não". O outro é "um setor que é atrasadíssimo, que está convertendo a Amazônia em pasto". Reiterou ser contra energia nuclear e a construção de Angra 3, mas como o governo já decidiu por ela, acatará a decisão sem questionamentos.

Governo admite novo aumento do desmatamento na Amazônia – o Globo – Capa – 22/05/2008

O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam um avanço significativo no desmatamento da Amazônia, especialmente em Mato Grosso. Os números oficiais de abril serão divulgados nos próximos dias. “Vai ser um dado ruim, de aumento. E, para variar, mais de 60% em que estado? Em Mato Grosso”, disse o ministro, em resposta às críticas do governador Blairo Maggi à sua proposta de criação da Guarda Nacional Ambiental para proteger a floresta. Na contramão de Minc, o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, coordenador do Plano Amazônia Sustentável, defendeu mais indústrias madeireiras na Amazônia. Segundo ele, a região não pode ser vista “como um santuário intocável”, sem o desenvolvimento de ações produtivas. Ele também criticou a força verde proposta por Minc. Página 3

Minc: desmatamento aumentou **- Tulio Brandão e Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 22/05/2008**

O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, antecipou ontem dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que indicam um avanço significativo no desmatamento da Amazônia, especialmente em Mato Grosso. As informações, referentes a abril, foram extraídas do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter). Os números negativos foram anunciados como resposta à oposição pública do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), às idéias do ministro, entre as quais a criação de uma Guarda Nacional formada por PMs de diversos estados para proteger a Floresta Amazônica.

— Na próxima segunda, o Inpe vai divulgar dados estatísticos de desmatamento em tempo real. Vai ser um dado ruim, de aumento. E, para variar, mais de 60% em que estado? Em Mato Grosso — disse o ministro.

De acordo com a assessoria do Inpe, o sistema Deter, divulgado mensalmente, é sujeito a imprecisões por não ter resolução suficiente para identificar desmatamentos menores que 25 hectares e sofrer com a influência das nuvens. Nem toda área de corte de árvores é identificada.

Segundo o instituto, a possibilidade de observação em Mato Grosso aumentou muito de março para abril, já que apenas 14% da área daquele estado esteve sob nuvens no mês anterior.

O levantamento de desmatamento mensal é feito pelo Inpe desde maio de 2004, com dados do sensor Modis, do satélite Terra/Aqua, e do Sensor WFI do satélite CBERS, de resolução de 250 metros. Segundo o instituto, há uma possibilidade remota de os dados completos do mês de abril serem divulgados amanhã.

Governo de MT estranha dados

No último levantamento do Deter divulgado pelo Inpe, relativo a março, mais da metade dos pontos de desmatamento identificados na Amazônia já estavam em Mato Grosso — 27 de 52.

Minc disse ontem, durante entrevista de apresentação da nova secretária do Ambiente do Rio, Marilene Ramos, que Maggi terá que assumir responsabilidades com o presidente Lula. O presidente já teria autorizado Minc a solicitar aos governadores o uso da PM no combate a crimes ambientais.

— Estou chegando agora, não quero criar polêmica. Eu conversei inicialmente sobre o Exército. O ministro Tarso Genro (Justiça) sugeriu o outro caminho (da PM), explicou que era mais simples.

Levamos a questão ao Lula, que deu o OK. A partir de agora, o Blairo não deve brigar comigo, e sim com o presidente Lula, que já bateu o martelo — afirmou o novo ministro.

O governo de Mato Grosso reagiu à declaração de Minc sobre o aumento do desmatamento. O secretário-adjunto de Qualidade Ambiental, Salatiel Alves de Araújo, estranhou a divulgação dos dados pelo novo ministro: — Essas informações são estranhas.

Estão totalmente desconexas com a metodologia utilizada pelo Inpe.

Estamos averiguando para saber que números novos são esses.

Segundo Araújo, o Inpe não tabulou o desmate dos primeiros meses de 2007, o que impediria comparação com o mesmo período em 2008: — Ele (Minc) fala em aumento nos primeiros cinco meses do ano, mas maio nem terminou. É estranho.

O governo de Mato Grosso insiste que, ao contrário do que tem sido informado, o desmatamento no estado diminuiu nos últimos cinco anos. Em seu favor, usa os números do Inpe consolidados pelo Prodes, de monitoramento da Amazônia por satélite. Segundo o Prodes, a área devastada no estado caiu de 11.814 km² entre 2003 e 2004 para 2.476 km² entre 2006 e 2007.

Os dados são de agosto a agosto.

O secretário também contesta a divulgação pelo ministério de dados do Deter, como dados consolidados: — O Deter serve para mostrar indícios de desmatamento. O Prodes é o número final, com o qual dá para fazer comparações entre um ano e outro.

Mais indústrias na floresta **- Evandro Éboli – O Globo – O País – 22/05/2008**

BRASÍLIA. O ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, saiu da Câmara ontem elogiado por representantes da bancada ruralista depois de expor seus planos para a Amazônia. No mesmo dia em que o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, admitiu que o desmatamento voltou a crescer, Mangabeira disse ser preciso vincular a floresta à indústria, instalando na Amazônia empresas que transformem os produtos florestais. Para alegria de parlamentares ligados ao agronegócio e a madeireiros, ele defendeu a instalação de indústrias na região e a flexibilização do direito de propriedade privada.

Mangabeira, coordenador do Plano Amazônia Sustentável (PAS), ressaltou que não se pode ver a região como um santuário intocável sem o desenvolvimento de ações produtivas, e defendeu alternativas "ambientalmente seguras e economicamente viáveis": — O que a população da Amazônia mais quer é oportunidade de emprego. É preciso criar meios práticos para efetivar essa aspiração.

"Faltaram visão econômica e segurança jurídica" Também disse que, se a população da região, os pequenos produtores e os extrativistas não tiverem oportunidades e instrumentos econômicos, "serão levados mesmo a desmatar". O ministro afirmou, em audiência na Comissão da Amazônia, que as duas principais atividades econômicas na região são a produção da Zona Franca de Manaus e a mineração no Pará.

— São atividades econômicas que têm pouco a ver com a floresta.

O ministro citou várias vezes a necessidade de se fazer o zoneamento econômico e ecológico da Amazônia, um levantamento cartográfico que irá não apenas identificar os diversos biomas da Amazônia, mas apontar a exploração econômica mais adequada para cada região.

— Há muito tempo se fala nesse zoneamento. Fala-se muito e faz-se muito menos. Faltaram visão econômica e segurança jurídica.

Mangabeira disse que é preciso resolver o problema fundiário da Amazônia, onde proprietários de terra não têm a titulação da área. Ele disse que esse fator gera insegurança jurídica: — É preciso uma revisão do arcabouço jurídico. Nenhum país continental resolveu isso sem simplificar o direito de propriedade. É necessário sair da situação de posse insegura para a posse segura da terra.

O ministro elogiou recente decisão do governo de dispensar licitação para transferência de terras para particulares, mas considerou esta medida ainda insuficiente.

— É preciso mais. Tem que se permitir a quem goza da posse da terra que goze também das prerrogativas da propriedade.

Mangabeira defendeu o pagamento de uma remuneração específica para pequenos produtores e extrativistas, segundo ele uma espécie de compensação mensal pela vigilância da terra.

A audiência não chegou ao fim. O ministro tinha um compromisso e teve que se retirar, o que irritou alguns parlamentares.

— É uma deselegância isso. Nós também temos compromissos e os deixamos de lado para comparecer aqui e não só para ouvir, mas também para falar — protestou Márcio Junqueira (DEM-RR), ligado ao líder arrozeiro Paulo César Quartiero.

"É bom saber que o senhor tem outra visão", comemora ruralista O ministro pediu desculpas e comprometeu-se a retornar.

Deputados ligados a fazendeiros e madeireiros, como Giovanni Queiroz (PDT-PA), parabenizaram o ministro: — O Ministério do Meio Ambiente tem sido omisso e acomodado. Que bom saber que o senhor tem outra visão e pretende tirar a Amazônia do estrangulamento econômico que vive.

— O fundamentalismo está sendo substituído pela inteligência — disse Nilson Pinto (PSDB-PA)

MG assina Acordo do Territórios da Cidadania **– Sítio Eletrônico do MDA – 23/05/2008**

O Acordo de Cooperação Federativa do Programa Territórios da Cidadania em Minas Gerais será assinado nesta segunda-feira (26) em Belo Horizonte (MG) pelo ministro Guilherme Cassel. A cerimônia de assinatura, com a presença do governador Aécio Neves e de prefeitos dos quatro territórios mineiros que fazem parte desta etapa do programa – Médio Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Serra Geral e Vale do Mucuri –, será realizada no Palácio da Liberdade, às 17h.

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, o secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, e o delegado federal do MDA em Minas Gerais, Rogério Correia, também participam do evento.

O Acordo de Cooperação Federativa formaliza a participação dos governos Federal, Estadual e municipais na execução do programa. "O Territórios da Cidadania é voltado ao desenvolvimento regional sustentável e tem como objetivo minimizar a pobreza e promover a geração de trabalho e renda no meio rural através de ações integradas nas três esferas de governo", explica Correia.

No mesmo evento será instalado o Comitê de Articulação Estadual, formado por representantes das três esferas governamentais, que tem por objetivo dar suporte à implantação das ações previstas para o Territórios da Cidadania.

Reunião com prefeitos - Na manhã desta segunda-feira, o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA participa de reunião com os prefeitos dos 84 municípios mineiros incluídos no Territórios da Cidadania. O objetivo do encontro é esclarecer o papel das prefeituras na gestão do programa. No encontro serão escolhidos os representantes das prefeituras no Comitê de Articulação Estadual. A reunião será realizada às 11h, no Auditório da Fundação João Pinheiro, na Avenida Brasil, 674, no 1º andar.

Territórios mineiros - Lançado em fevereiro pelo Governo Federal, o Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável desenvolvida em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade civil. Nos quatro territórios de Minas Gerais serão investidos, em 2008, R$ 768,4 milhões em ações de apoio às atividades produtivas, cidadania e acesso a direitos sociais e qualificação da infra-estrutura.

Com R$ 11,3 bilhões previstos para todo o País em 2008, o Territórios da Cidadania desenvolverá um conjunto de ações integradas de 19 ministérios em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e reduzido dinamismo econômico. Os territórios foram selecionados pela concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, famílias de pescadores, quilombolas e terras indígenas, além de beneficiários do Bolsa Família. **Mais informações sobre o Territórios da Cidadania podem ser obtidas no portal www.territoriosdacidadania.gov.br*

Não há agricultura sem devastação, diz governador de MT **– Rodrigos Vargas - Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008**

Para Blairo Maggi, críticos da produção agrícola esquecem que alimentos não "nascem nas gôndolas do supermercado" - Em discurso em Itaúba (MT), governador diz que crítica de ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) é causada "por desconhecimento"

No dia seguinte ao seu encontro com o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), no último dia 21, diante de uma platéia formada por políticos e agricultores de Itaúba (600 km de Cuiabá), disse que "não se faz agricultura sem retirar a floresta" e que produtores rurais carregam o estigma de destruidores da natureza, quando, na verdade, são responsáveis pelos alimentos que chegam às grandes cidades.

Para Maggi, os críticos do atual modelo de produção agrícola "se esqueceram" que produtos não nascem nas prateleiras dos supermercados. "Aqueles que vivem nas cidades se esqueceram de onde vem o frango, esqueceram de onde vem a carne. Eles acham que tudo aquilo nasce pronto lá na gôndola do supermercado. Que o Danoninho, o iogurte, nasce ali. Eles já não sabem mais que o leite tem que sair de uma vaca, criada em um lugar que já foi floresta", disse Maggi.

O discurso de Maggi foi gravado e repassado à Folha por sua assessoria. Em um dos trechos, diz: "Quer seja em Mato Grosso, São Paulo ou Rio Grande do Sul, não se faz agricultura ou pecuária sem retirar a floresta. Essa é a grande verdade".

Ainda no discurso, Maggi defendeu que "esse é o momento da construção de um novo pacto. Daqui para a frente, precisamos tirar esse estigma, esse preconceito sobre os setores produtivos. Nós concordamos com a atual política de não mais aberturas. Tanto é que a Sema [Secretaria Estadual de Meio Ambiente] está sendo rigorosa. Estamos trabalhando para construir algo diferente, em harmonia com a natureza, e retirar da terra o que é necessário para a gente viver."

Maggi reivindicou, ainda, a construção de uma política "diferenciada" para o Estado, em relação aos outros integrantes da Amazônia Legal. Segundo o governador, a população mato-grossense não é "extrativista". "Não aceitamos a mesma discussão que se faz para o Acre e o Amazonas. Nós não nascemos na floresta e não aprendemos a viver nela. Pelo contrário, a grande maioria daqueles que aqui moram veio de outros Estados para fazer a vida."

O "povo" de Mato Grosso "não pensa em destruir. O que ele pensa e foi ensinado é que lugar de mato não vale nada, governo não aparece, não tem cidade boa para se viver, não tem estrada. Então a participação dessas pessoas não é a de destruir, mas de construir uma vida melhor. Para isso, é preciso usar a natureza."

Sobre as críticas do ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), Maggi disse considerar que são motivadas "por desconhecimento" e que tem certeza de que haverá entendimento. Ontem o governador informou que não tinha nada a comentar sobre as declarações porque elas haviam sido dadas em um evento público.

Inpe contesta declarações de ministro **– Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008**

O diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Gilberto Câmara, disse ontem que não será feita divulgação de novos números do desmatamento na próxima segunda-feira, conforme havia declarado o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente). Câmara disse ainda que não partiu do órgão a informação, também dada por Minc, sobre um aumento de 60% das derrubadas em Mato Grosso.

"Segunda-feira agora, o Inpe vai divulgar uma nova estatística de desmatamento de terra. (...) Vai ser um dado ruim, vai ser um dado de aumento. E, para variar, mais de 60% em qual Estado? Quem sabe? Mato Grosso", disse Minc, em entrevista.

"Não foi o Inpe", disse Câmara à Folha. Segundo o diretor, a divulgação dos dados foi cancelada por necessidade de "revisão" dos números e pelo momento de tensão vivido

desde a saída de Marina Silva. Câmara lembrou que Minc tomará posse só na terça e precisa de tempo para "entender a situação".

Sobre contestações de Mato Grosso -que diz ter identificado erro de 90% nos números do Inpe relativos ao último trimestre de 2007-, Câmara disse ter conversado com o secretário de Meio Ambiente do Estado, Luís Henrique Daldegan. "Disse que nosso objetivo não é ficar brigando com MT."

Daldegan confirmou o contato com o diretor do Inpe e disse que Minc, em outro telefonema, havia lhe relatado o recuo em relação ao anúncio da próxima semana. Carlos Minc negou ontem que os dados do Inpe sobre o desmatamento na Amazônia estejam sob revisão. "Estão simplesmente formatando alguns mapas regionais."

Ele voltou a dizer que Mato Grosso é o principal responsável pelo aumento do desmatamento na região. "Entre 50% e 60% do conjunto de indícios fortes de desmatamento estão concentrados no Mato Grosso."

Satélite japonês vê mais desmatamento em Mato Grosso do que sistema do Inpe **– Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008**

O Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama detectou, com a ajuda de um satélite que não é prejudicado pela presença de nuvens, mais pontos de desmatamento na Amazônia do que os verificados pelo sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

As imagens analisadas são dos meses de dezembro do ano passado e janeiro deste ano. No primeiro, foi observado um acréscimo de pelo menos 165,6 km2 de desmatamento -em 57 áreas diferentes. No segundo, foram 47,67 km2 a mais de desmate, em 26 áreas. A maior parte dos pontos está em Mato Grosso e, alguns, no Pará.

O novo dado traz um acréscimo de 13,48% em área degradada na Amazônia nesse dois meses. O Deter apontava desmate de 943 km2 em dezembro e de 639 km2 em janeiro. As imagens utilizadas pelo Ibama são do satélite Alos (Satélite de Observação Avançada da Terra), da Jaxa (agência espacial do Japão). Em agosto de 2007, o Ibama havia feito um acordo com os japoneses para receber por quatro anos, sem custo, imagens da Amazônia.

A vantagem deste satélite é que ele possui um sensor a mais, de radar, que funciona como o sistema de sonar de um morcego. "Ele emite uma energia e pega o retorno dessa energia, como o flash de uma máquina fotográfica. Ele não faz isso na faixa do visível, mas das ondas de rádio que atravessam as nuvens", explica Humberto Mesquita, chefe do Centro de Sensoriamento Remoto.

De acordo com Mesquita, o objetivo é complementar os dados já existentes. "Nós não vamos olhar o que o Deter já mostrou", disse. Até agora, o CSR analisou duas faixas de varredura. "Vamos, em breve, lançar mais quatro faixas. E, futuramente, cobriremos toda a Amazônia", diz Mesquita.

A área de desmate, entretanto, pode ser maior do que a estimada agora. Segundo Mesquita, as informações se referem a polígonos (focos de desmate) já checados em sobrevôos, mas ainda há polígonos a serem verificados. "Em dezembro, por exemplo, encontramos 243 polígonos de desmatamento no total, mas ainda não conseguimos checar todos", afirma.

Os polígonos encontrados passam a integrar um documento indicativo para fiscalização. Um deles, obtido pela **Folha**, mostra uma área degradada em Marcelândia (MT). Gilberto Câmara, diretor do Inpe, não comentou os novos dados. Mas afirmou que o uso de mais um satélite para observar a Amazônia é "promissor".

Salatiel Araújo, secretário-adjunto de qualidade ambiental do governo de Mato Grosso, disse que os resultados devem ser analisados "com cautela", em função de se tratar de uma nova tecnologia. "É uma metodologia nova, que ainda não estava plenamente dominada pelos técnicos do Ibama quando a conheci, em janeiro deste ano. Se foi de fato dominada, é um grande avanço, pois iremos ver a Amazônia inteira", disse. **Colaborou **RODRIGO VARGAS** , da Agência Folha*

Ambientalistas pedem retração econômica **– Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/05/2008**

Conflitos entre ambiente e desenvolvimento econômico foram tema de debate do IEEI, promovido pela Folha na segunda-feira - Países emergentes, como China e Índia, seguem na contramão da Europa, que quer expansão em bases eco-sustentáveis

Mesa com os participantes de debate no auditório da Folha; crescimento econômico sem preocupação ambiental é contestado

O crescimento econômico nunca foi tão contestado. Na Europa, onde encontram-se algumas das maiores economias do planeta, ambientalistas já pregam o movimento intitulado "degrowth" (retração econômica, numa tradução livre), que prevê a desaceleração nos países que consolidaram seu modelo produtivo despreocupados com os limites do "ecologicamente sustentável".

O conflito entre desenvolvimento econômico e ambiente, que nos países europeus encontra espaço, foi tema do seminário internacional do IEEI (Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais), promovido pela **Folha**, que ocorreu na segunda-feira, dia 19 deste mês.

O debate contou com os economistas Gilberto Dupas (presidente do IEEI), Peter May (UFRJ), Guilherme Leite da Silva Dias (USP) e Juan Camilo Cajigas-Rotundo (Fundación Universitaria Central, Colômbia), além do filósofo da ciência Hugh Lacey (Swarthmore College, EUA) e o sociólogo Antonio Carlos Diegues (USP).

Ao longo de um ano de estudos, coordenados por Dupas, os pesquisadores compilaram o livro "Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico: tensões estruturais", que será publicado no próximo mês pela Editora da Unesp.

Segundo Peter May, um dos palestrantes, o "degrowth", que na França tem seus maiores defensores, entra em choque com o crescimento acelerado dos Brics, time de nações emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China.

"Como convencer esse grupo, que esperou tanto por sua vez na fila do crescimento econômico, de que é possível avançar sem repetir o modelo capitalista vigente, passando a gastar menos energia, lançando menos poluentes na atmosfera?", indaga May.

Para ele, os Brics, que atualmente detêm 43% da população mundial, 30% da área territorial do planeta e apenas 13% do PIB, passarão a ocupar posição de destaque no cenário econômico mundial, respondendo por 75% da riqueza mundial a partir de 2030.

"Para esse time, a idéia de desaceleração é quase uma blasfêmia", diz May. Entretanto ele defende a necessidade de um plano alternativo para que os efeitos do aquecimento global não se agravem.

Os Brics dão sinais de que avançam em um modelo que acentuará ainda mais esses problemas. "A curva entre renda per capita e emissão de gás carbônico tem aumentado nesses países", diz May. Na sua avaliação, isso mostra que o enriquecimento desses países acontece com altos níveis de poluição, especialmente de gases, como o dióxido de carbono, que contribuem para o aquecimento do planeta.

Dupas considera que a indústria automobilística é um termômetro desse fenômeno. Segundo ele, está em curso uma estratégia de negócio entre as montadoras que prevê o lançamento de veículos abaixo de US$ 3.000.

Recentemente, a indiana Tata lançou o carro mais barato do mundo, por US$ 2.500. "Dirigentes do setor afirmam que não sobreviverá quem tiver carros acima desse preço. Imagine o impacto disso no ambiente", diz Dupas.

Combustíveis e energia - Parte do agravamento da situação ambiental também se deve à estrutura de preço da energia e dos combustíveis.

Dias afirma que os chineses estão entre os que mais abusam do consumo de recursos naturais. "Na China, o governo usa a taxa de câmbio corrente para praticar preços baixos de combustíveis líquidos. O litro da gasolina acaba saindo por cerca de R$ 0,40." Para ele, esse tipo de política significa um incentivo governamental à promoção do

crescimento a qualquer preço. Ainda segundo Dias, Índia e Brasil diferenciam-se da China nesse quesito e estão muito próximos na curva que mostra os gastos e os custos de energia e de combustíveis. "Quanto menor o custo, maior o gasto energético. Índia e Brasil têm gastos mais comedidos."

Dias acredita que a produção de álcool e de biodiesel é uma boa alternativa aos derivados de petróleo (mais poluentes), mas os produtores ainda encontram dificuldades, particularmente no Brasil e na Índia.

Países desenvolvidos preocupam-se com a redução das áreas destinadas ao cultivo de alimentos, temendo uma migração de produtores que escolherão os combustíveis e não os armazéns de distribuição de alimentos. Essa prática já ocorre e está provocando alta no preço das commodities.

Outro problema é a política de incentivos à produção dos biocombustíveis. "De onde virão os subsídios à produção do biodiesel?", indaga Dias. Para ele, além do efeito da alta no preço da soja, os produtores não estão conseguindo cumprir os contratos de entrega para os leilões realizados pelo governo porque precisam de ajuda governamental. "É diferente do álcool, que conta com estímulos há várias décadas."

'Há um espírito de aprovação prévia no Ibama' - **Soraya Aggege – Entrevista com Marcelo Furtado – O Globo – O País – 25/05/2008**

SÃO PAULO. Uma das organizações ambientais mais atuantes do mundo, conhecida por não aceitar doações de governos nem empresas e com 35 mil filiados no Brasil, o Greenpeace se diz preocupado com o comportamento do governo Lula no meio ambiente. Embora simpático ao novo ministro, Carlos Minc, o Greenpeace acendeu uma espécie de luz amarela depois das declarações do novo presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, que prometeu acelerar os licenciamentos, inclusive de Angra 3, além de priorizar a liberação das obras do PAC. Em entrevista ao GLOBO, o engenheiro químico Marcelo Furtado, de 44 anos, diretor de campanhas do Greenpeace, diz que há um "espírito de aprovação prévia" hoje no Ibama.

O GLOBO: O Greenpeace fez duras críticas ao governo após a saída de Marina Silva do Meio Ambiente. Afinal, realmente mudou alguma coisa com Carlos Minc?

MARCELO FURTADO: Ele tem um trabalho enorme pela frente, no sentido de resgatar a credibilidade do ministério, que foi embora com Marina. Ele terá que provar agora que, na busca de fazer um licenciamento mais eficiente, não comprometerá a integridade das análises. Qualquer brasileiro é a favor de desburocratizar as coisas neste país, mas nossa grande preocupação é que, na busca deste processo, não se comprometa a integridade ambiental da análise. O novo presidente do Ibama, Roberto Messias, já acenou que não só vê todas as obras do PAC como prioridade para o país, como já acena que Angra 3 está perto de ser finalizada. Angra 3 é algo muito complexo porque não há o que fazer com o lixo nuclear.

Ele não pode ser mantido dentro da usina eternamente. Outro problema muito sério é que nem todas as obras do PAC não terão problemas ambientais.

Afirmar já de saída que essas obras são prioridade cria uma sensação de que há um espírito de aprovação prévia, o que nos deixa muito preocupados, porque queremos garantir que essas análises serão feitas com cuidado.

'É como uma licença política para desmatar'

O GLOBO: Como você vê a agenda ambiental do governo?

MARCELO FURTADO: O problema é que o governo Lula abriu mão da agenda ambiental.

Com a saída de Marina, acenou que agora o negócio é crescimento sustentado, e não crescimento sustentável. Assim, uma declaração como essa do novo presidente do Ibama nos deixa muito preocupados, porque parece mais cunhada para a ministra Dilma Rousseff que para o ministro Carlos Minc, que disse que aceleraria processos mas não comprometeria a qualidade ambiental.

Então o discurso de Minc está desvinculado da realidade que o Ibama estaria colocando e do próprio projeto do governo e de Dilma?

FURTADO: Dá para sentir que há uma mensagem ambígua, e nós já vimos esse filme antes.

Por exemplo, quando o Ministério do Meio Ambiente disse que a Amazônia não era lugar para soja e gado e o Ministério da Agricultura considerou um bom lugar. Recentemente tivemos prioridades conflitantes e o resultado foi que o índice de desmatamento subiu. A fronteira agrícola também avançou: hoje temos mais cabeças de gado do que habitantes.

Como o Greenpeace assiste a essas divergências entre Minc e Blairo Maggi?

FURTADO: O problema é que há um conflito de modelo.

Maggi agora defende abertamente uma plataforma que é um suicídio para o país e para o próprio agronegócio. Ele defende o avanço da fronteira agrícola até sobre a Amazônia.

Lá é a nossa grande caixa d'água. Declarações como a de Maggi só incentivam o agricultor a desmatar. É como se desse uma licença política para desmatar. Na Amazônia nós temos um vácuo de governança, uma ausência do estado.

E a proposta da polícia ambiental?

FURTADO: Toda iniciativa que leva mais governança à Amazônia é importante.

Além da Amazônia, quais os desafios para Minc?

FURTADO: O próximo será o setor energético. Cerca de 23% das nossas emissões vêm do setor de energia. O Brasil precisará pensar uma matriz limpa.

A tendência hoje, pelos planos do Ministério de Minas e Energia, é sujar nossa matriz com carvão, diesel, nuclear e mesmo o hidrelétrico. Em vez de Angra 3, deveríamos estar fazendo um grande parque eólico no Nordeste. Outro desafio é a poluição industrial. Um terceiro desafio é a poluição das grandes cidades.

E os biocombustíveis?

FURTADO: Eles não são a salvação da lavoura, por isso não concordamos quando Lula diz que o Brasil pode ser a Arábia Saudita verde. Outro ponto é que precisa ser regulamentada.

Não há controle nem garantias de que não atingirá as florestas, o uso da água, os insumos químicos, o impacto social.

Minc diz que vai mudar Lei de Crimes Ambientais **- Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – O País – 25/05/2008**

O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), anunciou que mudará a Lei de Crimes Ambientais, que completa dez anos. Em 31 de março, ele havia levado ao presidente Lula propostas para alterar a legislação, que, cheia de brechas, não tem conseguido desestimular os crimes ambientais. Na época, o então secretário do Ambiente do Rio ficou de enviar as sugestões também à ministra Marina Silva e à bancada do PT na Câmara.

A decisão de propor mudanças na Lei 9.605/98 (conhecida como Lei da Vida) foi motivada pela série "A impunidade é verde", publicada no GLOBO entre 16 e 24 de março, que expôs as falhas da legislação.

— Vou levar o Padroni (José Maurício Padroni, da Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais, do Rio) para lá, vou fazer a crítica lá, vou dar porrada nos crimes ambientais.

Se vou licenciar por um lado, se não der porrada em outro, não tem jeito. Vou mexer na Lei de Crimes Ambientais e em regulamentações que já possam ajudar.

É certo — afirmou Minc.

Uma das principais propostas para aumentar o rigor da lei é a criação da figura do traficante. Inspirado na Lei de Drogas, Minc propõe que o tráfico seja punido com rigor. Pela lei atual, não há diferença entre pequenos e grandes infratores. Segundo especialistas, depois do tráfico de drogas e armas, o de animais silvestres é o mais rentável, mas as punições, quando existem, costumam ser brandas. Pela proposta, a pena, hoje de seis meses a um ano de detenção e multa, passaria para detenção de um a três anos e multa.

— A gente aumenta (a pena) numa proporção que não cai no ridículo: prendeu um passarinho, 20 anos de prisão. Mas tira a possibilidade de ela ser convertida em cesta básica — explicou à época.

Pena maior também para desmatamento **– O Globo – O País – 25/05/2008**

Crime seria punido com até três anos de prisão e

multa O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), quer ainda que o baixo grau de instrução do infrator deixe de ser um atenuante da pena, como acontece hoje. Para ele, a lei deve proteger a pessoa que age para sua subsistência. Já quem contrata terceiros para a prática do crime ambiental, segundo ele, não deve se beneficiar.

Pela proposta de Minc, o desmatamento também seria punido com mais rigor. A pena do artigo 50 (destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas, ou vegetação fixadora de dunas), de três meses a um ano de detenção e multa, passaria para de um a três anos de detenção e multa. Seria agravada no caso de o crime ser cometido após notificação pelo Poder Público sobre o iminente risco de danos ao meio ambiente.

Ao justificar as propostas de mudanças em março, Minc disse que "há clamor nacional em relação ao meio ambiente, ao clima e à Amazônia". Afirmou que as empresas têm mais preocupação ambiental e o governo é cobrado interna e externamente.

O artigo 44 (extrair minerais de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização) também seria mudado. Hoje, a pena é de seis meses a um ano e multa. Pela proposta, a pena passaria a ser de um a três anos de detenção e multa. (Paulo Marqueiro e Tulio Brandão).

Vale do Javari agoniza com malária e hepatite **– Demétrio Weber - O Globo – O País – 25/05/2008**

ALDEIA SÃO SEBASTIÃO, VALE DO JAVARI (AM). A reserva indígena Vale do Javari, área do tamanho de Santa Catarina localizada no Oeste do Amazonas, agoniza com a malária, a hepatite e índices de mortalidade infantil só comparáveis aos do Afeganistão e de países miseráveis e conflagrados na África. A reserva abriga 3.700 índios, espalhados em 50 aldeias. Há um número desconhecido de tribos isoladas na região, onde o impacto das doenças é ignorado.

A dificuldade de acesso e de remoção de pacientes graves e a falta de estrutura para a atuação dos agentes de saúde não são os únicos problemas. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão do Ministério da Saúde responsável pelo atendimento indígena, não tem médico algum na região, só enfermeiros e auxiliares.

Vale repetir: não há médico nos 8,5 milhões de hectares da terra indígena Vale do Javari. A taxa de mortalidade infantil na reserva, no ano passado, foi de 123,07 óbitos de menores de 1 ano para cada mil bebês nascidos vivos, índice cinco vezes maior do que a média nacional entre nãoiacute;ndios (22,6, em 2006) e duas vezes e meia acima da média indígena (48,5). Apenas o Afeganistão e seis países africanos, entre eles Serra Leoa, Angola e Libéria, têm taxas maiores, entre os 194 países e territórios monitorados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Mas nenhum supera a aldeia de Massapê: 277,7.

'Antes, a gente morria de velho'

A malária, doença transmitida por mosquito, debilita toda a população. As crianças são as principais vítimas. Segundo a Funasa, os casos de malária superaram o número de habitantes da reserva em 2007, o que significa que pessoas foram infectadas mais de uma vez no ano. Já a hepatite B atingia 7,7% dos moradores, dos quais boa parte não recebe tratamento.

A Funasa lançou em abril uma operação com apoio das Forças Armadas, ao custo de R$ 3 milhões.

Até junho, helicópteros levarão os agentes às tribos, onde barcos e soldados dão apoio logístico. Médicos foram recrutados em outras cidades. Entre 15 e 19 de maio, o GLOBO acompanhou a incursão em três aldeias dos marubos: Maronal, São Sebastião e Fonte Boa.

Em São Sebastião, 38% dos índios estavam com malária, incluindo o cacique Maiãpa, de 62 anos, cujo nome civil é Said Reis, e o agente indígena responsável pelo posto local da Funasa, Uaképa, ou Américo Miguel Doles.

— A malária já matou muita gente. Antes, se morria de velho ou de mordida de cobra — disse o cacique Maiãpa, que se tratava da segunda malária no ano.

Os marubos receberam a equipe com desconfiança. Anos atrás, dizem, agentes de saúde foram à região para coletar sangue, mas nunca retornaram. Em Maronal, foi preciso um dia de reunião com o diretor de Saúde Indígena da Funasa, Wanderley Guenka, para convencê-los.

Seqüestro para garantir posto

Em São Sebastião, onde o material de construção do futuro posto de saúde ainda espera o início da obra, os ânimos se exaltaram. As sete garrafas de álcool de limpeza que sumiram da bagagem do dentista da equipe podem ter ajudado — o alcoolismo preocupa o governo, embora a dificuldade de acesso à região reduza o problema.

Dois dias antes, os índios de São Sebastião, cuja população é de 98 pessoas, já haviam cogitado seqüestrar o diretor da Funasa.

Eles queriam um documento por escrito com a promessa de início da construção.

Como a maioria não fala português, a reunião teve um intérprete.

Constrangido, ele traduziu para Guenka a frase do agente Uaképa, que já perdeu um filho com hepatite e tem uma neta de 6 anos com a doença: — Se não começar a obra, ele está se preparando para amarrar autoridade mentirosa.

Guenka respondeu: — Não é um papel que vai garantir nada. Não vim para mentir.

Esta operação não foi fácil, tem que convencer gente muito mais forte do que eu no governo.

Quase ninguém enxerga o Javari. É esquecido. Não vou assinar esse documento.

O diretor prometeu dar início à obra em dez dias. Ganhou — e usou — um cocar.

Em Maronal, o índio Pei ou Paulo Barbosa da Silva, de 29 anos, é portador de hepatite dos tipos B e D, o mais grave. Sua mulher Vo, de 26 anos, já teve hepatite A. A filha do casal, de 11 meses, contraiu malária pela primeira vez aos 4 e está novamente infectada. Pei, que é professor de ensino fundamental na aldeia, leu um manifesto em português para Guenka. O texto dizia que a área está em situação de calamidade pública e que a operação da Funasa corre o risco de virar “um show em cima dos nossos problemas de saúde”, se não houver continuidade.

O repórter viajou de Cruzeiro do Sul (AC) às aldeias a convite da Funasa.

O primeiro sutiã a gente nunca esquece

Índias se encantam com acessório, que, segundo elas, deixa tudo no lugar

ALDEIA FONTE BOA, VALE DO JAVARI (AM). Usar sutiã virou moda entre as índias marubos, no Vale do Javari.

Elas dizem que o acessório é o melhor remédio para seios caídos.

Vaidosas, estão encantadas com o efeito da combinação de sutiãs e colares coloridos de miçangas.

— Antigamente, não usávamos porque não conhecíamos. Depois que tivemos contato com nãoiacute;ndios, todo mundo se interessou. Acho bonito.

Deixa tudo assim no lugar, inclinado, normal — diz a índia Viñawa Marubo, que tem o nome civil de Amélia Barbosa da Silva.

Aos 35 anos, ela é mãe de cinco filhos e conta que não usava sutiã na juventude. Viñawa é professora de ensino fundamental numa outra aldeia, a São Sebastião, e recebe salário do governo do Amazonas.

As demais mulheres produzem colares e pulseiras para comprar sutiãs, saias e batom. A bijuteria é vendida nos municípios mais próximos: Atalaia do Norte (AM), a cerca de 450 quilômetros em linha reta, e Cruzeiro do Sul (AC), a 250. A viagem de barco demora dias.

Outra opção é trocar com as agentes de saúde que visitam as aldeias.

O sutiã faz parte do vestuário das mulheres adultas. Adolescentes e idosas andam com os peitos à mostra.

O batom é outro produto feminino que faz sucesso. Ele substituiu o urucum, o pau-brasil e o jenipapo.

Mais do que os lábios, as índias o utilizam para pintar o rosto — o risco vermelho vai de uma têmpora à outra, na altura dos olhos.

Entre os marubos, a iniciação sexual das mulheres começa após a primeira menstruação. É comum ver índias de 13 anos já casadas e com filho no colo. Os homens podem ter mais de uma esposa.

Ao contrário da maioria das índias marubos, Viñawa fala português.

Ela aprendeu numa escola mantida por freiras em Cruzeiro do Sul, onde conta que enfrentou muito preconceito por ser índia.

A professora se casou aos 22 anos, o que é considerado tarde na população indígena. Ela diz que, no tempo de sua mãe, eram os pais que escolhiam o marido. Não foi o seu caso.

A tradição mudou, mas casamentos arranjados ainda ocorrem, especialmente se a mulher demora a casar: — Se ela fica sem marido e alguém se interessa, o pai entrega a filha. Temos que respeitar — diz ela.

Remédios da floresta **- Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 25/05/2008**

O Brasil tem algumas das mais biodiversas florestas do planeta, mas o tratamento com plantas ainda é muito pouco utilizado por profissionais de saúde. Diferentemente do que ocorre na China, por exemplo, onde a maioria das terapias corriqueiramente receitadas é fitoterápica, por aqui a prática é muitas vezes restrita a pessoas sem formação técnica e, por isso mesmo, marginalizada.

Numa tentativa de mudar este quadro, foi organizado pela primeira vez no país um catálogo voltado para especialistas, a exemplo do que existe para medicações alopáticas: o Índice Terapêutico Fitoterápico (ITF), lançado pela Epub.

O catálogo apresenta 320 plantas selecionadas entre as de uso mais corrente e entre as que estão em maior evidência no mundo todo.

Mas o principal é que o trabalho dá prioridade a plantas sobre as quais tenham sido feitos estudos — aqui ou no exterior — e os cita. Para cada uma das espécies listadas são apresentadas, como em qualquer índice alopático, princípios ativos, indicações, contra-indicações, efeitos colaterais, posologia, toxicologia, farmacologia, entre outras informações.

— Não considero um livro exclusivo para técnicos, ele tem uma linguagem clara que atende o leigo também. Mas tem essa característica de esclarecer os profissionais de saúde — explica a editora científica do catálogo, Ângela Lima, agente de saúde popular e herbalista.

— Em vez de priorizar as informações que tradicionalmente aparecem nas obras sobre plantas, damos ênfase a questões mais técnicas que não costumam ser veiculadas.

Procuramos reunir a maior gama possível de informações sobre cada uma das plantas, sobretudo o que pudesse ser mensurado e comprovado cientificamente.

Segredos de espécies nacionais e estrangeiras É o primeiro catálogo do tipo organizado no Brasil. Até hoje, a referência para os fitoterápicos nacionais, inclusive para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), era uma publicação americana. Mas nem todas as plantas citadas são brasileiras.

— São muitas plantas da Mata Atlântica, outras da Amazônia, mas não só — explica Ângela. — Muitas das plantas hoje perfeitamente adaptadas ao país e muito difundidas não são de origem brasileira, como a manga e o tamarindo, por exemplo, mas não tinha por que deixá-las de fora. De qualquer forma, a grande maioria é encontrada facilmente no país.

Outra razão importante para não se fazer um catálogo somente com plantas medicinais nacionais está relacionada justamente à marginalização da fitoterapia, apesar de a prática da chamada medicina tradicional ser aceita e estimulada pela própria Organização Mundial de Saúde (OMS).

Estima-se que as florestas brasileiras abriguem nada menos que 12 mil espécies medicinais. Mas pouquíssimas foram pesquisadas com rigor, ao passo que plantas como o ginseng, por exemplo, são vastamente estudadas em todo o mundo.

— Não faria sentido deixar uma planta dessas de fora do catálogo e incluir uma outra para a qual não existem estudos científicos apenas por ser nacional — justificou a editora científica

Patrimônio genético das matas é pouco explorado

Surpreendentemente, a maioria das pesquisas sobre plantas medicinais brasileira usadas por Ângela é de autores estrangeiros. Especialistas em biodiversidade de florestas nacionais como a Mata Atlântica e a Amazônia alertam que o patrimônio genético, uma das maiores riquezas do país, é extremamente mal explorado.

Pior, corre o risco de desaparecer antes mesmo de ser descoberto por conta da destruição das matas ou ainda ser pesquisado — e patenteado — por estrangeiros, como aconteceu com o cupuaçu, cujos direitos de comercialização pertenciam a uma empresa japonesa.

Foram seis anos de contenda judicial para que, finalmente, no início da semana passada, o cupuaçu pudesse ganhar o status de fruta nacional.

— Temos o maior patrimônio genético da Humanidade — sustenta Ângela. — E esse patrimônio está sendo roubado do Brasil. Gostaria muito que os laboratórios nacionais olhassem com mais seriedade para as velhinhas que coletam plantas nas grotas dos rios porque os estrangeiros estão fazendo isso. E de vez em quando temos uma surpresa quando aparece uma patente dessas no exterior. Já imaginou pagar royalties para tomar um remédio oriundo de uma receita que a sua avó já conhecia? Ninguém merece.

Na análise de Ângela, a fitoterapia não tem posição de destaque no arsenal de tratamentos médicos disponíveis no país porque não é feita com seriedade.

— É preciso ter um profissional tarimbado acompanhando o tratamento, não dá para se medicar por conta própria — afirma a especialista. — É possível tratar muitas doenças com plantas. Veja, plantas bem simples contêm até 30 princípios ativos.

Mas a questão é saber o que vai utilizar, em que dosagem, por quanto tempo, de que forma. Chazinho não é solução. É preciso ter formulações específicas. O ideal é que se trabalhe com medicamentos encapsulados, padronizados em

laboratórios, com as dosagens exatas do princípio ativo. Estamos falando de fitoterapia, não dessa coisa romântica de infusões.

SALSAPARRILHA: Seu uso terapêutico foi descrito pela primeira vez em 1574 por um médico francês. É usada em várias culturas para tratamentos de problemas de pele, eczemas e disfunções digestivas

PITANGA: Nativa do Brasil, Argentina e Uruguai, a fruta é rica em vitamina C e flavonóides, com alto poder antioxidante. É indicada para problemas cardiovasculares, bronquites e reumatismos

BATATA-YACON: A raiz de origem japonesa é ideal para diabéticos por conter pouco amido e, por isso, não elevar as taxas de açúcar no sangue. Indicada também para casos de colesterol alto

CAPUCHINHA: Original do Peru e do México, é uma das plantas mais pesquisadas hoje no Brasil. Costuma ser usada para problemas como bronquite, infecções urinárias e como diurético

CHAPÉU-DE-COURO: Muito usada na medicina popular brasileira, a planta é pouco estudada e seus princípios ativos são pouco conhecidos. Sabe-se, no entanto, que tem ação na função renal e nos reumatismos

CAVALINHA: A ingestão de grandes quantidades da folha pode ser tóxica. Em dosagens corretas, é usada no tratamento de doenças dos rins e da bexiga por seu poder diurético

MELÃO-DE-SÃO-CAETANO: Muito utilizada por tribos amazônicas, a fruta tem uma vasta gama de indicações, como bactericida, antiviral. Apresenta, no entanto, efeitos colaterais em dosagens altas

AMORA-PRETA: Originária da China, onde serve de alimento para o bicho-da-seda, foi trazida por europeus e asiáticos. É usada nas afecções da boca, dentes, garganta e pulmão. Tem efeito laxante

NOZ-DE-COLA: Considerada um eficiente estimulante cerebral, é indicada para casos de estresse, cansaço físico e mental, depressão, melancolia. Nativa de Togo, Serra Leoa e Angola

ALCACHOFRA: Originária da região mediterrânea da Europa, é cultivada há milhares de anos. Há relatos de seu uso medicinal e comestível entre os antigos gregos e romanos

GUARANÁ: Indicado no tratamento de fadiga, cansaço excessivo, estresse, perda de memória, dificuldade de raciocínio. É natural da Amazônia brasileira e considerado uma planta sagrada pelos índios

CORDÃO-DE-FRADE: Natural da África e da Índia está bem aclimatada em todo o Brasil.

Trata-se de uma erva muito comum na medicina caseira e homeopática como analgésico e antiespasmódico

COUVE: Usada nas afecções pulmonares, como tosse, asma, bronquite, rouquidão, é considerada um bom expectorante. É muito rica em proteínas, sais minerais e aminoácidos essenciais

MACELA-DO-CAMPO: Indicada para problemas digestivos, hepáticos e diarréias. É também um relaxante muscular. A planta ocorre em toda a América Latina e é utilizada há centenas de anos por índios brasileiros

Abin: Amazônia é avaliada em US$ 50 bilhões – CAPA - Ilimar Franco e Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 26/05/2008

BRASÍLIA. Um relatório reservado da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) informa que o empresário sueco Johan Eliasch, consultor do primeiroministro inglês Gordon Brown, avaliou que poderia comprar toda a Floresta Amazônica por US$ 50 bilhões. Eliasch fez a declaração para estimular empresários ingleses a comprar ou fazer doações para a aquisição de terras na Amazônia.

A Polícia Federal e a Abin investigam o suposto envolvimento de Eliasch com a compra de 160 mil hectares de terra no Amazonas e em Mato Grosso, como revelou ontem a coluna Panorama Político, do GLOBO.

"Eliasch realizou, entre 2006 e 2007, reuniões com empresários e propôs que comprassem terras na Amazônia, chegando a afirmar que seriam necessários 'apenas' US$ 50 bilhões para adquirir toda a floresta", alerta relatório da Abin enviado ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal.

O futuro ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que assume o cargo amanhã, manifestou preocupação: — Estou chocado e vou mandar apurar essa história assim que tomar posse.

Conselheiro de Gordon Brown para questões de desmatamento e energia limpa, Eliasch é um dos fundadores da organização não-governamental Cool Earth, entidade que está na lista de ONGs suspeitas de irregularidades na Amazônia, produzida pelo Ministério da Justiça desde o ano passado.

A partir das doações, a ONG compraria terras na Amazônia, no Brasil e no Equador. Para a Abin, a compra sistemática de terras na região por estrangeiros pode representar, no futuro, riscos à soberania nacional.

No relatório sobre a Cool Earth, os analistas de inteligência associam as compras de terras com declarações de políticos ingleses sobre a necessidade de preservar a Amazônia acima dos interesses específicos do Brasil: "Por mais de uma vez, políticos ingleses colocaram a preservação do meio ambiente acima de questões de soberania nacional, partindo do pressuposto de que países como o Brasil não são capazes de cuidar de suas florestas".

Preservação seria desculpa para venda da Amazônia As terras adquiridas a partir da movimentação da ONG estariam em nome da Floream e da Empresa Florestal da Amazônia, empresas sob o controle do Brazil Forestry Fund Investiment.

O fundo foi registrado em Delaware, nos Estados Unidos, onde a legislação proíbe a divulgação de informações sobre os sócios das empresas.

Só nos municípios de Itacoatiara, Manicoré, Humaitá e Novo Aripuanã, a Floream e a Florestal da Amazônia detêm 120 mil hectares. O fato de algumas dessas fazendas serem vizinhas de propriedades onde, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, já existem pedidos para exploração de ouro chamou a atenção da Abin.

Outra fazenda em Mato Grosso estaria dentro de terras da Força Aérea Brasileira, na Serra do Cachimbo, uma das mais importantes bases militares brasileiras na divisa entre o Pará e Mato Grosso, e dentro do Parque Estadual do Cristalino (MT).

Um pedaço de floresta por US$ 70 **- Fernando Duarte – O Globo – O País – 26/05/2008**

Site da ONG Cool Earth diz que 37.100 acres já foram comprados

LONDRES. A Cool Earth foi fundada no fim de 2006 pelo parlamentar do Partido Trabalhista Frank Field, tendo como um dos principais patronos o milionário sueco Johan Eliasch, consultor do primeiro-ministro Gordon Brown para assuntos relacionados à preservação ambiental e a energias limpas.

Segundo o site da ONG, US$ 70 garantem a um indivíduo a compra de meio acre de floresta, com direito a certificado e informações detalhadas sobre as atividades e o terreno, incluindo a possibilidade de visualização da área usando os recursos de observação por satélite do site Google Maps.

Dos três projetos da ONG, dois estão no Brasil, incluindo os polêmicos terrenos em Mato Grosso. Ainda segundo a Cool Earth, cerca de 37.100 acres de floresta foram comprados até a semana passada.

Eliasch era colaborador do Partido Conservador Desde o final do ano passado, a ONG tem divulgado sua proposta de preservar as florestas tropicais com a compra de grande extensões de terra em regiões como a Amazônia e com o estímulo de atividades econômicas menos predatórias, um projeto em que Eliasch já teria investido cerca de US$ 16 milhões.

O empresário, mais conhecido por ser presidente do conselho executivo da empresa de material esportivo Head (famosa por fabricar raquetes e esquis), tem uma trajetória curiosa nos círculos do poder britânico. Até setembro do ano passado, Eliasch estava ligado ao Partido Conservador, a principal força de oposição no Reino Unido. Era um dos principais doadores individuais da legenda, tendo desembolsado cerca de US$ 5 milhões em contribuições. No entanto, surpreendeu os conservadores a aceitar o convite para trabalhar com Brown.

Já Frank Field está desde 1979 no Parlamento Britânico, eleito seguidamente pelo distrito de Birkenhead. Com a vitória trabalhista nas eleições de 1997, que puseram fim a 18 anos de governo conservador, aproximou-se do então premiê Tony Blair e dele recebeu a pasta da reforma previdenciária. Recentemente, foi um dos líderes da rebelião de parlamentares que obrigou Brown a cancelar o lançamento de um novo pacote fiscal.

O lançamento da Cool Earth foi bem divulgado pela imprensa britânica, geralmente de maneira favorável. Mas houve também espaço para críticas de que Field e Eliasch estavam promovendo um tipo de colonialismo verde. Algumas entidades ambientais lembraram que a propriedade particular de terras na Amazônia tem contribuído para aprofundar os problemas sociais das populações indígenas.

Procurada pelo GLOBO, a Cool Earth não se pronunciou a respeito da investigação da PF

Carlos Minc toma posse como ministro do Meio Ambiente nesta terça-feira **– Sítio Eletrônico do MMA – 26/05/2008**

O ex-secretário do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc, toma posse como ministro do Meio Ambiente, nesta terça-feira (27), às 15h, no Palácio do Planalto, em solenidade com a presença do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A solenidade de transmissão de cargo será, às 18h, no auditório da Agência Nacional de Águas (Setor Policial Sul).

MMA realiza oficina para integrar políticas sobre água, florestas e solos **– Sítio Eletrônico do MMA – 26/05/2008**

Terá início nesta terça-feira (27), a Oficina Água, Floresta e Solos com o objetivo de integrar os conhecimentos relativos aos três temas, demonstrar como a conservação ambiental contribui para promover os usos múltiplos da água, destacar a conservação dos recursos naturais como prerrogativa para o desenvolvimento econômico e gerar subsídios para uma proposta de resolução que pretende reunir as políticas de recursos hídricos, florestais e de uso dos solos. O encontro promovido pelo Ministério do Meio Ambiente será realizado no auditório do edifício Marie Prendi, na W2-Norte (505).

A abertura do encontro será, às 19h, com a conferência "A inclusão do meio ambiente como variável do desenvolvimento econômico". No dia 28 serão realizadas mesas de debates a partir das 8h30. A primeira discutirá o tema "Base Legal para a Integração das Políticas Públicas de Recursos Hídricos, Florestais e de Uso dos Solos". A discussão terá como eixo o questionamento sobre a possibilidade de integração das políticas e seus desafios e entraves do ponto de vista jurídico e institucional.

O segundo debate vai tratar sobre "O papel da floresta na conservação das bacias hidrográficas contribuindo para o uso múltiplo da água" e terá por objetivo discutir os impactos que as florestas têm nos corpos d'água e como elas podem contribuir para que se efetive o uso múltiplo da água.

Na última mesa, antes da plenária final, a discussão será sobre "Desafios e estratégias para a sustentabilidade do uso dos recursos naturais", cujo objetivo será discutir como fomentar o desenvolvimento sustentável através do uso racional dos recursos ambientais e da preservação dos serviços ambientais.

Projeto de lei fere a Convenção da Biodiversidade **– Sítio eletrônico do MST – 26/05/2008**

Um projeto de lei que libera o uso de sementes transgênicas estéreis pode colocar o Brasil em rota de colisão com a Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (CBD, na sigla em inglês), alerta Julian Perez, representante da organização não-governamental brasileira Centro Ecológico. Se aprová-lo, o Congresso cria uma lei que bate de frente com a moratória imposta pela CBD às sementes que geram plantas incapazes de se reproduzir.

Todos os países signatários devem seguir as diretrizes da CBD. No Brasil, isso tem respaldo em determinação do governo federal. Perez participa em Bonn, Alemanha, da COP 9 (Nona Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica), que reúne líderes dos 191 países signatários do tratado lançado na Eco-92, no Rio de Janeiro. O Centro Ecológico lidera mobilização na América Latina contra as sementes trangênicas estéreis - também conhecidas como sementes suicidas, ou "terminator". Hoje, o uso das "terminator" é proibido em todo o mundo - a moratória definida pela CBD permite apenas a realização de testes em laboratório.

O projeto de lei 268/07, apresentado pela hoje senadora Katia Abreu e reapresentado e relatado pelo deputado federal paranaense Eduardo Sciarra (ambos do DEM) modifica a Lei de Biossegurança para permitir o plantio das sementes "terminator" no Brasil. Atualmente, a Lei proibe a utilização "de qualquer processo de intervenção humana para geração ou multiplicação de plantas geneticamente modificadas para produzir estruturas reprodutivas estéreis, bem como qualquer forma de manipulação genética que vise à ativação ou desativação de genes relacionados à fertilidade das plantas por indutores químicos externos". Quem usar as "terminator" pode pegar até cinco anos de prisão.

"A moratória às "terminator" foi definida na COP 5. Há dois anos, em Curitiba, durante a COP 8, elas voltaram à pauta, numa tentativa de afrouxar-se as restrições, mas a moratória acabou mantida. Em Bonn, não há previsão de que o tema volte à pauta", explica Perez. Ou seja, a Câmara dos Deputados pode decidir liberar uma tecnologia cuja utilização sequer será considerada na Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU. "Se aprovar a proposta, a Câmara estará indo contra a posição do governo brasileiro na COP 9, pois o Palácio do Planalto não fez qualquer tentativa de rediscutir a moratória aqui em Bonn", acrescenta Perez.

"As produtoras de organismos geneticamente modificados desenvolveram as sementes suicidas para facilitar a cobrança de royalties sobre o uso de trangênicos", diz Perez. Hoje, quem planta uma variedade de transgênico que não é estéril pode separar parte das sementes produzidas para replantar na safra seguinte. Isso dificulta o recolhimento dos royalties. Como as plantas originadas de sementes "terminator" não se reproduzem, só resta ao agricultor comprar novas sementes - e pagar novos royalties ao fabricante.

Além da dependência imposta ao agricultor, a provável contaminação de plantas convencionais pelas sementes suicidas também preocupa os ambientalistas. Levadas pelo vento, as sementes podem infiltrar-se em plantações a quilômetros de distância. "No Paraná, há casos de contaminação com soja transgênica em plantações orgânicas. Por isso, os agricultores perderam a certificação de produtores orgânicos. A Sadia, que compra soja convencional para alimentar os frangos que exporta para a Europa - por exigência dos consumidores - tambem já rejeitou lotes que estavam contaminados por transgênicos sem que os produtores soubessem", explica.

A facilidade da contaminação varia conforme a planta. Na soja, cuja polinização é fechada, ela é mais difícil. Já o milho, que tem polinização aberta, é extremamente vulnerável. Por isso, a segregação das plantações transgênicas, definidas por lei, devem ser rígidas. Mas nem sempre é assim.

Tome-se o exemplo do milho geneticamente modificado, que recentemente teve o plantio liberado no Brasil pelo Comitê de Biossegurança. "Para evitar contaminação, o Comitê determinou que haja uma separação mínima de 100 metros entre lavouras transgênicas e convencionais. Mas, na França, já se encontrou milho convencional contaminado por transgênicos plantados a 35 quilometros de distância", diz Perez.

A indústria de transgênicos usa a contaminação como argumento a favor da sementes "terminator". "As multinacionais dizem que uma planta contaminada por semente suicida nao irá reproduzir-se. É uma meia verdade, pois a primeira geração irá brotar. E, depois disso, o que fica é um prejuízo para o produtor que teve sua lavoura contaminada", argumenta o ambientalista.

Além disso, a União Européia investe cinco milhões de euros no desenvolvimento das sementes zumbis - "terminators" que podem ser "desesterelizadas" pela aplicação de produtos químicos. Com isso, cai por terra o argumento de que as sementes suicidas freiam a contaminação. "Por trás disso, há ainda uma manobra para colocar a responsabilidade pela eventual contaminação nas costas do produtor, pois com as sementes zumbis ele poderá optar por aplicar produtos para que as ´terminators` continuem a produzir", aponta Perez. "A indústria poderá dizer que produz uma semente que não leva a contaminação adiante, e que ela só ocorreu porque o agricultor quis assim", alerta o ambientalista. **(Com informações da Agência Estadual de Notícias)*

Via Campesina faz protestos no Dia da Biodiversidade

Na tarde da última quinta-feira (22/05), ativistas da Via Campesina internacional protestaram durante as celebrações oficiais do Dia Internacional da Biodiversidade, durante a 9ª Conferência das Partes (COP) da Convenção da Biodiversidade da ONU, que acontece em Bonn, na Alemanha.

“Esta devia ser uma celebração da agrobiodiversidade, mas nenhum camponês, pescador ou representante dos povos indígenas foi convidado a participar. Apesar das promessas do Secretariado da Convenção, o pedido da Via Campesina para participar da agenda formal foi recusado”, afirma comunicado da entidade.

A ação da Via Campesina ocorreu imediatamente após a fala de Ban Ki-moon, Secretário Geral da ONU, aos delegados da Convenção. As bandeiras diziam "Não há agrobiodiversidade sem camponeses" e "Comida, não combustíveis".

Os integrantes da Via Campesina foram aplaudidos pelos delegados quando gritaram "natureza para os povos, não para a indústria". Depois de alguns minutos, as bandeiras foram arrancadas pela segurança do evento, e as credenciais de quem as seguravam foram canceladas.

A Via Campesina adverte sobre os interesses corporativos que estão por trás de uma nova Revolução Verde na África como estratégia para incrementar a produtividade. Ainda que a indústria utilize conceitos como "sustentabilidade", "participação" e "manejo da biodiversidade", o modelo de produção proposto é o mesmo que criou a atual crise e a rápida perda de biodiversidade.

De acordo com a Via Campesina e outras entidades da sociedade civil organizada, os camponeses são a chave para erradicar a fome no mundo, além de desenvolver e conservar a biodiversidade.

“Os camponeses têm a capacidade de alimentar o mundo. A agricultura camponesa promove a diversidade de cultivos, sustenta as culturas tradicionais e protege o meio ambiente. E mais, a produção em pequena escala, local e agroecológica é uma forma imediata e efetiva de reduzir as emissões de carbono e esfriar o planeta”, afirma o texto da Via Campesina.

Estados da Amazônia buscam pauta comum **- Mauro Zanatta e Caio Junqueira – Valor Econômico – Especial - 26/05/2008**

Os governadores da Amazônia Legal preparam uma ofensiva política contra o pacote de arrocho ambiental implementado pelo Ministério do Meio Ambiente. O primeiro ato ocorrerá nesta sexta-feira, em Belém (PA), durante inédito encontro dos chefes do Executivo de nove Estados da região.

Nesta primeira edição do Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, que terá a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um dos principais focos será a revogação da medida que vincula a concessão do crédito rural à comprovação de regularidade ambiental e fundiária das fazendas situadas no bioma amazônico. Os dirigentes querem adiar a resolução aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que entra em vigor em 1º de julho.

Parte deles também quer rediscutir as medidas do pacote ambiental, que incluem ações nos 36 municípios campeões da derrubada da floresta, recadastramento obrigatório para 15,4 mil propriedades com área superior a 320 hectares em seis Estados, embargo a áreas declaradas irregulares em 557 municípios do bioma amazônico e a "co-responsabilização" da cadeia produtiva compradora de produtos da região - frigoríficos, madeireiras e processadoras de grãos.

Apoiados pela bancada ruralista da região e por empresários do agronegócio, parte dos dirigentes estaduais aposta no novo fórum para construir uma agenda comum para a região. Outra parte busca ser um contraponto ao Ministério do Meio Ambiente. "Aqui, as pessoas entendem que as ações (da União) são contra o Estado, e não contra mim. Os milhões de habitantes da Amazônia também entendem que isso afeta as vidas deles" , resumiu ao Valor o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), principal alvo dos ambientalistas e interlocutor preferencial de Lula no agronegócio. "Mudou a lei, vamos cumprir. Mas isso (o pacote) quebra meu Estado, criminaliza o setor. É um embargo econômico, uma discriminação. Não produzimos cocaína aqui, mas comida, alimentos para o país".

O coordenador da bancada de 82 parlamentares da Amazônia, deputado Paulo Rocha (PT-PA), também sugere ao governo um recuo no arrocho ambiental. E avisa: "Vamos usar a força da bancada para negociar com o Banco Central para evitar outro gargalo na região", diz. "O governo quis dar um tranco, mas o lado empresarial precisa de um prazo maior para se adequar. Não pode cortar (o crédito). Tem que dar tempo para transição". Ele avalia haver uma "falsa polarização" na região. "O boi é importante, mas não se pode mais devastar para criar gado. E precisamos do reflorestamento para atender à siderurgia", analisa.

Os governadores esperam superar, neste fórum, a distância geográfica entre as capitais, a falta de articulação política e as diferenças históricas nas prioridades econômicas. Na carta assinada pelos nove dirigentes, o desmatamento é prioridade: "É preciso revertê-lo, estabelecendo parâmetros precisos e eficazes", entendem. "Estamos convictos que tal tarefa só será alcançada se houver um esforço regional e a compreensão nacional dos caminhos que precisamos trilhar para alcançar a sustentabilidade do desenvolvimento da Amazônia".

Aliada do presidente Lula, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), explica a idéia. "Precisamos unificar o que é possível. O fórum é um caminho para isso. Tem que haver alguma unidade entre nós, mas primeiro precisamos estabelecer o que é que vamos defender juntos", diz. Ela pondera que o novo ministro do Meio Ambiente, o ambientalista Carlos Minc, precisa conhecer o que chama de "distintas realidades da Amazônia", algo com que a ex-ministra Marina Silva, sendo da região, tinha mais intimidade. "Preferia que a Marina não tivesse saído. Como governadora do Pará, era importante ter uma ministra da Amazônia, que conhece suas distintas realidades".

Radical defensor do agronegócio, o governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido), aposta na derrota das medidas. "Não vai passar. Tem muito água para rolar debaixo dessa ponte", diz. Dono de madeireira, Cassol tem como vice o pecuarista João Cahulla (PPS) e rejeita aproximações com ONGs ambientalistas. "Não tem acordo". Menos agressiva, Ana Júlia espera a presença de Carlos Minc na primeira reunião do fórum para uma interação com a agenda da região. Como sugestão, a governadora quer apoio para a criação de um "FPE Verde", um fundo de participação dos Estados que leve em consideração a realização de bem-sucedidas políticas ambientais, como um item de aproximação entre os dirigentes.

Dono de milhares de hectares de soja e de uma das maiores tradings do país, o governador Blairo Maggi insiste na suspensão do pacote ambiental pela impossibilidade de a União cumprir as novas normas. "Mato Grosso não se adapta em um ano. Precisamos de mais tempo. Temos 20% ou 25% das áreas com licença ambiental, mas temos que ir devagar, com critério", afirma. Para ele, a solução passa pela aprovação, no Congresso, da compensação financeira a quem mantiver a floresta em pé. "O sistema atual não permite compensação em dois ou três anos", diz, em referência à burocracia para fazer a compensação ambiental em caso de desmatamento além dos limites legais permitidos (20% da área da fazenda).

Se por um lado a saída da acreana Marina Silva gerou lamento em governos amazônicos pela perda de uma liderança da região em Brasília, por outro pode ter sido o estímulo que faltava em busca de uma convergência na pauta ambiental nunca atingida. Neste esforço, entrará o presidente Lula, preocupado com a repercussão mundial da saída de Marina. Além de participar do fórum, Lula lançará, no Pará, o programa de reflorestamento "Um bilhão de árvores", apoiado pelas Nações Unidas.

A tentativa de "esverdear" a agenda do presidente, porém, não parece empolgar parte dos dirigentes da Amazônia. No Acre, a saída de Marina Silva levou o governador Binho Marques (PT), amigo da ex-ministra e dono do mesmo estilo discreto, tem preferido o silêncio a declarações públicas sobre o fato. O governo acreano viu a saída da ministra tal qual Marina a explicou: a dificuldade em transformar a política ambiental em uma política assumida por todo o governo. "O sistema político-econômico brasileiro não compreende ainda a chamada 'questão ambiental'", diz Toinho Alves, assessor especial de Binho Marques. Nesse sentido, a chegada de Carlos Minc ao Meio Ambiente não deve gerar

grandes mudanças. "Minc fala em 'desmatamento zero', mas quais as chances dessa posição se tornar a política oficial do Ministério e do governo federal? A política ambiental do Brasil, hoje, já é suficiente para desagradar a muita gente nos Estados da Amazônia", diz o assessor do governador acreano.

No AM, discurso virou 'patrimônio político' - **Bettina Barros – Valor Econômico – Especial - 26/05/2008**

De sua sala improvisada no pomposo bairro paulistano da Vila Olímpia, Virgílio Viana emenda um raciocínio a outro sobre o que ele acredita serem os maiores erros cometidos na Amazônia. Professor licenciado da USP para comandar a secretaria do Meio Ambiente do Amazonas, onde permaneceu por cinco anos e se desligou em fevereiro passado, ele sintetiza os males da região em duas categorias: burocracia e vazio econômico.

Problemas que, na linha de frente da política ambiental amazonense, ele vivenciou em questões grandes - como o licenciamento do gasoduto Coari-Manaus da Petrobras, a maior obra de engenharia em curso no Estado - e pequenas, como a exigência de licenças para a derrubada de madeira para uso doméstico dos ribeirinhos.

Nos dois episódios, em meio a outros tantos, o ex-secretário diz ter optado por varrer com a lista interminável de papéis e usar bom senso e criatividade para dar alternativas aos cerca de 25 milhões de pessoas que retiram o sustento da selva. "É preciso vontade política. E isso falta a Brasília", alfineta.

Com longa carreira acadêmica, Viana é um pensador da Amazônia. Mudou para o outro lado do balcão em 2002, a convite do então candidato ao governo Eduardo Braga (PMDB), que já vislumbrava o que Viana chama de "patrimônio político": o meio ambiente como forma de obter votos. Uma "novidade" na região, diz, que começa a ser seguida pelos Estados vizinhos.

Escorado pelo maior quinhão da floresta - preservada pelo isolamento geográfico e pela Zona Franca de Manaus, que contém a expansão sem freio da indústria - Viana é a cara por trás do programa ambiental estadual possivelmente mais arrojado na região. Criou uma ferramenta econômica para os milhões de amazonenses da mata e também uma tacada de marketing para consumo interno e externo: a Zona Franca Verde.

Sua maior vitrine é o bolsa-floresta. O programa, iniciado no ano passado, concede R$ 50 por mês a famílias que não desmatarem além do permitida por lei. No lugar da árvore deitada, os ribeirinhos são capacitados a retirar outras riquezas da mata, como o óleo de andiroba usado em cosméticos.

A iniciativa foi apresentada em Washington e chegou aos ouvidos do príncipe Charles, em Londres, onde Viana sugeriu como os países ricos podem ajudar a Amazônia.

O Estado também isentou de impostos como PIS e Cofins empreendimentos ligados à indústria pesqueira e ao manejo florestal, como ocorre com as indústrias pesadas da Zona Franca da Manaus.

Mas a burocracia era um obstáculo. E sua face mais visível é a licença ambiental. "O bagre é importante, mas tem gordura no processo". Ele refere-se ao polêmico episódio

da licença para a hidrelétrica do rio Madeira, adiada devido ao impacto negativo que a população do peixe sofreria com a obra.

E o que são as gorduras? "As certidões negativas de outros órgãos. Eu lá quero saber se o fulano tem dívida no INSS? Para que importa ao projeto ambiental?". Com instrução normativa, o governo derrubou a obrigação das certidões.

Nas oito audiências públicas para o gasoduto Coari-Manaus, o governo amazonense mandou a população fazer uma lista do que mais levantava preocupações. Descobriu que era a ameaça de prostituição. "Mandamos a lista dos pontos mais sensíveis que a população tinha levantado e falei: Petrobras, eu quero as respostas pra isso. Não quero uma tese de história natural e botânica". Em um ano, a licença ambiental estava pronta e, segundo Viana, a obra corre bem.

O discurso verde, combinado à defesa ferrenha da Zona Franca de Manaus (maior empregador do Amazonas), garantiram uma reeleição tranqüila de Braga em 2006. O que comprova que a boa gestão do ambiente dá votos, diz Viana.

Mas trabalhar no governo também tem frustrações, acrescenta, que ele quer compensar com a "agilidade" do setor privado.

Desde o início do ano, Viana divide seu tempo entre São Paulo e Manaus em busca de investimentos sustentáveis para a região. Ele é agora diretor geral da Fundação Amazonas Sustentável, fundo de R$ 50 milhões do governo amazonense em parceria com o Bradesco, para viabilizar projetos na floresta.

Presidente critica cobrança externa sobre a Amazônia **– Folha de São Paulo – Brasil – 27/05/2008**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, no Rio, que "o mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono e que o dono é o povo brasileiro". Lula aproveitou o discurso de abertura do 20º Fórum Nacional, na sede do BNDES, no centro do Rio, para responder às cobranças internacionais para que o governo consiga deter o desmatamento nas regiões Norte e Centro-Oeste.

"É muito engraçado que os países que são responsáveis por 70% da poluição do planeta agora fiquem de olhos na Amazônia da América do Sul. Como se fôssemos responsáveis por fazer aquilo que eles não fizeram durante todo o século passado. O mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono."

Lula disse também que a preocupação com a preservação da floresta não pode impedir o desenvolvimento da região. Para ele, a população amazônica corre o risco de ser "segregada" se não houver condições para o desenvolvimento: "Afinal de contas, moram lá quase 25 milhões de habitantes, que querem ter acesso aos bens que nós temos aqui no Rio, em São Paulo. Por que essas pessoas têm que ficar segregadas?"

É o mesmo discurso adotado pelo ministro Roberto Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos). A nomeação de Mangabeira como coordenador do PAS (Plano Amazônia

Sustentável) é apontada como um dos motivos da saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente. O país tem sido alvo de críticas de ambientalistas após o pedido de demissão dela.

Na platéia do fórum, estava o colunista do jornal "The New York Times" Roger Cohen. No domingo retrasado, o jornal americano publicou uma reportagem intitulada "De quem é esta floresta amazônica, afinal?" Segundo o texto, algumas lideranças mundiais têm afirmado que a Amazônia é um patrimônio mundial- e não apenas dos países que dividem o seu território.

No discurso, Lula também criticou a cobertura da imprensa sobre a Unasul (União das Nações Sul-Americanas de Nações), órgão criado oficialmente na última sexta-feira, em Brasília. Ele disse que a Unasul será o primeiro passo para uma integração continental semelhante à ocorrida na Europa. "Trabalhamos na América do Sul com a possibilidade de que as novas gerações possam criar uma moeda única." ***(JANAINA LAGE e ROBERTO MACHADO)**

Mangabeira diz ser "um ignorante" em relação à região amazônica **– Iuri Dantas e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 27/05/2008**

Ministro afirma que sua missão é reconciliar preservação e desenvolvimento

Escolhido para coordenar o PAS (Plano Amazônia Sustentável), o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) não pensou muito quando questionado se conhece suficientemente a região. "Eu me julgo um ignorante", disse.
Mas são muitas as convicções do ministro, a começar por considerar "vazia" a polêmica entre o avanço do agronegócio e a proteção da floresta. Entre o governador Blairo Maggi (MT) e a ex-ministra Marina Silva, Mangabeira foge da opção. Sua missão, descreve, é buscar "reconciliação profunda" entre os pólos do debate. E espera que o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, "seja um colaborador meu no futuro".

FOLHA - Qual é o problema da Amazônia?

MANGABEIRA UNGER - Acho que o debate está falsificando a situação real, que é mais interessante, mais grave, mais perturbadora e esperançosa do que o debate sugere. Um número pequeno de brasileiros acha que a Amazônia deve ser preservada como um parque. Um número igualmente pequeno de brasileiros aceita entregar a Amazônia às formas predatórias da atividade econômica. A grande maioria insiste no desenvolvimento sustentável, mas não sabe como conseguir. O problema não é a divisão entre ambientalistas e desenvolvimentistas, o problema é a confusão.

FOLHA - É possível conter o desmatamento sem frear o agronegócio?

MANGABEIRA - Não tem nada a ver com agronegócio. Nosso problema é que não temos feito nem de longe o suficiente nem em matéria de preservação nem em matéria de desenvolvimento. Por isso, estou discutindo intensivamente com os governadores da Amazônia Legal as medidas necessárias para dar conteúdo prático ao desenvolvimento sustentável.

FOLHA - O sr. assumiu o PAS, plano discutido desde 2003. Mas parece que está partindo da estaca zero.

MANGABEIRA - O PAS é um conjunto de diretrizes e compromissos, mas não é uma planilha tecnocrática. Não é um plano de medidas concretas. Há mais de 25 milhões de brasileiros lá. Se não tiverem oportunidades econômicas, serão levados a uma atividade econômica desordenada que provocará o desmatamento.

FOLHA - O sr. está em rota de colisão com Carlos Minc?

MANGABEIRA - Eu nem tive ainda a oportunidade de estar com ele. Eu o vejo como um grande colaborador meu no futuro.

FOLHA - Entre Blairo Maggi e Marina, a quem dá razão?

MANGABEIRA - É natural que haja tensões. Mas é um desserviço acalentar divisões no meio desta neblina. Não estou dizendo que há fórmula mágica. Não tem o menor sentido disputar uma espécie de império que não construímos. Nosso problema é avançar na construção, sem dogmas, sem preconceitos, sem prevenções, neste esforço de produzir reconciliação profunda e duradoura entre preservação e desenvolvimento. Minha tarefa é colocar a imaginação a serviço da eficácia.

FOLHA - O sr. se julga suficientemente informado?

MANGABEIRA - Eu me julgo um ignorante. O que eu sei fazer é construir uma tarefa com pessoas de idéias contrastantes. A premissa da discussão com o mundo a respeito da Amazônia é a reafirmação da nossa soberania. Mas não devemos cultivar uma atitude paranóica.

Amazônia: briga adia dados sobre devastação **– O Globo – Capa – 27/05/2008**

As divergências entre o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, levaram o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais a adiar a divulgação de dados sobre o aumento do desmatamento na Amazônia.

O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, está irritado com o uso político dos dados.

No Rio, o presidente Lula avisou que a Amazônia "tem dono".

Páginas 3 e 4

Retrato da Amazônia na gaveta – Bernardo Mello Franco - O Globo – O País – 27/05/2008

Em meio ao tiroteio entre o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, a direção do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) decidiu adiar, por tempo indeterminado, o anúncio de números que vão demonstrar uma nova alta no desmatamento da Amazônia.

Na quarta-feira passada, Minc informou que o órgão divulgaria os dados ontem, na véspera de sua posse, apontando um aumento superior a 60% nas derrubadas em Mato Grosso.

Maggi reagiu com novas críticas ao Inpe, o que levou o diretor do instituto, Gilberto Câmara, a determinar a suspensão do anúncio, alegando riscos de uso político das informações.

Os dados foram registrados em abril pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) e já estão prontos. No entanto, o Inpe decidiu não divulgá-los até que Minc combine a forma de anúncio com o ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, a quem o instituto é subordinado.

A decisão do adiamento foi aceita pelos dois ministros.

Segundo assessores próximos ao diretor do Inpe, Câmara ficou muito irritado com o impacto das declarações de Minc, que voltaram a pôr o órgão no foco da disputa política sobre o desmatamento. Na sua avaliação, o novo ministro se precipitou ao falar publicamente sobre um levantamento ainda inédito, expondo o órgão a um desgaste desnecessário com Maggi.

— Os dados do Deter são científicos.

Queremos divulgá-los de forma técnica, e não política, antes da posse do ministro. O Inpe não divulga prévia de números. Somos um órgão de ciência, e não se antecipa dados científicos — disse um assessor de Câmara.

O diretor do Inpe informou, por sua assessoria, que só comentará o assunto no dia em que os dados forem divulgados. Assessores de Minc afirmaram que ele também não fala sobre o assunto, e que o Inpe ficou responsável por decidir a nova data.

Minc toma posse hoje; Marina vai Em janeiro, a divulgação de uma nova alta no desmatamento da Amazônia após três anos consecutivos de queda abriu uma queda-de-braço entre Maggi e a então ministra Marina Silva. Ela convocou o diretor do Inpe para participar da divulgação dos números do Deter e, posteriormente,

da caravana ministerial que sobrevoou as áreas mais atingidas pelas derrubadas.

O governador de Mato Grosso contestou os dados e chegou a entregar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um relatório apontando distorções.

O Inpe negou erros, mas Lula declarou que as queixas de Maggi deveriam ser levadas em conta.

Segundo assessores, o diretor do Inpe estaria arrependido das aparições públicas com Marina e decidiu não se expor mais a polêmicas.

Acompanhado pelo governador Sérgio Cabral e por grande parte de seu secretariado, Minc toma posse hoje em grande estilo, com festa para 300 convidados no Palácio do Planalto.

O ato será às 15h no Salão Oeste e terá como pano de fundo um enorme painel pintado pelo paisagista e artista plástico Roberto Burle Marx. Em seguida, o ministro interino, João Paulo Capobianco, transmitirá o cargo formalmente em nova cerimônia na sede da Agência Nacional de Águas.

Minc tomaria posse na semana passada, mas pediu a Lula para adiar a festa até que Cabral voltasse de viagem à Europa. Fazia questão de sua presença. Além da comitiva fluminense, o ministro convidou outras personalidades do estado, como o coordenador do Disque Denúncia, Zeca Borges, e aliados de organizações de defesa do meio ambiente e de homossexuais, como o ativista gay Cláudio Nascimento, do Grupo ArcoIacute;ris.

A ex-ministra Marina Silva, que pediu demissão com críticas ao governo e sem falar pessoalmente com o presidente Lula, havia decidido faltar, mas mudou de idéia. Ela viajaria hoje para um spa, onde descansará até reassumir a cadeira no Senado, semana que vem. Mas decidiu adiar a viagem após saber que foi convidada como senadora, e não como ex-ministra.

Famoso por sua coleção de 42 coletes — boa parte deles made in Mauá — e por ações ecológicas tão espalhafatosas quanto, Minc assume hoje a pasta disposto a impor seu estilo em Brasília.

Começou trazendo de Paris, onde recebeu o convite para ocupar o cargo, uma gravata para presentear o presidente Lula. O passo seguinte é a convocação de Lula para entrar com ele em rios poluídos a fim de recolher pneus e todo tipo de lixo, tal como fez com o governador Sérgio Cabral, em mutirão para prevenir alagamentos em virtude das chuvas que caíam sobre o Rio, após a posse como secretário do Ambiente do Estado do Rio.

— O Lula pode ir preparando a bota e a luva para entrar em rios comigo e catar todo tipo de porcaria — avisa o ministro.

Mas ele já sabe disso? — Vai saber lendo esta matéria.

Pode botar aí que ele vai me ajudar a tirar pneus. Até para dar exemplo: se um presidente faz isso, todo mundo pode fazer.

A gravata, então, terá que ficar restrita a outros itens da agenda do presidente.

— É uma gravata de estampa de Cézanne superbonita. Não é emperiquitada demais, nada que comprometa.

Ele (Lula) disse que dá para usar — conta Minc, que escolheu pessoalmente o mimo, inspirado na obra do pintor francês.

COLABOROU: Paula Autran

'A Amazônia não é só assunto de ambientalistas' – Evandro Éboli e Bernardo de Mello Franco – O Globo – Entrevista com MANGABEIRA UNGER – 27/05/2008

BRASÍLIA. Em sintonia com o pensamento militar, o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, criticou a política indigenista do governo, que distribui terra mas nega aos indígenas oportunidades econômicas. "Por isso, estão se afundando na depressão, no alcoolismo e no suicídio", disse durante entrevista em seu gabinete no Comando do Exército, em Brasília.

Evandro Éboli e Bernardo Mello Franco

O GLOBO: Qual a opinião do senhor sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol?

MANGABEIRA UNGER: A orientação do presidente é aguardar a decisão do STF. Mas direi duas coisas: o Estado de Roraima tem o direito de gozar de todas as condições de uma vida vigorosa e independente dentro da federação. Outra coisa: temos a obrigação de repensar as diretrizes de nossa política indigenista.

O Brasil reserva 13% de seu território e mais de 20% da Amazônia aos indígenas. Uma generosidade louvável. Mas, paradoxalmente, nega aos índios instrumentos e oportunidades da atividade econômica.

Muitas vezes, por isso, estão afundando na depressão, no suicídio, no alcoolismo e na desagregação moral e social. Temos a obrigação de consertar isso. Temos um compromisso sagrado com os índios, que são pessoas, e todas as pessoas são espíritos que desejam transcender.

O senhor, então, acha que é terra demais para os índios?

MANGABEIRA: Não direi isso. Digo que nossa generosidade de oportunidade é insuficiente.

Esse é o destino do homem. Ser grande, divino. E não ser uma criança aprisionada num paraíso verde.

O ex-governador do Acre Jorge Viana criticou sua nomeação como coordenador do Programa Amazônia Sustentável (PAS).

MANGABEIRA: Eu registrei um protesto veemente contra a fala do governador Viana. Ele errou. Eu não sou um aluno só em matéria de Amazônia. Sou um aluno em matéria de tudo. Como, durante toda minha vida, me opus às idéias dominantes em minha época e em meu país, me acostumei a conviver com os críticos e aprender. Seria uma maravilha poder contar com a ajuda e o aconselhamento de um homem com o tino e a experiência do governador.

Qual seria o melhor órgão de repressão a desmatadores? O ministro Carlos Minc propôs a criação de uma Guarda Nacional Ambiental...

MANGABEIRA: Quero resguardar a minha opinião. Nada de julgamentos apressados. Estamos numa tarefa de imensa seriedade, e o objetivo não é produzir efeitos midiáticos, é resolver problemas graves do país.

Também tem que ficar claro que não queremos militarizar a Amazônia.

É um equívoco pensar na Amazônia só como assunto de meio ambiente ou do Ministério do Meio Ambiente. Quase todos os ministérios estão envolvidos com a Amazônia.

A Amazônia não é só assunto de ambientalistas. Os amazônios ficam indignados com isso. Isso não é uma idéia da Amazônia, é uma idéia do Sudeste sobre a Amazônia.

Como reagiu à notícia de que a Amazônia pode ser vendida por US$ 50 bilhões?

MANGABEIRA: (Rindo). Não há dinheiro no mundo que possa comprar a Amazônia. É nosso maior tesouro e não tem preço. A premissa de qualquer discussão com o mundo à respeito da Amazônia é a reafirmação inequívoca e incondicional da nossa soberania.

A denúncia é grave?

MANGABEIRA: Não precisamos nos preocupar. Precisamos é fazer nosso serviço, que é preservá-la e desenvolvê-la ao mesmo tempo.

Cria-se a impressão de haver no país um confronto entre ambientalistas e desenvolvimentistas. A realidade é, ao mesmo tempo, mais grave, mais perturbadora e mais esperançosa.

Um pequeno número de brasileiros acha que a Amazônia é apenas um parque. Outro pequeno número aceita entregá-la a formas predatórias.

Mas a grande maioria insiste no desenvolvimento sustentável, só não sabe como efetivá-lo. Nosso problema não é divisão. É confusão.

A guerra dos números

O QUE DIZ O INPE: O instituto afirma que em oito meses — de agosto de 2007 a março passado — foram desmatados 4.730 km2 de áreas de floresta, o equivalente a quatro vezes o município do Rio, contra 4.970 km2 em 12 meses (de 2006 a 2007). Os dados são baseados no sistema Deter. Nessa conta estão incluídas apenas as grandes áreas de desmatamento, pois o levantamento é preliminar, feito pelos satélites sistema Deter, que mostra imagens em tempo real, só detecta grandes desmatamentos e pode ser prejudicado pelas nuvens. Pelo sistema Prodes, mais acurado e anual, foram desmatados 11.200 km2 de 2006 a 2007.

QUE DIZ MAGGI: O governo de Mato Grosso usa os números do próprio sistema Prodes do Inpe, segundo o qual a área devastada no estado caiu de 11.814 km2 entre 2003 e 2004 para 2.476 entre 2006 e 2007.

Maggi para Minc: 'Estou às ordens'

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), assumiu ontem um tom conciliador com o ministro Carlos Minc.

Eles vinham trocando farpas desde a escolha do substituto de Marina Silva, com quem Maggi — defensor da expansão do agronegócio na Amazônia — também não se dava.

Em entrevista de 12 minutos à rádio CBN, o governador adisse estar às ordens para conversar e buscar um entendimento, sem ressentimentos.

— Tenho conversado bastante com o presidente. A imprensa noticiou que ele faria uma reunião junto com o ministro Carlos Minc. Ainda não tivemos confirmação, mas, por parte do estado, a discussão é aberta e sem nenhum preconceito. Por mais bateboca que tenha havido entre mim e o ministro, não há qualquer ressentimento, qualquer resquício. Mato Grosso está pronto a dar sua contribuição para que o Brasil possa ter uma imagem positiva no exterior. Me incomodam muito essas brigas de números, que acabam denegrindo a imagem de Mato Grosso e do Brasil fora.

— (Vou conversar) sem dúvida nenhuma, assim que for convidado, ou se o ministro quiser vir a Mato Grosso para fazer uma reunião e conversar, estou pronto e às ordens, a qualquer momento. Sem chegar a um acordo, não se vai a lugar nenhum. Por mais que não se queira, tem que sentar e conversar. Os homens públicos têm que conversar, senão os outros pagam a conta, e é errado.

Lula: 'O mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono' - **Maiá Menezes – O Globo – O País – 27/05/2008**

O recado foi direto: uma semana após o jornal "The New York Times" questionar a capacidade do Brasil de gerir a Floresta Amazônica, e no dia seguinte à revelação de que um empresário sueco teria avaliado a Amazônia em US$ 50 bilhões, o presidente Luiz Inácio da Silva fez uma defesa veemente da soberania brasileira. Em discurso para economistas, políticos e empresários, no auditório do BNDES, no Rio, Lula foi enfático: — O mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono, e que o dono da Amazônia é o povo brasileiro. São os índios, são os seringueiros, são os pescadores e também nós, que somos brasileiros e temos consciência de que é preciso diminuir o desmatamento, as queimadas, mas também temos consciência de que precisamos desenvolver a Amazônia — disse Lula, na abertura do XX Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae).

O discurso ironizou o modo como países desenvolvidos lidam com o meio ambiente: — É muito engraçado que os países responsáveis por 70% da poluição do planeta agora ficam de olho na Amazônia da América do Sul, como se fosse apenas nossa a responsabilidade de fazer o que eles não fizeram durante todo o século passado.

População de lá quer acesso "aos bens que temos no Rio" Para Lula, a discussão em torno da Amazônia vai dominar os debates nos próximos 20 anos: — Precisamos desenvolver a Amazônia.

Lá moram quase 25 milhões de habitantes que querem ter acesso aos bens que temos no Rio, São Paulo ou outro lugar. Por que elas têm que ficar segregadas? Esse será o debate das próximas duas décadas.

Lula afirmou que o Brasil foi dos poucos países a cumprir o protocolo de Kyoto, firmado no Japão em 1997: — O próprio tratado de Kyoto já faliu. Foi muito bonito assinar, maravilhoso, todo mundo assinou. Agora, quem tinha que tomar medidas para cumprir o protocolo de Kyoto nem referendou.

Fomos nós que referendamos.

E fomos nós, com a utilização de 100% de etanol, que tiramos do ar 800 milhões de toneladas.

Somos nós, com etanol e com biodiesel, que estamos oferecendo ao mundo a certeza de que é possível construir um combustível não-poluente, e que poderemos avançar na construção de um etanol de segunda, de terceira geração.

Ao fazer um prognóstico das próximas batalhas do país, Lula afirmou que a defesa dos biocombustíveis deveria ser uma bandeira nacional.

— Temos um grande embate pela frente: é o dos biocombustíveis, da energia renovável.

Terras com estrangeiros: sem controle **- Luiza Damé – O Globo – O País – 27/05/2008**

BRASÍLIA. O governo não tem hoje informação sobre o total de terras brasileiras nas mãos de estrangeiros. Isso porque existem brechas na legislação e no cadastro do Incra que permitem a não declaração da nacionalidade de compradores de terras, principalmente em casos de empresas brasileiras controladas por estrangeiros. Além disso, no cadastro do Incra, o preenchimento do campo que identifica os estrangeiros não é obrigatório, nem a declaração da composição societária das empresas.

Atualmente estão registradas no Incra de 25 mil fazendas em propriedade de estrangeiros. A Advocacia Geral da União (AGU) está preparando um parecer, que deverá ficar pronto em dez dias, para esclarecer essas lacunas na legislação.

Há limitações para aquisição de fazendas por pessoas e empresas estrangeiras, mas não por firmas brasileiras de capital estrangeiro. Por exemplo, uma empresa estrangeira não pode ter mais do que um quarto das terras de um mesmo município.

No governo, o assunto é tratado com cautela, porque a definição de critérios rígidos para compra de terras por estrangeiros pode indicar restrições a investimentos no país e interferir no preço da terra.

— Esse é um tema que diz respeito à soberania do país, especialmente num momento em que se discute a necessidade de aumentar a produção de alimentos no mundo — afirmou o presidente do Incra, Rolf Hackbart.

Cidades pobres vão perder com ICMS Verde **- Dimmi Amora – O Globo – Rio – 27/05/2008**

O governo estadual publica hoje a tabela que vai redefinir a distribuição do ICMS para os municípios segundo um novo critério: a conservação ambiental. E a notícia não será nada boa para a região com os municípios mais pobres do estado. Por não terem áreas de conservação, nem tratarem o esgoto e o lixo, 14 cidades, a maioria do Noroeste Fluminense, tiveram nota zero pelo novo índice chamado ICMS Verde e vão perder recursos do imposto.

O Rio de Janeiro e outros municípios onde há grandes áreas de conservação ou que têm mananciais de água foram os mais beneficiados.

Municípios prejudicados ainda poderão recorrer

De acordo com Carlos Saraça, coordenador de Estudos e Pesquisas da Fundação Cide, órgão do governo do estado que fez o cálculo do ICMS Verde, havia quatro critérios para estabelecer as notas: ter manancial de água para outras regiões, contar com tratamento de esgoto, de lixo e áreas florestais protegidas.

Segundo ele, as informações sobre os municípios foram repassadas pelos órgãos ambientais e a Cide usou os números para chegar a um índice. Aquele que tirou nota zero foi porque não apresentou qualquer realização nesses critérios.

— Os municípios ainda terão um prazo para recorrer. Mas, dentro dos critérios que foram estabelecidos pela Secretaria do Ambiente, essas cidades vão receber menos — disse Saraça.

As cidades que tiveram nota zero são: Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Laje do Muriaé, Macuco, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai, todas no Noroeste; Areal, Paraíba do Sul, Comendador Levy Gasparian e Três Rios, na Região Serrana; e São João da Barra, na Região Norte. A Região Noroeste é a menos desenvolvida do Rio, com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado, comparáveis aos de cidades do Nordeste do país.

A secretária estadual do Ambiente, Marilene Ramos, afirmou que a lei tem mesmo o intuito de modificar a distribuição do ICMS. Mas, segundo ela, políticas que estão sendo feitas pelo governo vão ajudar os municípios.

— A retirada de lixões está adiantada e certamente isso vai ajudar no futuro — disse Marilene.

Segundo George Santoro, subsecretário estadual de Fazenda, a previsão é de que cerca de R$ 36 milhões da parte do ICMS que vai para os municípios sejam redistribuídos pelo ICMS Verde em 2009. Esse valor será retirado dos R$ 3,6 bilhões a que as 92 cidades teriam direito de receber de transferência de ICMS, descontado o que vai para o Fundef.

Cidade do Rio terá direito a R$ 1,1 milhão em 2009

As cidades que mais se beneficiarão do ICMS Verde não necessariamente têm grandes cuidados com o meio ambiente.

Cachoeiras de Macacu foi a que teve o maior índice — com 5,17 — e por isso terá direito a 5,17% dos R$ 36 milhões. Por ter em seu território um grande manancial de água que abastece outras regiões e algumas áreas de conservação ambiental, a cidade conseguiu o primeiro lugar. No entanto, o município informou não ter coleta de esgoto e tratamento de lixo.

Outras 81 cidades informaram não ter qualquer sistema para cuidar dos efluentes, recebendo assim a nota zero. Em recursos, o município que vai ganhar mais é a capital do estado.

Isso porque, do bolo de onde sairá a verba redistribuída, a cidade do Rio estava fora, nada recebia. Na nova lei, ela foi contemplada.

Como seu índice foi de 3,20, a capital terá direito a mais R$ 1,1 milhão em 2009.

Carlos Minc assume o Ministério do Meio Ambiente - **Suelene Gusmão e Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 27/05/2008**

O ambientalista Carlos Minc tomou posse nesta terça-feira (27) como ministro do Meio Ambiente. Minc foi empossado no cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma solenidade ocorrida, às 15h, no Palácio do Planalto. O ato solene de posse contou com a participação do vice-presidente da República, José Alencar; da ex-ministra do Meio Ambiente, senadora Marina Silva; da ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, e do secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco.

Além dos componentes da mesa, a posse de Carlos Minc foi prestigiada por ministros do governo Lula, por governadores de vários estados brasileiros, parlamentares, embaixadores e diversas outras autoridades. Também compareceu à solenidade de posse a futura secretária-executiva do MMA, Izabella Mônica Vieira Teixeira.

Em seu discurso de saudação ao novo ministro, o presidente da República garantiu que a política ambiental não vai mudar e que será cumprido à risca o que está no programa de governo que o ajudou a se eleger por dois mandatos.

Transmissão de cargo - Durante a cerimônia de transmissão de cargo, no auditório da Agência Nacional de Águas, em Brasília, nesta terça-feira (27), o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que assume a pasta com o compromisso de fortalecer a gestão ambiental no país. "A área ambiental tem que se fazer respeitar", afirmou reforçando que o diálogo será o grande condutor desse processo. "Nós vamos pela linha do diálogo, com firmeza, nos fazendo respeitar", disse.

Na solenidade, que contou com a presença de autoridades de diversos estados brasileiros como o ambientalista Paulo Nogueira Neto, Minc anunciou algumas das ações que pretende tomar à frente do MMA como a criação do Fundo Amazônico para garantir a floresta em pé na Amazônia. Segundo Minc, esse fundo será gerido pelo BNDES, mas com recursos privados. "O que está certo é um recurso doado pela Noruega, de US$ 100 milhões. Haverá um conselho gestor e um conselho científico e esses recursos serão sacados na proporção da diminuição do desmatamento", explicou.

Além do Fundo, Minc também afirmou que vai agilizar o licenciamento ambiental de projetos garantindo, no entanto, maior rigor no processo; além de pedir ao Congresso Nacional urgência na votação do projeto de lei complementar que regulamenta o artigo 23 da Constituição Federal e solicitar, ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, uma nova resolução que aumente as exigências para a emissão de poluentes na atmosfera.

Em seu discurso, o novo ministro do Meio Ambiente falou sobre suas realizações à frente da Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro como, por exemplo, a criação do segundo maior parque estadual do Rio e a aprovação de um decreto de compensação energética. Minc também garantiu que o programa do governo Lula para o meio ambiente não mudará em sua gestão. "Conto com vocês nessa transição, para continuar todos os sonhos, todos os ideais da ministra Marina Silva. Nós temos capacidade de alavancar o desenvolvimento sustentável e encontrar soluções para a indústria, para a sojicultura, para o manejo florestal e que o licenciamento ambiental seja um instrumento de defesa da vida das pessoas e dos nossos ecossistemas", disse Minc. Ele disse ainda que está disposto a negociar com os setores madeireiro e sojicultor, linhas de crédito para garantir a sustentabilidade nos processos de extração da madeira e de fabricação do óleo vegetal. "Já conversei com os setores e eles se mostraram entusiasmados com a minha proposta", afirmou o ministro.

A transmissão do cargo foi feita pelo ex-ministro interino do Meio Ambiente João Paulo Capobianco. Na ocasião, Capobianco destacou o esforço de toda a equipe do MMA para garantir que as ações implementadas pelo ministério fossem estruturantes e não

pirotécnicas e relembrou alguns desafios enfrentados como a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas que, em sua avaliação, é uma lei de desenvolvimento sustentável. "Nós temos uma missão que é de dar ao Brasil a possibilidade real de ter uma agenda ambiental à altura do Brasil que nós temos", defendeu Capobianco.

Ele disse ao novo ministro acreditar que essa gestão vai se beneficiar dos acúmulos da gestão anterior e avançar ainda mais numa nova agenda ambiental. "Está claro para mim e para a equipe que estamos fazendo não uma transmissão, mas uma continuidade e um aprimoramento para uma nova agenda que vai se beneficiar dos acúmulos e buscar avançar mais", destacou Capobianco.

Entre os primeiros compromissos de Minc como ministro está uma viagem para Bonn, na Alemanha, nesta quarta-feira (28), onde participará de uma reunião de ministros de Meio Ambiente na Conferência das Partes (COP-9) da Convenção sobre Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas e uma reunião, na sexta-feira (30), com os governadores dos estados da Amazônia, em Belém, no Pará.

Curriculum Carlos Minc

Nascido em julho de 1951, no Rio de Janeiro, Carlos Minc é casado e pai de dois filhos.

Estudou no Colégio Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, em 1967, foi vice-presidente da Ames (Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas). Líder estudantil, participou ativamente da resistência contra a ditadura militar, sendo preso em 1969, com 18 anos, e exilado. Em 1979, com a Anistia, voltou ao Brasil.

Economista, foi professor-adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), obteve o mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Técnica de Lisboa (1978) e doutorou-se em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris I - Sorbonne (1984).

Eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 1986, Carlos Minc está em seu sexto mandato consecutivo. Em 2007, Carlos Minc foi nomeado Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro. Em 27 de maio de 2008, é empossado como Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Fundador do Partido Verde (PV), Carlos Minc foi eleito deputado estadual pela primeira vez pelo PV. Em 1990, 1994 e 1998 foi reeleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Em1989, recebeu o Prêmio Global 500, concedido pela ONU aos que se destacam mundialmente nas lutas em defesa do meio ambiente.

Com 130 leis aprovadas, sua ação parlamentar abrange temas como a defesa do meio ambiente, segurança pública, saúde no trabalho, ética na política e fiscalização do orçamento e da execução orçamentária do Estado do Rio de Janeiro.

Publicações

/Como Fazer Movimento Ecológico/ (Editora Vozes; 1985),

/A Reconquista da Terra /(Editora Zahar; 1986),

/Ecologia e Política no Brasil /(Espaço e Tempo/Iuperj; 1987), organizado por José Augusto Pádua, em co-autoria com Fernando Gabeira e outros,

/Despoluindo a Política /(Editora Relume Dumará; 1994),

/Ecologia e Cidadania/ (Editora Moderna; 1997), está na terceira edição.

Adotado por 120 escolas públicas e privadas do Brasil, o livro /Ecologia e Cidadania /aborda temas como ecologia urbana e do trabalho, educação ambiental e o meio ambiente na história.

Ministro Patrus Ananias destaca potencial do Territórios da Cidadania **– Paola Amorim - Sítio Eletrônico do MDS – 27/05/2008**

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, destacou o papel integrador das políticas públicas para transformação das realidades brasileiras, durante cerimônia de assinatura de Acordo de Cooperação Federativa do Programa Território da Cidadania em Minas Gerais nesta segunda-feira (26/05), na sede do governo mineiro, em Belo Horizonte. Ele participou do evento ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do governador de Minas, Aécio Neves. Cassel referiu-se ao Territórios da Cidadania como um projeto ousado e generoso do governo federal que tem como objetivo somar esforços dos entes federados e das comunidades para promover um “choque positivo de políticas públicas”.

O Territórios da Cidadania é fruto de parceria entre 19 ministérios, articulando ações voltadas para áreas rurais pobres no País. Ao todo, representa um investimento de R$ 11,3 bilhões, envolvendo 60 territórios e 958 municípios. Em, Minas Gerais, a ação abrangerá 84 municípios, atendendo 1,3 milhões de pessoas, com um investimento de R$ 768,9 milhões. Assinaram o termo de adesão representantes de prefeitos dos quatro territórios mineiros que integram o programa: Médio Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Serra Geral e Vale do Mucuri. Ainda durante o evento em Belo Horizonte, foi instalado o Comitê de Articulação Estadual, com objetivo de dar suporte à implantação das ações previstas para o Territórios da Cidadania.

Patrus Ananias apontou o Territórios da Cidadania como um exemplo do empenho do governo federal em promover integração das políticas, buscando não só articular atividades entre diversas áreas, mas também envolver, de acordo com as responsabilidades de cada um, trabalhos dos três níveis de governo e a comunidade. Segundo ele, o governo está consolidando um campo de políticas públicas no Brasil, com objetivo de promover o desenvolvimento aliado à justiça social. “Que nossas parcerias e nossas ações políticas tenham sempre o objetivo de garantir que todos tenham vida e a tenham em plenitude”, finalizou o ministro Patrus.

Mangabeira quer incentivo fiscal para indústria sustentável na Amazônia - **Daniel Rittner e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 27/05/2008**

O ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, defendeu ontem, em entrevista ao Valor, medidas concretas para aliviar a pressão sobre a Amazônia e estimular uma política de "convergência nacional" no tema. Coordenador do Plano Amazônia Sustentável (PAS), o filósofo prega a concessão de incentivos fiscais para a instalação de indústrias destinadas ao manejo sustentável da floresta e desonerações tributárias para "agregar valor" nas indústrias de transformação agropecuária e extrativista mineral já instaladas na região.

O ministro defende ainda uma "remuneração adicional" a pequenos proprietários de terras para que ajudem na vigilância e monitoramento das zonas de transição do Cerrado para a Amazônia. Mangabeira também quer reformas no Código Civil para fortalecer a regularização fundiária e fazer um zoneamento ecológico-econômico capaz de impedir o avanço das fronteiras agrícolas sobre a floresta - o que inclui, em princípio, o banimento do plantio de cana em áreas já desmatadas da região.

Mangabeira vai levar suas propostas sexta-feira à primeira reunião do Fórum de Governadores da Amazônia Legal, em Belém (PA), sem esquivar-se de questões mais polêmicas, mas em postura conciliadora. "Cultiva-se a impressão de que há uma guerra entre ambientalistas e desenvolvimentistas", afirmou , argumentando que essa tendência escurece o debate sobre a região. "Não temos preservação sem desenvolvimento. A Amazônia não é uma coleção de árvores, mas um lugar em que 25 milhões de pessoas buscam oportunidades e têm aspirações."

Mangabeira traçou conjuntos de iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável na região. Um deles diz respeito à regularização fundiária e ao zoneamento ecológico e econômico. "A Amazônia é hoje um caldeirão de insegurança jurídica", diagnostica. Ele vê a necessidade de simplificação do direito civil sobre a posse da terra, por meio de "uma reforma geral profunda" - que ocorreu, segundo ele, em todos os outros países que enfrentaram a questão. "Duvido que se leve a cabo a regularização fundiária por ato administrativo", completou, em referência indireta à frustrada tentativa de recadastramento feita pelo Incra. "Tudo que construirmos lá será sobre areia movediça. Seremos uma anomalia no mundo se não fizermos isso."

Quanto ao zoneamento, Mangabeira deixou claro que a Amazônia não pode ser vista como fronteira agrícola e toma posição semelhante à da ex-ministra Marina Silva, que

entrou em conflito com a Agricultura ao atacar o aproveitamento de áreas desmatadas para o plantio de cana. "Há atividades econômicas que são conduzidas por grandes empresas que têm uma dinâmica de expansionismo preocupante. Não gostaria de ver (a cana) sequer aproximar-se da floresta amazônica qualquer atividade produtiva que a ameace", disse, ao refoçar que a cana-de-açúcar não está enquadrada na categoria de cultura pouco ameaçadora.

Em linha com as preocupações do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, o zoneamento estabelecerá duas estratégias diferentes para a Amazônia - uma da região de floresta e outra das áreas de "savana tropical", como classifica o ministro. Depois, definirá as peculiaridades de cada microrregião. "A solução é compreender a realidade cada lugar", afirmou, sem comprometer-se com a revisão do conceito de Amazônia Legal, defendida pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Questionado sobre sua avaliação da medida do Banco Central que restringe o crédito oficial a produtores sem comprovação de regularidade ambiental e fundiária, Mangabeira não quis ser taxativo, mas sublinhou: "Temos que ser cuidadosos em não confundir a defesa da natureza com uma agressão desnecessária aos interesses da produção. Vamos encontrar um caminho para acomodar esses objetivos legítimos."

O ministro não vê risco de retrocesso na agenda ambiental e destacou que, antes de criar novas unidades de conservação florestal, o país precisa encontrar uma forma de resguardar melhor as reservas existentes. Cita a ausência de estrutura para cuidar dessas unidades, bem como a proliferação de estradas clandestinas que abrem caminho para o desmatamento.

Em resumo, para o ministro, só uma minoria da sociedade brasileira enxerga a Amazônia como um "parque". Para promover o desenvolvimento sustentável, não há como fugir da industrialização, observou. "Toda a vez que se fala de industrialização na Amazônia, se faz um escarcéu, como se já não houvesse indústria na região. O problema é que a Zona Franca de Manaus fabrica motocicletas, produz coisas que não têm nada a ver com a floresta tropical. Queremos empresas que tenham produtos associados à riqueza da floresta."

Teste amazônico **– Folha de São Paulo – Opinião – 28/05/2008**

"A LEI será cumprida sempre", anunciou Lula na transmissão de cargo no Ministério do Meio Ambiente. Um presidente da República, em situação normal, não sentiria necessidade de repisar o óbvio. Na questão ambiental, contudo, a ambigüidade impera.

Na tentativa de dissimulá-la, Lula reafirmou: não há política de ministro A ou B, mas política de governo. O presidente logo terá oportunidade de demonstrar se fala sério, além de grosso.

Na sexta-feira, em Belém, nove governadores da região amazônica tentarão acordar uma pauta de reivindicações que tende a forçar a definição presidencial. Entre as exigências

com chance de sairem consagradas está o adiamento das medidas de cumprimento da lei contidas na resolução nº 3.545 do Conselho Monetário Nacional, de fevereiro.

A exigência de regularização fundiária e de respeito à reserva legal (pela regra em vigor, 80% de cada propriedade na Amazônia) como condição para obter crédito rural pode ter sido inspirada por Marina Silva, mas foi baixada pela Fazenda, pelo Planejamento e pelo Banco Central. Decisão do Planalto, portanto, que fixou o prazo de 1º de julho para cumprir-se a lei: não financiar empreendimento que desobedeça a normas ambientais.

De sexta-feira até lá, resta a Lula um único mês. Terá então de arbitrar entre afrouxar seu torniquete antidesmatamento, reivindicação dos aliados governadores, e manter sua política de governo. Ao decidir, deixará claro qual o peso relativo do MMA na gestão Carlos Minc.

O retrospecto não autoriza prever aumento de influência da pasta. Soou também constrangedor ouvir do presidente o gracejo de que o novo ministro em poucos dias já falou mais que Marina Silva em cinco anos.

Muitos, no lugar de Minc, começariam apreensivos com a possibilidade de terminarem falando sozinhos na defesa da medida que, a julgar pela resistência de desmatadores, prova-se a mais eficaz para coibir a derrubada ilegal. Para escapar dessa armadilha, Minc precisará de algo mais que um colete verde.

Fracasso na floresta **– Folha de São Paulo – Opinião – 28/05/2008**

MADRI - O ministro Roberto Mangabeira Unger demonstrou ser muito menos ignorante sobre a Amazônia do que ele próprio admitiu na entrevista a Iuri Dantas e Marta Salomon, ontem publicada.

No essencial, seu diagnóstico é este: "Um número pequeno de brasileiros acha que a Amazônia deve ser preservada como um parque.

Um número igualmente pequeno de brasileiros aceita entregar a Amazônia às formas predatórias da atividade econômica. A grande maioria insiste no desenvolvimento sustentável, mas não sabe como conseguir".

O diagnóstico parece perfeitamente aceitável, ainda que se possa discutir a quantificação das posições envolvidas.

Se o diagnóstico é bom, o problema começa no remédio: como o ministro admite que "a grande maioria" não sabe "como conseguir" o tal desenvolvimento sustentável, a coisa vai mal, muito mal.

O que, aliás, Mangabeira Unger também aceita ao dizer: "Nosso problema é que não temos feito nem de longe o suficiente, nem em matéria de preservação, nem em matéria de desenvolvimento".

Se se considerar que já são cinco anos e cinco meses de governo Lula, um de seus ministros está admitindo um redondo fracasso. E, como restam apenas dois anos e sete meses, fica mais complicado corrigir a rota na metade do tempo que se gastou para fracassar.

Pior: mesmo que, quantitativamente, o ministro esteja certo na sua divisão sobre os preservacionistas e os destruidores, parece evidente que, politicamente, o segundo grupo é mais forte. Basta ver a desenvoltura com que o governador Blairo Maggi diz, por exemplo, que "não se faz agricultura ou pecuária sem retirar a floresta".

PS - A viagem a Madri é para seminário, a convite da Fundação Carolina, majoritariamente do governo espanhol, e da Fundação Novo Jornalismo Iberoamericano.

Goiabada de mangaba **– Mechiades Filho – Folha de São Paulo – Opinião – 28/05/2008**

BRASÍLIA - O ministro Mangabeira está certo quando afirma que a dicotomia motosserra x ambientalismo não traduz a realidade da Amazônia. Tome-se a largada das campanhas municipais na região.

Nem se insinua o debate ambiental que, em tese, deveria pegar fogo. No reflexo, diz-se que os políticos caíram reféns dos grandes doadores e por isso ignoram a agenda verde. Ou que são todos farinha do mesmo saco, interessados em se locupletar à custa do agronegócio. Uma leitura menos superficial não deveria ser descartada, porém. Se não há um governador, prefeito ou candidato de relevância que defenda a preservação incondicional da floresta, talvez seja porque esse tipo de compromisso não dê voto.

A inclusão por meio do consumo (ou a "inflação por demanda") não é um fenômeno restrito aos emergentes das metrópoles do Sudeste.

Por que a Amazônia não haveria de pressionar também por mais carros, cimento, televisores, iogurtes, material escolar e internet?

Ela pressiona, sim, e seus representantes na política também, convencidos de que a plataforma das ONGs (que jogam pelo como-está-fica e sobrevivem da crise) dificilmente atenderá a essas demandas. Nesta sexta, os governadores se reúnem com Lula para pedir mais obras e créditos. A mata? O verbo da moda é "manejar", não "conservar".

Mangabeira já havia se posicionado como ouvidor dos militares -para pendências administrativas (salários, equipamentos) e estratégicas (as Forças nem foram consultadas quando a Justiça demarcou a reserva Raposa/Serra do Sol).

Já tinha, também, se legitimado como canal dos ruralistas, insatisfeitos com o Ministério da Agricultura (frouxo, por exemplo, no caso do boicote da carne pela Europa). Alçado ao papel de formulador para a Amazônia, ele se diz "ignorante", mas engata o primeiro discurso do governo Lula sintonizado com a sede de crescimento e integração da região. Bobo da corte?

Minc anuncia fundo privado para a Amazônia - Evandro Éboli e Luiza Damé – O Globo – O País – 28/05/2008

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem, logo após tomar posse, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará decreto criando um fundo para proteger a Floresta Amazônica.

Será um fundo privado, com recursos nacionais e internacionais, administrado pelo BNDES. Minc adiantou que a Noruega vai depositar, em setembro, a primeira parcela de US$ 100 milhões. Outro decreto dará poderes ao Ibama para driblar a burocracia e leiloar imediatamente todos os bens apreendidos com quem cometer crimes ambientais.

O decreto de criação do fundo, segundo o ministro, será assinado em 5 de junho.

— Todo mundo diz que a Amazônia é importante. Todo mundo chora quando se corta uma árvore na Amazônia. Agora, tem 25 milhões de pessoas que moram lá e tem que ter recursos para sobreviver, com práticas sustentáveis — disse Minc.

Em conversa com o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, Minc afirmou ser um “ecodesenvolvimentista”.

Animado com a posse, disse ainda que será rígido na punição a quem desobedecer à legislação.

Adiantou que vai agilizar as licenças ambientais, mas não será “um carimbador maluco”, como na música de Raul Seixas.

“Somos soberanos, mas contribuições são bem-vindas”

O ministro tem um encontro em Bonn, na Alemanha, na próxima quinta-feira, com autoridades de vários governos.

— Vou dizer a eles que somos soberanos, mas que as contribuições são bem-vindas para que possamos exercer nossa soberania ambiental.

Sobre o decreto que permitirá ao Ibama leiloar imediatamente bens apreendidos, Minc explicou que hoje a burocracia impede a venda de madeira e de caminhões que transportam toras.

Os proprietários recorrem à Justiça e conseguem reaver seus bens, que ficam meses em depósitos de órgãos do governo.

O ministro prometeu dar continuidade ao trabalho de Marina Silva e manter todos os programas da gestão passada, mas anunciou que irá incluir alguns temas na pasta, como o saneamento ambiental e a política científico-tecnológica.

— Quem se lembra daquela música do Raul Seixas do carimbador maluco? Eu não serei o carimbador maluco, não darei o carimbo da improbidade administrativa. Precisamos dar licenças mais ágeis e com mais rigor.

Minc comentou também a pressão de governadores da Amazônia para tentar derrubar no Conselho Monetário Nacional (CMN) decreto que proíbe repassar recursos públicos para quem desmata.

Disse que, apesar da pressão, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, recebeu nesta terça uma carta assinada por oito secretários estaduais de Meio Ambiente da Amazônia afirmando que as condições podem ser cumpridas.

'Não via as brigas que lia nos jornais'

Lula elogia Marina Silva a maior parte do tempo e reclama da imprensa

BRASÍLIA. Na solenidade de posse de Carlos Minc, o presidente Lula voltou a reclamar da imprensa e responsabilizou-a pela idéia de que a ex-ministra Marina Silva saiu do cargo brigada com ele. Lula dedicou mais da metade do discurso para desfazer o mal-estar com Marina e criticou o que chamou de derrotismo do brasileiro. Atribuiu à imprensa a divulgação de divergências no governo que disse serem inexistentes, especialmente entre a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e Marina.

— Participava das reuniões com as duas e não via as brigas que lia nos jornais do dia seguinte.

Não conseguia entender quem passava aquela divergência.

Olhava para ver se embaixo da minha mesa tinha um anão que passava notícia que eu não tinha discutido. Quantas vezes fui dormir pensando em descobrir quem era uma tal de fonte que passava informações que não tinham acontecido.

A ex-ministra manteve-se impassível diante dos elogios. Ao exaltar o trabalho dela, o presidente disse que o brasileiro só dá valor a fatos e pessoas depois de divulgados pela imprensa estrangeira. Lula disse não ter mágoa de Marina e reafirmou que, mesmo com a troca no comando do ministério, a política ambiental não mudará.

O presidente reclamou também que os jornais não deram espaço ao lançamento do Programa Amazônia Sustentável.

Lula disse que não guarda mágoa de Marina, e que entenderá se a ex-ministra não tiver o mesmo sentimento em relação a ele. A posse de Minc não foi das mais prestigiadas. Apenas dois governadores compareceram: Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Wellington Dias (PT-PI). Além do vice José Alencar, estavam os chamados ministros palacianos, outros sete colegas de Esplanada, deputados e senadores.

Lula só se referiu a Minc no fim do discurso. Disse que ele já falou em “cinco dias o que Marina falou em cinco anos e meio”. Negou que tenha trocado uma ambientalista por um desenvolvimentista e brincou: — Para provar que não é contra a Amazônia, o Minc veio de verde (cor do colete) e com uma tarja preta dizendo que é proibido desmatar a Amazônia. É isso que significa a gravata dele.

'Os inimigos dela serão meus inimigos' **- Leila Suwwan – O Globo – O País – 28/05/2008**

BRASÍLIA. Na solenidade de transmissão do cargo, o ministro Carlos Minc prometeu que vai combater "os mesmos inimigos" de sua antecessora e que pretende comprar as brigas necessárias dentro do governo para manter a agenda ambiental. Para isso se auto-intitulou um "ecoguerrilheiro".

Ele reconheceu que, ao se demitir, Marina Silva fez "um sacrifício" para dar um aviso sobre os problemas do setor. Sob aplausos de funcionários do ministério, a quem prometeu defender de campanhas de desqualificação, disse que assume o posto com uma primeira missão: realizar a uma ponte aérea entre Bonn (Alemanha) e Belém, esta semana, para manter diálogo com partes contrárias na questão amazônica.

Antes de discursar, Minc ouviu do ministro-interino, João Paulo Capobianco, um desagravo a Marina. Ele disse que três movimentos do governo levaram a ex-ministra a pedir demissão. O primeiro foi considerar que a pasta poderia formular políticas, mas não geri-las — uma alusão indireta à decisão de repassar ao ministro Mangabeira Unger o comando do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

O segundo foi a remoção de projetos do Ministério do Meio Ambiente do PAC, deixando a verba sujeita a contingenciamentos.

A gota d'água teria sido o risco de revisão da resolução do BC que proíbe financiamentos com verbas públicas para desmatadores ilegais.

— É preciso explicitar que setores do governo consideram o Ministério do Meio Ambiente um licenciador ambiental, não é um órgão estratégico, não pode oferecer soluções. Por isso saímos do ministério.

Para que isso fique explícito.

Para manter a agenda que não conseguimos manter.

Não vamos fazer deste momento um momento apenas de festa — disse Capobianco.

Minc começou sua fala concordando com Capobianco: — Marina não saiu por seus defeitos. Saiu por seus méritos. Os inimigos dela serão meus inimigos.

Especialista confirma desmatamento **- Roberta Jansen – O Globo – O País – 28/05/2008**

Um dos maiores especialistas do mundo em Amazônia, o cientista do Inpe Carlos Nobre sustenta que o desmatamento está aumentando de forma significativa.

Segundo Nobre, integrante do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, os dados fornecidos pelo sistema Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) são confiáveis e apontam uma tendência expressiva de crescimento.

O número total para os últimos 12 meses ainda não foi divulgado, mas ele pode ser o dobro do registrado no ano anterior.

— Querer dizer que o desmatamento não está aumentando é brigar demais com todas as evidências, e não me refiro apenas às dos satélites — afirmou o pesquisador. — Em ciência, temos que ficar com a melhor hipótese, e a melhor hipótese hoje é que está aumentando (o desmatamento).

Todos os elementos estão indicando isso: os satélites, as pesquisas de campo, e também os números do crescimento da economia, do aumento dos preços das commodities.

Os números consolidados do Deter referentes aos últimos 12 meses serão divulgados nos próximos dias.

— Usar o Deter como um indicador de tendência é seguro.

Por isso, podemos dizer que o desmatamento está em alta.

O projeto Prodes de monitoramente via satélite do desmatamento da Amazônia usa imagens de alta resolução geradas por satélite. A cada ano, no segundo semestre, é divulgado um relatório completo. O Deter é voltado para funcionar como uma ferramenta imediata para os órgãos de fiscalização.

Mata Atlântica: cai o ritmo da devastação – O Globo – Capa – 28/05/2008

A taxa de desmatamento da Mata Atlântica teve uma redução de 69%, entre 2000 e 2005.

Porém, não há motivo para comemorar: restam apenas 7,26% da área original.

Santa Catarina é o estado que mais derruba a floresta. O Rio teve o menor índice de desflorestamento.

Página 31

Sem motivo para festa - Carlos Albuquerque – O Globo – Rio – 28/05/2008

Desmatamento cai na Mata Atlântica, porém restam apenas 7,26% da floresta

A boa notícia: entre 2000 a 2005, a Mata Atlântica teve uma redução de 69% na sua taxa de desmatamento em relação ao período de 1995 a 2000. A má notícia: restam apenas 7,26%, o equivalente a 97.596 km2, de sua área original, que era de 1,3 milhão de km2, em 16 estados. Os dados fazem parte de um atlas desenvolvido em parceria pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apresentado ontem em São Paulo.

— Essa redução de 69% em relação ao período anterior, de fato, é uma boa notícia. É um excelente sinal para este novo século — conta Márcia Hirota, diretora de gestão do conhecimento da SOS Mata Atlântica e coordenadora do estudo.

— Porém, temos um sinal de alerta, mostrando que, apesar da redução geral, o desmatamento da Mata Atlântica continua em alguns lugares. Isso exige atenção das autoridades, das ONGs e da população brasileira.

No Rio, efeito formiga Segundo o trabalho, intitulado "Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica", Santa Catarina foi o estado que mais desmatou nesse período, com a derrubada de 45,5 mil hectares de mata. Já o Rio, que foi líder do desmatamento entre 1990 e 1995, com 140 mil hectares devastados, apresentou uma redução de 85% entre 2000 e 2005.

— São dois casos bem distintos porque quando se fala de Mata Atlântica, estamos tratando de um bioma extremamente vasto e diversificado — explica Márcia.

De acordo com a coordenadora do estudo, no caso de Santa Catarina, os dados são bem significativos, já que o estado é um dos poucos que ainda apresenta uma grande cobertura vegetal nativa. Três municípios de Santa Catarina foram os que mais perderam essa cobertura: Mafra, Itaiópolis e Santa Cecília.

— O que está motivando o desmatamento em Santa Catarina é a atividade madeireira — explica ela. — Já a melhoria verificada no Rio tem por trás dela uma série de fatores, como maior conscientização e atuação do poder público. Mas isso não significa que esteja tudo bem.

De fato, levantamentos de campo feitos durante o trabalho identificaram pequenas áreas de desmatamento contínuo no Rio.

— É o que chamamos de efeito formiga — conta Márcia. — São pequenas regiões de desflorestamento que muitas vezes não aparecem nas imagens de satélite.

O estudo indica que, além de Santa Catarina, Minas Gerais (com 41,3 mil hectares desmatados) e Bahia (com 36 mil hectares) foram os estados que apresentaram os maiores índices de desmatamento no período analisado.

— Nesses estados, a taxa de desmatamento é contínua e anual. Isso mostra que onde ainda existe floresta, existe o desmatamento.

Refúgio nas montanhas

A diretora da SOS Fundação Mata Atlântica lembra que esse mapeamento, que é feito desde 1990, revela um fato que pode ser considerado surpreendente.

— Durante muito tempo, todos acreditavam que a devastação da Mata Atlântica fosse um processo do passado do país, que vai desde a exploração do paubrasil aos ciclos do café e da cana — conta Márcia.

— Mas quando começamos a fazer atualizações constantes do Atlas, verificamos que esse processo é contemporâneo, é atual. Isso mostra como é importante conscientizar a população e as autoridades da importância da preservação da Mata Atlântica.

A coordenadora do estudo reconhece que a redução de 69% na taxa de desmatamento desse bioma, apesar de ser uma boa notícia, precisa ter uma segunda leitura.

— De certa forma, isso significa que desmata-se pouco na Mata Atlântica porque resta pouco para ser desmatado em vários estados — diz Márcia. — Boa parte da Mata Atlântica que está preservada no Rio de Janeiro, por exemplo, está em áreas montanhosas, de relevo acidentado e, portanto, de difícil acesso.

País só mantém 7,3% da Mata Atlântica - **Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil - 28/05/2008**

O crescimento dos setores agropecuário e imobiliário estão tomando espaço da Mata Atlântica no país, que hoje está reduzida a 7,26% da sua área original, o equivalente a 97,6 mil km2. O índice é bem mais baixo do que a porcentagem mínima de preservação exigida por lei, de 20%.

Os números são do mais recente levantamento da fundação SOS Mata Atlântica nos 17 Estados que abrigam esse tipo de bioma. A inclusão dos seis Estados do Nordeste na pesquisa fez com que o índice de conservação aumentasse em relação aos 6,98% divulgados pela instituição em 2006. Também foi confirmada uma redução de 69% na taxa de desmatamento no período de 2000 a 2005 em relação ao período de 1995 a 2000.

A continuidade de desmatamento nos municípios mais críticos de cada Estado de 2005 a 2007, no entanto, preocupa os coordenadores da pesquisa. Das 51 cidades monitoradas, apenas três não apresentaram novos desmatamentos. Doze delas tiveram um desflorestamento anual maior que no período de 2000 a 2005.

As taxas de desmatamento caíram em 30 desses municípios, mas segundo Flávio Ponzoni, coordenador técnico do estudo pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), as quedas ocorreram principalmente em locais onde a cobertura da mata já foi fortemente alterada. "Se há pouco, desfloresta-se pouco", diz. Onde ainda há algo a ser alterado, as taxas se mantiveram elevadas.

Um exemplo disso é Santa Catarina, que possui 23,8% da área original de mata preservada, índice menor apenas que o do Ceará (31,4%). O território catarinense foi o que teve mais áreas devastadas de 2000 a 2005 (45,5 mil hectares), uma alta de 7% em relação ao que tinha sido desmatado no período anterior, de 1995 a 2000.

O Atlas da Mata Atlântica (nome do estudo) detectou que as áreas mais preocupantes de desmatamento estão, além de Santa Catarina, nos Estados do Paraná, Bahia e Minas Gerais, locais que concentram maiores porcentagens de cobertura nativa. "Nos demais, pouco sobrou e o que existe encontra-se em região com relevo acidentado", diz Marcia Hirota, coordenadora do estudo pela SOS Mata Atlântica. Os Estados do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram reduções no desmatamento de 2000 a 2005 (quedas de 95%, 91% e 85% respectivamente), mas Marcia explica que são casos típicos em que o que sobrou encontra-se em locais de difícil acesso e menos interessantes para a expansão imobiliária.

Desde o primeiro estudo realizado pela fundação, foi registrada a perda de 16 mil km2 de área de Mata Atlântica, o equivalente a metade de Alagoas. Os maiores blocos de mata estão no Corredor Sul do Rio de Janeiro, na Serra do Mar de São Paulo, e no litoral norte do Paraná até Santa Catarina, no Parque Nacional do Iguaçu.

O levantamento que abrange os anos de 2005 a 2007, feito só com as cidade com índices de desmatamento mais forte, dá alguns alertas. Segundo a coordenadora, no Rio de Janeiro, por exemplo, a média anual de área desflorestada triplicou entre 2005 e 2007 comparado os anos de 2000 a 2005. "Em valores absolutos o desmatamento foi baixo, mas em percentuais é um alerta para o Estado", diz.

Marcia Hirota diz que hoje o que mais contribui para a destruição da Mata Atlântica é o que ela chama de "novo ciclo da agricultura", caracterizado pelo aumento do valor das commodities agrícolas. "O aumento do poder aquisitivo, do consumo, do preço da terra,

tudo influencia no momento em que áreas em processo de regeneração natural estão sendo suprimidas para algum tipo de uso e ocupação da terra", diz.

Com o fortalecimento da produção de biocombustíveis no Brasil, Ponzoni alerta que compatibilizar o desenvolvimento desse mercado com a preservação da floresta será um desafio. "Tudo é perigoso se não aliarem resultados de pesquisas voltadas à preservação e a produção de energia", diz ele.

Mario Mantovani, diretor de mobilização da fundação SOS Mata Atlântica, diz que a preservação da bioma depende de maior fiscalização, e do respeito à regra de reserva legal de 20%. Incentivos fiscais aos produtores que preservam também são políticas defendidas como eficientes pela fundação.

Governo anuncia recursos internacionais para proteger Amazônia **- Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 29/05/2008**

Ministro Carlos Minc participa na Alemanha da Conferência sobre Biodiversidade da ONU (COP-9) e anuncia segunda fase do Programa Arpa. Noruega oficializa primeira doação para o Fundo Amazônia, mas postura do Brasil face aos biocombustíveis é criticada em Bonn.

RIO DE JANEIRO – Em sua estréia internacional, o novo ministro do Meio Ambiente do Brasil, Carlos Minc, participou nesta quinta-feira (29) da 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU (COP-9), que acontece em Bonn, na Alemanha. Durante um evento que contou com a participação do ministro alemão do Meio Ambiente, Sigmar Gabriel, e do secretário-executivo da CDB, Ahmed Djoghlaf, Minc anunciou o início da segunda fase do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), lançado em 2003 com o objetivo de criar áreas de proteção ambiental na floresta amazônica.

Maior programa de preservação florestal do mundo, o Arpa continuará a contar com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), que prevê a doação de US$ 30 milhões para o período que vai de 2009 a 2012. Outros financiadores da segunda fase do programa serão o banco de cooperação estatal alemão KFW (US$ 45 milhões) e a ONG ambientalista internacional WWF (US$ 30 milhões). A contrapartida do governo brasileiro será de US$ 25 milhões, e os recursos serão administrados através do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Na primeira fase, que se encerra este ano, o Arpa, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), beneficiou 60 unidades de conservação ambiental federais e estaduais, num total de 31 milhões de hectares. A meta para a segunda fase do programa é criar, nos próximos quatro anos, 20 milhões de hectares de novas áreas protegidas na Amazônia, sendo dez milhões de hectares ocupados por unidades de proteção integral e outros dez milhões de hectares ocupados por unidades de uso sustentável. A meta atual de criação de novas áreas pelo Arpa foi ampliada em 10 milhões de hectares em relação à meta original,

passando de 50 para 60 milhões de hectares de unidades de conservação na Amazônia até 2012. Ao mesmo tempo em que Minc buscava em Bonn mais recursos para a criação de áreas protegidas na Amazônia, o diretor do Programa Nacional de Florestas do MMA, Tasso Azevedo, discutia em Oslo, na Noruega, o acordo para a primeira doação ao Fundo Amazônia, como já está sendo chamado o fundo privado que será criado pelo governo brasileiro para estimular o combate ao desmatamento da maior floresta tropical do mundo.

O primeiro-ministro norueguês, Jens Stoltenberg, confirmou a doação de US$ 100 milhões que será feita pelo seu país, e o próximo doador deve ser a Alemanha, pois a primeira-ministra Angela Merkel anunciou durante a COP-9 que seu governo pretende liberar até 2012 quinhentos milhões de euros para a proteção de florestas em todo o mundo. A expectativa do governo brasileiro é arrecadar até o fim de 2008 US$ 1 bilhão para o Fundo Amazônia.

Anunciado pela ex-ministra Marina Silva no fim do ano passado, o Fundo Amazônia será criado por decreto que deverá ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 5 de junho. Até lá, Minc pretende oficializar mais algumas doações para o fundo: “Todo mundo diz que a Amazônia é importante e todo mundo chora quando se corta uma árvore na Amazônia. Agora, é preciso ver que existem 25 milhões de pessoas que moram lá e que precisam de recursos para sobreviver com práticas sustentáveis”, disse o ministro.

“Não compre este acordo” - Nem tudo, no entanto, são flores no namoro verde entre Brasil e Alemanha durante a COP-9. Anunciada no início de maio, a aliança comercial entre os dois países para a produção e comercialização de etanol de cana-de-açúcar, aliada à postura do governo brasileiro de defender em Bonn a expansão dos biocombustíveis, azedou o clima entre as organizações do movimento socioambientalista dos dois lados do Atlântico. Cerca de 200 manifestantes brasileiros e alemães vestiram durante os primeiros dias da conferência uma camiseta laranja com os dizeres: “Brasil e Alemanha comprometidos com a destruição da biodiversidade. Não compre este acordo”.

Durante a plenária, quando anunciou sua posição contrária à adoção do “princípio da precaução” no que concerne à expansão dos biocombustíveis, o Brasil chegou a ser vaiado por parte dos dois mil delegados presentes à COP-9. Advogada da organização brasileira Terra de Direitos, Maria Rita Reis resumiu a frustração daqueles que esperavam uma outra postura do governo brasileiro: “A expansão da fronteira agrícola é atualmente a maior causa de perda de biodiversidade. Então, o fato de o Brasil se opor a essa discussão nessa plenária demonstra claramente a irresponsabilidade do país em relação a esse modelo. É uma postura absolutamente injustificada”, disse. Uma das principais tarefas de Carlos Minc em Bonn é reverter a sensação, compartilhada por diplomatas de diversos países, de que o Brasil está virando as costas ao meio ambiente. Essa sensação é agravada pela ausência de Marina Silva, considerada pelos europeus um ícone da luta pela preservação da Amazônia. Eleita presidente da CDB na COP-8, que foi realizada em 2006 na cidade brasileira de Curitiba, Marina ainda é aguardada em Bonn para passar a presidência da convenção ao ministro alemão Sigmar Gabriel. Em busca de descanso antes de sua volta ao Senado, no entanto, a ex-ministra não confirmou se irá a Alemanha.

Operações fiscalizam extração ilegal de madeira **– Sítio Eletrônico da CPT – 29/05/2008**

A Operação Arco de Fogo, contra a extração ilegal de madeira e o desmatamento na região da Transamazônica e Xingu, fiscalizou três madeireiras em Altamira (PA), no dia 28 de maio. A ação, que já passou pelos municípios paraenses de Tailândia e Paragominas e já aplicou mais de R$ 23 milhões em multas, deve durar dois meses na região de Altamira. Mais de 100 homens da Polícia Federal (PF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Força Nacional de Segurança participam da operação. Também no dia 28 de maio, a PF prendeu 45 pessoas envolvidas com extração ilegal de madeira na reserva indígena Vale do Guaporé, em Mato Grosso. A ação, chamada de Operação Caipora, desarticulou a quadrilha formada por fazendeiros, madeireiros, servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) e policiais rodoviários e militares.

Ambientalistas internacionais vêem Minc com desconfiança **– Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008**

Um clima de desconfiança aguarda hoje o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em sua estréia num fórum internacional. A maioria dos ambientalistas presentes na Conferência sobre Diversidade Biológica de Bonn, na Alemanha, vê na renúncia de Marina Silva um sinal de que a preservação da natureza não é prioridade do governo brasileiro.

A demissão da ministra cinco dias antes do início da conferência chegou a causar desconforto no governo alemão, que receberia de Marina a presidência do evento, já que o Brasil foi o anfitrião no último encontro, realizado em Curitiba em 2006. Sem a ministra, a transferência teve de ser feita pelo embaixador Raymundo Magno, da missão brasileira em Montréal.

Dono de um quinto da biodiversidade do planeta, o Brasil é um dos principais protagonistas do evento, o que aumenta a apreensão causada pela troca de ministros. Já no balcão de registro de participantes da Conferência, uma recepcionista indagou à reportagem da **Folha** o motivo da "triste" saída de Marina. A curiosidade iria se repetir durante todo o dia.

"Marina era mais que uma defensora do meio ambiente, era um símbolo da causa", diz o austríaco Michael Schmidlehner, presidente da ONG Amazonlink.org, com sede no Acre.

A importância que o Brasil dá ao encontro de Bonn pode ser comprovada por sua numerosa delegação, formada por técnicos dos ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e das Relações Exteriores. Se dependesse do Itamaraty, as discussões manteriam o foco nos assuntos que já estão há anos na pauta, como estabelecimento de áreas de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

Os biocombustíveis, entretanto, tornaram-se uma das estrelas do encontro, e serão incluídos no documento que está sendo negociado. "O Brasil tentou evitar que o assunto entrasse na pauta, mas não conseguiu", diz Paulo Adário, do Greenpeace do Brasil.

Adário diz que a expansão da plantação de cana para a produção de álcool já está causando impacto ambiental no Brasil. Um exemplo: com o aumento do cultivo em áreas de pastagem, a pecuária é empurrada para a Amazônia.

O esforço do Itamaraty, entretanto, é enfatizar que o biocombustível feito de cana é sustentável, ao contrário de outros, como o de milho e de palma, que competem com a produção de alimentos e/ou destroem o meio ambiente.

O ministro interino do Meio Ambiente do Peru, Manuel Ernesto Alvarado, admitiu que nunca ouviu falar de Minc. Mas disse que a expectativa é que o Brasil assuma posições mais claras. "Chega de discursos ambíguos", disse Alvarado.

Alemanha promete 500 milhões de euros para salvar florestas **– Valor Econômico – Internacional - 29/05/2008**

A premiê alemã, Angela Merkel, prometeu **?** 500 milhões de euros nos próximos quatro anos para ajudar a proteger as florestas do mundo e disse que seu país ajudaria a levantar fundos para preservar os "pulmões do mundo".

Ela não disse como e onde serão investidos os recursos. Segundo ativistas, a iniciativa alemã pode estimular as discussões na ONU sobre a preservação da biodiversidade global. Merkel, elogiada pelos ambientalistas por seu empenho no ano passado pela adoção de metas climáticas na União Européia e no G-8, assumiu esse compromisso diante de uma conferência da ONU em Bonn, com a presença de 191 países. O evento de 12 dias termina amanhã.

Os políticos passaram a levar a biodiversidade mais a sério devido ao aumento no preço dos alimentos, vinculado a vários fatores, como o aumento da demanda na Ásia e o uso intensivo de terras para a produção de biocombustíveis.

Ela disse aos delegados que a Alemanha, maior economia da Europa, vai gastar **?** 500 milhões de euros adicionais numa rede de florestas protegidas até 2012. Depois disso, o país vai ampliar os gastos dos atuais **?** 200 milhões por ano para **?** 500 milhões de euros .

Crédito seletivo - **João Carlos de Oliveira – Valor Econômico – Suplemento - 29/05/2008**

"Poluição é desperdício", assegura Eduardo Bandeira de Mello, chefe do Departamento do Meio Ambiente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, ser uma empresa comprometida com as melhores práticas socioambientais é também, em teoria, ser uma empresa mais eficiente, porque ela vai gastar menos água, menos matéria-prima ou menos energia que o concorrente para produzir um bem ou oferecer um serviço.

Uma empresa "verde" preocupa-se com custos - para poder reduzi-los. Daí porque, segundo a biológa Cristiane Ronza, analista de risco socioambiental do Banco Real, "a experiência indica que as empresas que utilizam boas práticas socioambientais têm também boa gestão, inclusive financeira." Ou seja, normalmente, essas companhias representam menos risco para quem lhes emprestou dinheiro. E risco menor deve pagar juro menor.

As linhas com o carimbo "verde" oferecidas pelo BNDES, e repassadas pelos bancos, têm condições especiais para apoiar a eficiência energética (Proesco), a redução dos passivos ambientais (como é o caso do Profloresta), além da que visa a melhorar a gestão de recursos naturais, fomentar obras de saneamento básico, de coleta e tratamento de dejetos ou projetos que promovam o desenvolvimento sustentável ou que viabilizam capital de giro para essas empresas. E, de fato, nessas linhas, os juros cobrados são de 1,5 a 2 pontos percentuais menores, em média, do que os praticados em outras formas de financiamento do BNDES.

No mercado privado, porém, não se sabe de modo preciso em quanto as taxas cobradas são menores para essas empresas. Uma das razões para isso é apontada pelo vice-presidente do Bradesco, Milton Vargas. "Os spreads apresentam estreita correlação com as condições de mercado, sendo muito difícil mensurar reduções ou aumentos decorrentes, especificamente, de riscos socioambientais", afirma.

Esse, no entanto, não é o único complicador para que se entenda corretamente o funcionamento desse segmento. O próprio tamanho do mercado também não é preciso. Tanto que Mello, do BNDES, promete fazer um estudo para dimensionar a fatia efetiva que o negócio ocupa.

Tudo se passa como se o mercado de crédito socioambiental no Brasil fosse parecido com um iceberg. Uma parte está fora d'água; a outra, um pouco maior, debaixo. A parte que emerge é a escriturada formalmente como crédito socioambiental pelos bancos; a que está submersa corresponde ao crédito concedido sob qualquer instrumento ou modalidade, mas que, para ser liberado, passou por um processo de avaliação de risco no qual o impacto socioambiental da companhia ou do empreendimento, quando for o caso, é um dos itens analisados. E o peso desse item pode aumentar.

Os números da parte visível são modestos. E os da parte submersa estão crescendo, já que a utilização desses modelos de mensuração de risco também ajuda a mitigar a possibilidade de perda para os bancos.

No ano passado, por exemplo, o Bradesco ofereceu 34 linhas com o carimbo socioambiental - sendo 11 repasses de recursos do BNDES e do FGTS. O total de crédito do banco somou R$ 2,3 bilhões, os recursos verdes correspondem a 1,77% da sua carteira total de ativos de crédito e financiamento. O Itaú analisou e participou diretamente de seis project finance nesse segmento, que somaram investimentos de R$ 4,1 bilhões - e a fatia

que coube ao banco foi de R$ 349,9 milhões. Os project finance são, usualmente, sindicalizados.

No Real, o volume de crédito socioambiental teve crescimento de 290% na comparação entre 2006 e 2007 e somou R$ 848 milhões, entre recursos próprios e os originados por parceria com o IFC (braço do Banco Mundial) e com BNDES. No entanto, este dinheiro representa 1,5% do ativo total de crédito e financiamento da instituição.

No caso do BNDES, os empréstimos que são carimbados como ambientais representam em torno de 6% do total da carteira.

O BNDES foi um dos formuladores do chamado Protocolo Verde - assinado por todos os bancos federais, em 1995. No protocolo, as instituições se comprometeram a levar em conta os impactos ambientais e sociais em suas políticas de concessão de crédito, buscando construir o desenvolvimento sustentável do país e das empresas. Hoje, conta Mello, todos os projetos em avaliação do BNDES (que serão aprovados diretamente no banco), sem exceção e não importando o valor do crédito pedido, são analisados pelo Departamento de Meio Ambiente. "Caso a caso", diz. E não é incomum que se peça ou sugira modificações em processos que visem a melhor a governança socioambiental.

No próximo Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, os bancos federais vão anunciar o sucedâneo do Protocolo Verde, que está sendo revisto e aprofundado. Uma das possibilidades é a abertura para adesões dos bancos privados ao novo compromisso.

Também em junho, passam a vigorar as novas regras acordadas pelos bancos signatários dos Princípios do Equador. O Bradesco, o Itaú, o Unibanco e o Banco do Brasil aderiram ao acordo, enquanto o Real passou a utilizar os instrumentos previstos depois de ter sido adquirido por um dos bancos líderes do processo que culminou com os Princípios, o ABN Amro.

Pelos Princípios do Equador, os bancos signatários (hoje são 60 em todo o planeta e respondem por 70% dos projetos de financiamento fechados nos países emergentes) decidiram condicionar a concessão de crédito de projetos de financiamento à analise dos riscos ambientais e sociais de acordo com as exigências de sustentabilidade estabelecidas pelo IFC.

É a terceira vez que os bancos signatários revisam esse compromisso, que se traduz em mecanismos de avaliação dos melhores padrões socioambientais. O acordo foi criado em 2003 e previa que as regras deveriam ser seguidas em todos os projetos de valor superior ou igual a US$ 50 milhões; em 2006, o valor foi reduzido para US$ 10 milhões. A partir de junho, os bancos signatários vão passar a reportar suas ações efetivas em um documento de governança para todos os demais e para a sociedade. Em 2009, os bancos que não cumprirem os padrões mínimos serão desligados. Também se prevê que os parâmetros do IFC sejam revistos até lá e devem se tornar mais rigorosos.

O melhor conhecimento dessas práticas (as boas e as más) socioambientais e, claro, dos riscos que os bancos correm em termos de imagem e financeiro, acabaram consolidando um caminho que vai, aos poucos, "democratizando" a avaliação do risco socioambiental no sistema.

No grupo Itaú, conta Inês Silva, desde 2007, os processos de concessão de crédito a partir de R$ 5 milhões são submetidos à avaliação de risco socioambiental. No Itaú BBA, a área de análise é composta por equipe multidisciplinar formada por quatro profissionais. Já no Itaú, a equipe conta com cinco profissionais.

No Real, que foi pioneiro neste tipo de avaliação de risco e na formação de equipes multidisciplinares, há biológos, como é o caso de Cristiane, e até geólogos. A análise é

setorial e o foco das atenções está voltado para 22 segmentos prioritários. Neles, a avaliação de sustentabilidade é feita para nortear o relacionamento com todos os clientes da instituição nos processos de crédito (qualquer crédito) que some R$ 10 milhões.

No caso do Bradesco, não há vetos setoriais. Mas o banco, conta Milton Vargas, acompanha mais detidamente "determinadas atividades de negócios que embutem maior potencial de risco (são 69 setores)".

No caso dos financiamentos que são concedidos sob o guarda-chuva dos Princípios do Equador, nos três bancos, o processo de avaliação é mais complexo, e prevê monitoramento periódico do cumprimento das metas acordadas. Cristiane conta que, por sugestão do banco, o Othon Leme, por exemplo, adotou medidas para tornar mais racional o uso da energia e da água. "O que, graças ao êxito, será replicado em outras unidades da rede", diz.

Quando os bancos são surpreendidos por notícias de práticas nocivas sociais (trabalho escravo) ou ambientais, não é possível pedir o dinheiro de volta. "Não existe amparo legal para solicitar a devolução dos recursos já liberados", afirma Vargas, para depois emendar que, normalmente, a primeira providência será a "suspensão dos eventuais limites não-utilizados", até que os esclarecimentos sejam prestados.

Todos reiteram, contudo, que o objetivo não é punir os clientes, mas o de criar instrumentos para que eles, com os bancos, possam trilhar esse novo caminho que, acreditam, tende a reduzir o risco de todos.

Mercado lança novos fundos ambientais - **João Carlos de Oliveira – Valor Econômico – Suplementos - 29/05/2008**

O Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está lançando dois novos fundos de private equity, voltados para projetos ambientais no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Kyoto. O primeiro já tem nome escolhido, Brasil Sustentabilidade, e será gerido pela Latour Capital. O segundo, em fase de definição de regulamento, terá gestão da BRZ Investimentos. A informação é de Otávio Vianna, gerente da área de mercados de capitais do BNDES, que vai investir cerca de R$ 200 milhões em cada novo fundo.

Ambos, que devem captar até R$ 1 bilhão, são destinados a investidores qualificados (fundos de pensão, por exemplo), e a taxa de performance estará vinculada à quantidade de créditos de carbono que o fundo conseguirá gerar. Caberá aos respectivos gestores privados apresentar os projetos e as empresas que poderão ser apoiados. "Aqui, da avenida Chile, não temos capilaridade para colher projetos pelo país", afirma Vianna.

Enquanto o BNDES se volta para o investidor qualificado, cresce no mercado a disputa entre os bancos pelos investidores em empresas com práticas socioambientais corretas.

O primeiro fundo deste segmento, o Ethical, do Banco Real, tinha patrimônio líquido de R$ 3 milhões, em 2001, quando foi criado e, hoje, soma R$ 570 milhões. No período, acumulou rendimento líquido, descontada a taxa de administração, de 584%, contra o Ibovespa acumulado de 577%.

Pedro Villani, gestor de renda variável do Real, afirma que, desde a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela Bovespa, em 2005, tem crescido a concorrência. "Hoje, praticamente todos os principais concorrentes têm na prateleira um fundo que replica o ISE", diz. Segundo ele, "o ISE é muito bem feito pela Bovespa, mas nós preferimos manter as nossas escolhas e a nossa metodologia própria, que leva em conta 63 indicadores". Eles medem a qualidade da gestão socioambiental das companhias abertas, além do ciclo de vida de produtos, entre outros. A idéia central é a mesma que baliza a política de crédito da instituição: empresas que têm compromisso com a sustentabilidade socioambiental, "normalmente, são melhor geridas financeiramente e mais rentáveis". Os números já citados mostram que a aposta, até agora, foi vitoriosa.

O Bradesco oferece dois fundos de ações cujas aplicações são direcionadas a empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável, um para o segmento de alta renda - Bradesco Prime - e outro para clientes dos segmentos institucional e private. São eles: Bradesco Prime FIC FIA ISE e Bradesco FIA ISE. O conceito de sustentabilidade utilizado é aquele internacionalmente conhecido como triple bottom line que avalia aspectos ambientais, sociais e econômico-financeiros. Para fazer parte da carteira do fundo, as empresas devem ser uma das que compõem o ISE da Bovespa. Esses fundos, lançados em dezembro de 2005, contam, atualmente, com patrimônio líquido de mais de R$ 70 milhões distribuídos para mais de 1800 cotistas.

No Itaú, maior gestor privado de fundos de ações do país, o destaque neste segmento é o Itaú Excelência Social, lançado em 2004, que tem patrimônio líquido superior à R$ 450 milhões. O fundo aplica apenas em papéis de empresas com práticas reconhecidas de responsabilidade social, preocupadas no cuidado e proteção do meio ambiente. Além dessa característica, 50% de sua taxa de administração é destinada a projetos sociais na área de Educação. As organizações interessadas passam por um processo de seleção. Em 2007, R$ 3,3 milhões foram repassados para 20 organizações não governamentais de todo país.

No segmento de renda fixa, o Itaú lançou, no ano passado, os fundos Ecomudança DI e o Ecomudança RF. Esses fundos já captaram R$ 73 milhões. Em parceria com organizações não-governamentais, destinam 30% da taxa de administração para ações ambientais que reduzem a quantidade de CO2 (dióxido de carbono) no ar.

Governo afrouxa regra de "crédito verde" **– Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 30/05/2008**

93 cidades que ficam na fronteira da Amazônia escapam de restrições para empréstimos por terem territórios no cerrado e no Pantanal - Resolução do BC vinculou crédito rural à regularidade ambiental das fazendas na tentativa de conter ritmo do desmatamento na região

Propriedades instaladas numa área de 155 mil km2 na fronteira do bioma Amazônia escaparam das restrições para tomar empréstimos bancários impostas na tentativa de conter o ritmo acelerado das motosserras na Amazônia. A exclusão dessa área -correspondente a

menos de 4% do território atingido pelas medidas de combate ao desmatamento- será anunciada hoje, em Belém, pelo novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

A portaria de Minc será apresentada como uma resposta à pressão do agronegócio contra medidas de combate ao desmatamento. Mas não atenderá às reivindicações do setor, encampadas pelo Ministério da Agricultura, apurou a **Folha**.

Em carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), pede mudanças na resolução 3.545 do Banco Central, que vinculou a concessão de crédito rural às atividades agropecuárias à regularidade ambiental das propriedades. A regra entra em vigor em julho.

"Mantida a restrição ao crédito, nos moldes previstos na resolução, milhares de produtores que estão sendo convocados a regularizar suas propriedades estarão impedidos de acessar o crédito rural já nos próximos meses, o que representará grave prejuízo ao nosso Estado e, conseqüência, ao país", diz, na carta. O texto fala em risco de "estrangulamento e paralisação" do agronegócio.

Apesar de não agradar totalmente a Maggi, a medida a ser anunciada hoje foi determinada pelo presidente Lula como uma forma de tentar acalmá-lo. Ela já estava em estudo antes de Marina Silva deixar o ministério, mas estava sendo retida pela equipe da petista. Lula foi informado pelo BC de que, se não houvesse uma portaria esclarecendo o caso, vários produtores rurais que não se encaixam nas restrições ficariam sujeitos a elas. Entre as reclamações de Maggi, essa era apenas uma delas.

A resolução do BC, aprovada em fevereiro pelo Conselho Monetário Nacional, regulamenta uma das principais medidas de combate ao desmatamento editadas por Lula. A norma do BC determina o bloqueio ao crédito aos produtores que não tenham cadastro da propriedade, não comprovem a obediência à legislação ambiental ou que tenham feito desmatamento ilegal.

O alvo da resolução foram os 557 municípios que integram o bioma Amazônia. No entanto, 93 desses municípios, na fronteira do bioma, têm parte de seus territórios no cerrado e no Pantanal. A maioria desses municípios está em Mato Grosso. "A portaria [do Meio Ambiente] não flexibiliza nem um milímetro a resolução do Banco Central, é apenas um esclarecimento", disse ontem João Paulo Capobianco, que comandou o ministério até terça-feira, quando Minc tomou posse da pasta. "A portaria já estava pronta, mas o Minc pediu que deixasse para ele assinar, para que não fosse entendido como flexibilização [do combate ao desmatamento]", completou.

Minc chega hoje da Alemanha e segue para a reunião com os governadores, em Belém. Segundo a Embrapa, os 93 municípios da fronteira do bioma Amazônia têm 41,2% de seu território que já não pertencem ao bioma, cujo limite é fixado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A área que escapou das restrições ao crédito, porém, é pequena em relação aos 4,2 milhões de km2 do bioma. **Colaborou **VALDO CRUZ** , da Sucursal de Brasília*

Para Minc, "não haverá credito para desmatar" **– Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008**

Dois dias depois de tomar posse, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem na Alemanha uma série de medidas que, segundo ele, são uma demonstração da força política que exigiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para aceitar o cargo. Minc prometeu dar continuidade às políticas de sua antecessora, Marina Silva, que "se sacrificou para elevar o status da luta ambiental no Brasil".

Entre as medidas anunciadas ontem por Minc, muitas haviam sido propostas por Marina e engavetadas pelo governo. Entre elas está a de negar a concessão de crédito a empresas ou propriedades rurais que estejam com registro irregular ou sem licença ambiental. Ela entrará em vigor a partir do dia 10. "Não haverá mais crédito para desmatar", prometeu Minc.

Foi uma visita-relâmpago a Bonn, onde ele participou da 9ª Conferência de Diversidade Biológica. A pedido de Lula, Minc retornou ao Brasil quatro horas e meia após a chegada, para poder estar no encontro com governadores da Amazônia, hoje em Belém. Após a estréia internacional ontem, previu Minc, a reunião de Belém será seu "segundo teste de fogo".

"Muitos [dos governadores] articularam a derrubada da medida que corta o crédito para os desmatadores ilegais. Falei pelo telefone com cinco desses governadores e disse que levaria boas notícias àqueles que quiserem trabalhar com a sustentabilidade. E que incrementaria a Polícia Federal e a Guarda Nacional para os que cometerem crimes ambientais."

Em seu curto discurso, enumerou as prioridades ambientais do Brasil e procurou desarmar a desconfiança provocada pela renúncia de Marina, considerada um símbolo internacional na preservação. "Aqueles que são amigos de Marina são meus amigos. E os inimigos dela são também os meus."

Sobre os biocombustíveis, Minc destoou do discurso do Itamaraty. Reconheceu que o etanol pode ter impacto ambiental, embora menor que outros agrocombustíveis. "O Brasil não se negará a participar das discussões sobre os impactos ambientais do etanol e dos biocombustíveis. Mas temos que fazer uma distinção entre a demanda legítima dos ambientalistas e outros interesses, que apontam contra o etanol um dedo sujo de carvão."

Amazônia: redução da área protegida **– O Globo – CAPA – 30/05/2008**

Pressionado pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, o governo deverá anunciar mudanças na portaria que restringiu o crédito oficial para desmatadores, uma das medidas da exministra Marina Silva. A proibição de financiamento público ficará restrita às propriedades que estão no bioma Amazônia, deixando fora o cerrado.

A mudança beneficiará Mato Grosso e Tocantins. Páginas 12 e 13

Fogo contra o crédito verde **- Bernardo Mello Franco e Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 30/05/2008**

Ogovernador de Mato Grosso, Blairo Maggi, não ficou satisfeito com a mudança que o governo federal fará na portaria que proíbe a concessão de empréstimos públicos aos produtores dos municípios apontados como os que mais desmatam na Amazônia. Hoje, em encontro com governadores da região, em Belém, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar a retirada da sanção a todas as propriedades que ocupam áreas de cerrado, e não de Floresta Amazônica. Mas Maggi, que será o porta-voz dos governadores no encontro, anunciou ontem que voltará a cobrar de Lula a revogação integral da medida, que começa a valer em 1º de junho.

— Defendo que a resolução deixe de existir — disse o governador, em confronto aberto com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que ontem mesmo concedeu entrevistas em Bonn, na Alemanha, confirmando que a portaria entra em vigor dia 1ode junho e não sofrerá adiamentos.

Segundo o governador, o corte dos financiamentos públicos imposto pela resolução do Conselho Monetário Nacional atinge 45% da área agrícola e 42% da produção de Mato Grosso. Em sua opinião, a medida provocaria um dano irreparável à economia local e ao abastecimento de alimentos.

— Não dá para simplesmente fazer com que todo esse volume de produção deixe de ter financiamento. Mais de 90% dos agricultores de Mato Grosso dependem de financiamento para produzir. O estado não tem como repor isso, e os produtores também não têm dinheiro disponível — afirmou.

Dois ou três anos para adaptação

Apesar das críticas ao que restou da medida, Maggi disse que a exclusão dos municípios do cerrado vai reparar o que chamou de injustiças na restrição de créditos públicos.

— A lista tinha municípios com 3%, às vezes 5% de área no bioma Amazônia.

Estavam penalizando muita gente que não produz lá — afirmou.

Um dos maiores produtores de soja do país, Maggi tem sido o principal opositor do corte de financiamentos públicos desde que a medida foi anunciada, em janeiro, pela então ministra Marina Silva. A receptividade de suas idéias no Palácio do Planalto foi apontada como um dos principais motivos do pedido de demissão de Marina.

Ontem, o governador afirmou que, caso a resolução não seja revogada por inteiro, como defende, pedirá ao presidente Lula que ao menos adie o início da vigência. E avisou que os produtores precisarão de muito mais do que cinco meses para se adaptar.

— Discutindo todas as questões, e se pegarmos firme, talvez em dois ou três anos a gente possa fazer isso.

Em mais uma demonstração de força, Maggi foi escolhido para falar no encontro de hoje com Lula, em Belém, em nome de todos os governadores da Amazônia. Além dele e do presidente, só deve ter direito a palavra a anfitriã do evento: a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT).

Em nota, o Ministério de Meio Ambiente esclareceu que será feito adendo à portaria de 27 de março de 2008.

Segundo o ministério, a mudança em nada altera a aplicação da resolução do Banco Central, mas apenas explica que a restrição aplica-se apenas ao bioma Amazônia. Como alguns municípios não estão 100% abrangidos pelo bioma amazônico, imóveis que,

embora se situem nos municípios listados pela portaria 96 do ministério, mas estejam fora dos limites do bioma, não estarão submetidos às restrições de crédito. Segundo o ministério, "trata-se apenas de detalhamento".

Os nove governadores da Amazônia Legal também vão cobrar do presidente agilidade na liberação de licenciamentos de projetos desenvolvimentistas na região, inclusive obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que estão paralisadas por falta de licença ambiental do Ibama.

Minc propõe controle de fornecedores **- Graça Magalhães-Ruether – O Globo – O País – 30/05/2008**

BONN (Alemanha). O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem, pouco depois de discursar na Conferência da ONU sobre Biodiversidade, que as madeireiras e as siderúrgicas da Amazônia que usarem madeira serão obrigadas a apresentar ao governo as listas de todos os seus fornecedores de matériaprima, a fim de aumentar a transparência e tentar dificultar o uso de material de desmatamento ilegal.

Na visita de menos de um dia à Alemanha, Minc reiterou que a proteção da Amazônia é prioridade e garantiu a representantes de governos estrangeiros, de ONGs e da imprensa internacional que, a partir de 1º de junho, as empresas agrícolas responsáveis pelo desmatamento ilegal, que trabalhem sem licença ambiental ou que não tenham a posse legal das terras, sofrerão um bloqueio radical de financiamento, sem direito a créditos públicos ou privados.

— A Amazônia não vai virar carvão — disse Minc.

O Brasil vai tomar a iniciativa de criar um plano que defina os critérios da repartição dos lucros obtidos pelas empresas estrangeiras que exploram a biodiversidade das regiões florestais brasileiras. Durante a conferência de duas semanas, que termina hoje, os 190 países participantes resolveram dar início à negociação sobre esse projeto, mas o ministro manifestou a desconfiança de que o projeto não vá à frente pela falta de interesse dos países industrializados em pagar, no que ele chamou de a "teoria do farol": — Muitas nações ricas negam recursos para implementar o projeto, como se não quisessem pagar pelo que já lucraram com a biopirataria.

Antes de as multinacionais precisarem pagar royalties, o Brasil já introduziu uma lista de preços mínimos para os produtos da Amazônia, como lembrou Minc em Bonn. A demanda por esses produtos — das ervas medicinais aos óleos de plantas amazônicas usadas na produção de cosméticos — é grande, e uma garantia de preços ajudaria na arrecadação de mais recursos.

No pronunciamento realizado no plenário do antigo parlamento alemão, Minc também defendeu o programa dos biocombustíveis. Ele lembrou que o governo brasileiro não foge de nenhuma discussão aberta sobre os possíveis impactos ecológicos causados pelos biocombustíveis.

No dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, o ministério deverá lançar, segundo Minc, a segunda fas e d o Plano d e Áreas Protegidas da Amazônia (Arp a) , englobando uma área de até 60 milhões de hectares que será protegida ate 2012. Na

primeira fase, serão 20 milhões de hectares, sendo que dez milhões serão de reserva florestal e os outros dez, área de uso sustentável.

As reservas da Amazônia — no Xingu, em Ituxi e em Mapingari — deverão ser demarcadas exatamente numa região hoje ameaçada por desmatamentos, formando uma espécie de "cinturão verde".

O anúncio do projeto causou entusiasmo internacional, a julgar pelos organismos que já entram na lista de doadores: WWF, Kredit für Wiederaubau (banco alemão de desenvolvimento) e Banco Mundial.

O ministro se referiu à reunião que terá hoje de manhã em Belém com cinco governadores da Região Amazônica e ainda o presidente Lula como a sua "segunda prova de fogo" apenas três dias depois da posse.

Ele já advertiu os governadores, por telefone, que só receberão recursos do seu ministério os que trabalharem respeitando a biodiversidade.

Aos povos indígenas, o Ministério do Meio Ambiente pretende liberar R$ 136 milhões. Ao ouvirem a promessa, os índios presentes à conferencia aplaudiram.

No próximo dia 5, o presidente Lula lançará o Fundo Nacional de Proteção à Amazônia, que já tem oferta de recursos de US$ 100 milhões da Noruega e 500 milhões de euros da Alemanha.

Minc defende agenda positiva para sustentabilidade da Amazônia **– Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 30/05/2008**

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse nesta sexta-feira (30), em Belém (PA), que quer trabalhar em conjunto com todos os governadores e prefeitos da Amazônia Legal, independentemente de partido. "As medidas do governo federal para a região sempre foram e sempre serão discutidas com todos, sem exceção, mas as boas notícias são apenas para aqueles que querem atuar na legalidade", afirmou, durante a abertura da primeira reunião do Fórum de Governadores da Amazônia Legal, na capital paraense.

Minc esclareceu que a Resolução 3545/08, do Conselho Monetário Nacional, está mantida e começa a valer em 1º de julho. A norma determina a inclusão de critérios ambientais para a contratação de crédito da safra 2008/2009 no bioma Amazônia. "As pessoas terão que se regularizar e, com a estiagem que vem agora, a gente não pode dar crédito para desmatar", afirmou.

O problema é que alguns municípios possuem propriedades localizadas no bioma Amazônico e também propriedades em zonas de transição para o Cerrado. Para eliminar dúvidas, especialmente dos bancos na hora de concessão de financiamento, Minc assinou nesta sexta-feira (30) uma portaria, cujo texto define que caberá aos órgãos ambientais, com base em dados do IBGE, comprovar a localização das áreas que não se incluem na abrangência da resolução. "Não é uma flexibilização, é um esclarecimento para não punir aqueles que estão fora do bioma", disse Minc.

O ministro destacou uma série de medidas tomadas recentemente pelo governo e que reforçam uma agenda positiva capaz de garantir a sustentabilidade da Amazônia e o desenvolvimento social e econômico de suas populações. Entre elas, o apoio aos produtores que querem trabalhar na legalidade. Segundo Minc, o MMA vai garantir 30% dos recursos para regularização ambiental e cerca de R$ 1 bilhão para recompor as reservas legais na Amazônia (os 80% de uma propriedade que, por lei, precisam ser preservados na região).

Além disso, Minc lembrou que o MMA já assegurou a doação dos primeiros US$ 100 milhões, por parte do governo da Noruega, para composição do Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia Brasileira. O valor, anunciado esta semana, na Alemanha, durante a Convenção da Biodiversidade (COP-9), irá transformar a redução das emissões por desmatamento em um sistema de financiamento da conservação e uso sustentável da floresta e demonstrar a viabilidade do mecanismo de incentivos positivos, em discussão na Convenção de Mudanças do Clima. Outro apoio importante, também anunciado esta semana na Alemanha e lembrado pelo ministro durante seu discurso, foi a doação de 10 milhões de euros, pelo governo alemão, para a segunda fase do programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo.

Além disso, o governo brasileiro anunciou esta semana o apoio à comercialização de produtos do extrativismo com a inclusão desses produtos na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do governo federal, permitindo a equalização dos preços dos produtos extrativistas e a realização de leilões específicos para o seu escoamento. Minc adiantou, por fim, que o governo estuda a criação de um Plano Nacional de Combate a Incêndios e Queimadas, junto com os estados, e acrescentou que já está acelerando a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), para que todos os estados tenham seus mapas prontos até 2009. Todas essas ações, segundo o ministro, mostram que o MMA será sempre um grande aliado dos governadores e dará todo o apoio para quem quer trabalhar na legalidade. "Para quem não quer, Polícia Federal", completou.

O 1º Fórum de Governadores da Amazônia Legal tem o objetivo de discutir propostas comuns de desenvolvimento sustentável a serem implementadas pelos nove estados que compõem a região (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). As prioridades apresentadas durante o encontro foram reunidas em um documento chamado Carta de Belém, entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ministro anuncia R$ 1 bi para reflorestar áreas desmatadas **– João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 31/05/2008**

Recuperação de áreas na Amazônia é forma de produtores voltarem à legalidade ambiental - Carlos Minc não disse ontem de onde virá o dinheiro para o financiamento; anúncio foi durante o Fórum de Governadores da Amazônia

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) anunciou ontem, em Belém, a liberação de R$ 1 bilhão para produtores rurais da Amazônia reflorestarem áreas desmatadas em suas propriedades rurais. Ele não disse de onde virá o dinheiro para o financiamento.

O anúncio ocorreu durante o Fórum de Governadores da Amazônia Legal, no qual estavam presentes governadores de sete Estados (AC, AP, MA, MT, PA, TO e RR), além do ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos). Eduardo Braga (PMDB), do Amazonas, e Ivo Cassol (sem partido), de Rondônia, não compareceram.

A recuperação das áreas desmatadas é uma forma de os proprietários voltarem à legalidade ambiental. Segundo a legislação, todo produtor pode desmatar 20% da área de sua propriedade, mas boa parte deles não cumpre essa obrigação.

"Uma coisa é você obrigar, outra é dar meios", afirmou o ministro sobre o dinheiro para recuperar as áreas devastadas.

Em sua passagem pelo Pará, depois de chegar de um encontro na Alemanha, Minc anunciou outras "boas notícias".

Entre elas, afirmou, está a criação de um fundo para a preservação da Amazônia, inaugurado por uma doação inicial de US$ 100 milhões da Noruega. O país nórdico deve fazer um depósito anual do mesmo valor nos próximos quatro anos, totalizando US$ 500 milhões. Ele não especificou como esse dinheiro será utilizado.

Minc anunciou o fundo sem a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou após o fórum ter começado. Depois, quando participava de um evento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Lula foi questionado se o fundo não representava uma interferência estrangeira na floresta. Disse que irá "conversar com o ministro". "Essa é uma preocupação. Daqui a pouco, o cidadão doa US$ 10 e acha que é dono da Amazônia."

Minc também voltou a falar sobre a criação de uma guarda florestal nacional, nos moldes da FNS (Força Nacional de Segurança), que tivesse ajuda e participação dos governos estaduais. A idéia foi criticada pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), que disse que não vai ceder pessoal para a guarda. De acordo com Minc, no entanto, a idéia tem a anuência de Lula e do ministro Tarso Genro (Justiça).

Maggi quer crédito restrito só em área nova **– Folha de São Paulo – Brasil – 31/05/2008**

Depois que o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) anunciou ontem que produtores de municípios situados na faixa de transição entre o bioma amazônico e o cerrado não terão restrição de créditos, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), disse que se fez um "pouco de Justiça". Porém, não se deu por satisfeito e fez novo pedido, no Fórum dos Governadores da Amazônia Legal.

"O que queremos é que aquelas propriedades que já estão trabalhando possam continuar e que se faça a proibição de créditos que possam significar a abertura de novas áreas", afirmou.

O presidente Lula disse que "não conhece" essa proposta, mas que toda decisão precisa ter uma "margem de manobra" para discussão.

Maggi afirmou que seu Estado sairá prejudicado com a resolução de qualquer forma. Para ele, a proibição deveria valer só para quem tenta agora conseguir créditos.

Antes de se encontrar com o ministro no evento, Maggi disse que não ia "para o ringue" com ele. Minc também minimizou a troca de farpas. Momentos antes de começar o fórum, Maggi havia dito que esperava um clima tranqüilo e que tinha ido ali para "sentar e discutir". Quando o ministro chegou, os dois se abraçaram e riram.

País não pode chorar, afirma membro da ONU **– Folha de São Paulo – Brasil – 31/05/2008**

O Brasil não pode "chorar no cantinho sobre sua sorte" quando estrangeiros apontam os problemas ambientais da Amazônia. Essa é a opinião do subsecretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas) Carlos Lopes, que foi representante da entidade no país até 2005, quando assumiu o cargo de conselheiro político do ex-secretário-geral Kofi Annan.

Lopes, 48, natural da Guiné-Bissau, diz que existem pressões estrangeiras sobre a situação da Amazônia em razão da importância que o Brasil possui na área comercial e energética. "Os grandes problemas sócio-ambientais serão resolvidos por tratados internacionais, que devem ter a mesma força dos comerciais." Para ele, a importância que o Brasil possui nas discussões sobre a preservação ambiental e as mudanças climáticas facilitam para que os interesses do país sejam atendidos em tratados internacionais.

Lopes diz que não existir risco de interferência sobre a soberania brasileira em virtude da importância da Amazônia e classificou como "descabidas" as declarações do general Augusto Heleno sobre a retirada dos arrozeiros da área indígena Raposa/Serra do Sol. O militar disse que a reserva ameaça a soberania. **(PABLO SOLANO)**

Amazônia: de quem é? **– Paulo Nogueira Batista Jr. – O Globo – Opinião – 31/05/2008**

Há alguns anos, quando eu era pesquisador-visitante no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), um general do Exército foi convidado para proferir palestra sobre a Amazônia.

Já não me recordo, infelizmente, do nome do conferencista e nem tenho certeza se ele era mesmo um general ou um oficial de outra patente. Mas não importa. O que ficou na minha lembrança foram as suas palavras iniciais.

Assim começou o palestrante: "A Amazônia não é do Brasil." Pausa para efeito dramático. E continuou: "A Amazônia é Brasil." Depois de um começo desses, um conferencista não precisa, a rigor, dizer mais nada. Pode se sentar e aceitar os aplausos merecidos da platéia.

A seqüência ironicamente sugerida ou insinuada pela afirmação inicial do general é aquela frase repetida por muitos otários, inclusive brasileiros, falsos brasileiros: "A Amazônia é da humanidade." Ora, como dizia Nietzsche, "a humanidade não existe". Peço ao leitor que reflita sobre esse aforismo do grande pensador alemão. O espaço não permite tratar do tema agora. Já publiquei um ensaio a respeito na revista "Novos Estudos Cebrap" e posso enviá-lo por email a eventuais interessados.

Prossigo num registro mais prosaico. A "humanidade" é freqüentemente uma cortina de fumaça para os interesses e as prioridades dos países desenvolvidos, especialmente as velhas potências — os Estados Unidos e as nações da Europa Ocidental.

Esses países vêm destruindo o meio ambiente há mais de século.

Agora, se puderem, transformarão a Amazônia em "patrimônio da humanidade", a ser preservada para "benefício geral".

O Brasil e os outros países da bacia amazônica têm que abrir os olhos, portanto. É preciso reconhecer o seguinte — brasileiro não entende nada de Amazônia.

Não percebe que "a Amazônia é Brasil" — e não uma colônia ou uma vasta propriedade do Brasil. Um dos aspectos menos conhecidos do nosso complexo de viralata é uma certa relutância em relação à selva amazônica, suposta lembrança da nossa condição semiselvagem, incivilizada.

No exterior, ao contrário, a floresta tropical é muito valorizada e sempre ocupou grande parte do imaginário sobre o nosso país. Os crescentes problemas ambientais só fizeram intensificar essa velha percepção.

No início dos anos 70, eu era aluno de um colégio em Genebra, na Suíça. A nossa professora de literatura, uma senhora francesa, muito culta, nos fez ler um conto de Albert Camus que se passava na Amazônia brasileira. Durante a discussão do texto, ela virou para mim, o único brasileiro na classe, e perguntou: "Paulo, você achou adequada a descrição que Camus fez da floresta amazônica?" A pergunta me irritou um pouco — era o complexo de vira-lata que aflorava.

Respondi: "Não sei, nunca estive lá." A professora não se deu por satisfeita: "Mas, como assim: de que cidade do Brasil você é?" O complexo de vira-lata deu arrancos violentos de víbora de túmulo de faraó. Respondi, ainda mais irritado: "Rio de Janeiro." E ela: "Pois, então!" Veja, leitor, a que situação um brasileiro pode se ver submetido no exterior. Nem lembro mais se a minha humilhação permitiu que eu explicasse à professora e ao resto da classe que o Rio fica a mais de dois mil quilômetros dos limites da selva amazônica. Acredito que esse tipo de desinformação persiste até hoje.

Mas o meu espaço está acabando e eu ainda não disse o que eu queria realmente dizer. É o seguinte: o Brasil precisa, mais do que nunca, defender a Amazônia com unhas e dentes. E tratá-la com carinho e cuidado — como Brasil, como parte fundamental do território nacional a ser desenvolvida de forma sustentável, povoada por brasileiros e cada vez mais integrada ao resto do país.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. é economista e diretor-executivo pelo Brasil e mais oito países no Fundo Monetário Internacional.

E-mail: pnbjr@attglobal.net

Fazendeiro desmatador terá R$ 1 bi **– O Globo – Capa – 31/05/2008**

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) anunciou que o governo dará R$ 1 bilhão a produtores que desmataram além do permitido por lei na Amazônia, e agora estão obrigados a recompor a floresta. "Daremos meios a todos que queiram se legalizar", disse. Página 12

Desmatadores vão receber R$ 1 bi do governo **– O Globo – O País – 31/05/2008**

BELÉM. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem aos governadores da Amazônia Legal que o governo vai destinar R$ 1 bilhão para recomposição de reservas legais na região. Na prática, o governo vai conceder crédito, a juros de 4% ao ano, segundo Minc, aos produtores que desmataram além do permitido pela legislação, e que agora são obrigados a recompor a floresta.

— Uma coisa é você obrigar, outra coisa é você dar meios para...

Essa é a verdadeira questão.

Dar meios para todos aqueles que queiram se legalizar e recompor as áreas de reserva legal. Vão ter R$ 1 bilhão com 4% (de juros) ao ano e 12 anos de carência. É uma obrigação legal, mas agora os recursos vão garantir que ela seja cumprida. É o "cumpra-se" da reserva legal — justificou Minc, ao discursar durante o 1oFórum de Governadores da Amazônia Legal.

De acordo com ministro, o financiamento está incluído na Medida Provisória 432, que trata da renegociação da dívida agrícola, publicada quarta-feira, no Diário Oficial da União. Anunciou outra medida que vai beneficiar quem já desmatou ilegalmente a floresta: o ministério vai garantir recursos para a regularização fundiária de propriedades rurais na Amazônia: — Vamos fazer essa regularização coletiva, não um por um.

O ministério vai dar 30% dos recursos para acelerar, numa forçatarefa, a regularização ambiental daqueles que queiram realmente se regularizar.

Ao listar o que chamou de boas notícias para a Amazônia, Minc citou ainda a garantia de preços mínimos para produtos extrativistas, segundo ele, também incluída na MP 432.

— Os produtos agrícolas, como arroz, feijão, sempre tiveram preço mínimo; os produtos florestais não tinham essa garantia.

Desde quarta-feira têm.

Sem polêmica com Maggi

Sobre a portaria que restringiu o crédito oficial para produtores da Amazônia que não tenham licença ambiental, o governo recuou.

Além de liberar os financiamentos para proprietários de áreas de cerrado, prometeu aos governadores da Amazônia reestudar a resolução do Conselho Monetário Nacional, que, pelo previsto até agora, entraria em vigor em 1ode julho. O presidente Lula evitou polemizar com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, seu aliado e principal opositor da medida. Ele lembrou que o governo tem 30 dias para chegar a um consenso sobre a resolução, que ela entra em vigor em julho. Disse que não leu a carta encaminhada por Maggi ao Palácio, com as reivindicações dos governadores.

— Quando voltar ao Brasil, vamos sentar eu, a Dilma (Rousseff), o Maggi e o Minc para discutir isso — disse o presidente, que viajou ontem para a Itália.

No recuo confirmado ontem, o governo decidiu liberar crédito oficial aos produtores rurais de cem municípios da área de transição entre o cerrado e a Floresta Amazônica. A portaria deve ser publicada hoje, no Diário Oficial. Lula negou recuo da decisão de penalizar produtores de municípios que mais desmatam e defendeu que o "bom senso prevaleça": que se garanta a preservação da maior floresta tropical úmida do planeta com desenvolvimento sustentável e produção agrícola.

Minc também negou que o governo tenha flexibilizado a restrição ao crédito: — Não voltamos atrás. Nem tenho poder para mexer numa resolução do Banco Central.

Apenas expliquei na portaria como poderá ser comprovado aqueles que estão dentro ou fora do bioma amazônico.

*COLABOROU: Ronaldo Brasiliense, com Agência Brasil

Lula não aceita 'palpites' do exterior **- Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 31/05/2008**

BELÉM. Num discurso nacionalista, o presidente Lula reagiu ontem às críticas internacionais à política ambiental do governo brasileiro para a Floresta Amazônica, a maior do planeta. Ele criticou os países da Europa e América do Norte que, segundo ele, destruíram suas matas e agora querem ter ingerência sobre a floresta brasileira. Para Lula, o Brasil tem que ensinar ao mundo como se preserva a natureza.

— O Brasil dá um exemplo de preservação para o mundo, mais que todos os outros países, pois ainda temos 80% da Floresta Amazônica intocada — afirmou o presidente. — Não vamos admitir que quem mais desmatou venha dar palpite sobre o Brasil, acrescentou.

O presidente atacou as propostas estrangeiras de comprar parte da floresta e apoiou a proposta do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, defendida publicamente pela governadora Ana Júlia Carepa, do Pará, de se criar um fundo internacional, com recursos de governos e da iniciativa privada, para investir em projetos de preservação da floresta. O presidente ponderou que o Brasil deve ter cuidados com a preservação ambiental, até para não sofrer retaliações no futuro.

— Daqui a pouco o cidadão dá dez dólares e diz que é dono da Amazônia — afirmou. Lula voltou a alertar os empresários do agronegócio para as pressões da

opinião pública e as exigências do mercado externo em relação ao descaso com a preservação ambiental: — Preservar o meio ambiente, nossa fauna e nossa floresta, cuidar da nossa água, será uma vantagem comparativa para o Brasil no mundo dos negócios agrícolas. É isso o que nós precisamos entender.

Se a gente não tiver cuidado, daqui a pouco tem um movimento internacional para não comprar produtos do Brasil, e isso será muito prejudicial.

Professores da rede estadual do Pará fizeram uma manifestação em frente ao Centro de Convenções da Amazônia, em Belém, onde o presidente Lula participava do encontro.

Houve um princípio de confronto com policiais da Tropa de Choque da PM do Pará, e algumas grades de proteção chegaram a ser derrubadas.

Os professores levavam faixas chamando a governadora de "Ana Judas" e acusandoa de mentir. Os manifestantes também gritavam palavras de ordem hostilizando o presidente Lula, mas ele estava do lado de dentro do prédio e nada ouviu.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio